

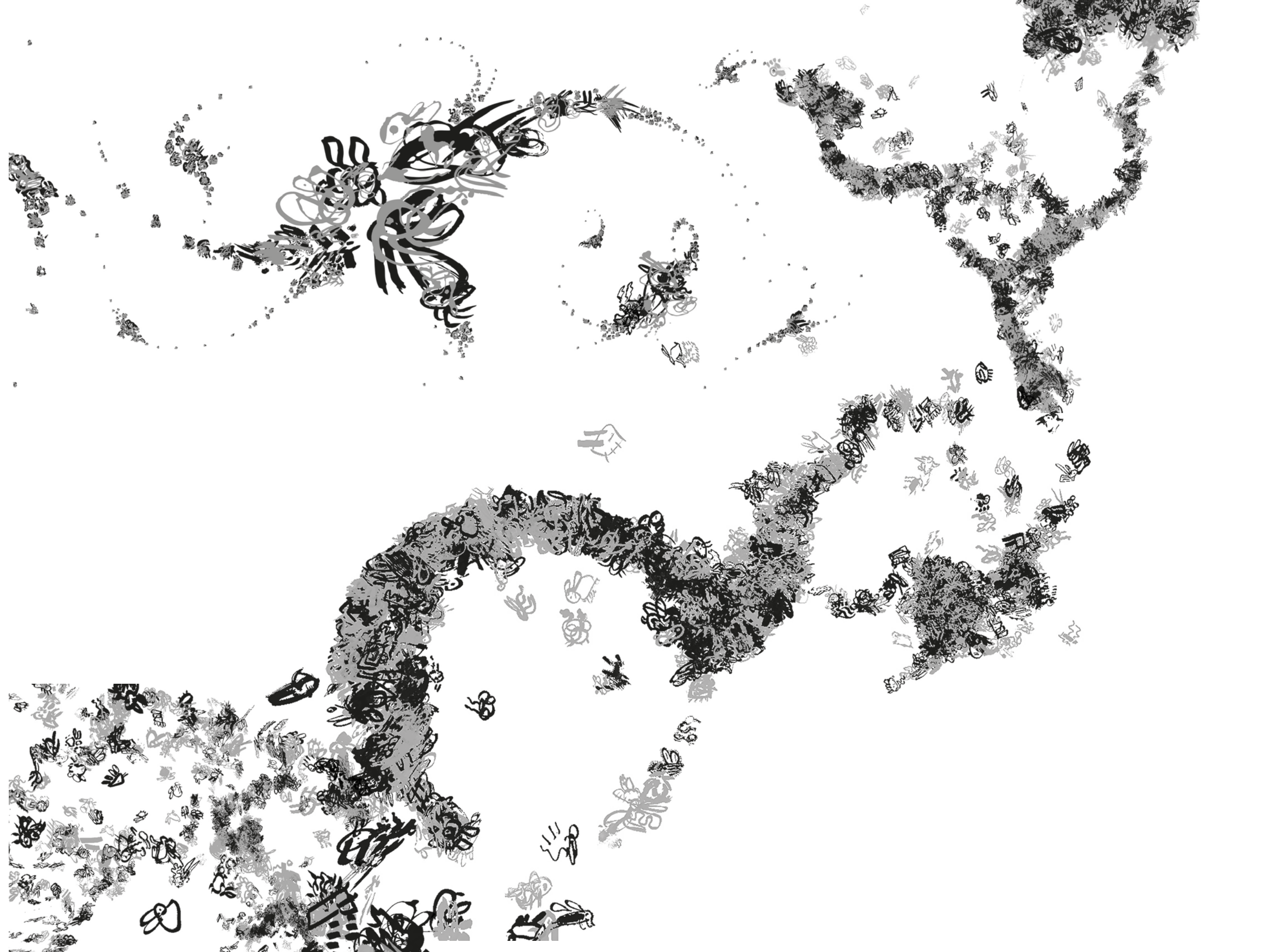
Volume 13, Nº 1, Ano 2015

Ferramentas do analista



Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise





Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Volume 13, Nº 1, Ano 2015
ISSN 2304-5531

Federação
Psicanalítica da
América Latina



Publicação oficial da FEPAL
(Federação Psicanalítica da América Latina)

Luís B. Cavia 2640 apto. 603 esq. Av. Brasil,
Montevideo, 11300, Uruguay.
revista@fepal.org
Tel: 54 2707 7342. Telefax: 54 2707 5026.
www.facebook.com/RevistaLatinoamericanadePsicoanalisis

Editores

- Mariano Horenstein (Argentina), Editor-chefe
- Laura Veríssimo de Posadas (Uruguay), Editora-chefe suplente
- Raya Angel Zonana (Brasil), Editora associada
- Lúcia Maria de Almeida Palazzo (Brasil), Editora associada suplente
- Andrea Escobar Altare (Colômbia), Editora associada

Comissão Executiva

Marta Labraga de Mirza (Uruguai - Editora de *Cidades Invisíveis*), Sandra Lorenzon Schaffa (Brasil - Editora de *De Memória*), Lúcia Maria de Almeida Palazzo (Brasil - Editora de *Vórtice*), Jean Marc Tauszik (Venezuela - Editor de *Clássica & Moderna*), Laura Veríssimo de Posadas (Uruguai - Editora de *Argumentos*), Raya Angel Zonana (Brasil - Editora de *Dossiê*), Natalia Mirza (Uruguai - Editora de *Bitácula*), Natalia Barrionuevo (Argentina), Adriana Yankelevich (Argentina), Helena Surreaux (Brasil), Wania Maria Coelho Ferreira Cidade (Brasil), Admar Horn (Brasil).

Conselho de Editores Regionais (Delegados por Sociedades)

Natalia Mirza (APU), Eloá Bittencourt Nóbrega (SBPRJ), Raquel Plut Ajzenberg (SBPSP), Graciela Medvedofsky de Schwartzman (APA), Miriam Catia Bonini Codorniz (SPMS), Jacó Zaslavsky (SPPA), Daniela Morábito (SPM), Irene Dukes (APCH), Ramón Florenzano (APCH), Rosa Martínez (APCH), Eduardo Kopelman (APC), Jorge Bruce (SPP), Rómulo Lander (SpdeC), Maria Arleide da Silva (SPR), Cristina Bisson (APdeBA), Ana Maria Pagani (APR), Julia Braun (SAP), Paolo Polito (AsoVeP), Julia Casamadrid (APM), Adriana Lira (APG).

Revisão da versão em espanhol: Andrea Escobar Altare

Revisão da versão em português: Raya Angel Zonana

Revisão da versão em inglês: Adriana Yankelevich

Colaboradores: Abigail Betbedé (SBPSP), Ana María Reboledo (APU), Ana María Olagaray, Viviane Frankenthal (SBPRJ), Roberto Luís Franco (SBPRJ), Claudio Frankenthal (SBPRJ), Iliana Horta Warchavchik (SBPSP), Regina Weinfeld Reiss (SBPSP)

Logística e comercialização: Jorge Federico Gómez

Tradução, correção e normatização de textos: Denise Mota, Alejandro Turell, Nadia Piedra Cueva, Néstor Gamarra, Ana María Olagaray, Camila Barretto Maia.

Design: Di Pascuale Estudio

Ilustrações de abertura das seções: Lucas Di Pascuale (páginas 12, 111, 203, 211, 219, 235)

Ilustrações em seções:

- **Argumentos, Vórtice e Clássica & Moderna:** Eduardo Kac
Lagolyphs: The Bunny Variations, 2007; *Lagolyphs: Animation* (2009). Stills from real-time parametric animation, color, silent, loopless (no fixed duration), edition of 5. Courtesy Marsiaj Tempo Gallery, Rio de Janeiro.
- **Dossiê:** Adriana Bustos
Imago Mundi XI. Wheel Map, 2012; *La Ruta de Claudia*. Grafite sobre tela. 140 x 210 cm. (detalhes); *World Mapper*. Grafite sobre tela. 360 x 140 cm. (detalhes).

Comissão Diretiva

Presidente

Luis Fernando Orduz González (Socolpsi)
Suplente: José Carlos Calich (SPPA)

Secretaria Geral

Andrea Escobar Altare (Socolpsi)
Suplente: Cecilia Rodriguez (APG)

Tesouraria

Liliana Tettamanti (APdeBa)
Suplente: Haydee Zac (APdeBA)

Coordenadora Científica

Leticia Neves (SBPRJ)
Suplente: Inés Bayona (Socolpsi)

Diretora de Sede

Laura Veríssimo de Posadas (APU)
Suplente: Carolina García (APU)

Diretora de Conselho Profissional

Delia Hinojosa (APM)
Suplente: Dolores Montilla (APM)

Diretora de Comunidade e Cultura

Magda Khouri (SBPSP)
Suplente: Oswaldo Ferreira (SBPSP)

Coordenador de Crianças e Adolescentes

Víctor Guerra (APU)
Suplente: Mónica Santolalla (APC)

Diretora de Comunicação e Publicações

Laura Orsi (APA)
Suplente: Maria Alejandra Rey (SAP)

Revista indexada em Latindex.

• *As opiniões dos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem, necessariamente, as dos editores da publicação. Autorizada a reprodução, desde que citada a fonte e apenas com a autorização expressa e por escrito dos editores.*

• *Os editores fizeram todo o possível para entrar em contato com os detentores dos copyrights das imagens usadas. Se você é responsável por alguma das imagens e não entramos em contato, por favor, comunique-se conosco por meio do nosso correio.*

Índice

- 6** **Palavras da Comissão Diretiva da Fepal**
por Luis Fernando Orduz e a Comissão Diretiva
- 8** **Mestiços de futuro**
por Mariano Horenstein
- 12** **Argumentos**
- 14** **Dilemas e aberturas sobre o sonhar**
Reflexões sobre uma criança que sonha em sessão
por Irene Dukes
- 25** **Recuperando aparelho psíquico**
por Altamirando Matos de Andrade Júnior
- 41** **A cura analítica como produto artesanal**
por Luis Campalans
- 55** **Ferramentas contemporâneas: o uso do Skype e as novas formas de estar sem estar (Cartografias para um espaço analítico virtual)**
por Cecilia Rodriguez
- 64** **Uma ferramenta do nosso arsenal terapêutico: a terapia psicanalítica de casal**
por Miguel Spivacow
- 82** **O ofício do analista e sua caixa de ferramentas: a interpretação revisitada**
por Virginia Ungar
- 99** **O Estrangeiro**
- 100** **O amanhã e suas vicissitudes**
por Luiz Alberto Oliveira
- 111** **Textual**
- 113** **Essa estranha forma de intimidade**
Entrevista com Siri Hustvedt
- 123** **Vórtice: A tradução da psicanálise**
- 124** **Ecos de uma torre derrubada: reconstrução do discurso freudiano**
por Lúcia Palazzo

- 129 **Quando a psicanálise viaja**
por Sudhir Kakar
- 131 **Tradução e transformação**
por Carlos Tamm L. de Sá
- 134 **Efeitos do retorno às fontes na tradução de Freud**
por Laurence Kahn
- 137 **Entre a polissemia e a nomenclatura. Dilemas do tradutor em psicanálise**
por Irene Agoff
- 140 **Não traduzível ou sem tradução**
por Gohar Homayounpour
- 142 **“Eu sou um fantasma nesta casa...” Sobre as alegrias e os perigos da (falha de) tradução**
por Felix de Mendelsohn
- 145 **O signo da autoridade: o debate brasileiro sobre as traduções das obras de Freud**
por André Medina Carone
- 148 **A viagem através das línguas: um farol para o outro**
por Monica Horovitz
- 150 **Novas traduções de Freud para o século XXI**
por Pedro Heliodoro Tavares
- 153 **O vento da derrota - A propósito da tradução**
por Gastón Sironi
- 155 **A importância das traduções**
por Steve Ellman
- 159 **Dossiê: Pensando a América Latina**
- 160 **América Latina? Nosotros e nós, os outros**
por Raya Angel Zonana
- 164 **A América Latina e as ressignificações simbólicas do espaço. Entre as dinâmicas das identidades e as temporalidades da história**
por Gabriela Pellegrino Soares
- 172 **Existe uma literatura latino-americana? Uma pergunta não superada**
por Laura Janina Hosiasson

- 179** **Governos de esquerda na América Latina: entre o populismo e a social-democracia**
por Jorge Lanzaro
- 187** **O Brasil e Nuestra América: um continente e duas ilhas?**
por Fernanda Arêas Peixoto
- 195** **A arte da Argentina e do Brasil: colocando o “baixo” acima do “alto”**
por Rodrigo Cañete
- 203** **Cidades Invisíveis**
- 204** **Entre memórias e sonhos: uma Porto Alegre invisível**
por Helena Surreaux
- 211** **Clássica & Moderna**
- 212** **Ignacio Matte-Blanco: interrogações e desafios**
por Jorge Ahumada
- 221** **De Memória**
- 222** **Emilio**
por Carlos Guillermo Bigliani
- 224** **O dever desejante de Rodrigué**
por Miriam Chnaiderman
- 226** **Um homem que fez histórias**
por Lucía Barbero Fuks
- 228** **Um arqueiro de muitas flechas**
por Maria Cristina Rios Magalhães
- 230** **Um encontro singular em 1996**
por Mario Pablo Fuks
- 232** **O psicanalista tem que ser subversivo**
por Urania Tourinho Peres
- 235** **Bitácula**

Palavras da Comissão Diretiva da Fepal

EM SETEMBRO DE 2014, DEMOS INÍCIO a uma nova administração da Federação Psicanalítica da América Latina. Um objetivo primordial da nossa atividade é a integração das nossas sociedades como manifestamos na plataforma de trabalho que apresentamos no Congresso de Buenos Aires: “A Fepal é a institucionalidade que permite o cruzamento e o intercâmbio das diversidades (locais, regionais, individuais). É uma espécie de corpo externo (exoesqueleto) onde a identidade como analistas, a identidade como associação local ou regional, entra em questão, em diálogo, em interação, com outras identidades *alter* (que nos alternam ou que nos alteram)”.

Nossa federação é um território que congrega nove países na América Latina. Desde o ponto mais austral até o mais setentrional do nosso espaço fepalino, há 8.192 quilômetros, ambos pontos designados com a palavra “monte”. De Monterrey a Montevidéo, temos duas línguas, de três a quatro raças que fizeram mestiçagem, há territórios onde o colonialismo devastou a totalidade dos ancestrais, outros, onde a magia do sincretismo criou uma nova forma de tez latina. Em termos das nossas sociedades, configuramos lutas fratricidas, discutimos e nos distanciamos, depois buscamos novas formas de integração. Nosso pensamento e ação foram tecidos por todos esses elementos que emergiram de rupturas, substituições e cruzamentos.

A palavra “texto” vem do latim *texere*, que indica tecer, entrelaçar. Essa ideia é uma das tarefas mais importantes do nosso trabalho como federação: tecer e entrelaçar pensamentos diversos com esse outro que está distante em termos espaciais. Federar, comunicar, implica construir uma interface que permita a dialogicidade e a interatividade das diversas tensões que nos habitam nesse amplo território. É por isso que a palavra se converte na ferramenta que possibilita esse intercâmbio e transformação.

Transportadas por Hermes, pelos Chasquis, por mensageiros reais ou virtuais, as palavras são entesouradas para ultrapassar limites, para fazer com que nosso existir chegue até aqueles que vivem além do limite de nossas cercas. Nossas com-

preensões do mundo querem atravessar confins onde nossas línguas começam a desaparecer. *Calibán* deveria funcionar como esse mensageiro que executa a comunicação. A revista latino-americana é a ferramenta que representa essa função de intercâmbio entre nossas agrupações.

Em um mundo de mudanças cada vez mais aceleradas, a palavra escrita busca materiais que lhe permitam adaptar-se e sobreviver. Assim como em algum momento da história passamos do papiro ao pergaminho, hoje vemos a transformação, a passagem do papel à virtualidade. Assim como da pluma e da tinta passamos à tipografia, fomos trocando o *rasorium* (raspador que apagava as letras na Idade Média) pelo *delete* do teclado hipertextual. Da gravação em pedra à nuvem virtual, a memória luta contra o esquecimento que seremos.

Este número que apresentamos de *Calibán* é a aposta para estender os limites do nosso pensamento a outros territórios, tanto espaciais como materiais: é o primeiro número de *Calibán* em inglês, e, além disso, a primeira versão de uma *Calibán* online.

Já foi muito mencionada a relação que Walter Benjamin estabeleceu entre as palavras “tradução” e “traidor”, mas nesse caso a relação seria com a ideia de transportar, de transpor os confins que a diferença das línguas impõe, para a transmissão de ideias e representações. Dentro dessa ordem de transformações verbais e visuais, esta *Calibán* busca uma nova forma de apresentação: a virtualidade. Nós, os amantes da palavra entesourada em fólhos, que o tempo vai amarelecendo, resistiremos à transformação do suporte material em virtualidade?

Comissão Diretiva da Fepal
Fernando Orduz
Presidente

Mestiços de futuro

DIZER, A CEM ANOS DA INVENÇÃO da psicanálise –e como já disseram Freud, Winnicott ou Lacan–, que os artistas sempre estão à nossa frente é já um lugar comum. No entanto, aí habita uma verdade. Por isso, quando, a cada número de *Calibán*, convidamos artistas renomados a nos acompanhar, não os recrutamos para que sejam ilustradores das nossas ideias, nem somos guiados puramente por um afã estético: buscamos esses artistas para que nos ajudem a imaginar o futuro.

Da capa, uma coelha em tom fluorescente olha o leitor, como uma enigmática esfinge. Não se trata do truque de um designer ou de uma travessura infantil, mas sim da operação de um artista. O carioca Eduardo Kac inventou Alba quando propôs a utilização dos genes que tornam as medusas fluorescentes para intervir no DNA da coelha, estabelecendo, assim, as bases da arte transgênica.

Essa coelha, na qual se conjugam tanto o enigma como a magia, ou mesmo a fertilidade, é –como somos todos na América Latina– o produto de uma mestiçagem. Alba é mestiça para além das habituais coordenadas raciais ou geográficas que distinguem os infinitos matizes que existem entre o branco e o negro. O que tinge Alba é o mistério do que virá, é mestiça de futuro.

É o futuro o que tentamos imaginar neste número de *Calibán*, a partir da sugestiva conferência dada por Luiz Alberto Oliveira no Rio de Janeiro, quando apresentamos a revista no ano passado, conferência que hoje incluímos na seção **O Estrangeiro**. O futuro também é o lugar a partir do qual queremos pensar as ferramentas do analista –tema do 49º Congresso da IPA em Boston e que nos ocupa na seção **Argumentos**.

Nós, analistas, somos amantes da tradição. Praticamos um ofício que cultua seus pioneiros como poucos e, mesmo quando nos propomos a estar em consonância com a época que vivemos, costumamos privilegiar a leitura dos clássicos. Talvez haja um saudável anacronismo no nosso ofício, mas o futuro nos coloniza de forma insidiosa e inevitável. Como os “lagoglifos” de Kac, esses pictogramas que ultrapassam as segunda e terceira capas, e invadem o interior deste número de *Calibán*, obrigando-nos a pensar não só em termos de fidelidade às nossas origens, mas também a imaginar o porvir.

A língua do outro

Desde o número inicial de *Calibán*, editamos nas nossas línguas latino-americanas, português e espanhol. Dizemos “nossas” sem desconhecer que são línguas ibéricas, as línguas da colonização e da conquista. Mas não se trata apenas de línguas europeias, senão também da inflexão que lhes foi dada em seu cruzamento com as línguas aborígenes e imigrantes, em sua apropriação antropofágica, no contrabando de expressões de meio mundo, que encontrou refúgio no nosso modo de falar e de escutar. Também no nosso modo de contar a psicanálise.

Depois de balbuciar em espanhol e em português, nos atrevemos – “atrevido” é um dos significados do canibal que, afinal de contas, *Calibán* é– a balbuciar em inglês.

Pela primeira vez na história da Fepal, editamos simultaneamente em três línguas. E isso, além de implicar um esforço considerável de uma grande equipe de pessoas, possui intenções e consequências. Tanto políticas como epistêmicas.

Calibán volta ao inglês. Seu nome apareceu pela primeira vez nessa língua, entre os personagens de *A tempestade* shakespeariana¹. Ali, *Calibán* é quem nunca consegue falar corretamente a língua de Próspero, é quem consegue apenas balbuciar.

Nossa publicação, ao começar a ser dita em inglês, deixa de ser só um instrumento para que nos leiamos *entre* latino-americanos. Ela se oferece também para ser lida por outros. A tradução ao que é a *lingua franca* dos nossos dias –como pode ter sido o grego e talvez venha a ser o mandarim– permitirá que nossas ideias e nosso modo de articulá-las sejam conhecidos fronteiras afora.

Mas não só isso: tanto como a passagem ao espanhol e ao português implicam um modo diferente de dizer e de pensar a psicanálise, a tradução ao inglês carrega implicitamente a pretensão de minar a língua do outro, de descompletá-la. Concebemos o texto original como um projétil, e o texto de chegada, como um alvo, onde –mais do que restaurar um sentido em outro idioma, escolha tradicional do tradutor– trata-se de desorientar esse outro idioma, como propõe Foucault². Nós propomos que a “volta” de *Calibán* ao inglês não esteja isenta de consequências.

Deleuze e Guattari³ falaram –a propósito de Kafka– sobre o lugar ocupado pelas línguas menores. Elas têm como função desterritorializar as maiores, imprimir a elas certo “coeficiente de subdesenvolvimento”. Ao contaminá-las, as fertilizam⁴.

Pretendemos fazer isso também com a nossa própria psicanálise, que a partir de agora contamos –ainda com a pouca destreza de quem aprende uma nova língua– também em inglês: não só dizê-la novamente para que possa ser lida nas metrópoles do conhecimento. Não só levar conteúdos de um continente ao outro nesse novo veículo idiomático. Também dizê-la em outra língua para que possamos, nós mesmos, nos escutar de modo distinto, para nos repensarmos a partir desse lugar estranho. Porque o que está implicado em uma nova tradução não é a assimilação de uma língua por outra, mas sim “tornar ambas estrangeiras a si mesmas”⁵.

A estrangeiridade não está presente neste número só nas línguas em que publicamos, mas também em seus conteúdos: a seção **Vórtice** alberga um debate –com vozes da Ásia, da América e da Europa– sobre a tradução em psicanálise. Aí encontram espaço as consequências políticas do ato de traduzir –em que escolher uma palavra bem pode determinar um modo de praticar a psicanálise–, algumas vicissitudes da tradução de Freud nas tradições anglo-saxônica, francesa e latino-ame-

1. Shakespeare, W. (2008). *La tempestad*. Madrid: Alianza. (Trabalho original publicado em 1611)

2. In Berman, A. (1995). *L'Épreuve de l'étranger: Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1984)

3. Deleuze, G., & Guattari, F. (1975). *Kafka. Por una literatura menor*. México D. F.: Era.

4. Preta, L. (2015). *La brutalità delle cose. Trasformazioni psichiche della realtà*. Roma: Mimesis.

5. Wohlfarth, I. (1999). *Hombres del extranjero. Walter Benjamin y el Parnaso judeoalemán*. México D. F.: Taurus.

ricana, e, *last but not least*, o modo em que a tradução como ato em si é pensada em diferentes contextos.

Em **Textual**, entrevistamos uma grande escritora de língua inglesa, Siri Hustvedt. Sua paixão pela psicanálise, experimentada com a lucidez dos *outsiders*, dá ânimo para o que nos é confiado nessa estranha forma de intimidade que praticamos diariamente.

O destino de *Calibán* é ser um estrangeiro, tão alheio às referências de sangue e solo, que marcaram tantas geografias, como às genealogias analíticas consagradas. Mas esse estrangeiro pratica nosso ofício inverossímil na América Latina.

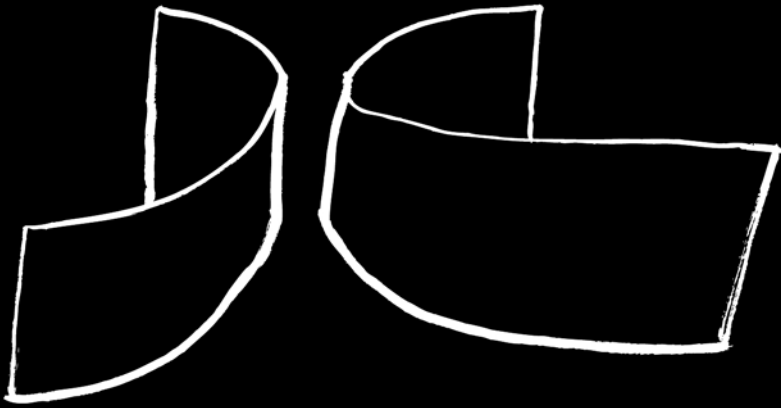
O **Dossier** deste número se dedica a explorar algo que estamos fazendo de um modo ou de outro desde o começo da revista: pensar a América Latina sem *chauvinismos* nem espírito provinciano. Nessa seção, fazemos isso com o estímulo de ensaístas que atuam fora do âmbito psicanalítico.

Outras duas seções, **De Memória** e **Clássica & Moderna**, ocupam-se em resgatar psicanalistas nômades, mestiços culturais: Emilio Rodríguez, que deixou rastros da sua passagem por Buenos Aires, Londres ou Salvador, na Bahia, e Ignacio Matte-Blanco, que começou seu caminho em Santiago do Chile para terminá-lo em Roma. Completam esta edição uma crônica sobre Porto Alegre, em **Cidades Invisíveis**, e uma **Bitácula** do número.

É difícil imaginar o leitor destas palavras: pode lê-las em espanhol ou em português ou em inglês. Pode lê-las na superfície efêmera e veloz da sua tela ou no encontro sensual com o papel, porque *Calibán* é mestiça também nesse sentido: analógica e digital, participa da celeridade do futuro e pretende um lugar físico nas bibliotecas. Habita a realidade virtual e também a outra, a de carne e osso. A cada vez que enviamos os arquivos finais para impressão, estamos no mesmo lugar de Eduardo Kac quando –em um dos seus projetos vanguardistas, chamado *Génesis*– criou o modelo de uma bactéria no seu computador, enviou-o por correio eletrônico a um laboratório para que a sintetizasse e depois recebeu-a de volta, em forma física.

Esta revista mestiça é editada por uma equipe mestiça, que faz da diferença e da sabedoria das misturas uma das molas da sua eficácia. Tenho orgulho de coordenar essa equipe que aprende a cada número, que se esforça e que falha. Mas que tenta, com paixão, produzir uma revista que, como a coelha Alba, brilhe na escuridão.

Mariano Horenstein
Editor-chefe *Calibán* - RLP



Argumentos

Dilemas e aberturas sobre o sonhar

Reflexões sobre uma criança que sonha em sessão¹

Algumas considerações sobre os sonhos

Os sonhos foram um dos pilares fundamentais da teoria psicanalítica, e são inúmeros os autores que se ocuparam de estudá-los, e muitos os textos escritos sobre o tema. No começo, a Teoria Freudiana do sonho –a perspectiva psicanalítica clássica- defendeu que o sonho narrado pelo paciente, vale dizer, o *sonho manifesto*, seria o resultado de um processo de “trabalho do sonho”, em que o paciente ativa diversos mecanismos intrapsíquicos (deslocamento, condensação, simbolismo, recalque etc.) através dos quais se desfigura seu conteúdo original, isto é, do *sonho latente*. Em concordância com essas propostas, a atuação clínica do terapeuta deveria ser canalizada para uma tarefa interpretativa de “tradução”, que consistiria em desandar o caminho realizado pelo paciente, para assim chegar, do sonho manifesto, ao latente, que seria o sonho verdadeiramente significativo no processo terapêutico.

Autores contemporâneos questionaram a teoria freudiana clássica e disseram que essa perspectiva de “tradução do sonho” corre o risco de se constituir em uma busca de códigos mortos. Foi assim como, a partir de meados do século XX, diversas orientações teóricas psicanalíticas encontraram um ponto de confluência diferente do apresentado por Freud. Seu elemento comum é dar ao sonho *manifesto* o carácter de *verdadeiro sonho* (Lichtenberg, Lachmann e Fosshage, Bucci, Bion, Matte-Blanco², em Jiménez, 2012). Consequentemente,

* Asociación Psicoanalítica Chilena.

1. Prêmio de Psicanálise de Crianças e Adolescentes.

2. Recordemos que foi Ignacio Matte-Blanco quem repensou precocemente a teoria do inconsciente de Freud, com o objetivo de discriminar as diferentes formas do inconsciente (reunidas por Freud em “Processo Primário”).



mente, esses autores não endossam a ideia de que a ação terapêutica requiera traduzir o sonho, como se ambas formas –sonho latente e sonho manifesto- constituíssem duas linguagens inscritas em um sistema binário, consciente e inconsciente. Defendem, mais precisamente, que se trata de diversas maneiras de experimentar, perceber e metabolizar a multidimensionalidade da experiência emocional e psicossomática de estar no mundo³.

Essa cosmovisão do sonho gerou uma inflexão interessante em relação à teoria com que havia sido compreendido até então e à técnica que havia sido incorporada na ação terapêutica. No entanto, é interessante considerar que Ferenczi (1926), ao falar sobre a interação comunicativa pragmática entre paciente e analista –já nesse então-, relatava diferentes modelos interpretativos do sonho, que se mostram surpreendentemente muito próximos dessa perspectiva teórica.

O que é central, então, não estaria no nível dos conteúdos do sonho, mas sim do campo dinâmico –expresso no onírico- e na possibilidade de gerar transformações e instrumentos para conter e modificar esse campo. Esse modo de compreender é muito condizente com o enfoque do sonho como uma verdade narrativa e relacional do funcionamento mental do par, que se assemelharia ao proposto por Bion como o “mito privado do par” (Ferro & Civitarese, 2012).

Depois de um longo caminho, desde Freud até posturas contemporâneas do sonhar, é que cheguei a concordar com as perspectivas atuais do sonhar, onde se atribui ao sonho o lugar de um produto genuíno e primário, que deve ser compreendido como uma obra aberta *per se* e em constante “construção”, e cuja abordagem terapêutica requer um trabalho criativo conjunto entre paciente e terapeuta (Jiménez, 2012). Um trabalho de cocriação que leve a novas compreensões intersubjetivas do sonhado tanto para o paciente como para o terapeuta, onde têm lugar não só os conteúdos do sonho em si, mas também o campo dinâmico da sessão em que emerge o sonho e onde o processo se insere.

O material clínico que apresentarei a seguir mostra como o campo dinâmico –enquanto sistema relacional- gera as condições para que ocorram eventos intersubjetivos primordiais que podem ser transformados em novos espaços de experiência e pensamento nunca antes explorados.

Nessa descrição clínica está implícita a ideia de que o relevante não é tanto o sonho acabado, mas sim a possibilidade de sonhar. Seguindo as diretrizes de Antonino Ferro, o central da análise seria o desenvolvimento da capacidade de sonhar, e não o trabalho sobre recalque ou supressão, ou seja, já não basta interpretar, é necessário transformar. Vale dizer, não seriam tão importantes as várias inscrições, como se depreende da metapsicologia freudiana, senão que a ênfase está no *conjunto de transformações* que trabalham no sonho e que se desdobram em nível intrapsíquico e intersubjetivo, e, além disso, no fato de que o sonho possa funcionar como um mediador e um agente de conexão (*linking agent*) entre os objetos internos, um

3. Essa questão aparentemente simples de “estar no mundo” contém, implicitamente, um vértice ontológico, que sinaliza uma dimensão relacional.

processo intersubjetivo de conexão e vinculação (*bonding and attachment process*) e um “metabolizador” interno fundamental.⁴

Desde uma perspectiva ampla do trabalho psicanalítico, penso que o tratamento que pode ser dado a um sonho, na clínica infantil, não teria por que ser diferente daquele dado a um desenho que surge em sessão, a um jogo ou ao relato de uma comunicação (associação livre) do paciente. Todas essas situações poderiam receber uma abordagem técnica equivalente, sempre que a teoria do sonho e a teoria da mente subjacente à ação terapêutica sejam coerentes com as linhas expostas aqui. Vale dizer, contanto que se aceite que há um nível onírico da mente sempre ativo, que está em permanente criação de imagens; e que o enquadre analítico seja conceitualizado como um agente fundamental gerador de condições propícias que possibilitam a relação analítica da transferência-contratransferência⁵ e a consequente constituição de objetos analíticos no campo dinâmico.

A seguir, veremos como as ideias centrais deste artigo surgem a partir das intelecções dos Baranger, Winnicott, Ferro e Ogden, e da própria experiência de trabalho psicanalítico com crianças e adultos, assim como das vicissitudes que isso implica, especificamente em relação ao uso clínico do onírico em sessão.

Vinheta clínica: Um sonho sonhado durante a sessão

Ilustrarei com uma vinheta clínica a experiência psicanalítica com uma criança de 10 anos⁶, a quem chamarei de Eulógio. O enquadre é a sala de crianças, com sua caixa de brinquedos, com uma frequência de três vezes por semana e de término indefinido.

O motivo explícito da consulta dos pais se relaciona com o fato de que Eulógio mostra-se muito desafiador e opositor, principalmente com os adultos (pais e professores), questiona e critica de forma permanente. Por outro lado, é uma criança com um rendimento acadêmico excepcional; é muito inteligente e muito argumentativo, razão pela qual, com frequência, deixa os adultos em “xeque-mate”. Na escola, se opõe a obedecer instruções que ele considera arbitrárias, o que faz com que tenha muitos problemas, a ponto de o colégio que frequentava propor que se incorporasse a outro sistema educativo onde pudesse “se encaixar melhor”. Os pais colocam-no em um colégio Montessori, mas as dificuldades persistem.

Em termos gerais, os questionamentos que ele faz sobre as “injustiças da vida”, incluídas a do sistema escolar, me parecem muito pertinentes. Vejo que muitas vezes sinto empatia por suas críticas e

4. Pereira, F. (Novembro, 2013). Comunicação. Congresso Internacional de Psicanálise Relacional, Santiago, Chile.

5. O termo transferência-contratransferência se refere a uma construção intersubjetiva inconsciente, gerada pelo par analítico. A transferência e a contratransferência não são consideradas entidades separadas que surgem como resposta de uma à outra, mas sim aludem a uma totalidade intersubjetiva única, experimentada de forma separada e individual pelo analista e pelo analisando (Ogden, 1995).

6. Cabe considerar a etapa evolutiva em termos dos processos maturativos e cognitivos pelos quais a criança passa. Segundo J. Piaget, em crianças de até cinco ou seis anos, o sonho vem de fora e permanece externo a ela. Ao despertar, sente o sonho como verdadeiro, e o sonho se confunde com as lembranças diurnas. Até os sete ou oito anos, o sonho vem de dentro, mas ainda é externo a ela. Por volta dos 10 anos, o sonho é interior e de origem interna (Piaget, 1933, citado por Médici de Steiner, 1994).

me surpreendo sobre o quão internalizado tenho certos modos de funcionamento social, sem que estejam mediados por grandes questionamentos. Quando ele me mostra isso, sinto-me surpreendida, interessada e estimulada pelos seus pensamentos. Por outro lado, antes do início do tratamento de Eulógio, foi necessário trabalhar durante um período com os pais, para ajudá-los a elaborar uma situação familiar muito complexa e penosa. Tratava-se de uma meia irmã do paciente, que padece esquizofrenia e em uma situação em que a informação sobre essa doença era tratada de modo ambíguo, como um segredo familiar. O trabalho com os pais foi fundamental para revelar esse segredo, que comprometia a estabilidade emocional do paciente⁷.

Passo a relatar a segunda sessão da semana durante o primeiro período de tratamento. Eulógio chega pontualmente; abro a porta e me encontro na sua frente. Segurando um livro aberto nas mãos, ele conserva o olhar fixo na leitura⁸. Ao final de alguns segundos, levanta o olhar, cumprimenta e caminha para a sala de crianças. Recosta-se na poltrona e volta à leitura durante um tempo, enquanto eu o acompanho em silêncio.

Minha mente divaga e evoco uma lembrança da minha infância, onde estou sentada em um café com o olhar preso na leitura. Registro a imagem e penso no quanto me acompanharam a leitura e os livros, e nas diversas formas que eles estiveram presentes na minha vida. Nessa lembrança, o livro funcionava para mim como uma forma de me proteger do olhar dos “outros”. E acho que a chegada à sessão de Eulógio, com seu livro, se assemelhava ao meu sentimento dessa lembrança.

Eulógio abandona o livro, me tira dos meus devaneios e diz:

E: Sinto rechaço e desprezo..., já é grande e fez uma burrada com a sua vida, perdeu o tempo de adolescente, não se adapta à modernidade... ela está na era mesozoica, então com a modernidade nem sabe o que fazer. (Entendo que, em um certo nível, ele está se referindo à sua meia irmã esquizofrênica, que chamarei de Ana).

I: Como é isso da era mesozoica?

E: Isso de uma época antiga... li em um livro dos dinossauros.

I: Pode ser que tanto rechaço e desprezo pela Ana tenham a ver com um temor muito grande de que você também entre em um mundo pré-histórico.

E: Pode-se dizer que sim. Ela não pode socializar com pessoas modernas, eu talvez não possa socializar com alguns da nossa era. De toda forma, todos deveriam poder socializar com seus pais, mas às vezes é difícil... A Ana não pode se adaptar à modernidade, me incomoda sua pouca sociabilidade, é como se ela não entendesse que tem que se adaptar ao milênio...

(Permanecemos em silêncio... Penso no que dizer para retomar o diálogo, mas não vem nada à minha mente. Tenho um branco. O

7. Ao longo do tratamento, fomos vendo como esse segredo familiar mantinha uma relação estreita com a vivência de injustiça experimentada por Eulógio.

8. Essa era uma conduta habitual nele.

silêncio continua. Passados alguns minutos, vejo como ele começa a fechar os olhos... Dorme profundamente).

Enquanto ele dorme, minha mente divaga e associa com uma história familiar, onde se conta que, quando era muito pequena, eu dormia com um cobertor que estava no meu berço, que tinha a particularidade de ter um buraco através do qual eu metia meu dedo (como em um dedal) e, assim, dormia, sustentada pelo cobertor. E que durante uma viagem de trem ao Sul, com a minha mãe, ao não poder conciliar o sono, ela teve que fazer um buraco no cobertor do camarote do trem. Estranho ter me lembrado dessa história antiga, da qual não havia me lembrado por muitos anos.

Eulógio continua dormindo profundamente, e depois de alguns minutos emite uns grunhidos, o que me faz pensar que esteja tendo um pesadelo. Reflito rapidamente se devo acordá-lo ou não. Contratransferencialmente, sinto-me identificada com uma posição de “mãe” e é difícil sustentar a situação de que ele esteja em “pesadelo”, enquanto eu o observo e não o acordo⁹. Por sua vez, amparada por uma perspectiva teórico-clínica, penso que provavelmente ele precisa sonhar acompanhado nessa sessão, sentindo o espaço analítico suficientemente seguro para trazer o que for “pesadelesco”. Sinto-me confundida e um pouco angustiada.

Nesse meio tempo, ele acorda espontaneamente. Sinto que está assustado. Diz que teve um pesadelo. Olho para ele com compaixão e o convido a falar sobre isso.

Ele me diz: “Sonhei que, não sei por qual motivo, estava na selva... era um lugar perigoso, cheio de árvores; eu corria, mas não sabia para onde ia. Escapava de alguma coisa, queria sair, mas não via o caminho, estava cheio de plantas. Adiante via como se fosse uma espécie de correnteza forte, não fiz xixi, por acaso¹⁰?, e me joguei na correnteza, e comecei a me afogar, a me afogar e a me afogar, caía e colocava a mão para baixo e tirava um livro de um centauro... depois não sei como aparecia correndo de novo na selva, até que chegava a um precipício, aí acordei”.

Para efeito desta apresentação, deixo por aqui a sessão com Eulógio.

Reflexões sobre a vinheta

Começarei com algumas reflexões que ajudem a pensar a sessão analítica a partir de uma visão contemporânea do sonhar, colocando em destaque, por sua vez, o vincular e o subjetivo na origem do que constitui esse processo analítico. Para isso, vou me centrar no conceito de “campo dinâmico” (Baranger & Baranger, 1961-1962)¹¹, bem como nas ideias de Winnicott (1951/1979b), que incorpora à situação analítica a noção de espaço e objeto transicional. Também acrescentarei as contribuições de Antonino Ferro em relação ao conceito de campo emotivo e

9. Racker conceitualiza essa contratransferência materna, induzida transferencialmente, como contratransferência complementar.

10. Eulógio apresenta enurese noturna secundária.

11. Esse conceito crucial é apresentado no artigo *La situación analítica como campo dinámico*, escrito por Madeleine e Willy Baranger em 1961-62, sendo um dos seus trabalhos mais importantes, e inclui tanto ideias provenientes da psicanálise e da psicologia social como também da filosofia e da literatura.

suas transformações, bem como os desenvolvimentos teórico-clínicos posteriores de Ogden em relação aos conceitos de *rêverie* e de terceiro analítico intersubjetivo.

Creio que não é possível pensar esse sonho como o sonho da mente isolada de Eulógio sobre si mesmo, mas sim que se trataria de um sonho que emerge e se estrutura em um campo emocional específico, com uma matriz relacional única dada pela intersubjetividade do nosso encontro, e é a essa matriz que tentarei reconduzir o sonho, adotando como vértice principal os estados emocionais e afetivos em que nos encontrávamos.

Assim, o sonho não estaria sendo compreendido como intrapsíquico, tampouco como bipessoal, no sentido de que uma característica essencial do modelo de campo –segundo os Baranger– consistiria em que, apesar de a configuração a partir da realidade perceptiva ser bipessoal, tal dualismo é ultrapassado porque há um “terceiro”. O terceiro aludiria a uma fantasia bipessoal que não pertence a nenhum indivíduo nem é a soma de duas situações internas, senão que é “algo” cocriado e construído entre ambos no decorrer da sessão (Baranger & Baranger, 1961-1962). No meu modo de entender, o sonho de Eulógio seria o resultado da experiência que se desenrola no campo dinâmico psicanalítico intersubjetivo, razão pela qual ele pode ser compreendido, segundo Ogden, como o *sonho do terceiro analítico intersubjetivo*. Onde tanto Eulógio como eu participamos da construção inconsciente intersubjetiva desse terceiro analítico, mas fazemos isso assimetricamente.

Então surge a pergunta: o que impulsiona esse sonho a ser sonhado? Ogden (2002) indica que o momento anterior ao sonhar seria cheio de desejo, com a necessidade de dar presença (representacional) ao que é inarticulado, e cuja forma de existência não se encontra no próprio discurso.

Recrio na minha mente o início da sessão: sua chegada com o livro, minha associação com o café durante a minha adolescência, sua irritação e desprezo pela irmã desadaptada, minha interpretação (que indica que Ana representa uma área arcaica de si mesmo, área que o aterroriza e que ele teme que aterrorize outras pessoas; a área da loucura), depois sua reflexão e posteriormente o silêncio antes de dormir. A partir dessa sequência, matizada por um clima emocional que vai aumentando a ansiedade, é que minha primeira compreensão do que aconteceu é pensar que Eulógio dorme como um ato comunicativo, através do qual me indica, como minha própria incontinência interpretativa (seria eu quem faço xixi), associada a uma fragilização posterior na função de *rêverie* (figurada no meu “ter um branco”), que se sente desamparado frente ao temor de ficar exposto mais uma vez a experiências de incompreensão e desamparo, tais como recriar vivências de auscultação parental de uma possível “esquizofrenia” ou estado mental pré-histórico-mesozoico. O fato de dormir poderia ser uma maneira defensiva de preservar seu self da intrusão de aspectos dissonantes (estado mental pré-histórico – esquizofrenia) com relação à sua própria identidade. Penso na sua reação defensiva ao que pôde ter sido vivido como um *impingement* (Winnicott, 1952/1999), e como isso interrompe



sua continuidade de Ser. Ele dorme, no entanto. Felizmente, sonha, transformando assim em uma oportunidade de fortalecimento psíquico aquilo que poderia ter outro caminho.

Se avançamos um pouco mais no decorrer da sessão e consideramos a *rêverie* como a forma principal de receptividade do que está acontecendo no campo intersubjetivo da experiência analítica, então uma consideração especial tem meu estado de devaneio durante o sonhar de Eulógio. A *rêverie* não será considerada como reflexo de desatenção, dobramento narcisista ou conflito não resolvido; senão que representaria formas simbólicas e protossimbólicas (sensoriais) da experiência inarticulada do paciente, enquanto está ganhando forma na intersubjetividade do par analítico (Ogden, 1994).

Enquanto ele dorme, minha *rêverie* me conduz a evocar a lembrança do meu cobertor (“cheirinho” – objeto transicional) durante a viagem de trem. Tal lembrança pode ser compreendida como a vivência infantil da perda –e recuperação posterior- de um objeto que acalma e consola durante uma experiência de viagem incerta. Pareceria que Eulógio pode sonhar porque sente que está sustentado/conectado com “alguma coisa”. E o que é “essa coisa”? É precisamente a trama intersubjetiva, esse sujeito singular que é o terceiro analítico. Nem ele, nem eu, nem a simples intersecção dos conjuntos que nos definem, mas sim uma nova trama, nem minha, nem dele, um tear singular feito com fios que foram tecidos no decorrer da análise e, mais especificamente, no campo dinâmico das sessões.

A decisão de deixar que Eulógio continuasse dormindo e sonhando não foi fácil, mas (a partir de um olhar em retrospectiva) creio que foi precisamente a capacidade de viver e suportar essa angústia o que permitiu que o pesadelo se desenvolvesse em contenção, e que Eulógio acordasse *somente quando ele próprio sentiu a necessidade de acordar*, saindo então desse Mundo Outro onde estava vivendo. O despertar não veio de uma intrusão, porque estava em curso um processo intenso de estar em presença de outro (apesar de que, paradoxalmente, ele estava dormindo e eu estava acordada, mas ambos estávamos “sonhando”). Foi uma experiência que ensinou aos dois que há um *além*, *um entre dois*, onde é possível tratar da “pré-história”, onde é possível enfrentar o terror da selva densa e das águas turbulentas. Portanto, lá, o sonho-pesadelo pode ser sonhado!

Em termos gerais, meu modo técnico de trabalhar não contempla compartilhar minha *rêverie* nem minha contratransferência diretamente com o paciente. Esse caso não foi a exceção, mas a presença implícita dela e sua utilização e elaboração por mim foram de grande utilidade para me aproximar de Eulógio a partir de um lugar emocionalmente compreensivo, que facilitou a geração de significados específicos e verbalmente simbolizados durante o decorrer do processo analítico. Isso deu lugar a uma construção intersubjetiva de aspectos nucleares do mundo objetal e relacional de Eulógio que estavam patologicamente configurados.

O sonho está sendo compreendido, então, como expressão de uma tentativa de elaboração do vivido em sessão, a partir de um estado mental regressivo que evidencia uma reencenação de muitos outros momentos vividos na sua história relacional. Ao acordar, fomos

construindo uma experiência que nos permitiu recuperar um espaço de continência, onde cada um pôde se ver e ver o que aconteceu sem intensificar estados emocionais de perseguição e angústia. O sonho, ao ser um produto co-construído (de forma assimétrica), as associações de Eulógio e as minhas –bem como minha *rêverie* durante a sessão e as experiências de ambos- passaram a ser uma fonte importante de compreensão do que se desenrolou no espaço potencial da sessão.

Ao considerar o sonho um produto do campo dinâmico e, mais especificamente, um produto do terceiro analítico intersubjetivo, então merece menção especial “o livro do centauro” que agarra no fundo do rio, que será compreendido como *objeto analítico* gerado intersubjetivamente pela díade analítica¹². Aplicado à situação clínica, pode-se pensar que o “livro do centauro” não é o livro com que ele chega à sessão, também não é o livro do café que evoco em minha *rêverie*. No entanto, é um pouco dos dois ao mesmo tempo. Segundo André Green, o *objeto analítico* não seria nem interno nem externo, senão que se situaria entre os dois. Corresponde à definição de Winnicott de objeto transicional e de sua localização na área intermediária do espaço potencial, no espaço de “superposição”, delimitado pelo enquadre analítico (Green, 1986/1990).

Eulógio e eu adotamos o sonho como expressão de forças repletas de sentimentos e impulsos em busca de formas, às quais nós atribuímos uma representação simbólica. Assim, o livro do centauro (animal mitológico) seria uma representação de uma imagem combinada (metade humano, metade cavalo) de paixões desatadas, que, colocadas em um livro ou organizadas em um enquadre, podem representar a esperança no tratamento e na integração de aspectos de si mesmo. Também é uma representação do trabalho analítico conjunto (sobre mitologia familiar pré-histórica) que nos acompanhou por um longo tempo no tratamento, sob a forma de uma imagem compartilhada de um centauro.

Muitas vezes as paixões desatadas eram vividas por Eulógio como um temor muito grande de cair em uma regressão psicótica (doença mesozoica de Ana), era um temor que o deixava apavorado (medo de cair no vazio ou de ser arrasado por correntes que ameaçavam afogá-lo em emoções turbulentas). Também experimentava a perplexidade. Diz no sonho: “Não sei por qual motivo estava na selva”, ou seja, instalado em uma paisagem ou dinâmica relacional ao estilo de um *impingement* dos pais, e também vivido na transferência, ficando sozinho e à beira de um precipício. Transferencialmente, muitas vezes tentava me acalmar, convencendo-me de que ele era “normal” e que não havia sido levado pela corrente (da loucura).

Por último, são múltiplos os simbolismos possíveis, mas gostaria de destacar que o “coberto psicanalítico” foi uma trama que sustentou, a ambos, durante todo o processo terapêutico e fez com que fosse possível que esse sonho fosse sonhado em sessão e ressonhado por ambos muitas outras vezes durante o tratamento.

12. Cabe mencionar que Christopher Bollas desenvolve um termo conceitualmente muito próximo ao de objeto analítico (Green). Ele fala dos “objetos geradores compartilhados” (Bollas, 1992/1994).

dialeto de compreensão para chegar de forma mais direta ao terreno do inconsciente. Desse modo, vai sendo formada uma linguagem privada-compartilhada e coescrita no espaço potencial da análise, de onde se abre um caminho para tornar comunicável e compartilhável algo dessa *loucura privada* (Green, 1986/1990) para que possa ser transformada, através do diálogo analítico, em *espaço potencial criativo* (Saks, 2009).

Cada vez existe mais consenso entre distintos autores de que o processo de mudança na análise compromete tanto a internalização da relação com o analista como a obtenção de insight graças à interpretação (Gabbard, 1997). Pois bem, penso que a emergência de objetos analíticos traz implícitos os dois aspectos.

Voltando à vinheta, creio que tanto Eulógio como eu encontramos no mundo compartilhado da leitura um espaço singular. Minha disposição curiosa e interessada pelos seus livros nos levava a um território muito íntimo, a partir de onde creio que nasce a figuração do objeto analítico. O livro do centauro representa de maneira sincrética e poética uma experiência de auto-hetero-relacionalidade. O *Livro do Centauro* parece ser a “saída”, o espaço entre as árvores da densa selva sem espaços. Sem esse objeto, pareceria que as opções eram a esquizofrenia ou a superadaptação, o afogamento ou o terror sem nome de permanecer expectante à beira de um abismo que prenuncia uma queda que nunca acontece. Tal objeto surge de um espaço transicional, surge no campo dinâmico do processo analítico, e é precisamente isso que abre uma possibilidade de saída do aprisionamento dos impasses da dualidade.

Resumo

Apresenta-se a vinheta de uma criança que dorme em sessão e sonha, relatando posteriormente o que sonhou. Sonho que tem a particularidade de ser sonhado ao mesmo tempo em que se mobilizam memórias e fantasias na analista.

Esse sonho, que emerge no contexto da experiência transferencial-contratransferencial da sessão e que se desenrola no campo dinâmico psicanalítico (Baranger & Baranger, 1969/1993), é compreendido como o *sonho do terceiro analítico intersubjetivo* (Ogden, 1994). A analista enfoca sua atenção no funcionamento onírico do paciente e do par analítico, como elemento central no processo de construção-elaboração dos conflitos inconscientes.

Essa maneira de trabalhar nos situa em um terreno cuja natureza é a do transicional, onde o *campo dinâmico* institui um terceiro espaço analítico, que faz com que seja possível o encontro e a separação entre o espaço psíquico do paciente e o da analista, dando lugar à constituição de objetos analíticos.

Palavras-chave: *Sonho, Campo, Rêverie, Objeto transicional, Objeto.*

Abstract

A vignette of a child who falls asleep during session, dreams and later tells what he dreamt of is presented. A dream that has the particular feature of being dreamt while some memories and fantasies of the analyst are mobilised.


This dream, which emerges in the context of the transference-countertransference experience of the session and is unfolded in the psychoanalytic dynamic field (Baranger & Baranger, 1969/1993), is understood as the *intersubjective analytic third's dream* (Ogden, 1994). The analyst focuses her attention on the patient's and the analytic couple's oneiric functioning as a central element in the process of construction-elaboration of unconscious conflicts.

This way of working puts ourselves in an area whose nature is that of the transitional, where the *dynamic field* institutes a third analytic space which enables the meeting and separation between the patient's and the analyst's psychic space, thus giving way to the constitution of analytic objects.

Keywords: *Dreaming, Field, Rêverie, Transitional Object, Object.*

Referências

- Baranger, W., & Baranger, M. (1961-1962). La situación analítica como campo dinámico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 4(1), 3-54.
- Baranger, W., & Baranger, M. (1993). *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman. (Trabalho original publicado em 1969)
- Bollas, C. (1994). *Ser un personaje: Psicoanálisis y experiencia del sí-mismo*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1992)
- Ferenczi, S. (1926). The problem of acceptance of unpleasant ideas: Advances in knowledge of the sense of reality. *The International Journal of Psychoanalysis*, 7, 312-323.
- Ferro, A. (2002). *El psicoanálisis como literatura y terapia*. Buenos Aires: Lumen. (Trabalho original publicado em 1999)
- Ferro, A. (2003). *Factores de enfermedad, factores de curación: Génesis del sufrimiento y cura psicoanalítica*. Buenos Aires: Lumen. (Trabalho original publicado em 2002)
- Ferro, A., & Civitarese, G. (2012). Desarrollos actuales del concepto de campo. *Revista de Psicoanálisis*, 69(2-3), 391-398.
- Gabbard, G. O. (1997). Una reconsideración de la objetividad en el analista. *Libro Anual de Psicoanálisis*, 13, 23-34.
- Green, A. (1990). *De locuras privadas*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1986)
- Jiménez, J. P. (1990). Some technical consequences of Matte-Blanco's theory of dreaming. *The International Review of Psychoanalysis*, 17, 455-469.
- Jiménez, J. P. (2012). The manifest dream is the real dream: The changing relationship between theory and practice in the interpretation of dreams. In P. Fonagy, H. Kächele, M. Leuzinger-Bohleber & D. Taylor (Eds.), *The significance of dreams: Bridging clinical and extraclinical research in psychoanalysis* (pp. 31-48). London: Karnac Books.
- Mailer, S. (2002). Puente entre dos sueños: Un espacio onírico compartido entre paciente y analista. *Revista Chilena de Psicoanálisis*, 19(2), 139-149.
- Matte-Blanco, I. (1975). *The unconscious as infinite sets: An essay in bi-logic*. Londres: Duckworth.
- Médici de Steiner, C. (1994). Analizando sueños de niños. *Revista de Psicoanálisis*, 51(1-2), 75-86.
- Ogden, T. (1994). The analytic third: Working with intersubjective clinical facts. *The International Journal of Psychoanalysis*, 75(1), 3-19.
- Ogden, T. (1995). Analizando formas de la sensación de vida y de muerte en la transferencia-contratransferencia. *Libro Anual de Psicoanálisis*, 11, 177-191.
- Ogden, T. (2002). El trabajo psicoanalítico en la frontera del sueño. *Revista de Psicoanálisis*, 59(3), 557-569.
- Racker, H. (1960). *Estudios sobre técnica psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós.
- Saks, P. (2009). Objeto analítico lúdico: Su función en la clínica con niños. *Revista de Psicoanálisis*, 66(2), 399-421.
- Winnicott, D. W. (1979a). El lugar en que vivimos. In *Realidad y juego* (pp. 139-146). Barcelona: Gedisa. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1979b). Objetos y fenómenos transicionales. In *Realidad y juego* (pp. 17-45). Barcelona: Gedisa. (Trabalho original publicado em 1951)
- Winnicott, D. W. (1999). La psicosis y el cuidado de niños. In *Escritos de pediatría y psicoanálisis* (pp. 295-306). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1952)



Altamirando Matos de Andrade Júnior*

Recuperando aparelho psíquico¹

A Vera Amendoeira

Pretendo descrever, neste texto, o trabalho de recuperação do aparelho psíquico de um paciente como meio de se alcançar a elaboração de partes psicóticas e de tornar possível o desenvolvimento da capacidade de pensar e sentir. Essa recuperação, que na verdade foi quase a construção de um aparelho psíquico, possibilitou o desenvolvimento da capacidade de pensar simbolicamente e de estabelecer relações objetais. Farei um relato do caso detendo-me ao que importa em relação ao tema abordado, deixando de fora outros elementos presentes no processo de análise.

Procurarei, dentro da proposta deste Congresso, ater-me ao uso dos instrumentos psicanalíticos de que dispomos hoje em dia, quando, em pleno século XXI, nós nos deparamos com os desafios propostos por pacientes que nem sequer conseguem informar o que sentem ou pensam. Esses pacientes vivem em um mundo onde a ação predomina, o conflito não é experimentado e onde pouco se estabelecem relações, o que torna necessário ajudá-los a construir um aparelho psíquico capaz de simbolizar e consequentemente pensar e estabelecer relações. No presente caso, essas características se radicalizam pelo estado psicótico que apresentava.

Freud diferenciou-se dos psiquiatras de sua época por ser capaz de escutar o que diziam e mostravam suas pacientes histéricas, levando-o com essa escuta a ver além do que era dito e conhecido. Escutar

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

1. Este texto pré-publicado é a base de um dos trabalhos apresentados no Congresso da IPA em Boston, "Um mundo em mutação: Forma e uso das ferramentas psicanalíticas na atualidade", a ser realizado de 22 a 25 de julho de 2015. Todos os direitos reservados pelo autor.



the mother and the baby, physical and psychical that results in a new creation, the relationship.”³

Rosenfeld, em seus trabalhos mais tardios (1987), postulou que para os pacientes traumatizados seria de muito valor reconstruir a experiência traumática para que pudessem dar novos sentidos à experiência emocional do trauma. Considerava que o analista deveria estar atento para não repetir o trauma através de suas interpretações. Essas ideias de Rosenfeld ocasionaram muitas discussões entre os analistas kleinianos. Para alguns houve um excesso, por parte de Rosenfeld, ao colocar o trauma como fator constitutivo da patologia do paciente sem considerar de igual valor os aspectos subjetivos do próprio paciente, colocando assim mais ênfase no analista do que na subjetividade do paciente. Essa discussão é encontrada nos comentários de Steiner (2008) em relação aos trabalhos de Rosenfeld no livro *Rosenfeld in retrospect*.

Diz Steiner:

...he became concerned that some analysts, particularly some Kleinians, interpreted in a manner which traumatized their patients. He believed that when patients had been deprived or traumatized in their childhood, they were likely to be re-traumatized in their analyses unless the analyst took special care to avoid this.⁴ (Steiner, 2008, p. 59).

Em minha experiência com pacientes severamente perturbados, percebo muito do que Rosenfeld entendeu a respeito do trauma que é revivido na experiência analítica por conta de o analista insistir em certo modelo de interpretação onde a ênfase fica no mundo subjetivo do paciente. Esses pacientes tendem a tomar as interpretações como acusações e ataques por parte do analista, recriando então as experiências traumáticas.

Em relação ao trabalho interpretativo e às dificuldades do paciente em receber e compreender interpretações transferenciais, pode-se perceber uma dificuldade de interação entre analista e paciente que está presente no modelo de dar e receber interpretações. O analista

3. “A meu ver, há uma relação sexual entre a mãe e o bebê, física e psíquica, que resulta em uma nova criação, a relação.”

4. “...Ele se preocupou com o fato de que alguns analistas, particularmente alguns kleinianos, interpretavam de modo a traumatizar seus pacientes. Acreditava que, quando os pacientes haviam passado por privações ou traumas durante a infância, tinham tendência a ser retraumatizados em suas análises, se o analista não tomasse especial cuidado para evitar isso.”

pode dar interpretações e não se sentir sobrepujando o paciente, mas este pode entender as interpretações como uma forma de o analista mostrar superioridade e até mesmo humilhá-lo. Diversas interações são possíveis entre o analista e o paciente em relação ao dar e receber, e podemos encontrar uma detalhada descrição delas em Spillius (2007): “One crucial factor seems to me to be the conscious and unconscious feelings of the giver about giving, and the way these feelings are perceived or misperceived, consciously or unconsciously, by the receiver”⁵. Essas dificuldades estão na raiz da impossibilidade que certos pacientes têm, a de tolerar interpretações transferenciais. Examinar as fantasias inconscientes passa a ser percebido como uma acusação ao paciente e também como uma maneira de o analista mostrar superioridade.

Alguns autores como E. M. R. Barros e E. L. R. Barros (2011) têm estudado dificuldades de compreensão e comunicação que certos pacientes possuem devido a perturbações na capacidade de pensar e formar símbolos. Esses autores postulam a ideia de um ataque, por parte do paciente, nas estruturas ou formas da representação mental antes ou enquanto elas se constituem em símbolos. Dizem: “Symbols can lose their plasticity and thus silence the emotions and therefore cut off the patient from their meanings”⁶.

Esses autores descrevem ainda como a função simbólica possui características que podem servir na recriação ou restauração de objetos perdidos. Essa última afirmação é de suma importância para o que descrevo no caso que apresento.

O paciente que descreverei queixava-se de não ter lembranças de fatos importantes e traumáticos de sua vida e atribuía a essa dificuldade em recordar a causa dos problemas que o afligiam. Pude examinar com o paciente que havia lembranças que não puderam ser recordadas porque não foram reprimidas nem representadas, isto é, se mantiveram num nível pré-simbólico e mesmo pré-representacional. Acredito que essas dificuldades se deram devido ao fato de o paciente possuir um aparelho psíquico precário que não o ajudava a processar suas experiências. Essas experiências não representadas ficam na mente de uma pessoa como um corpo estranho, sem sentido e sem representação, mas com um alto grau de perturbação. Essa perturbação tende a ser expelida nos objetos e principalmente no analista que as recebe e tenta decodificá-las, devolvendo-as ao paciente sob a forma de interpretação que faça sentido para suas experiências e sentimentos. Joseph (1985) nos mostra, em seu trabalho “Transferência: situação total”, que muito do que os pacientes comunicam durante uma sessão não está no conteúdo representacional das palavras, mas que, através do uso das palavras, tentam provocar algo no analista para que este reaja fazendo alguma coisa para o paciente.

Ogden (1980, 1994, 1995, 1997) em diversos trabalhos descreve

5. “Parece-me que um fator crucial são os sentimentos conscientes e inconscientes do doador sobre o dar, e o modo como esses sentimentos são percebidos ou mal percebidos, conscientemente ou inconscientemente, pelo receptor.”

6. “Os símbolos podem perder sua plasticidade e, assim, silenciar as emoções, e então vedar ao paciente seus significados.”

de maneira muito clara as relações entre a subjetividade do analista e a do paciente, e enfatiza o papel da rêverie do analista durante a sessão. Ogden se baseia no conceito de Bion sobre rêverie. Por rêverie, quer dizer tudo o que se passa na mente do analista durante a sessão. Avzaradel, citando Ogden (1994, 1997):

Ogden emphasizes the role of rêverie, which he considers to be everything that goes on in analyst's minds during sessions. He includes all kinds of daydreams and fantasies, not just those that seem to be related to their patient's material. He even takes into account analysts' physical sensations during sessions and considers them to be manifestations of rêverie.⁷ (Avzaradel, 2011, p. 850).

A proposta de Ogden é escrutinar em detalhe a reverie do analista, a fim de alcançar as reflexões inconscientes da mente do analista e, com isso, sintonizar o que acontece no relacionamento analítico com certos pacientes.

Caso clínico

O paciente a quem chamarei de Peter me procurou cinco meses após seu segundo surto psicótico. Foi encaminhado pelo psiquiatra que o estava tratando à base de medicamentos. Em seu primeiro contato, Peter se mostrou muito assustado e desconfiado durante toda a entrevista, pouco falava e permanecia atento aos meus movimentos, bem como aos barulhos que vinham da rua. Comentei que parecia que ele estava muito amedrontado pelo fato de estar ali comigo. Disse-me que estava com medo das vozes que o atormentavam com frases acusatórias quanto a sua honestidade e sexualidade. Pediu-me que conversasse com sua mãe, pois dependia dela para tomar uma decisão quanto ao tratamento comigo. Na segunda entrevista, veio acompanhado da mãe e por ela eu soube de sua história.

Peter, aos quatro anos, estava passeando de carro com os pais e sofreu um brutal acidente onde perdeu o pai. Sua mãe ficou seriamente machucada e ele sofreu poucas escoriações. A mãe informou que ele sofreu muito nessa época, não conseguia dormir, gritava pelo pai e se desesperava por qualquer coisa. Descreveu que ele era uma criança alegre e sadia, mas que depois do acidente se tornou angustiado, insone e medroso. Teve muitas dificuldades no aprendizado escolar e um comportamento descrito como estranho, onde se isolava ou ficava muito agressivo. O paciente interrompe a mãe e me diz que não se lembra de nada e que tem um pedaço de sua vida que está faltando. Também diz que as vozes que ouve lhe dizem que ele perdeu um pedaço de si. Nesse momento percebi o desespero estampado na face do paciente e me senti impelido a ajudá-lo.

Comentou, ainda, que se perdia no tempo, não conseguindo concatenar fatos ocorridos em diferentes períodos de sua vida. Parecia ha-

7. "Ogden enfatiza o papel da rêverie, que ele considera ser tudo o que acontece na mente dos analistas durante as sessões. Inclui todos os tipos de devaneios e fantasias, não somente aqueles que parecem estar relacionados ao material do seu paciente. Leva em conta até mesmo as sensações físicas dos analistas durante as sessões e as considera manifestações de rêverie."

mas condensar seus afetos nas tatuagens, por exemplo, fazendo com que as mesmas tivessem um caráter de concretude.

Nos primeiros anos trabalhamos intensamente seus temores persecutórios em relação a mim, bem como sua intensa ligação e dependência com relação a mim. Foi um período muito difícil por causa do alto grau de angústia que o paciente experimentava quando examinávamos sua relação comigo e com seus objetos internos.

Um fragmento de sessão:

P: Tudo estranho..... parece morrer, dói tudo, medo, e as vozes não param. Sábado ruim! Sozinho!!!

A: É como se eu tivesse sumido, e você ficasse sem ajuda e também sem quem o protegesse das vozes.

P: Você se acha muito importante para mim..., mas pouco me ajuda. As vozes mais fortes, e assustam. Não entendo por que você se acha tão importante para mim. Você sempre diz que fico sozinho no fim de semana sem você. Fico com medo de tudo e não tem ninguém, não é só você.

A: Quando falo que você sente minha falta, você entende que estou me fazendo de importante para você, que estou dizendo que você não consegue ficar sem mim. Dessa forma, você sente que eu é que te persigo, que sou uma voz te atormentando.

P: Entendi... Mas é tudo tão confuso. Como pode você me ajudar?

A: Ajudando-o a entender o que se passa e o que você sente.

(Silêncio)

P: As vozes não são claras, mas acusam. Tenho medo de ser assassino e de ser preso.

A: As vozes acusam você de ter assassinado alguém, e isso atemoriza você.

P: É... fico assustado e não durmo... medo de morrer.

A: Entendo que você sente temor de sentimentos e pensamentos que experimenta e que receia que eu não possa ajudá-lo. Sempre que mostro a relação desses sentimentos comigo, você sente que estou colocando esses sentimentos em você. E isso deixa você assustado.

P: Não entendo certas coisas e fico achando que você quer se aproveitar de mim.

A: Como?

P: Fazendo com que eu pense certas coisas.

A: Como o quê?

P: (Silêncio). Medo de que o seu pensamento entre na minha cabeça.

A: Se você tem pensamentos que incomodam, você tem que colocá-los para fora. Se eu falar algo sobre isso com você, estou então colocando esses pensamentos de volta na sua cabeça.

P: Você pode fazer com que eu me sinta louco, sem cura e com a cabeça cheia de coisas.

A: Quando falo sobre o que você sente.

P: Quando diz que eu penso certas coisas.

A: Então você sente que estamos numa relação onde você tenta me comunicar algo, e eu boto coisas na sua cabeça.

P: Sim, é isso mesmo o que acontece. Acontece com outras pessoas também, eu falo, e colocam coisas na minha cabeça.

A: Entendo o que você quer dizer. Talvez possamos tentar entender por que esses sentimentos estão presentes em você.

P: Porque falta um pedaço na minha cabeça, sempre achei que falta um pedaço.

A: Qual?

P: Não sei... falta.

A: Um pedaço que ficou perdido, talvez evacuado.

P: A tatuagem me acalma.

A: Dá um sentido.

P: Só faço tatuagem quando estou agoniado.

A: E geralmente sempre esteve relacionado com minhas férias, feriados, algo assim.

A: Quando está agoniado, coloca a agonia para fora e fica um vazio, faltando um pedaço.

P: Falta um pedaço.

Minhas interpretações eram, a princípio, sentidas como ataques da minha parte ou mesmo rejeição. Foi necessário trabalhar a forma como o paciente se sentia e se relacionava comigo e com os outros, tentando com isso estabelecer um setting e uma confiança que permitissem avançar no trabalho. Passei também a não interpretar longamente, sendo mais preciso, e também a dosar as interpretações transferenciais, modelo proposto por Avzaradel (2011).

No terceiro ano de análise, Peter estava menos tenso. Já dormia sem remédios e havia uma grande diminuição do temor paranoide. Nessa época sua mãe submeteu-se a uma cirurgia reparadora para consertar sequelas do acidente. Peter teve um novo surto, caracterizado por um forte temor de sair à rua, se trancava no quarto recusando contatos com a mãe e também comigo. Após umas duas semanas, aceitou retornar ao consultório e retomamos a análise. Pensei na possibilidade de atendê-lo em casa, mas não aceitou e queria somente que o psiquiatra fosse à sua casa.

Na primeira sessão de volta ao consultório, chega com uma tatuagem nova, com um desenho de um caixão de defunto. Falo do temor em perder a mãe e me diz que ouviu vozes dizendo que sua mãe iria morrer durante a cirurgia. O pavor estava mais uma vez estampado no seu rosto, e voltou a falar que perdeu um pedaço de sua vida. Quando discutimos sobre o acidente em que morreu o pai, me disse que não conseguia se lembrar de nada, sua cabeça era um branco, repetia continuamente. Tentei ver com o paciente o que tinha acontecido que o levou a esse novo surto e pudemos compreender que ele tinha perdido, de algum modo, a análise dentro de si e, sozinho diante da ameaça, que sentia, de morte da mãe na cirurgia, entrou em desespero. Diz-me que ouvir vozes e ver coisas ainda é bem melhor do que sentir um vazio, sentir-se um morto-vivo e que preferia ficar exaltado a se experimentar morto ou quase morto (Andrade Jr., 1991).

Um dos seus delírios era a ideia de que deveria seguir uma passagem da Bíblia onde, segundo ele, se dizia que os humildes serão exaltados e que os humildes atingirão o reino do céu. Para ele, a pior

humilhação que um homem poderia ter era ser homossexual e ter relações com outro homem. Dessa fantasia surgiam os temores homossexuais, as vozes acusando-o de ser homossexual e o medo de se relacionar comigo e ter que ser sodomizado por mim para se curar.

Passsei a compreender que o que ele dizia que tinha esquecido estava vivo, ameaçando-o internamente. Qualquer abordagem nesse sentido era refutada pelo paciente, chegando a ameaçar abandonar o tratamento se eu tocasse em algo referente ao acidente ou à sua falta de memória e até mesmo sobre os sentimentos homossexuais.

Uma vinheta:

P: Acho que só vou me salvar se for humilhado da maneira que te falei. Se tiver relação sexual com homem.

A: Entendo que você tem o sentimento que precisa passar por uma grande humilhação para se salvar. Parece que tem que ser punido por algo que aconteceu.

P: Não tem nada disso, você fica inventando coisas, me acusando de ser ruim e assassino.

A: Você entendeu o que eu disse como colocando algo de ruim em você.

P: Você me acusa mesmo. Eu não sou uma pessoa ruim.

A: Talvez possamos entender como é que você entende o que falo. Que significado está sendo dado ao que falo com você.

P: As vozes me acusam, eu tenho medo de ficar doente mental.

A: Você teme o sentido que dá ao que sente e teme que eu esteja colocando ideias em você que não são suas. Então se recusa a examinar o que falo, por medo de que eu esteja acusando você. Você já percebeu que o que você diz que eu coloco na sua cabeça tem a ver com o que você sente?

P: Acho tudo muito estranho. Acredito que você não queira me prejudicar, mas tenho medo. Não entendo muitas coisas. Tudo fica faltando na minha cabeça.

A: Você tem razão: fica faltando um sentido claro ao que experimenta.

P: Acho que você só pode me ajudar se controlar as vozes.

A: Se controlar a minha voz.

P: Eu não sei se conversei com você ou se pensei, mas acho que sou ligado a você, venho aqui todos os dias. Preciso ser mais eu mesmo.

A: Entendo que você precisa se sentir mentalmente separado de mim e que seu contato comigo deixa você sem saber quem é quem aqui. Como um bebê que mama no peito da mãe e fica sem discriminar quem é ele e quem é o peito.

P: Causa confusão.

A: Sim, causa confusão entre o que você sente e pensa e o que eu te falo.

P: Às vezes fico sem saber se foi você ou se fui eu que disse certas coisas.

No retorno de férias que eu havia tirado, chega para a primeira sessão com uma sacola cheia de recortes de jornais, fotografias

Se você se relaciona comigo e sente essa relação, pode acontecer algo comigo devido às suas ideias.

P: As ideias são sempre ruins....

Aqui nesse momento da sessão havia um sentimento depressivo no paciente, um pouco mais integrado, e experimentando dor em relação ao que se passava com ele. Dor essa que continuamos a explorar nas sessões seguintes. Penso que o fato de eu ter dosado as interpretações transferenciais e ter passado a ajudá-lo a pensar em sua experiência emocional tenha contribuído para um início de integração. Houve um interesse maior do paciente em conversar sobre os fatos de sua vida e um sentimento de poder juntar experiências que dessem sentido aos seus sentimentos de medo e confusão. Foi o início de uma relação objetal mais evoluída, onde me experimentava como alguém que já não o ameaçava tanto. Eu percebia o quanto era importante para Peter reviver os fatos traumáticos de sua vida. A princípio tudo parecia se resumir ao acidente, posteriormente surgiram outros temas.

Um fragmento de sessão desse período:

P: Tenho vontade de ter amigos e fazer coisas que não faço.

P: Ter vida social sem medo, hoje acordei achando que sonhei com um amigo que eu tinha. Ele me chamava e eu respondia. Não fiquei apavorado, achando que ele queria me prejudicar.

A: Você percebeu que, se as vozes diminuem, você diminui o medo de se relacionar?

P: É. Acho que tem um buraco, mas não é tão grande. No sonho tinha uma ponte também. Não me lembro de mais nada.

A: Uma ponte que ligava o quê?

P: Não sei. Talvez tenha a ver com as vozes que diminuíram, e então fico mais tranquilo.

A: Quem sabe a ponte ligue diferentes aspectos seus, por exemplo, um sentimento de vazio a uma compreensão desse vazio. Você, a sua história.

P: Tenho conseguido falar mais das coisas que aconteceram comigo.

Ao fim de uma sessão de sexta-feira, me entrega uma foto e vai embora. Ao examiná-la vejo-o com uns dois anos de idade sentado no chão, brincando com um carrinho. No verso da foto, havia o seu nome e a idade que tinha, dois anos e dois meses. Chamou-me a atenção sua expressão de tristeza na foto. Na sessão de segunda-feira me pergunta se vi a foto e diz que sua mãe falou que, nesse período em que a foto foi tirada, ela tinha tido um aborto e uma subsequente hemorragia que a levou a se internar num hospital por alguns dias. Contou-me que sua mãe falou que ele ficou muito perturbado nesse período e que também reagiu de modo estranho, isolando-se quando ela falou que estava grávida. Falei que talvez sua expressão de tristeza estivesse relacionada aos eventos relatados. Algumas sessões depois reclamou que o paciente anterior a ele era muito mal encarado e que saía da sessão com ares de dono da casa. Peter nunca tinha se referido a nenhum outro paciente com quem cruzava no consultório. Disse a

de seus sentimentos em relação ao acidente. Esse é um exemplo da construção de um aparelho psíquico que possa pensar e se relacionar.

Um fragmento de sessão dessa época:

P: Tenho muita pena de não ter ficado mais tempo com meu pai. Acho que eu não ficaria doente se ele fosse vivo.

A: Você quer me dizer que seu pai ficou com uma parte saudável sua, e que você ficou privado dela e, sem ela, ficou doente.

P: Sei que não é assim, mas parece que é isso o que sinto. Acho que, quando ele morreu, também morreu alguma coisa minha.

A: Você mostra que ficou com um pai morto dentro de você, e que esse pai morto pode ter ficado como um morto que perturba e te adocece. Um morto que não foi enterrado. Ficou um morto mais vivo que morto.

P: Acho que ele não pode morrer.

A: Não pode ser considerado como morto por você, então não houve possibilidade de ter um luto e encontrar um lugar para o seu pai em você. Ficou um ódio pelo pai que morreu e te deixou. Um sentimento de que você e seu pai morto ficaram misturados em você.

P: Pode ser, mas agora estou falando de tudo isso e fico com medo de morrer, mas também tenho vontade de falar sobre todas essas coisas. Nunca pensei que pudesse falar disso tudo.

Nessa sessão é possível perceber uma mudança na linguagem e na compreensão de Peter, parece estar mais capaz de pensar e entender o que interpreto. Ao tomar contato com os sentimentos envolvidos na morte do pai e do bebê que a mãe abortou, Peter foi tomado por fortes angústias esquizoparanoides e depressivas. Havia angústia de morte e temores de voltar a ter um novo surto, fiquei preocupado e tentei entrar em contato com os sentimentos de Peter compreendendo o modelo de relação objetal que estava se estabelecendo. Isto é, ele angustiado, e eu, preocupado com ele. Diz-me então que sua mãe falou que tanto no aborto quanto no acidente ela tinha ficado muito deprimida e procurou ajuda psiquiátrica. Diz ainda que nessa época ele foi cuidado pelos avós maternos, o que intensificou os medos de que também tivesse perdido a mãe. Foi o que me pareceu que estava sendo experimentado comigo, transferencialmente através de seu desespero e de minhas preocupações com ele. Com a continuidade desses temas, ele me diz que sua mãe falou que teve uma pequena depressão quando o amamentava ao seio devido a dores no mamilo. Diz que sua mãe entrou em pânico por medo de não poder amamentá-lo, e que ele chorava muito. Foi preciso a intervenção do pediatra para que ela recuperasse a confiança e a amamentação prosseguisse. Penso também que as angústias presentes nessa época ficaram sem representação adequada, quando ocorreu o aborto da mãe e depois, com o acidente, houve um incremento dessas experiências, levando-o aos estranhos comportamentos, isolamento e agressividade que a mãe me descreveu quando, a pedido do paciente, veio conversar comigo no início do tratamento.

O fato de a mãe ter tido esses episódios depressivos em épocas precoces da vida de Peter se somou ao modo como ele experimen-

tou e fantasiou esses fatos, e juntos constituíram o núcleo das atividades delirantes e alucinatórias de Peter. Assim como também, no meu entender, deu origem a um modelo de relação objetal bastante perturbado. Esses fatos causaram a fragmentação de suas vivências psíquicas e a dificuldade de ter uma continuidade no tempo. As experiências eram vividas não só de modo ameaçador, mas como fatos concretos que iriam destruí-lo, e ao objeto com o qual se relacionasse.

Podemos conjecturar que pode ter sido possível que sua mãe tenha projetado sua angústia em Peter e que esses elementos projetados tenham ficado como algo não digerido, sem condições de serem pensados ou compreendidos. Na verdade, os elementos projetados invadem a mente do paciente e se tornam perseguidores. Avzaradel, no trabalho acima citado, descreve algo semelhante:

When mothers project their alpha elements they do it holding their babies in their arms, sheltering them, making them feel peaceful, loved, calm. All of this favors their babies' healthy development. When mothers project beta elements, in a track contrary to what we normally study, they may not only fail to digest beta elements for their babies, they may also invade their babies' mind with something that cannot be digested since it has not undergone any thought process because none was available.⁹ (Avzaradel, 2011, p. 841).

Em uma sessão por volta do décimo-primeiro ano de tratamento, aparece com um relógio no braço, pela primeira vez. Parecia uma criança pequena quando está aprendendo a ver as horas. E estava, pois começou a tecer uma continuidade em relação aos fatos de sua vida. Sua fala era mais articulada e já pensava em termos de passado, presente e futuro.

Uma sessão dessa época:

P: Tenho falado muitas coisas aqui que antes não era possível. Acho que o medo de morrer, de me partir em pedaços, passou. Mas é muito duro, falar disso tudo me dá tristeza.

A: Entendo o que queres dizer, mas, apesar da tristeza, você não parece estar desesperado em senti-la.

P: Verdade. Venho para cá sem aquele sentimento que você vai me prejudicar e sei que isso me fez entender muitas coisas. Mas fico triste. Não desesperado, triste.

A: Parece uma tristeza que pode ser suportável e também pensada. Quem sabe tem algo a ver com a ponte do sonho.

P: Outro dia você falou de ligar fatos diferentes de minha vida, passado com presente, acho que foi isso.

A: Foi isso.....

P: Sinto que tenho uma vida e parece que na vida se sofre também.

9. "Quando as mães projetam seus elementos alfa, elas fazem isso segurando seus bebês nos braços, abrigando-os, fazendo com que se sintam serenos, amados, calmos. Tudo isso favorece o desenvolvimento saudável dos seus bebês. Quando as mães projetam elementos beta, em um caminho contrário ao que normalmente estudamos, elas não só falham ao digerir elementos beta para seus bebês, senão que também invadem a mente dos seus bebês com algo que não pode ser digerido, uma vez que não passou por nenhum processo de pensamento, porque nada disso estava disponível."

próprio analista como ferramenta, mas isso sob condição da destituição progressiva da sua pessoa. O estabelecimento da transferência, mais do que uma ferramenta, será pensado por nós como a própria condição da possibilidade de eficácia de qualquer ferramenta.

Por um lado, essa fórmula é familiar e remete àquela máxima freudiana expressa nos “Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico” (Freud, 1912/1980b), quando defende que o analista “*deve estar em condições de se servir, assim, do seu próprio inconsciente como instrumento de análise*”, mostrando que o inconsciente, “receptor” do analista, como diz Freud, ou melhor, a experiência com o seu inconsciente, é o instrumento privilegiado do seu trabalho. Por outro lado, não estamos alheios ao caráter paradoxal e contraditório dessa formulação, uma das várias maneiras de tentar descrever ou apreender essa impossibilidade ou aporia que implica a posição do analista, ou que é inerente a ela.

Posição do analista: o lugar e a pessoa

Sobre isso, quando nos referimos ao “analista”, é necessário sempre diferenciar ou discriminar o lugar (ou a função) e a pessoa, para poder sustentar a pergunta sobre a especificidade da nossa posição, resgatando sua complexidade e suas exigências. O que é o analista? Uma espécie de pai ou mãe, um guia, um educador, um amigo, talvez? O que opera, vindo dele, e gera efeitos analíticos? Seu saber teórico, seus sentimentos, sua compreensão, seus valores e ideais?

Apesar do seu desdobramento, essas duas dimensões, a do “analista”, como lugar e função concedida pela transferência, e a da que oferece, como empréstimo, sua pessoa para encarná-la acontecem misturadas na experiência. Não apenas seriam estritamente inseparáveis, senão que sua relação seria mais exatamente inversamente proporcional: quanto mais mergulhada estiver a “pessoa” (como “aparência”), quanto maior protagonismo tiver o Eu do analista, mais será obturado o lugar, e vice-versa: quanto menos “pessoal” se tornar a cura, mais operativa será a função. Vemos também que haveria três (o analisando, o analista e o lugar) na “Situação analítica” aparentemente dual, o que nos permite pensá-la como uma estrutura triangular, para além da captação elementar do “você e eu, aqui e agora”.

O problema insolúvel consiste em que a função promove a pessoa que deve sustentar e suportar a transferência. Não só no que se refere às vicissitudes transferenciais e às dificuldades da sua “administração”, mas também à permanente tentação de esquecer que “o sujeito que supostamente sabe” deve saber que não sabe; à tentação pigmaleônica de acreditar que sabemos o que seria melhor ou o que necessita cada um dos nossos pacientes. Para além das boas intenções, isso tende a operar na transferência como mandato superegótico, com sua correlação de angústia no analisando.

Inevitavelmente, então, o analista não pode sustentar sua função sem se envolver, está implicado e deve sabê-lo; coloca o corpo, seu ser como pessoa e sua falta em ser como sujeito, em uma relação completamente singular para cada analista e para cada análise. Podemos designar também como “Desejo do analista” a questão relacionada ao lugar ou à função do analista, enquanto podemos chamar de “Con-

“mostrar apenas o que lhe mostram”; Lacan (1955) acrescenta que não deve ser um “espelho vivo, mas sim um espelho vazio”. Se esse lugar pode ser designado por um significante que alude a um sujeito, como o do “sujeito suposto saber”, trata-se apenas de um sujeito de artifício, do ardil que implica a transferência, já que o saber inconsciente é, por definição, um saber sem sujeito que o saiba. Essa dimensão própria da função seria o que a noção lacaniana de “desejo do analista” tenta justamente formular e pensar.

Pensar a função analítica em termos de “desejo” tem várias implicações. Para começar, não situa o “saber do analista” como ferramenta principal, o que seria o esperado na lógica do sujeito do conhecimento e, conseqüentemente, termina por questionar o papel do saber referencial ou formalizado, do saber das teorias, na operação da função. Também se diferencia de tudo aquilo formulável como “demanda do analista”; de que o paciente esteja feliz com a nossa ajuda, de que confirme nossas teorias ou nossos prestígios etc. Porque o desejo só poderá ser cercado ou dito pela metade, deixando um resto indizível que, funcionando como enigma, promoverá a transferência. Sempre se disse que, estando em análise, sonha-se para o analista; também podemos dizer, então, que o “desejo do analista” é a causa do sonhar.

Apesar de Freud (1937/1980a) não chamar assim, o que vai enfatizar como ferramenta essencial do analista é a sua “convicção” no inconsciente, que é fruto da sua experiência com ele. Uma convicção não é um conhecimento (também não o supre) e está ligada, mais exatamente, ao não saber e à crença. Acredita-se porque não se sabe; se houvesse saber, já não se trataria de crença, senão de certeza.

Parece-nos que a noção de “desejo do analista” realiza, melhor do que qualquer outra, essa junção ou fronteira, algo que une e separa ao mesmo tempo, entre a função e a pessoa que a sustenta, enfatizando que ela não pode funcionar desencarnada, que não existe sem essa implicação. Encarnadura que também não é recobrimento, já que o lugar excede a pessoa, pois sabemos que há efeitos analíticos que acontecem para além do analista e inclusive apesar do analista. Para seu alívio ou para sua inquietude, os efeitos analíticos excedem sua capacidade de controlá-los ou dirigi-los. Será o caso de ver se o analista confia em seu inconsciente e na experiência que construiu com ele.

O que está em debate em relação à contratransferência não é a inevitabilidade de que ocorra: pode-se, por acaso, deixar de ter sentimentos pelos pacientes? Tampouco o uso eventual da sua confissão como recurso tático. O problemático seria fazer dela uma espécie de “formação do inconsciente” do paciente privilegiada, mas que funciona no analista, dando, assim, fundamento sistemático à interpretação e a pensar que a análise transcorre e progride ao calor da relação dual. Claro que acontece que um analista sonhe com um paciente, mas aí já estaria em posição de analisando. Menos ainda, na nossa opinião, a contratransferência pode ser uma “via régia” para a revelação hermenêutica e intuitiva de algum tipo de arcaísmo escindido não representável.

Talvez uma boa síntese desse debate possa estar no que afirmou Bion (1974): “Com a contratransferência só é possível fazer uma



habilidades e instrumentos, em geral, *sui generis*, no aqui e agora da sessão, e que comparamos com um artesanato. Também dissemos que o saber que opera na transferência é, antes de tudo, o “suposto saber” atribuído ao lugar do analista, o que não impede que haja um “saber fazer” do analista sobre como manter em funcionamento essa suposição, sobre como sustentá-la para gerar transferência. A propósito disso e como outro exemplo do paradoxal da função, se é verdade que não convém interpretar até não estar instalada a transferência, não é menos verdade que a transferência não se instala se não se interpreta.

Se pudéssemos reproduzir exatamente aquilo que provocou um efeito subjetivo em um caso com o mesmo resultado na sessão seguinte e com o próximo paciente, haveria uma técnica universal no sentido instrumental do termo; mas a experiência nos ensina que não existe, a não ser caso a caso e sessão por sessão. Em um artesanato, há uma dimensão de real que impede produzir dois objetos idênticos, ou seja, não poderá haver duas análises iguais e não poderá ser constituída uma série ou um conjunto com elas, por exemplo: “a análise dos obsessivos” ou dos “borderline”, ou seja, o que seria uma análise “standard” (veja que, apesar disso, continua-se a falar de “standards” para a análise do analista). O oposto de um artesanato seria, então, a produção em série ou em massa como paradigma; a linha de montagem ou a cadeia de montagem produzidas por um modelo ou protótipo, ou uma “cura-tipo”. Sobre isso, às vezes também são adotados os “matemas” de Lacan nesse mesmo sentido de cura-tipo, como uma identidade comum à qual remeteria, uniformemente, a clínica de todos os analista de um grupo ou instituição.

A esse respeito, também ouvimos dizer que “não há técnica” em psicanálise, enquanto, de nossa parte, enfatizamos as regras técnicas como conceitos (“Regra fundamental”). Em todo caso, poderia-se dizer que não há uma técnica universal no sentido instrumental (*téchne*) do termo. Aqui é interessante distinguir “prática”, que seria a aplicação, por procedimentos regulamentados, de uma teoria e que aspira a uniformizar, ao universal como paradigma; de “práxis”, definida como o “operar com o simbólico sobre o real”, que, enfatizando o singular, vem recriar e colocar à prova a teoria em cada caso. Pode-se dizer que nosso paradigma seria que, a cada análise e a cada analista, pudesse ser recriado algo da experiência original de Freud, que, partindo de uma posição de não-saber, foi da clínica à teoria, com hipóteses construídas a posteriori e que foram sendo mudadas a cada vez que a experiência se impôs, como em 1920, com uma mudança que transformou a teoria. A singularidade do sujeito também impõe que o que é bom para um não necessariamente é bom para todos ou, dizendo de outro modo, a análise não é um bem comum; não somente porque nem todos são analisáveis de acordo com o caso e com o momento, senão que tampouco todos a querem, nem todos estão dispostos a perder os benefícios do sofrimento.

tial tool and the conception of analysis as a handmade product that makes it impossible to establish a standard.

Keywords: *Countertransference, Desire of the analyst, Setting, Psychoanalytic training, Interpretation, Fundamental rule.*

Referências

- Agamben, G. (2011). ¿Qué es un dispositivo? *Revista Sociológica*, 26(73), 249-274.
- Baranger, W., Zak de Goldstein, R., & Goldstein, N. (1994). *Artesanías psicoanalíticas*. Buenos Aires: Kagierman.
- Bion, W. (1974). *Seminarios de psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleger, J. (1967). Psicoanálisis del encuadre psicoanalítico. *Revista de Psicoanálisis*, 24(2), 241-258.
- Campalans Pereda, L. (2012). *Transmisión del psicoanálisis: Formación de analistas*. Buenos Aires: Psicolibro.
- Freud, S. (1980a). Análisis terminable e interminable. In *Obras completas* (Vol. 23, pp. 211-254). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (1980b). Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 108-119). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1980c). Sobre la dinámica de la transferencia. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 93-105). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1980d). Sobre la iniciación del tratamiento. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 123-144). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Gil, D. (2011). El psicoanalista y la soledad. In D. Gil, *Errancias* (pp. 35-46). Montevideo: Trilce.
- Glover, E. (1970). El efecto terapéutico de la interpretación inexacta, una contribución a la teoría de la sugestión. *Revista de Psicoanálisis*, 27(4), 827-844.
- Lacan, J. (1979a). La dirección de la cura y los principios de su poder. In *Escritos 1* (pp. 217-278). México: Siglo XXI.
- Lacan, J. (1979b). El tiempo lógico y el aserto de certidumbre anticipada: Un nuevo sofisma. In *Escritos 1* (pp. 21-36). México: Siglo XXI.
- Lacan, J. (1981). *El seminario de Jacques Lacan, libro 1: Los escritos técnicos de Freud 1953-1954*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1986). *El seminario de Jacques Lacan, libro 11: Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis 1964*. Buenos Aires: Paidós.
- Nasio, D. (1996). *Como trabaja un psicoanalista*. Buenos Aires: Paidós.
- Pasqualini, G., & Kordon, D. (2013). *Psicoanálisis*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Racker, H. (1981). *Estudios sobre técnica psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós.
- Rodríguez Ponte, R. (1996). *Freud, Lacan, nosotros*. Recuperado de <http://www.efba.org/efbaonline/rodriguezp-04.htm>
- Strachey, J. (1948). Naturaleza de la acción terapéutica del psicoanálisis. *Revista de Psicoanálisis*, 5(4), 951-983.
-
-

Ferramentas contemporâneas: o uso do Skype e as novas formas de *estar sem estar* (Cartografias para um espaço analítico virtual)

Se o descobridor da psicanálise tivesse imaginado a vida deste milênio, com as mudanças tão radicais propiciadas pelo avanço da ciência e da tecnologia, teria podido vislumbrar que as noções de tempo e de espaço sofreriam mudanças? Que pessoas de geografias diferentes estariam conectadas por meio de uma nova forma de presença, em tempo real, apesar dos milhares de quilômetros que podem estar entre elas? Teria sido possível imaginar, para qualquer habitante de final do século XIX ou início do XX, que a intimidade se encontraria em formas antes impensáveis de compartilhar o cotidiano, até em seus detalhes mais triviais, com milhares de indivíduos ao mesmo tempo, tal como está acontecendo nessa era cibernética?

Com certeza há um século, quando Freud se perguntava pelo porvir da psicanálise, era difícil vislumbrar as características desse porvir. Ao longo de um século, suas propostas detonaram um movimento que, longe de ficar na clínica, entrelaçou-se com a cultura e se estendeu por muitos países ao redor do mundo. Com certeza, os primeiros integrantes da IPA estariam contentes e surpresos de saber que a instituição que iniciaram em 1910 hoje em dia tem membros de mais de 50 nacionalidades, que a partir de diferentes continentes estão trabalhando em conjunto por meio do que agora faz parte do nosso cotidiano: as redes virtuais.

O que, há cem anos, inclusive há 30 anos, poderia ser pensado como ficção científica já forma parte de um dia a dia em que, pouco a pouco, vamos todos ficando mergulhados, porque sem dúvida as novas formas de relação possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico levaram a uma mudança impactante nas configurações sociais contemporâneas. Para as pessoas da minha geração, isso implicou uma mudança vertiginosa, mas, para as crianças nascidas no século XXI, a imediatez de qualquer encontro, que, além do mais, pode ser simultâneo com uma infinidade de pessoas, é simplesmente uma condição normal.

A virtualidade como parte da vida, e a vida atravessada de muitas maneiras pela virtualidade, constitui agora um elemento importante na subjetividade da nossa época, onde estão se transformando radicalmente os modos de relação e de sentido. Basta percebermos o

* Asociación Psicoanalítica de Guadalajara.

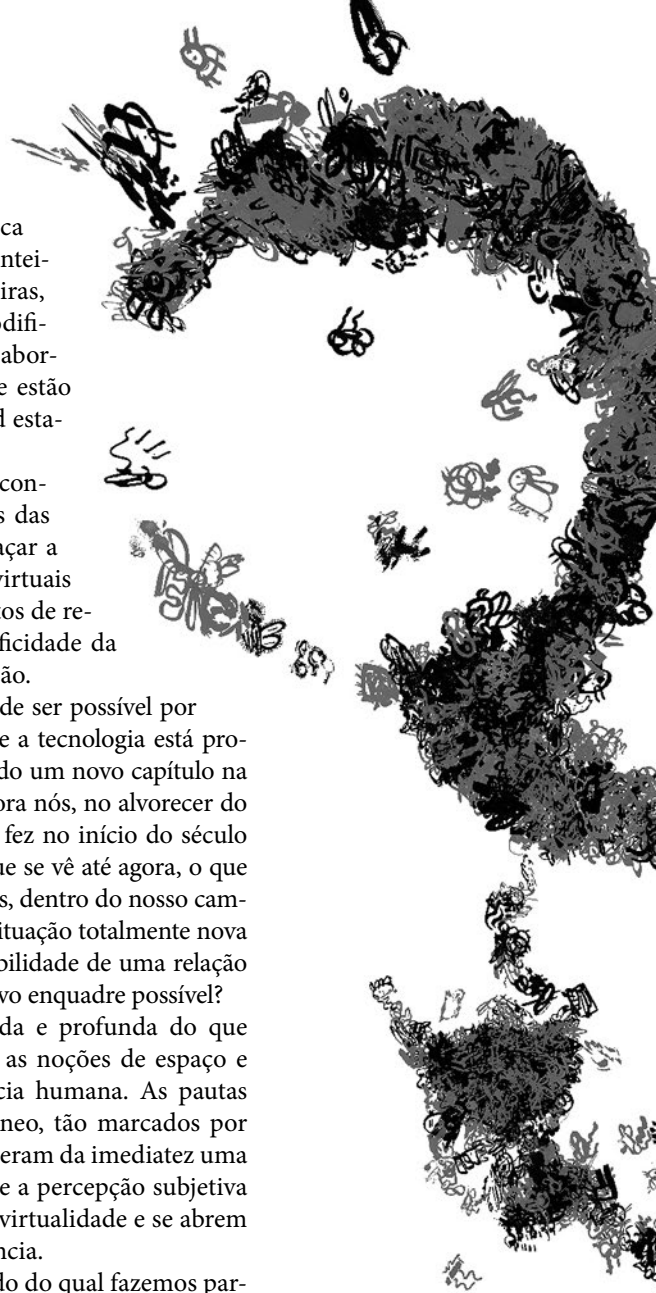
patologias”, para contemplar a compreensão de manifestações sintomáticas diferentes daquelas que predominavam na época do alvorecer da psicanálise. Falou-se das fronteiras da psicanálise e da psicanálise das fronteiras, para abordar novas concepções teóricas e modificações na técnica, que tornaram factível uma abordagem psicanalítica para problemáticas que estão longe de ser as neuroses sobre as quais Freud estabeleceu as bases das suas teorias.

Pois bem, podemos dizer que nos encontramos à beira de outras fronteiras, por trás das quais ainda há muito para explorar, para traçar a cartografia teórica desses novos territórios virtuais e poder estabelecer, dessa forma, alguns pontos de referência que nos permitam manter a especificidade da nossa prática em um mundo em transformação.

Abrir a investigação, nesses casos, não pode ser possível por outro meio que não seja a experiência. O que a tecnologia está propiciando agora como forma de vida vai abrindo um novo capítulo na história da humanidade. Podemos repetir, agora nós, no alvorecer do século XXI, a mesma pergunta que Freud se fez no início do século XX: qual será o futuro da psicanálise? Pelo que se vê até agora, o que está acontecendo nesses novos espaços virtuais, dentro do nosso campo de ação, está nos colocando frente a uma situação totalmente nova para a prática da psicanálise. Diante da possibilidade de uma relação analítica à distância, trata-se apenas de um novo enquadre possível?

Considero a questão muito mais delicada e profunda do que isso. As relações por Skype revolucionaram as noções de espaço e de tempo, eixos fundamentais da experiência humana. As pautas e os ritmos da vida no mundo contemporâneo, tão marcados por uma velocidade cada vez mais vertiginosa, fizeram da imediatez uma característica que afeta os tempos de espera e a percepção subjetiva do tempo. As distâncias desaparecem com a virtualidade e se abrem geografias fantasmáticas que obturam a ausência.

Esse é o mundo em que vivemos. O mundo do qual fazemos parte e, mesmo que pretendêssemos nos opor ao impulso dos avanços tecnológicos, não poderíamos evitar que, pouco a pouco, nós, os psicanalistas, tendamos a encontrar formas de “habitar” os novos espaços aos quais o cotidiano vai nos levando. O desafio desta época implica novos paradigmas relativos ao tempo e ao espaço, à presença ou à ausência, à realidade ou à ilusão. Quanto à prática da psicanálise dentro dessas novas coordenadas, abre-se um capítulo sem precedentes. As resistências à mudança podem dificultar a abertura da possibilidade de incursionar na experiência de uma análise pelos meios virtuais, ao menos para conhecê-la e poder ter uma postura ou opinião mais certa sobre os alcances, limites e riscos de uma análise por Skype. No entanto, como já disse, essa experiência é necessária como qualquer outra experiência clínica, de onde, depois, nascem as teorias. Sem dúvida, haverá quem considere não ser possível iniciar ou manter um tipo de relação nesse formato, mesmo quando, sem



com base nessas situações, que ultrapassam as fronteiras dos nossos saberes, que a psicanálise mantém sua vigência? Pois bem, além da presença-ausência, perto-longe, imagem-pessoa, e tantas outras dimensões a reconsiderar, a questão do encontro virtual possui múltiplas possibilidades espaciais.

Nos enquadres psicanalíticos habituais, um tema importante foi a localização do analisando no espaço do consultório. Divã ou cadeira? Cara a cara ou sem contato visual? Ao considerar a possibilidade da análise por Skype, podem se apresentar novas situações. Onde fica a tela por meio da qual o analista *se torna presente*? Longe? Sobre uma cadeira ou escrivaninha? No colo do analisando? Abrem-se múltiplas possibilidades. Sem dúvida, o transferencial sustenta as pautas do encontro e ainda o que pode determinar essas posições, em que, em cada movimento, tudo entra em jogo, de um modo similar a qualquer outra modalidade de análise baseada na interpretação, apesar da falta de corporidade que limita o campo perceptivo dos encontros. O que se impõe com o limite perceptivo é o corpo real que fica fora, o que, no entanto, a meu ver, pode potencializar a fantasmaticização.

Estamos acostumados a pensar, a partir da lógica do transferencial, que um analista “é e não é” ao mesmo tempo. Agora vem se somar o fato de que “está, mas não está”. Nesse sentido, trata-se de situações inéditas não só na história da psicanálise, mas também de todos os campos de estudo que têm o ser humano como eixo. Para nós, psicanalistas, a necessária investigação implica a possibilidade de usar a tecnologia como ferramenta de encontro entre um analista e um analisando em situações que, de outra forma, não seriam possíveis, mas sem pretender, de maneira nenhuma, que seja o mesmo que uma análise “clássica”. As ferramentas podem servir para construir coisas diferentes, agora, com as ferramentas da psicanálise e as ferramentas tecnológicas, estamos em processo de construir algo que não será nunca igual ao que fizemos até agora, ainda que possa, mesmo com as diferenças, ter muito em comum. Estamos no limite de uma nova fronteira: o limite do possível, com a renúncia implícita, frente às novas possibilidades abertas para uma nova forma de intervenção analítica, que talvez precise de algum termo que marque a sua especificidade. “Psicanálise” ou “terapia psicanalítica” provavelmente não consigam abarcar nos mesmos nomes a dimensão de um enquadre virtual. Pois bem, sobre se é possível ou não trabalhar psicanaliticamente em uma relação à distância, creio que nisso não pode haver esquemas rígidos nem gerais. Isso é parte da hospitalidade que implica se abrir a cada encontro nas condições possíveis dos diferentes ritmos e possibilidades de cada processo em si. Há quem se adeque bem sob esse modelo e quem não poderia estabelecê-lo de nenhuma maneira. Há um tempo, discutia-se sobre a analisabilidade ou não analisabilidade de algumas pessoas, de acordo com suas estruturas ou caracteropatias. Eu sempre me uni aos que pensam que a possibilidade também depende das capacidades e dos limites de cada analista frente a cada situação analítica em particular.

De modo semelhante, creio que no virtual há casos em que se pode desencadear um processo analítico, e casos em que, definitivamente, não se pode, de modo semelhante às análises, em que a pre-

sença real de dois participantes, analista e analisando, também não garante que um processo aconteça.

Não duvido que alguns analistas conseguem estabelecer verdadeiros campos analíticos com seus analisandos em um espaço virtual, enquanto outros não podem, ou não querem, implantar esse recurso e também podem pensar que nem toda pessoa pode se analisar sob essas condições. Como em toda relação, a qualidade e profundidade do amor não depende da frequência com que uma pessoa está com outra, nem da distância e da posição que adotarem, mas sim da qualidade do vínculo estabelecido. O divã ou a cadeira são a forma, mas me uno aos que consideram que isso não garante o fundo. Pode ser uma condição necessária, mas não suficiente. No caso da virtualidade, a qualidade do vínculo que puder ser estabelecido depende de muitas condições que entram em jogo no aspecto particular de cada situação. Por exemplo, se houve um processo prévio vivencial antes das circunstâncias pelas quais se passa à virtualidade. Se a virtualidade é um modo intercalado com sessões presenciais. Se a possibilidade de uma sessão por Skype é ferramenta de ajuda que possibilita a continuidade de um processo quando algum fator externo realmente o impossibilita, ou se, pelo contrário, está a serviço da resistência ou da incapacidade de tolerar a falta, como seria obturar o que há de fecundo em certos cortes, tais como interrupções por férias, viagens etc., contornando a frustração ou as angústias de separação recorrendo ao Skype. Como todas as situações, considero que cada uma dessas possibilidades, se formarem parte de uma relação analítica, devem ser abordadas a partir da situação transferencial. De nenhuma maneira pode ser estabelecido um padrão que possa ser generalizado. O que é certo, sim, é que, para possibilitar um enquadre, é necessário encontrar uma forma de continuidade que defina os encontros e, como em toda análise, o enquadre deve ser claramente estabelecido e, no caso de ser alterado, também marcará pautas para a interpretação.

Pois bem, frente à dúvida sobre o modo em que pode se desdobrar a transferência... uma presença virtual não está povoada de fantasmas e projeções? A frustração inerente à impossibilidade do encontro real não assume um lugar importante também? O desdobramento das paixões transferencias é indiscutível. Se todo tipo de amor se mantém à distância, através da virtualidade, por que o amor transferencial não poderia se desenrolar? Sabemos por experiência que a possibilidade de criar intimidade não depende da proximidade física, mas sim da proximidade emocional, da palavra, do gesto, do silêncio que fazem do outro na tela, nesse caso, analista, depositário das mesmas projeções quando há uma relação possível.

Vinheta

Geralmente falamos de situações clínicas usando vinhetas de analisandos que mantemos no anonimato. Nesse caso, quem ficará no anonimato será o analista, e contarei algo sobre a minha experiência como paciente, ou analisanda, em uma modalidade virtual, algo que alguns poucos anos atrás me parecia impossível. Antes, ao longo de muitos anos, estive em longos períodos de análise e, ao considerar a ideia de retomá-la, não concebia que para mim houvesse outra



possibilidade que não fosse sobre um divã. No entanto, há vários anos comecei a ter algumas supervisões por Skype com colegas de outros países, e com isso fui mergulhando na riqueza da experiência virtual. Durante vários anos, a supervisão à distância foi um recurso muito importante para o intercâmbio, diálogo e encontro que enriqueceu de uma forma enorme meu ofício como psicanalista.

Depois tive a experiência de conduzir uma análise à distância a partir do pedido de uma jovem que tinha precisado interromper sua análise comigo por ter se mudado a outro país e, de longe, queria retomá-la. Acho que essas duas experiências foram determinantes para me situar, depois, no lugar de analisanda no âmbito de uma análise virtual. As condições que me levaram a isso foram o desejo de uma reanálise, depois de uma pausa de quatro anos, a partir da finalização de um terceiro período de análise que havia durado vários anos, e a necessidade de voltar a manter uma relação analítica, por uma situação muito particular que vivia nesse momento. O analista que procurei para isso vive em um país distante do meu, e eu tinha o desejo de me analisar precisamente com ele, a partir da leitura de um dos seus livros, que havia me tocado profundamente. Depois de algumas entrevistas virtuais, meu futuro analista me propôs um enquadre, e iniciamos o que para mim era uma espécie de aventura analítica, sem saber muito o que esperar, mas com muita necessidade, pois, nesse então, me sentia inundada por um profundo mal-estar que foi o que me fez buscar sua ajuda. Mal-estar que pouco a pouco foi desaparecendo no decorrer das sessões.

A experiência dessa forma de análise foi muito rica, apesar de, claro, completamente diferente dos meus trajetos analíticos anteriores. O processo aconteceu, sem dúvida, e me ajudou com o que antes não teria sido possível que eu abordasse, e acho que isso pôde ser alcançado porque, apesar da presença não real, mas sim virtual, a escuta e a capacidade de proximidade empática do meu analista tornaram possível não só uma forma de análise à distância, mas também atravessar minhas próprias fronteiras psíquicas nos pontos de limite em que, em experiências anteriores, havia parado. Talvez, em grande parte, as condições específicas dessa análise em particular foram o que proporcionou isso. Suponho que só saberei a posteriori. Por enquanto, posso contar que, depois de dois anos de análise virtual, consegui recentemente visitar o país onde meu analista mora e tive minha primeira sessão presencial. A primeira coisa que me surpreendeu ao vê-lo fora do monitor foi sua estatura e a cor dos seus olhos. Com isso, ficou evidente para mim que a imaginação se impõe sobre a presença real do analista, que, nessas condições, pode ser mais fantasmático inclusive do que é atrás do divã. Mesmo se a relação é cara a cara através da tela. Assim, sem dúvida, sujeito da minha imaginação no âmbito manifesto e, com certeza, depositário de múltiplas projeções determinadas pela relação transferencial, na minha experiência, sua capacidade de escuta e o caráter esclarecedor das suas interpretações fizeram com que, na distância, o ato analítico fosse motor de um processo que foi conformando um enquadre particular e, sobretudo, uma análise possível. No entanto, não sei se a falta de um contato real inicial

funcionaria em todos os casos. Não tenho certeza de que todas as análises desse tipo possam se sustentar sem a eventual presença real. No meu caso, com certeza, os anos anteriores de análise foram importantes para poder sustentar uma experiência desse tipo. A frustração comum na análise, diante da necessária falta de gratificações do analista, concretiza-se na distância, na cotidianidade de um encontro que, no meu caso, não podia ser de outra maneira.

O que pretendo sublinhar é que não acho que possam acontecer generalizações, e que os alcances e limitações desse novo enquadre devem ser apresentados na unicidade da individualidade. Para mim, foi um processo de transformação sobre aspectos que não puderam ser abordados na minha experiência analítica anterior. O que, confesso, não deixa de me surpreender. No entanto, vejo claramente as limitações e o vazio deixado pela não corporidade da presença real, e tudo o que isso detona, precisamente, e que seria necessário explorar, em algum momento, como um aspecto que deixa lugar para outros, inéditos e específicos, desse tipo de relação, em que estamos literalmente sozinhos e, ao mesmo tempo, acompanhados.

Novas subjetividades, novas patologias, modificações na técnica, novas ferramentas, com seus alcances e limitações. Não podemos fazer uma cópia da psicanálise clássica, mesmo quando ela conserva seus fundamentos. Talvez possa ser pensado o mesmo que se pensou sobre a psicoterapia em determinado momento, da qual se dizia o pior, e no entanto, pelos seus resultados, é uma ajuda incalculável para muitas pessoas. Como já escrevi, a análise por Skype talvez mereça ganhar algum termo que reflita sua especificidade. Não é, definitivamente, uma análise nos parâmetros estabelecidos por Freud, senão uma situação nova sem nenhum precedente. A relação analítica por Skype é uma das múltiplas formas de relação humana no mundo contemporâneo. A capacidade de abrir espaços de intimidade e proximidade ultrapassa o aspecto concreto de uma situação em que, por outro lado, o consultório como espaço compartilhado a propicia, mas não necessariamente a garante.

Lembro com prazer que André Green (2003/2005) opinava que, frente às variações da técnica, a forma de manter uma escuta analítica depende mais do *enquadre interno* do analista do que das vicissitudes formais. No caso do Skype, isso é evidente. Como ferramenta, a abordagem tem fortes limitações, mas também apresenta alcances inéditos frente aos quais é necessário ultrapassar nossas resistências ao novo, para que possamos nos posicionar dentro da subjetividade própria deste milênio, e do que ainda está por vir.

Termino este texto com uma frase dita por uma artista conceitual, Claudia Rodríguez, que, em uma das suas obras, brincou com o verbo “to be”, de uma maneira que, a meu ver, reflete os modos de ser-estar na virtualidade. Diz assim: “*Apesar de que às vezes você não esteja, é, e apesar de que às vezes você não seja, está*”.

Nota: Em setembro de 2014, a equipe de investigação de Psicanálise à Distância, equipe independente subsidiada por um Grupo de Investigação da IPA, enviou a membros e candidatos uma pesquisa concebida para recolher opiniões sobre a prática da psicanálise com

o uso de tecnologias da comunicação que incluem a videoconferência. Daí surgiu a motivação para escrever este trabalho e compartilhar uma experiência.

Resumo

As relações por Skype revolucionaram as noções de espaço e de tempo, eixos fundamentais da experiência humana. As distâncias desaparecem com a virtualidade e se abrem geografias fantasmáticas que obturam a ausência mediante um espaço virtual, que possibilita novas formas de presença e de temporalidade antes inéditas. Isso se tornou parte da cotidianidade que vivemos hoje. Para os psicanalistas, as novas ferramentas tecnológicas abrem possibilidades inéditas nas relações humanas, que estão inaugurando um novo capítulo na investigação clínica, técnica e teórica da nossa prática. Estamos à beira de novas fronteiras, por trás das quais ainda há muito por explorar, para traçar a cartografia desses novos territórios virtuais e poder estabelecer, dessa forma, alguns pontos de referência que nos permitam manter a especificidade da nossa prática em um mundo mutante.

Palavras-chave: *Psicanálise, O virtual, Ausência, Espaço, Enquadre.*

Abstract

Relations by Skype have revolutionized the notions of space and time, fundamental pillars of human experience. Virtuality makes distances disappear and it opens ghostly geographies that obliterate absence by means of a virtual space that enables new and unprecedented forms of presence and temporality. This has become part of the everyday life we live today. For psychoanalysts, the new technology tools open up unprecedented possibilities in human relationships, which are inaugurating a new chapter in clinical, technical and theoretical research of our praxis. We are on the verge of new frontiers behind which there is much to explore in order to draw the map of these new virtual territories and thus to establish some landmarks that allow us to maintain the specificity of our practice in a changing world.

Keywords: *Psychoanalysis, The virtual thing, Absence, Space, Framing.*

Referências

- Augé, M. (2008). *Los no lugares: Espacios del anonimato*. Barcelona: Gedisa. (Trabalho original publicado em 1992)
- Freud, S. (1981). El porvenir de la terapia psicoanalítica. In L. López-Ballesteros (Ed. & Trad.), *Obras completas* (Vol. 2, pp. 1564-1574). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1910)
- Green, A. (2005). *Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 2003)
- Giovannetti, M. F. (Setembro, 2004). *La hospitalidad hoy, en la clínica psicoanalítica*. Trabalho apresentado no XXV Congresso Latino-Americano de Psicanálise da Fepal, Guadalajara.
- Rodríguez, C. (2010). *Vacío y completamente desierto*. [Exposição]. Guadalajara: Museo Raúl Anguiano.



Miguel Alejo Spivacow*

Uma ferramenta do nosso arsenal terapêutico: a terapia psicanalítica de casal

A terapia psicanalítica de casal se consolidou como uma alternativa terapêutica na nossa disciplina e constitui uma ferramenta de uso comum. Muitos colegas recomendam essa forma de tratamento e também muitos casais a pedem espontaneamente, apresentando a ideia de que “o que vai mal” tem mais a ver com a relação do que com eles, como indivíduos.

Surgem várias perguntas a partir dessa reconfiguração na caixa de ferramentas dos nossos recursos terapêuticos. A psicoterapia de casal tem alguma utilidade clínica que a diferencie de uma terapia psicanalítica individual? Em quais casos constitui uma alternativa mais conveniente do que outras formas de terapia? Quais são suas principais referências teóricas? Como se trabalha nela? Talvez, antes de nos ocuparmos com essas perguntas, convenha esclarecer o que se entende por terapia psicanalítica de casal, já que, no terreno dos casais, há diferentes formas de tratamento. Trata-se de uma forma de psicoterapia que se apóia no conjunto de desenvolvimentos teó-

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

rico-clínicos que formam a psicanálise e que utiliza como caminho para alcançar a mudança psíquica o conhecimento tanto de si mesmo como dos funcionamentos psíquicos do parceiro e do vínculo; não é diretiva, nem propõe que o casal se adeque a algum modelo de funcionamento. Não tem como objetivo “salvar” o casal da sua dissolução, mas sim promover o crescimento mental dos seus integrantes no sentido que Bion dava a esse conceito, e é nessa medida que propicia o funcionamento mais pertinente para a relação. Apresenta uma série de características, então, que vamos detalhar pouco a pouco.

Pois bem, antes de nos ocuparmos dos pontos específicos que caracterizam a terapia psicanalítica de casal, é importante afirmar que esclarecer sua utilidade constitui uma questão significativa. Ainda estão próximas as épocas em que, para muitos colegas, a única proposta terapêutica psicanaliticamente legítima era um tratamento com divã, de três ou quatro sessões semanais, com as tristes consequências que isso trouxe para a nossa disciplina, principalmente a de perder lugar na sociedade contemporânea. A questão que nos ocupa é algo mais do que uma discussão que se refere a uma prática psicanalítica, trata-se, fundamentalmente, de discutir como imaginamos a psicanálise no mundo atual, se nos parece adequado ou não que vá ao encontro dos homens e das mulheres dos nossos dias, flexibilizando as propostas terapêuticas de acordo com as possibilidades e necessidades da época, se queremos ou não promover uma psicanálise integrada à sociedade contemporânea, pensando-a, pensando-se e oferecendo soluções no terreno terapêutico. A questão é o quanto escutamos Freud (1919/1990), quando dizia que “devemos à nossa terapia, sem dúvida, a posição que temos na sociedade dos homens...” (p. 155).

A consulta. A análise da situação clínica

Imaginemos um casal que faz uma consulta e pede uma opinião sobre qual tipo de tratamento realizar. Os sofrimentos que motivam o pedido de ajuda podem ser muitos -nascimento de filhos, “ninho vazio”, os chamados problemas de comunicação, violência no vínculo etc.-, mas o fundamental para decidir se é adequado ou não realizar um tratamento de casal não passa pelos sofrimentos em si mesmos, mas sim por estabelecer em que funcionamentos psíquicos eles se encontram. De fato, podem estar arraigados tanto em questões que se encontram, predominantemente, no intrasubjetivo de um ou de ambos parceiros -lutos, traumas- como em questões predominantemente relacionais -desacordos ou violências entre ambos- e, em geral, trata-se de situações mistas, onde o individual e o relacional se entrelaçam de várias maneiras. Nessa clínica complexa, a chave central para decidir que tipo de tratamento propor passa por estabelecer os pesos relativos do intersubjetivo e do intrasubjetivo na problemática em jogo. Dito de uma forma mais coloquial, se é o caso de problemas em um ou nos dois parceiros, ou de problemas entre eles. De fato, o que acontece *entre* as pessoas é diferente do que acontece *nas* pessoas, a dinâmica vincular e o intrasubjetivo constituem dimensões do psíquico que não podem ser reduzidas uma à outra e -acrescentemos-, no caso particular do casal, acontece com frequência que, no tratamento individual de um

o casamento pouco tempo depois da morte da mãe de Laura, e ela diz que esse vazio precipitou seu casamento. A mãe de José mora com eles desde o início e, apesar de a relação mãe-filho ser de uma enorme violência encoberta, nunca se propôs modificar essa convivência. José define a si mesmo como um workaholic.

A saída de casa do último dos três filhos determina uma crise no casal, surgindo entre ambos situações de agressão em que chegam à violência física, apesar de ficarem apenas com alguns arranhões e hematomas. Enquanto Laura procura compensar o luto pelo ninho vazio intensificando sua relação com José, ele procura recompor seu equilíbrio narcísico aumentando sua atividade profissional. Trabalha cada vez mais, começa a sofrer de excessos com o álcool e tem, dia a dia, condutas mais agressivas com Laura, que desenvolve ciúmes intensos em relação a uma jovem executiva, companheira de trabalho de José.

Laura se encontra em um tratamento individual de uma vez por semana, e José fez durante 18 anos um tratamento do qual recebeu alta há cinco meses. Nesse contexto, ambos pedem um tratamento de casal “porque não aguentamos mais. Discutimos por qualquer coisa”.

Laura e José representam uma grande maioria dos casais que chegam à consulta. Não há dúvidas de que seria pertinente sugerir um tratamento individual a José, assim como seria conveniente avaliar o que está acontecendo no tratamento de Laura. Mas, a nosso critério, também é pertinente propor um tratamento de casal, opinião baseada não em uma predileção pessoal, mas sim em determinados conceitos teóricos que vamos expor progressivamente.

O intersubjetivo. A dinâmica vincular

O casal, como já foi dito, consulta por uma série de sofrimentos que têm origem tanto no intrasubjetivo como no intersubjetivo. Pois bem, em termos gerais, convém indicar uma terapia individual quando o propósito é trabalhar os funcionamentos intrasubjetivos, já que sua melhor captação é obtida de entrevistas individuais, que permitem que a associação livre se desenrole melhor. Pelo contrário, quando a intenção é trabalhar funcionamentos vinculares, a indicação costuma ser de tratamento de casal, já que a sessão de casal, ao reunir aos dois parceiros, promove o desenrolar da dinâmica vincular.

Na análise da dinâmica vincular, importa uma série de funcionamentos, mas, em uma primeira aproximação, cabe fazer referência à bidirecionalidade inconsciente, aos funcionamentos vinculares e às alianças inconscientes. O que constitui a coluna vertebral da dinâmica intersubjetiva, seu núcleo, consiste em como cada um recebe o/a outro/a, em que ação complexa se unem: a forma de tratar isso, de discordar, receber, conter, recusar, interpretar, repercutir, enriquecer, expulsar, sintonizar, validar, espelhar, manipular, chegar a consensos e ver matizes um no outro. Essas diferentes ações, de acordo com as que forem válidas para caracterizar o encontro, expressam como cada sujeito se conecta com o outro. A tarefa que se impõe ao clínico é estabelecer os significantes que caracterizam o vínculo, ou



so, no tocante a tratamentos individuais. Em primeiro lugar, trata-se de tentar frear um circuito em que cada parceiro potencializa a agressividade do outro.

Nos itens seguintes, aprofundaremos a análise da dinâmica vincular e nos apoiaremos em três conceitos para sua elucidação:

- a. bidirecionalidade inconsciente,
- b. funcionamentos intersubjetivos ou vinculares –também chamados de plurais–, e
- c. alianças inconscientes.

a. Bidirecionalidade inconsciente

No estudo da dinâmica vincular, somos conduzidos de modo privilegiado pelo conceito de bidirecionalidade inconsciente. De fato, em um vínculo entre dois sujeitos, eles se condicionam reciprocamente, não só em uma interinfluência consciente-pré-consciente do teor daquela que funciona entre uma resposta e uma pergunta, mas também no terreno inconsciente. Vai acontecer, assim, que no nível consciente haverá adequações e conflitos, ao passo que, no nível inconsciente, acontecerão ajustes originados nas características do vínculo e dos sujeitos. Consequentemente, certas condutas de um serão unicamente compreensíveis em relação às condutas do outro, questão que se torna fundamental em uma intervenção psicanalítica, já que o objetivo é entender a conduta das pessoas e, especialmente, suas determinações inconscientes.

A bidirecionalidade, então, é a qualidade do psiquismo em virtude da qual as investidas dos participantes de um vínculo sofrem modificações recíprocas, tanto no nível dos funcionamentos conscientes como no nível dos funcionamentos produzidos no inconsciente, nesses estratos que Freud (1900/2004) chamava de psiquismo profundo¹.

As consequências de considerar a bidirecionalidade inconsciente na clínica são grandes em todos os terrenos. Por exemplo, para mencionar um só item, ao estudar a gênese da fantasia, suas características dependem não só da pulsão e de todo o interior no psiquismo, descrito classicamente na psicanálise, mas também das interinfluências com os outros significados do ambiente, das semantizações que eles oferecem ao sujeito e de como entre eles funciona a bidirecionalidade. As fantasias de um sujeito não surgem unidirecionalmente dos estratos profundos do seu psiquismo.

b. Funcionamentos vinculares ou intersubjetivos

A dinâmica intersubjetiva não é outra coisa senão uma trama composta por funcionamentos chamados vinculares. Eles se constituem como tais em virtude da participação de ambos parceiros e obedecem à condição kaésiana: “Não um sem o outro, nem sem vínculo que os une e contém” (Kaës, 2007, p. 248). A redefinição da subjetividade do outro, que se verifica neles em virtude da bidirecionalidade, é par-

1. “Algunas lecciones elementales sobre el psicoanálisis”, p. 284, em *Obras completas* (Vol. 23, pp. 279-288).

ticularmente importante no nível inconsciente. Um exemplo desse tipo de funcionamento pode ser constituído pelas problemáticas que Piera Aulagnier (1979) descreveu como alienação, onde coincidem um desejo de autoalienação em um sujeito -a suposta vítima- com um desejo de alienar no outro sujeito -o suposto réu. Outro exemplo pode ser representado pelos casais violentos, onde um integrante sustenta e retroalimenta a violência do outro, como Laura e José.

Postular a existência de funcionamentos que não podem ser abarcados a partir da consideração de um único sujeito supõe nos diferenciarmos de outras teorias do psiquismo, em primeiro lugar, da teoria freudiana, que não descreve esse tipo de acontecimento. Pelo contrário, implica uma proximidade forte com Winnicott, quando afirmava que “um bebê não pode existir sozinho, senão que é essencialmente parte de um vínculo” (Davis & Wallbridge, 1988, p. 48).

A descrição desses funcionamentos permite situar de forma mais clara a especificidade das abordagens vinculares, onde se desenrolam em sua real amplitude, enquanto não acontece a mesma coisa em um enquadre individual. A sessão vincular, diferentemente da individual, possibilita uma abordagem vívida e focalizada neles.

As interações rígidas e estereotipadas, que de modo muito frequente levam os casais à consulta, costumam ter origem em funcionamentos vinculares.

César e Maria discutem na sessão de modo bastante monótono e reiterado.

Maria: Estou cansada de limpar a lama que trazem do jardim. Sou a empregada dele e dos meninos, e ele nem sequer fala nada. Pelo menos poderia dizer algo às crianças. As meninas são muito mais companheiras.

César (aproxima seu corpo, de modo provocador): Vem cá, eu geralmente observo se ficou sujeira. Foi uma vez, no domingo. E, além disso, você não vai morrer por limpar a lama um dia. Eu trabalho seis dias por semana, 15 horas por dia, e não reclamo. O resto da semana tomei cuidado o tempo todo e conversei com os meninos. Você mesma, na sexta-feira, reconheceu que eu estava tentando mudar em relação a isso. E a verdade (muda o tom e fala de modo mais suave) é que estou melhor, e você também... Estamos muito melhor (olhando para o analista).

Maria (com voz estridente e penetrante): Você não se queixa?? Por favor!!!

Maria costuma se queixar, de forma repetitiva, de tudo o que César faz com seus filhos homens, como se formassem um time adversário. A cada vez que acontece algo desse estilo, César contra-ataca, de algum modo, sem parar para investigar a origem da reclamação. Ataque e contra-ataque configuram os polos de um funcionamento vincular rígido, em que Maria se queixa dos homens da casa, e César provoca Maria fisicamente.

A maior parte do tempo, nos tratamentos de casal, é dedicado ao trabalho clínico sobre funcionamentos vinculares, deixando explíci-

tos a bidirecionalidade, os diferentes sentidos que adquire para cada um a conduta do outro e tendo em vista as alianças inconscientes correspondentes.

Raquel e Alejandro são casados há 30 anos e chegam à consulta porque, pela terceira vez, acaba de ser descoberta uma relação extra-matrimonial de Alejandro.

Raquel: Ele quer fazer tudo o que tem vontade. Outro dia disse, em uma festinha, que eu tinha a culpa de tudo. Agora diz que vai mudar o código do celular e não vai me dizer o novo. Então como eu posso confiar nele?

Alejandro: Se você quer o celular, aqui está.

Raquel: Mas você tirou tudo daí! Já não recebe nem e-mails nem textos nesse celular!

A discussão continua por um bom tempo. Alejandro evita e banaliza o que lhe é dito, Raquel o acusa ferozmente, ela cada vez mais no papel de um fiscal furioso, ele cada vez mais no papel de um pintinho molhado.

Esse tipo de diálogo é muito frequente. Raquel persegue Alejandro com acusações, e ele, a princípio, a ignora. Quando a situação está por chegar a um extremo, obedece. A suposta obediência de Alejandro deixa Raquel furiosa, e ela se torna mais acusadora ainda, realimentando o círculo vicioso.

c. As alianças inconscientes. Os papéis e a distribuição dos trabalhos psíquicos

O trabalho clínico sobre a dinâmica intersubjetiva, a bidirecionalidade e os funcionamentos vinculares leva às formações intersubjetivas que constituem seus suportes no inconsciente: as alianças inconscientes. De fato, quando uma relação adquire alguma intensidade e duração, vão sendo gerados códigos, modos de ser, formas de conduta que alcançam relativa estabilidade, ou seja, vão se consolidando os funcionamentos vinculares que caracterizam esse vínculo: semantizações compartilhadas e pautas em relação ao permitido e ao proibido, semelhanças, diferenças e oposições. Em um vínculo de casal, então, há, por um lado, uma associação centralizada em um interesse compartilhado, ou seja, uma aliança consciente (formar uma família, serem companheiros, morar juntos), enquanto por outro lado há articulações ou acoplamentos inconscientes, subjacentes à aliança consciente.

Esses acoplamentos variados, ao se consolidarem, geram formas de distribuição do trabalho psíquico, como a divisão do trabalho descrita nos processos de produção da economia. Nos grupos pequenos, o fenômeno mais universal que pode ilustrar essa distribuição é a função de liderança que alguns membros assumem e outros delegam, ao passo que nos casais vai aparecendo que um dos integrantes se encarrega mais da casa, outro, das contribuições econômicas, um, da relação com os amigos, outro, de questões de saúde, enfim... vai aparecendo um perfil tal, que alguns membros assumem certas tarefas que outros delegam para eles, ou seja, vai se instalando uma distribuição de papéis, em parte consciente e em parte inconsciente,

de casal, acrescentamos à nossa bagagem psicanalítica tradicional, estamos em condições de responder com mais elementos à pergunta chave que surge frente a um casal que consulta: que tipo de tratamento propor? Individual, de casal ou de outro tipo?

O que é principal na resposta já foi adiantado, e é o fato de que esta pergunta só pode ser respondida caso a caso. Mas um tratamento de casal é especialmente útil quando, nos conflitos que determinam a crise, predominam os funcionamentos vinculares, já que a sessão possibilita uma abordagem vívida e focalizada nesses funcionamentos.

No entanto, a ideia não é de que, frente a todo problema relacional, deva ser proposta uma terapia vincular. A escolha desse tipo de tratamento deve considerar um conjunto de fatores e, de fato, há casos em que um dispositivo vincular não é o melhor, como acontece frequentemente nas crises de casal que surgem nos momentos em que são descobertas relações com terceiros. Nessas situações, a possibilidade de elaboração psíquica costuma ser muito frágil no enquadre vincular, devido à dificuldade de falar e pensar com liberdade frente ao outro.

Também há casos em que os conflitos que motivam a consulta são predominantemente intrasubjetivos, mas quem os padece não sofre por eles nem os reconhece como problemas -vícios, caracteropatias- e quem os “denuncia” é o parceiro. Nessas situações, o tratamento vincular constitui a melhor alternativa possível, já que de outro modo não haveria nenhum tratamento.

Infelizmente, há muitas exceções para qualquer regra, e isso é o que se deseja dizer quando se afirma que a decisão deve ser caso a caso. Outra questão a considerar é o desejo de quem nos consulta. Se eles querem, firmemente, realizar uma terapia de casal, devemos ter razões muito boas para não aceitar seu desejo. Há funcionamentos psíquicos que só vão aparecendo e sendo entendidos com o andar do tratamento.

Por outro lado, é importante deixar claro que não se trata de um projeto válido, para uma terapia psicanalítica de casal, nem eternizar um casamento nem evitar uma separação. A proposta é trabalhar sobre o que lhes acontece e ajudá-los a pensar e decidir a respeito. Em relação a isso... quais são os casais que possuem mais possibilidades de continuar juntos e com um melhor ajuste diádico depois de um tratamento vincular?

De acordo com a minha experiência, o melhor resultado se obtém com os casais que mantêm o entusiasmo recíproco, para além dos conflitos, e dizem: “*Nós nos matamos, apesar de nos amarmos*”, “*queremos ficar juntos, mas não podemos conversar, precisamos de um tradutor*”, “*não sabemos o que acontece conosco, mas estamos discutindo muito*”. São companheiros que, de algum modo, são “prisioneiros” do amor pelo parceiro e do desejo de estarem juntos, e fazer com que uma relação difícil seja mais prazerosa é o grande motor da terapia. A vontade de estarem juntos não impede que estejam esgotados por conta de agressões, mal-entendidos e confusões. Em grande quantidade, fizeram ou fazem terapias individuais que, por razões diversas, não levaram à melhora dos conflitos entre eles. Uma explicação para isso, muitas vezes válida, é que no enquadre individual não podem ser sintonizados, em toda a sua complexidade, os funcionamentos intersub-

jetivos entre os parceiros, e só a presença do outro, com o consequente desenrolar de intercâmbios que não aparecem na sessão individual, permite uma elaboração dos conflitos vinculares.

As intervenções vinculares

Quando a necessidade clínica é trabalhar funcionamentos vinculares, o recurso técnico mais específico é a intervenção vincular, cujas características vamos tratar nesse trecho.

O objetivo central dessa forma de intervenção é esclarecer e/ou modificar a maneira em que vários membros de um conjunto plurissubjetivo contribuem para que um funcionamento psíquico adote a forma que adota, o que configura uma grande diferença da interpretação descrita por Freud, dirigida a trabalhar o modo em que um único sujeito participa de um funcionamento psíquico. Enquanto a interpretação freudiana tem como alvo, essencialmente, a dinâmica intrasubjetiva, a intervenção vincular tem por objetivo trabalhar a dinâmica intersubjetiva. Seu objetivo principal é esclarecer e trabalhar as participações dos dois membros do casal. Não se dirige a um sujeito, mas sim aos dois, considerados protagonistas do funcionamento psíquico em questão, e tenta, com o devido *timing*, lançar luz sobre os funcionamentos responsáveis pelo conflito, com especial atenção a como ele é co-construído por ambos. Enquanto a interpretação freudiana está voltada a decifrar as coordenadas de desejos e conflitivas singulares, a intervenção vincular objetiva mostrar como um sujeito influencia o outro, tanto consciente como inconscientemente, como cada um deles ativa ou desativa certos funcionamentos no outro, como se constrói e se retroalimenta um funcionamento psíquico entre os dois. Essa é uma grande diferença da intervenção vincular em relação a outras ferramentas clínicas psicanalíticas, que analisam exclusivamente um psiquismo singular.

Uma forma comum de intervenção vincular é dizer que, *“quando você -X- faz isso, que para você não tem consequências, não percebe que nele/nela isso produz o efeito de responder assim. Por outro lado, quando você -Y- responde assim, não percebe que nele/nela produz isso... Depois acontece que os dois, não se sabe como, sofrem por estar em um vínculo de características assim ou assado...”*.

O fato de se dirigir simultaneamente a duas pessoas, geralmente em conflito, implica uma multiplicidade de questões técnicas, a principal delas é que, diante das palavras do analista, uma delas pode se sentir apoiada, ofendida ou mal-entendida, enquanto a outra pode sentir totalmente o contrário. As alternativas são infinitas, mas em resumo a intervenção se dirige a duas pessoas que reagem de forma diferente e interagem em um âmbito de confrontação, com diferentes sistemas defensivos, de tal modo que as palavras do analista sempre são incluídas em um campo de alianças e poderes em disputa, situação para a qual devemos estar atentos.

O fato de se dirigir a duas pessoas, ambas presentes e muitas vezes em conflito, faz com que frequentemente, quando o analista aspira a mostrar um funcionamento de um deles e intervém em consonância com isso, o outro contribua com uma participação que desequilibra as possibilida-

des de um insight em paz. O parceiro, recordemos, não funciona como o analista no dispositivo freudiano, esse interlocutor tão especial, regido pela regra da abstinência. Em um dispositivo plurissubjetivo, acontece o que Kaës (2005) descreve tão bem: “Toda a dificuldade e toda a aposta do processo empreendido na situação psicanalítica de grupo reside em que os outros ‘respondem’, enquanto esse ‘outro’ que é psicanalista não responde, ou não da mesma maneira” (p. 43).

A intervenção vincular, pelo fato de considerar a dinâmica intersubjetiva de modo permanente, costuma se focar nos funcionamentos psíquicos de maneira algo diferente da interpretação freudiana. É frequente, de fato, que os membros de um casal se estereotipem ao se relacionar com o parceiro, desconhecendo sua condição de outro exterior, assimilando-o a um objeto interno, e é frequente também que esse aspecto fundamental dos conflitos intersubjetivos não possa ser aprofundado adequadamente no dispositivo individual. A intervenção vincular se centraliza de modo muito especial em detectar e mostrar se os objetos internos tendem ou não a ser substituídos por sujeitos, a quem se reconhece um mundo interno autônomo.

De resto, em tudo o que diz respeito à sua formulação e desenho, a intervenção vincular pode adquirir as mais variadas formas e não se caracteriza por nenhum traço do tipo formal. Podemos dizer sobre ela a mesma coisa que Freud (1911/1980, p. 87) disse sobre as questões técnicas: há muitas maneiras de fazer as coisas direito, mas há também algumas maneiras de fazê-las mal, e disso deriva a relevância de discutir e comparar as diferentes alternativas.

As intervenções vinculares não são de maneira nenhuma as únicas utilizadas em um tratamento de casal. Em vários momentos, são necessárias intervenções voltadas a trabalhar o singular de um parceiro, que devem ser realizadas com a única precaução de não perder de vista como impactam na dinâmica intersubjetiva. A terapia de casal tende a situar em um primeiro plano a dinâmica intersubjetiva e, a partir dela, focar o trabalho clínico, mas uma focalização assim, em um extremo, pode deformar artificialmente a compreensão do acontecer psíquico, ao não valorizar adequadamente tudo o que o intrapsíquico pesa nos funcionamentos vinculares e no acontecer psíquico em geral. Em um tratamento vincular, não pode ser desconsiderado, em nenhum sentido, o intrasubjetivo, postura insustentável em uma aproximação psicanalítica e, desnecessário dizer, não é possível um conhecimento adequado do intersubjetivo se o intrasubjetivo se perde de vista, e vice-versa.

A interpretação freudiana e a intervenção vincular constituem ferramentas do analista, que aspiram a promover a mudança psíquica por diferentes caminhos e, conseqüentemente, há diferenças em relação à administração clínica da transferência. Nas análises individuais, a transferência com o analista ocupa lugar de protagonista, e do trabalho sobre ela são esperados os resultados mais significativos quanto à mudança psíquica. Mas a situação é outra nos tratamentos de casal, em que a proposta é analisar problemas da relação e se propõe aos parceiros trabalhar as questões entre eles. O resultado é uma interdiscursividade, o discurso conjunto, que possibilita uma abor-



dagem privilegiada das transferências entre os parceiros, que chamamos de transferência intracasal e que descreveremos no próximo item. As outras formas de transferência estão presentes e, claro, têm efeitos, mas se desenrolam de maneira mais limitada.

A questão da/s transferência/s e a mudança psíquica

A teoria psicanalítica, é sabido, correlaciona intimamente a possibilidade de mudança subjetiva com o estabelecimento e a interpretação da transferência, mas -não podemos nos esquecer- ela é compreendida de modos muito diferentes na nossa disciplina. Das muitas características que lhe são atribuídas, há um consenso relativo sobre o fato de que a possibilidade de uma mudança psíquica depende intimamente de que o analista seja investido transferencialmente. Suas palavras são escutadas, e ele adquire, no universo do paciente, um valor de autoridade, já que recebe -via repetição- as investidas que receberam as autoridades da vida infantil. Do mesmo modo, há um acordo relativo sobre o fato de que as transferências indicam o foco em que se atualiza o desejo inconsciente em sua maior intensidade e constituem, assim, pontos que o analista deve considerar de forma obrigatória.

Pois bem, apesar de o comum ser que os analistas, ao nos referirmos “à” transferência, façamos menção à transferência com o analista, as transferências investem várias pessoas do universo do sujeito, de tal modo que o analista não é o único que adquire valor transferencial na vida dos analisandos. Assim sendo, costuma acontecer, na vida de casal, que o parceiro é investido com representações correspondentes a um progenitor ou a algum personagem relevante de modo repetitivo, estereotipado e atemporal, de tal modo que essas investidas constituem transferências, falsas uniões com as características de um protótipo infantil. É fácil situar esses funcionamentos em diversas situações: podemos observar uma, paradigmática, quando o parceiro é idealizado e se considera que só ele ou ela pode resolver um problema. Outra, muito comum, é quando são atribuídas ao parceiro certas características negativas de modo rígido e imutável, de forma quase independente do que fizer, situação que Abelin-Sas (2011) denomina “imagens pré-fabricadas”, e que Berenstein e Puget (1982) descreveram como “reproches”.

Essas transferências entre os parceiros -que são chamadas de transferências intracasal (Spivacow, 2011, p. 83)- são as que se trabalham com mais frequência nos tratamentos de casal. Têm um caráter bidirecional, diferentemente do caráter unidirecional dado à transferência na descrição freudiana, ou seja, uma determinação bilateral tal, que as investidas transferenciais de um a outro vão sendo remodeladas pelas regulações estabelecidas *entre* ambos polos. Dado que constituem o suporte inconsciente de muitos intercâmbios entre os parceiros, ocupam lugar principal na sessão vincular, o que constitui uma especificidade dos tratamentos de casal. De fato, em virtude do seu sustento bidirecional, expressam-se de forma débil em muitos tratamentos analíticos individuais, já que o analista, com sua abstinência, não proporciona os estímulos dados pelo parceiro.

Claro que, no tratamento de casal, estão presentes também outras

formas de transferência, de tal modo que o analista se encontra com uma variedade mais ampla do que aquela administrada pelo analista individual. Scharff e Scharff dizem:

Na prática da terapia de casal, o terapeuta enfrenta uma variedade mais ampla de transferências do que é típico em uma relação terapêutica individual. Os terapeutas de casal não só devem entender e trabalhar com as transferências individuais que cada parceiro desenvolve com eles, mas também com as transferências individuais e conjuntas que se movem entre eles, bem como, também, com as transferências que o casal, como grupo, estabelece com o terapeuta e com o tratamento em geral (Scharff & Scharff, 2014, p. 4342).

No caso de Laura e José, que descrevemos no começo deste artigo, as transferências intracasal, que constituíam um aspecto fundamental do intercâmbio, estabeleciam um certo equilíbrio entre a proteção de José e a admiração de Laura (transferências parento-filiais). Com a saída dos filhos, se desequilibra a bidirecionalidade estabelecida e aparecem, nuas e cruas, as qualidades transferenciais e disfuncionais: o desejo de Laura, de revitalizar a relação com José, está carregado de sentimentos de orfandade e desamparo filial, assim como a irritação de José está carregada de autoritarismo parental.

Levar em consideração o conceito de transferência intracasal, com seu sustento bidirecional, vai permitir entender a potencialização recíproca da violência entre eles.

O casal no mundo atual. Critérios de saúde e de doença

Muitas questões centrais na clínica de casais dependem das crenças ou opiniões do analista. A que nível de harmonia é possível aspirar entre os integrantes de uma relação? Como pensar o encontro amoroso em uma época como a atual, que carece das normas que regulavam, tempos atrás, o encontro entre os sexos? É pensável um vínculo amoroso que não esteja emoldurado pelos funcionamentos da neurose? É possível “curar-se” dos sofrimentos do amor? A postura com que o terapeuta enfrentar essas interrogações vai determinar muito do destino do tratamento e do casal.

Sobre o casal e o amor, há diferentes posições em psicanálise. Diversos autores falaram do amor genital (Laplanche & Pontalis, 1968, p. 173) e consideraram que a saúde mental culminava em uma relação heterossexual plena, presidida pela harmonia. Em uma versão recente dessa postura, Otto Kernberg (1995) fala do amor sexual maduro e propõe uma série de itens (pp. 69-70) cujo cumprimento situa os parceiros em uma espécie de harmonia amorosa que, a seu critério, pode ser alcançada e faz parte da saúde mental.

A perspectiva é totalmente diferente em outros autores. Lacan, com a sua famosa proposição de que “não há relação sexual”, opina que não existe nenhuma relação direta, imediata, entre as posições sexuais masculina e feminina, porque “o Outro da linguagem está entre elas como um terceiro (S20, 64)”, com tudo o que isso possa implicar de mal-entendido e desencontro. “A relação entre homens e mulheres não

mos o divisor de águas entre um casal disfuncional e um casal funcional? O que consideramos um bom ajuste diádico? Como decidimos se colaboramos ou não em um pedido de ajuda? Ajudamos um casal com práticas sadomasoquistas a estabilizar sua relação? Ajudamos um psicótico ou perverso -homem ou mulher- a ter filhos com técnicas de fertilização assistida? As novas formas de casal e de família, que se multiplicam na sociedade contemporânea, o terreno movediço em que se encontram as referências culturais e éticas colocam para o analista interrogações difíceis quando nos pedem ajuda para projetos absolutamente novos na história da humanidade.

Nós, os analistas, não colaboramos com qualquer projeto. Não ajudamos projetos sadomasoquistas, somos partidários de uma parentalidade responsável, somos inimigos da violência desnecessária. No horizonte da nossa clínica, sempre há o que se chama a aceitação da castração, aludindo, assim, a uma lei que coloca limites ao desejo. E, nesses terrenos, é justamente onde a bússola não indica coordenadas claras. Onde está a lei, o limite, que interessa ao psicanalista, nos tempos atuais? Recordemos que, para a tradição psicanalítica, a lei se refere à proibição do incesto, e não a um fragmento de legislação circunstancial. E recordemos, também, que, com as novas tecnologias reprodutivas, hoje, 2015, não está claro o que se entende por incesto. A lei que interessa aos analistas, propõe Silvia Bleichmar (2005), é aquela que simboliza, na interdição do incesto, a proteção ao outro indefeso (pp. 115-117). Retomando, então, como pensar hoje, nesses terrenos, a questão da lei e nossa eventual anuência ou recusa a participar de um projeto terapêutico?

As categorias de saúde ou de doença não servem para trabalhar com o vínculo de casal, porque, como dizia Stoller (1997), no terreno do amor somos todos anormais (p. 25), e essas categorias, frequentemente, não se diferenciam muito das convenções sociais. Uma bússola, pelo contrário, pode ser o conceito de destrutividade. Frente a uma consulta em relação a projetos atípicos para formar um casal ou uma família, engendrar ou adotar, em minha opinião, a primeira avaliação deve se referir ao tipo de destrutividade operante nos membros e na trama do casal. Isso tem mais importância do que se são homossexuais ou heterossexuais, se querem ter filhos com técnicas extravagantes, se moram juntos ou não etc. etc. Outro funcionamento que serve de bússola é o registro que funciona, neles, da subjetividade alheia: quanto e como o outro é considerado como um ente subjetivo, em que se reconhecem e respeitam desejos, sentimentos e funcionamentos diferentes e autônomos. Se o registro do parceiro como ente subjetivo e autônomo está ausente, com certeza o futuro do vínculo não sairá dos limites da perversão e/ou de funcionamentos altamente regressivos.

Para concluir

Tentou-se descrever as características principais da terapia psicanalítica de casal, uma ferramenta complexa do arsenal do analista. Devido a razões de espaço, não mencionamos muitas questões muito importantes, entre outras, a influência das diferentes culturas, com

suas regras e valores sobre a vida de casal, as reformulações da teoria psicanalítica, ocasionadas pelas práticas vinculares, bem como muitos desenvolvimentos divergentes de importantes autores em relação a temas que tratamos neste artigo.

O que não se pode ignorar é que a terapia psicanalítica de casal trabalha, inevitavelmente, em um terreno clínico escorregadio. Os casais sempre são *sui generis* e estabelecem seus ajustes diádicos com base em funcionamentos passionais e regressivos. Já dizia Lemaire há muitos anos:

Apesar de não valer a pena discutir sobre algum aspecto patológico de uma relação amorosa, porque isso leva sempre a um debate convencional sobre os limites da patologia, é necessário entender, pelo contrário, o fundamental do movimento amoroso, em sua origem, como uma tentativa regressiva para recuperar, mesmo que de forma ilusória, uma plenitude anterior. Isso supõe, até certo ponto, uma verdadeira “desdiferenciação”, sem a qual não seria possível essa remodelação estrutural que se opõe dialeticamente aos esforços de diferenciação progressiva imposta pelas necessidades da vida biológica e social (Lemaire, 1979, pp. 163-164).

O analista, então, deve ser prudente e não perder de vista o muito que ignoramos sobre a vida de casal. E lembrar-se do difícil âmbito em que trabalhamos: entre a regressão e a progressão, no terreno dos ajustes diádicos instáveis.

Resumo

Propõe-se que a psicoterapia psicanalítica de casal constitui uma ferramenta fundamental na bagagem terapêutica da psicanálise atual e sugere-se sua indicação principalmente naquelas situações clínicas em que o prioritário é trabalhar sobre sofrimentos ou conflitos originados predominantemente em funcionamentos intersubjetivos ou vinculares. Esses últimos são caracterizados como funcionamentos psíquicos que requerem a participação de ambos parceiros para definir seus traços fundamentais e obedecem à fórmula kaésiana de “não um sem o outro, nem sem o vínculo que os une e contém”. Por isso mesmo, diferenciam-se dos funcionamentos intrasubjetivos, classicamente descritos por Freud e que definem seus traços fundamentais no espaço psíquico de um único sujeito. Descrevem-se as principais características do recurso técnico específico da psicoterapia psicanalítica de casal, a intervenção vincular, bem como as referências em que o analista pode se apoiar para desenhar um projeto terapêutico. Discute-se a enorme influência que as crenças e os valores do analista, sobre a vida de casal, têm na abordagem clínica dos sofrimentos amorosos.

Palavras-chave: *Psicoterapia de casal, Vínculo, Mudança psíquica, Intervenção.*

Abstract

The author proposes that psychoanalytic couples psychotherapy

constitutes an essential therapeutic tool, which is indicated in clinical situations that prioritize interventions targeting patient's experiences, behaviors and symptoms derived from relational /intersubjective anxieties and conflicts. The paper defines the relational/intersubjective dimension and differentiates it from the intrapsychic dimension characteristic of the Freudian classical model. The author's definition of the relational/intersubjective dimension places main emphasis on Kaes's paradigmatic principle, assuming that neither one or the other member of the couple but both of them and the link that unites and contains them in the relation is the object of psychoanalytic couples therapy. The paper describes the main technical approaches and theoretical foundation of the clinical framework of psychoanalytic couple therapy, as well the fundamental conceptual references from which the therapeutic plan is formulated. The author highlights the crucial role of the analyst's systems of beliefs and values regarding couples relationships in the orientation of the analytic couples therapy process.

Keywords: *Couple psychotherapy, Bond, Psychic change, Intervention.*

Referências

- Abelin-Sas, G. (julho, 2011). El universo de la pareja. *Aperturas Psicoanalíticas*, 38. Recuperado de <http://www.aperturas.org/articulos.php?id=702&a=El-universo-de-la-pareja-Reflexiones-sobre-el-valor-de-la-terapia-psycoanalitica-de-pareja-en-el-curso-del-tratamiento-individual>
- Aulagnier, P. (1979). *Los destinos del placer*. Barcelona: Petrel.
- Berenstein, I., & Puget J. (1982). Algunas consideraciones sobre psicoterapia de pareja: Del enamoramiento al reproche. *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, 5(1), 25-40.
- Bleichmar, S. (2005). *La subjetividad en riesgo*. Buenos Aires: Topía.
- Davis, M., & Wallbridge, D.(1988). *Límite y espacio: Introducción a la obra de D. W. Winnicott*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Evans, D. (1997). *Diccionario introductorio de psicoanálisis lacaniano*. Buenos Aires: Paidós.
- Freud, S. (1979). Psicología de las masas y análisis del yo. In *Obras completas* (Vol. 18, pp. 63-136). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1980). El uso de la interpretación de los sueños en el psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 83-92). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1990). Nuevos caminos de la terapia psicoanalítica. In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 151-163). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2004). Esquema del psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 23, pp. 133-210). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1940)
- Gabbard, G., & Western, D. (2003). Rethinking therapeutic action. *The International Journal of Psychoanalysis*, 84(4), 823-841.
- Kaës, R. (2005). *La palabra y el vínculo*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Kaës, R. (2007). *Un singular plural*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Kernberg, O. (1995). *Relaciones amorosas: Normalidad y patología*. Buenos Aires: Paidós.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1968). *Diccionario de psicoanálisis*. Barcelona: Labor.
- Lemaire, J. (1979). *La pareja humana*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Spivacow, M. A. (2011). *La pareja en conflicto: Aportes psicoanalíticos*. Buenos Aires: Paidós.
- Scharff, D., & Scharff, J. (Eds.). (2014). *Psychoanalytic couple therapy* [ebook]. Recuperado de <http://www.karnacbooks.com>.
- Stoller, R. (1997). Los problemas con el término homosexualidad. *Zona Erógena*, 35, 22-25.
- Warkentin, J., & Whitaker, G. (1967). El programa secreto del terapeuta que realiza terapia de parejas. In G. Zuk & I. Boszormenyi-Nagy (Comps.), *Terapia familiar y familias en conflicto* (pp. 273-277). México: Fondo de Cultura Económica.

ciológica menor dos psicanalistas, mas sim condição necessária para exercer o ofício.

Nesse contexto, a revisão atual, em diversos fóruns, dos textos clássicos da psicanálise pode ser entendida como um exercício saudável com relação a esse assunto. Sem ir muito longe, as discussões sobre o modo de conceber o enquadre analítico ontem e hoje. Também fazem parte desses debates, ainda que talvez sejam desenvolvidas de forma mais tímida, interrogações sobre a vigência de conceitos teóricos centrais para a nossa disciplina. Nessa direção, as mutações na fisiologia reprodutiva como consequência do avanço da tecnologia nessa matéria, as novas e heterogêneas configurações familiares, a queda da hegemonia da função paterna e outras variações na subjetividade geram questionamentos novos. Por exemplo, sobre a vigência do Complexo de Édipo em sua configuração clássica, o lugar da repressão como mecanismo de defesa princeps ou o determinismo freudiano com o modelo da cura que poderia ser chamado de “arqueológico”.

Apresentada a pergunta que consideraremos neste artigo, interessa-me introduzir dois conceitos que vou rever ao longo do texto. Em primeiro lugar, a noção de ferramenta. Em qualquer uma das edições do *Dicionário da Real Academia Espanhola*, pelo menos nas modernas, o termo ferramenta está associado com: (I) instrumento, comumente de ferro ou aço, com que os artesãos trabalham; (II) conjunto desse tipo de instrumento. Ambas acepções associam a ferramenta a um elemento simples, manual e que tem por finalidade fazer algo, como um objeto artesanal. Mas essa definição pode ser complementada por outra, que tem como eixo as características (objetividade do objeto) da ferramenta, mas também seu uso (subjetividade do uso). Em se tratando do ofício psicanalítico, não há nada equivalente ao martelo do carpinteiro ou ao bisturi do cirurgião. No entanto, é possível identificar um conjunto de recursos (visíveis ou não) com que o psicanalista conta em sua caixa de ferramentas.

Em segundo lugar, a noção de dispositivo que, por outro lado, é usada com frequência na bibliografia psicanalítica da última década. Sem pretender desenvolver uma análise exaustiva da bibliografia sobre esse conceito, vale considerar uma primeira definição. Michel Foucault (1980) se perguntou o que é um dispositivo e construiu uma resposta genealógica na *Microfísica del poder*. Para o filósofo francês, um dispositivo é uma rede de relações entre elementos heterogêneos (discursos, instituições, linguagens, ideologias, estéticas etc.) explícitos e implícitos, ditos e não ditos. Mas, além disso, essa relação não é estável, pelo contrário. Entre outras coisas, porque emerge em uma situação de urgência.

Pois bem, por que visitar esses conceitos (ferramentas e dispositivos) quando nos perguntamos sobre nossa prática clínica? Talvez possamos pensar a clínica psicanalítica como um dispositivo composto por uma série de elementos heterogêneos que, como todo dispositivo, nasce relacionado com uma situação de urgência ou, pelo menos, com uma situação nova. Em nosso caso, além disso, vinculado com o padecimento que muda e muta, como a subjetividade. À

anos. Talvez como consequência dessa distância, essas instituições perderam força em sua função de regulação.

Quando revisamos as mais diversas situações históricas, observamos que cada sociedade constrói ritos de passagem para acompanhar situações de umbral como o nascimento, a morte e/ou o matrimônio. Essas cerimônias rituais acompanham, ao mesmo tempo em que anunciam e certificam um fato que aconteceu. Em tempos remotos, bem como em algumas sociedades tribais da atualidade, existiam ritos de passagem da infância à vida adulta. Se nos detivermos nesses ritos, observamos que a sociedade oferece aos jovens cerimônias que instituem sua condição de *adultos*.

Poderíamos dizer, então, que a sociedade contemporânea não oferece os ritos de iniciação institucionalizados. Os rituais de hoje em dia, criados pelos mesmos jovens -e chamativamente parecidos em diversos lugares do mundo ocidental-, assemelham-se mais às provas de coragem que povoam os contos infantis. Podem consistir em beijar alguém que acabam de conhecer -não necessariamente de diferente gênero-, beber álcool até perder a consciência, fumar maconha ou ingerir outras substâncias, entre outras.

Unida a essas variações, outra tendência adquire notável presença nos espaços de discussão em psicanálise: é o denominado desfalecimento ou queda da chamada “função paterna”.

Apesar de esse declínio ter uma longa história, de fato alguns historiadores o vinculam com o nascimento do primeiro cristianismo, é o Estado Moderno, através de suas instituições, que limita o pai e regula os direitos do filho (observemos que já não são *sobre* o filho, mas sim *do* filho). Nesse contexto, em que também nasce a psicanálise, surge um modelo de família nuclear, burguesa, monogâmica e heterossexual. Essa configuração familiar, em combinação com as práticas de criação dominantes, explica, e bem, a escolha de Freud do mito de Édipo como complexo nuclear das neuroses e seu lugar central na estruturação da personalidade e na organização da sexualidade humana. Como sabemos, Freud -além de formular sua centralidade- também proclamou sua universalidade.

Mas a formulação dessa universalidade não nos impede de observar as variações nas configurações familiares e nas estratégias de criação. Por exemplo, nas sociedades pré-modernas, o modelo de criação não estava centralizado nas crianças. Adultos e crianças conviviam, com parentes e vizinhos, sem que existissem espaços diferenciados, que fossem excludentes, para adultos e crianças. Nesse contexto, as regulações para evitar o incesto estavam sob responsabilidade da Igreja e do Estado, não da família. Em contraposição, a família moderna -cuja vigência como modelo se estende até a metade do século XX- tem como centro o casal conjugal. O amor devia circular no casal, entre ele e seus filhos. Segundo Moreno (2014), “nessa nova modalidade de criação, foi favorecida, definitivamente, também como ideal, a proximidade física e afetuosa de pais e filhos amorosos” (p. 61). Essa tendência, que por outro lado também poderia ser entendida como uma prática de reclusão, teve uma consequência curiosa destacada pelo autor no mesmo capítulo: a família moderna,

ao mesmo tempo, desempenhava uma função dupla e paradoxal, ao proibir o incesto e promover a sensualidade no seio da família. Não é de estranhar, então, que Freud se encontrasse com a sintomatologia neurótica predominante na época (a histeria e as fobias), nem que fosse natural situar o Complexo de Édipo como o complexo central de toda neurose em sua expressão da neurose infantil.

Pois bem, a crise da sociedade moderna também implica a crise das práticas de isolamento com a estimulação da sensualidade endogâmica e a proibição simultânea. O modelo da família atual *pós-moderna* está muito longe do ideal moderno. Por um lado, os pacientes que nos consultam podem pertencer a configurações familiares diversas: famílias acopladas, monoparentais, casais do mesmo sexo, entre outras. Tampouco o contrato entre cônjuges está baseado em uma união permanente.

A atribuição de autoridade ao pai também se enfraqueceu, como já mencionamos. Nesse momento, já não confundimos, ou não deveríamos fazê-lo, a função paterna com o papel desempenhado por um homem que, em geral, se chama pai e habita em uma família onde é pai dos filhos e marido da esposa, por exemplo. Hoje em dia não é necessário que esse papel seja cumprido por um homem e que, ao mesmo tempo, seja o pai. Pode ser outra pessoa, e não necessariamente do gênero masculino.

Também adquire lugar central um conjunto de interrogações ao redor da filiação, a partir dos desenvolvimentos tecnológicos que começam a questionar o que antes parecia irredutível: a paternidade biológica e o conceito de incesto.

Por outro lado, o isolamento na família não é uma tendência que impera nessa época. Hoje em dia predomina um ritmo acelerado imposto pela pressão da cultura, através de uma espécie de corrida rumo a um prometido sucesso que não poderíamos dizer em que consiste. Somos parte de uma engrenagem que faz com que corramos sem saber para onde vamos. Essa pressão também é sofrida pelas instituições educativas, que hoje propõem iniciar a escolaridade de crianças que não falam e usam fraldas, garantindo-lhes, dizem, um lugar em determinadas escolas e, mais adiante, na universidade. Também passam por esse padecimento os pais que exigem dos psicanalistas resultados rápidos para “reencaminhar” a criança ou o jovem nessa corrida.

Como parte desse clima de variações, observamos que as mães, que antes sofriam por ter que voltar ao trabalho depois da licença-maternidade, às vezes voltam antes do período estabelecido. É fácil condenar essa conduta, se não compreendemos algo do que está acontecendo: como a maternidade retardou-se em idade, as mulheres puérperas deixaram lugares de trabalho que temem perder, e não sem razão. Mas talvez não seja só isso.

A tecnologia, com seus avanços na comunicação, “rompeu” ou “atravessou” a reclusão moderna. O que caracteriza nossa época é o acesso direto a um discurso imediato através da internet, facilmente oferecido e cheio de opções. Hoje em dia o lugar de encontro é predominantemente virtual: textos ou SMS, Facebook, Twitter, WhatsApp,

Instagram, Snapchat, Tumblr e blogs são algumas dessas possibilidades. O território do encontro também pode acontecer nos telefones celulares, que cada vez têm mais elementos.

Com essas descrições, não pretendo sintetizar o conjunto de variações da época. Tampouco ensaiar uma análise exaustiva sobre os adolescentes atuais. Pretendo, mais exatamente, sublinhar algumas variações na subjetividade em geral e no adolescente em particular, que têm consequências para a clínica psicanalítica e que exigem a revisão da nossa caixa de ferramentas.

À luz da caracterização realizada, surgem algumas interrogações. A saber: como se produz subjetivação e se constrói a sociabilidade em um contexto como o atual, fortemente inundado pelos meios de comunicação, com preponderância da imagem, da exposição, da visibilidade e da celebridade, entronizadas pelos *mass media*? Essas perguntas, está claro, requerem uma perspectiva temporal que ainda não temos. Como dizem os historiadores: não é possível escrever a história enquanto ela acontece; é necessária uma certa distância para observar as mudanças, descrevê-las e pensá-las. No entanto, minha impressão é que os mecanismos mentais usados pelas crianças, pelos adolescentes e pelos adultos familiarizados com a informática aproximam-se mais dos que estão ligados à cisão ou ao splitting, do que da repressão. Não é que pense que a repressão não se utiliza, mas o tipo de interação midiática através da qual um jovem pode assistir televisão, estar em um chat, ver um vídeo curto de YouTube e enviar um SMS ao mesmo tempo me parece analisável em termos de splitting e dissociação de diversos níveis de self, que permitem a eles dispersar (?) ou concentrar (?) a atenção em várias coisas ao mesmo tempo.

Confrontada com essas situações, a psicanálise tem pela frente a grande tarefa de encontrar a definição dos mecanismos mentais que predominam na nossa época para, dessa forma, retratar o que vemos na clínica com pacientes jovens. Em relação à sexualidade, por exemplo, as características do mundo com que o adolescente de hoje se encontra são muito diferentes às das jovens tratadas por Freud, como Dora, Katharina ou a jovem homossexual. Aqui também cabe perguntar se a ideia de repressão sexual própria da concepção vitoriana -tão presente na época de Freud- continua a ser o mecanismo princeps na atualidade.

Começemos pelo que é mais visível, rumo a um terreno conceitual. A relação entre o visível e o oculto da sexualidade, claramente observável nas mudanças paulatinas na maneira de se vestir, denota que, se na época vitoriana a ordem era ocultar, na atualidade -com o predomínio da imagem e o anseio de “ser visto”- a ordem parece ser mostrar. Em outro terreno, Marcelo Viñar (2014) indica que “antes vigorava o mandato social de castidade e se fomentava a fobia à defloração, hoje vigora (no imaginário coletivo) o mandato da iniciação sexual precoce” (p. 4).

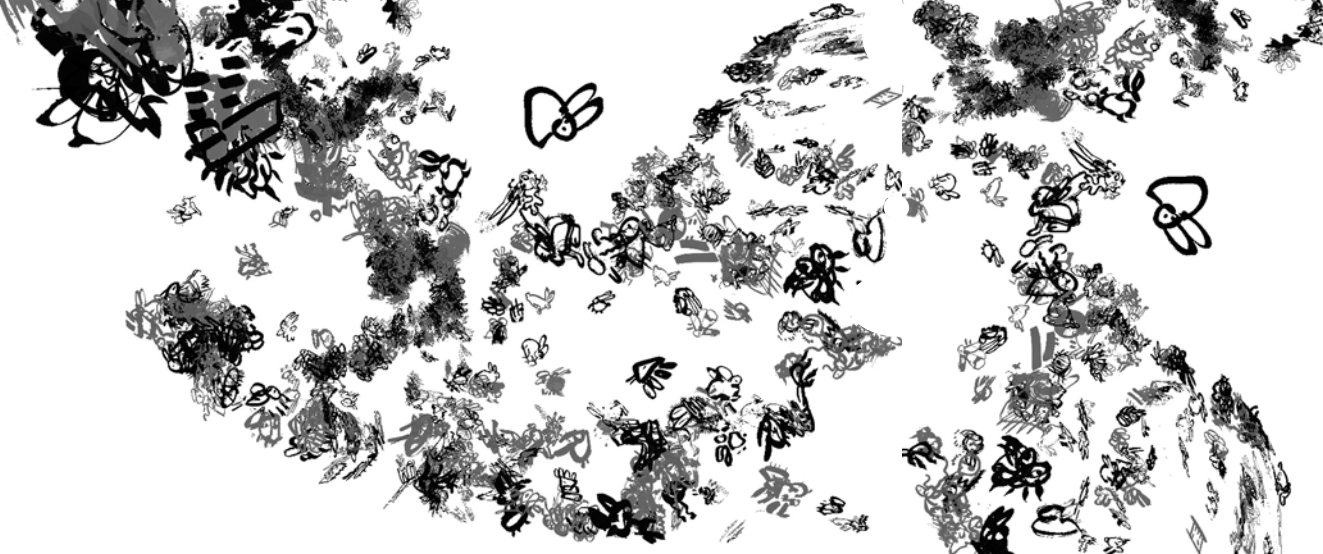
Se retomamos o conceito de intimidade, tão significativo para a sexualidade adulta, vemos que ele foi fortemente afetado pela revolução informática, a ponto de chegar ao seu extremo oposto e passar a ser um espetáculo, tal como apresentado pela autora argentina Pau-

instalado. Vale esclarecer que, com enquadre, não me refiro às suas condições formais, senão ao enquadre como condição a ser internalizada e, por isso, ligada à chamada *atitude analítica*. Assim definido, o método analítico é a salvaguarda que temos, nós, psicanalistas, ante qualquer transgressão técnica que possamos cometer. Por outro lado, o método também é o que oferecemos aos pacientes que nos consultam. Inclusive, por uma definição de Freud, nele confluem a investigação e a terapia. Nesse último aspecto, inclui-se a teoria da cura, que cada analista sustenta de acordo com seus referenciais teóricos.

Pois bem, o enquadre sofreu mudanças nos aspectos formais desde que a psicanálise nasceu: número de sessões semanais, formas de cumprimento entre paciente e analista, preço de honorários e modalidades de pagamento, entre outros aspectos. Para além dessas variações, também registramos mudanças em aspectos mais internos e sutis. Por exemplo, os modos de comunicação. Na Argentina, sem ir muito longe, o uso difundido do *you*, em vez do *senhor* obrigatório em outras épocas, transformou-se em algo frequente. Por outro lado, analista e paciente nem sempre estão sozinhos no consultório, já que muitas vezes estão acompanhados pelos elementos oferecidos pela tecnologia. Os SMS, e-mails e WhatsApp estão incorporados como modos de pedir mudanças, avisar ausências e dizer “estou chegando”. Há não muito tempo, me pediram uma consulta por meio de uma comunicação telefônica. Ao estar frente a frente, na entrevista, perguntei à pessoa como havia chegado a mim, e ela me respondeu sem rodeios: “Por Google, doutora”.

Como destaquei na introdução, pensar nas variações de que somos parte implica pensar as transformações nas subjetividades atuais, mas também nas condições de trabalho para os analistas. Sobre isso, posso considerar minha própria experiência, que, por outro lado, é representativa de uma tendência: vivo e trabalho em Buenos Aires, cidade que foi cenário de um auge da psicanálise nas décadas de 50 e 60, algo que parece muito difícil de entender em outras latitudes. Para dar um breve exemplo, quando quis pedir hora para iniciar minha análise didática perto do fim da década de 70, telefonei para cinco analistas, e quatro deles me responderam que, com muito prazer, me atenderiam após dois, três ou quatro anos. Não seria necessário acrescentar que hoje essa situação não existe.

Por outro lado, e como parte de um processo social e cultural mais geral, nossa época se caracteriza pelo questionamento da autoridade, inclusive aquela vinculada com o saber. Mestres e professores, a escola em geral, estão atravessados por essas variações. O analista, também. Pois bem, esse questionamento tem efeitos, observados tanto nos dispositivos como nas ferramentas utilizados pelo psicanalista. Frente a essa mudança de estatuto, uma primeira reação poderia ser considerar que os efeitos foram necessariamente negativos. Por exemplo, frente ao crescimento das ofertas de alívio rápido do sofrimento, o analista perdeu terreno. No entanto, pela minha perspectiva, creio que o psicanalista se tornou mais sensível às circunstâncias do seu ambiente e às suas próprias resistências à psicanálise. Dessa maneira, permitiu-se rever criticamente sua atitude frente à tarefa e certo isolamento prescindível.



Se a psicanálise é questionada de fora, por que não interrogá-la a partir do seu interior? Por que não nos perguntarmos sobre nossas ferramentas, sobre sua validade e sentido? Como se trata de um campo problemático enorme, vou me concentrar somente em um assunto, como adiantei: na interpretação, enquanto ferramenta-princeps de um psicanalista. Através dessa pergunta, talvez, possamos nos interrogar sobre nossa própria prática.

2. A interpretação psicanalítica ontem e hoje

A literatura psicanalítica sobre a interpretação é ampla e variada desde o começo da psicanálise. É necessário fazer um recorte, com o objetivo de introduzir o tema. Começemos então pelo mestre R. Horacio Etchegoyen.

R. Horacio Etchegoyen (2014), que se debruçou sobre o tema de maneira minuciosa e profunda, considera a interpretação psicanalítica o instrumento fundamental para a tarefa de um analista. De acordo com a sua perspectiva, essa é a ferramenta do terapeuta enquanto condição necessária e suficiente para seu exercício. *Los fundamentos de la técnica psicoanalítica* (Etchegoyen, 1986) e o valioso *Un ensayo sobre la interpretación psicoanalítica* (Etchegoyen, 1999) são de consulta ineludível. Pois bem, no capítulo V do referido ensaio, o autor define a interpretação transferencial como “a mais singular e específica do nosso ofício” (Etchegoyen, 1999, p. 53). Por outro lado, a interpretação *completa* abarca, em passos sucessivos, tanto o conflito transferencial como aquele que não está estritamente ligado à transferência. E este último pode ser o conflito atual ou o histórico, tanto infantil como o mais precoce, que inclui as vivências do período pré-verbal.

Uma última questão que merece ser destacada. De acordo com Etchegoyen (1999), a interpretação pode ser testada durante a sessão analítica, e isso implica “incluir no diálogo analítico o julgamento sobre o qual interpretamos” (p. 66). Não se trata, afirma, do julgamento racional, senão do que provém do inconsciente e surge sem que o paciente saiba o que faz.

Essa posição (que vê a psicanálise como uma ciência) contrasta com uma proposta defendida por vários autores, que entende que a prática analítica está mais próxima da arte ou do artesanato. Pensan-

do assim, interpretar não é tanto explicar, dar sentido ou “descobrir” os conteúdos inconscientes, mas sim uma atividade ligada a descrever e conjecturar imaginativamente, em um trabalho interpretativo realizado por analista e paciente. Sobre essa questão, complexa por diversas razões, voltaremos mais adiante.

Retomemos a noção de interpretação. Nesse caso, por meio de um artigo clássico em psicanálise, de James Strachey (1934) e sobre a interpretação mutativa. Quando Etchegoyen revisa o trabalho, sugere que talvez seja o artigo que melhor descreve a dialética da interpretação. Em uma breve síntese, poderíamos dizer que Strachey se pergunta sobre os efeitos terapêuticos da psicanálise e defende que a interpretação depende das mudanças dinâmicas que produz, especialmente a interpretação mutativa.

Nesse marco, o autor postula a criação de um superego auxiliar que é resultado da projeção dos impulsos e dos objetos arcaicos no analista. A presença do analista como superego auxiliar gera, então, impulsos dirigidos ao analista, mas ele, ao não se comportar como o objeto original, fará com que o analisando tome consciência da distância entre o objeto arcaico e o atual. Por outro lado, isso é o que vai permitir, em termos de Strachey, romper o círculo vicioso neurótico. Para que isso aconteça, está claro, é necessário sustentar o setting analítico e intervir com a interpretação.

Segundo Strachey, a interpretação mutativa produz uma mudança estrutural, modifica-se o objeto arcaico, que pode ser reintrojetado como mais benévolo, e muda a natureza severa do superego.

Hoje, depois de 80 anos da publicação de um dos seus artigos mais citados e discutidos em psicanálise, por variadas perspectivas teóricas, cabe se perguntar sobre a vigência das ideias apresentadas. Por outro lado, essa pergunta está vinculada com a expansão do campo dos quadros psicopatológicos tratados com a terapia analítica. Nesse sentido, já não é possível desenvolver generalizações sobre o uso da ferramenta interpretação sem singularizar o paciente, o analista e seus referentes teóricos.

A partir dos estudos sobre o desenvolvimento psíquico precoce e da análise de crianças pequenas, em suas diferentes aproximações conceituais, foi incluído na aproximação à interpretação tudo o que se refere à linguagem não verbal (gestos, mímica, tons de voz, silêncios).

De todas as maneiras, a pergunta sobre a ação terapêutica da interpretação psicanalítica continua deixando a questão aberta, e é germe de possíveis desenvolvimentos futuros, em um momento em que a psicanálise tem espaços abertos de debate sobre as condições atuais do nosso trabalho, a possibilidade de análise à distância utilizando os avanços tecnológicos e a viabilidade do uso das nossas ferramentas em contextos ampliados.

Depois de revisar ideias de Etchegoyen e de Strachey sobre a noção de interpretação, interessa-me fazer uma breve incursão por outras disciplinas.

O termo interpretação também tem uma longa história fora do âmbito da psicanálise. No campo da filosofia, por exemplo, a relação entre a percepção e a gênese do conhecimento foi um objeto de pre-

Para avançar nessa caracterização, vale a pena que nos detenhamos de forma mais detalhada em dois aspectos técnicos: o conteúdo e a formulação da interpretação. Sobre o conteúdo, e fazendo uma observação sobre minha própria tarefa ao longo de muitos anos de prática, posso detectar diversas mudanças. No marco da tradição ligada ao modelo kleiniano, em que me formei, por outro lado, supõe-se uma predominância da hostilidade no início da vida, com a percepção do impulso de morte e sua posterior deflexão por temor ao aniquilamento. Esse enfoque –que certamente não corresponde à maneira de interpretar de Melanie Klein- teve consequências em um modo de interpretar que enfatizou a hostilidade em detrimento de um repertório variado de ansiedades a contemplar. Esse modelo, que Meltzer (1984) denomina “teológico”, supõe que, ao nascer, estamos ameaçados pelo “inferno” e, através de certas operações mentais, tais como o splitting e a idealização, empreende-se o caminho do desenvolvimento. As ansiedades em jogo nessa configuração -esquizoparanoide- determinam um clima especial na atmosfera do consultório, que poderíamos chamar, em consonância com o modelo que Meltzer (1984) chama de teológico, de o “clima de descida aos infernos”. Esse clima pôde ter feito aparecer como natural o trabalho interpretativo do analista com certa pressa de dar-lhe significação. Talvez se trate de que, com os sentimentos contratransferenciais imperantes nesse clima, sempre seja mais apropriado entrar no inferno com argumentos do que sem eles.

Essa tendência pôde levar, segundo entendo, à gênese de circuitos fechados de índole paranoide na interação analítica. A meu critério, estreitou-se a receptividade que, por outro lado, teria que dar lugar aos impulsos que chegarem ao campo transferencial. Cabe esclarecer que não estou dizendo que a transferência negativa não existe. Pelo contrário, considero essencial sua interpretação, mas sempre em contraponto com os impulsos libidinais que, em última instância, permitem que o paciente esteja na sessão falando ou jogando conosco.

Se lermos trabalhos com material clínico de mais de 30 anos atrás, é notório que se interpretava muito mais do que hoje em dia. Talvez um certo furor interpretativo pode ter como causa uma necessidade defensiva do analista, que, através da ação de falar, pode dar curso à sua própria ansiedade frente ao contato com a hostilidade mais primitiva. Se examinarmos agora a área da formulação da interpretação e colocarmos, como contraponto, o modelo estético que postulei (Ungar, 2000b), pode-se desprender uma modalidade interpretativa diferente, baseada, creio, mais na possibilidade de observar e descrever do que na de explicar. Do meu ponto de vista, essa modalidade interpretativa metacomunica, também, uma atitude de observação, de reflexão e de conjectura.

Retomaremos aqui o debate sobre se a psicanálise é uma ciência ou uma arte, que apenas indicamos antes. O analista apresenta ao seu paciente conjecturas sob a forma de interpretações, e ele deve realizar um trabalho psíquico com elas. A interpretação é, pensada assim, um convite a trabalhar. Diferentemente de uma hipótese científica que é taxativa, a conjectura imaginativa supõe uma opacidade que de-

termina uma atitude mais pudica no momento de interpretar. Nessa direção, o tipo de formulações “para mim, é...”, “acho que” ou “poderíamos pensar” não é uma estratégia diplomática para que o analista pareça mais humilde, mas sim uma enunciação que nos recorda a impossibilidade essencial de saber tudo.

3. *Uma visita ao consultório de ontem e de hoje*

Para abordar as mudanças na minha própria maneira de trabalhar, revisei materiais clínicos do início da minha tarefa com pacientes em análise e outros mais recentes, a partir de uma atitude de observação, experiência de comparação que me permitiu entrar em contato com as transformações na prática de modo muito vívido.

A seguir, apresentarei duas vinhetas da minha própria clínica para estudar como ela se modificou. A primeira provém da análise de uma criança realizada há 30 anos, e a segunda é de uma paciente, estudante universitária, em uma sessão de pouco tempo atrás. Esse contraponto nos permitirá observar as intensas variações em relação à interpretação.

O primeiro exemplo é um breve fragmento da primeira sessão de análise de Andrés. Trata-se de um menino de cinco anos que foi trazido por conta de uma intensa gagueira e de dificuldades no nível de desenhos esperados para a sua idade. Sua análise foi realizada com uma frequência de quatro sessões semanais.

Chega e se despede facilmente da mãe (que o trouxe). Vem comendo balas efervescentes que fazem barulho em sua boca. Abre a boca e me diz: “Veja como explodem”. Eu olho para ele. Começa a falar em grande velocidade e alto, gagueja muito, tosse e espirra. Conta que lhe deram uma bicicleta e que, em um churrasco no dia anterior, “os pais comiam fora”.

Interpreto Andrés: “Como é a primeira sessão, você está assustado, quer encher tudo de palavras, porque dentro tem ideias que você sente que são coisas que explodem na sua boca, como a bala”.

Andrés acrescenta: “Que explodem na minha boca como bombas”.

Intepreto o menino: “Você tem medo de mim, não sabe como vou receber o que sente que são bombas dentro de você”.

Andrés: “Diz para mim: eu vim aqui para quê? Ah, sim... vim para que você me diga que tenho que vir. Mas faço basquete e hoje faltei”.

Intepreto: “Por um lado, você gostaria de ver comigo por que as palavras explodem na sua boca, e você as corta e gagueja, mas, por outro lado, você tem medo e preferiria ficar com o que já conhece, que é o basquete”.

Esse breve exercício de observar minha modalidade interpretativa quando era uma jovem analista foi revelador. Ao ler as interpretações que fiz a Andrés na sua primeira sessão, concordo com o conteúdo (creio que tinham como alvo o centro de máxima ansiedade, como nos ensinou Melanie Klein). Ao mesmo tempo, a formulação é muito assertiva. Dá significado e não abre caminhos. Apresenta, isso sim, hipóteses que não deixam lugar, praticamente, para outras ideias novas.

O contato com a obra e com a pessoa de Meltzer, sobretudo na formulação de um modelo estético (Ungar, 2000b), teve grande impacto no meu modo de entender o ofício psicanalítico e na hora de trabalhar. No modelo estético, o saber do analista vai ser sempre excedido pelo que o paciente transfere, não há chance de conhecimento total ou completo, dadas as qualidades não observáveis a partir do que é sensorial no chamado objeto psicanalítico. Assim, se desprende um estilo de interpretação psicanalítica que se baseia fundamentalmente na possibilidade de observar e descrever, não de explicar.

Se retomamos o breve exemplo clínico da primeira sessão com uma criança de cinco anos, vemos que a primeira interpretação dá à criança desde sentimentos a intencionalidades. *“Como é a primeira sessão, você está assustado, quer encher tudo de palavras porque dentro você tem ideias que sente que são coisas que explodem na sua boca, como a bala.”*

Quando releio hoje essas vinhetas, vejo a mim mesma como uma jovem analista muito entusiasmada, mas com pouca vacilação. Hoje teria uma atitude mais descritiva, com maior aceitação de que o trabalho interpretativo supõe uma sequência, um diálogo, uma série de conjecturas. Se tentasse, em uma espécie de exercício, imaginar minha modalidade de intervenção atual, penso o seguinte: hoje me deteria no começo da minha interpretação. Então, falaria com Andrés sobre seu temor de começar uma experiência nova com alguém que acaba de conhecer, enquanto sua mãe fica do lado de fora (adotando o comentário de que ontem, no churrasco, os pais comeram fora). Hoje também não me apressaria em interpretar as “ideias que explodem na sua boca”, e não faria isso porque entendo que essa fantasia não existe. Continua a ser evidente para mim, como nesse momento, que há uma forte relação entre a agressão e o seu sintoma (as palavras saem cortadas). No entanto, esperaria que a criança tivesse a oportunidade de chegar a isso, de algum modo. Em síntese, com minha ajuda, mas a partir dele.

Por outro lado, Andrés aceita imediatamente minha sugestão de que algo explode em sua boca e acrescenta *“que explodem na minha boca como bombas”*. Isso lhe dá mais excitação, e tenta utilizar defesas maníacas onipotentes de possuir material explosivo que pode utilizar. Depois da minha segunda interpretação, relacionada ao seu possível temor de que não pudesse receber sua agressão, surge a confusão e só aí parece se perguntar onde está e com quem. *“Diz para mim: eu vim aqui para quê? Ah, sim... vim para que você me diga que tenho que vir.”*

A criança se pergunta e talvez não possa esperar uma resposta. Responde a si mesmo com algo que pode acalmá-lo: que eu vou lhe dizer para quê tem de vir à análise. Esse convite é o que hoje teria cuidado em aceitar, o de responder rapidamente ao serviço de atenuar a ansiedade de ambos.

Durante o tratamento de Andrés, que foi intenso e não muito longo, a hostilidade passou à ação em vários momentos, incluído o lançamento de objetos que me atingiram. Tivemos que suspender sessões antes da hora com a presença da mãe na sala de espera, até que

a sessão terminasse, trabalhando com ele ali. Lentamente, apareceu a possibilidade de desenhar e, depois de um lapso de tempo, o sintoma diminuiu. Esse paciente, como quase todos, me ensinou muito sobre a técnica com crianças e sobretudo a segui-lo em suas possibilidades de se aproximar do centro de sua ansiedade e de sua dor mental, o que foi útil para mim no trabalho com pacientes de qualquer idade.

A questão do convite, ao qual me referi ao apresentar a vinheta da análise de Andrés, me oferece uma entrada para observar-me trabalhando em uma sessão vários anos depois.

Uma jovem paciente, no decorrer do seu quarto ano de análise e pouco depois de começar a sessão em uma segunda-feira, me comunica, com muita emoção e em tom de pergunta, que decidiu me convidar à cerimônia da sua formatura universitária, que vai acontecer dentro de dois meses. Depois, fica em silêncio.

Eu não respondo nada, nem sinto necessidade de responder. Depois de um tempo, ela continua a falar sobre o quão difícil foi para ela chegar a essa decisão de me convidar, mas sente que para ela minha presença será importante. Que jamais teria passado por sua cabeça me convidar para uma festa, por exemplo, para seu aniversário, mas que isso é diferente.

Faz outro silêncio de vários minutos. Depois diz que andou conversando com seu namorado e pensavam que com certeza eu não ia querer ir, porque isso seria sair do enquadre. Faz outro silêncio, dessa vez mais prolongado, e diz que, pensando mais sobre o assunto, talvez eu não queira ir porque penso que poderia deixá-la mais ansiosa.

Devo dizer que mais da metade da sessão transcorreu na sequência que descrevi.

Só aí interpretei, dizendo que talvez necessitava minha presença concreta na sua cerimônia de formatura porque não confiava contar comigo dentro dela. Que depois chegou sozinha à conclusão, primeiro, de que não iria porque estou encerrada nas regras do enquadre, para passar a pensar que talvez não iria para cuidar sua análise e, assim, para cuidá-la.

A sessão continuou e foi evidente o clima de alívio sentido pela paciente, tardou pouco em dizer que agora pensava que talvez se sentia obrigada a me convidar por algo ligado ao seu próprio sentimento de exclusão em diferentes grupos desde que era criança.

Essa situação transferencial abriu caminho para continuar a explorar aspectos da sua conflitiva edípica, já que logo associou com que seus pais lhe contaram que, na primeira visita que fez ao hospital, quando nasceu seu irmão, três anos mais novo que ela, caiu ao entrar e tiveram que lhe fazer um curativo pequeno no mesmo lugar.

Depois de uma breve intervenção minha, em relação a que parecia que, nesse momento, sua raiva por se sentir substituída voltou-se contra ela mesma, a paciente continua a recordar quão difícil foi para ela encontrar não só um lugar na família -é a irmã do meio de três-, senão que essa situação se repetiu nos grupos de meninas em sua infância e no início da adolescência.

A partir desse breve fragmento de uma sessão e com a pergunta da interpretação como norte, pergunto-me por outras possibilidades frente a esse convite, que teria desenvolvido ao longo da minha própria história como analista. Poderia ter permanecido calada, de acordo com o modelo de que o analista não deve responder perguntas. Também poderia ter interpretado a paciente em relação ao que significa minha presença em sua formatura, como uma projeção do seu self infantil em mim, presente na cena primária. O fato é que não lhe respondi. Acho agora que utilizei como indicador minha contratransferência, ao não sentir pressão nem necessidade da minha parte de fazer isso. Não falei nesse momento porque não senti que fosse necessário. Penso que decidi pegar sua pergunta e pensar. Sobretudo pensar o que poderia oferecer a ela, para continuar a pensar sobre o seu desejo de me convidar. Pois bem, isso foi possível depois de sustentar uma atitude de silêncio até formular uma interpretação que permitisse que a paciente fizesse um percurso: da sua ideia de me convidar até chegar, sozinha, à decisão de não fazer isso.

Este percurso pela situação clínica e centralizada na operação interpretativa não pretende sintetizar a complexidade do nosso cenário, tanto no nível das variações nas subjetividades como no do ofício do analista. No entanto, entendo que nos permite pensar uma variação substantiva no estatuto de interpretação. Ao revisar esse contraponto, que, por outro lado, é parte da minha história como analista, não posso deixar de observar as variações na hora de interpretar. Visto em perspectiva, observo diferenças que descrevem minha posição, mas tenho certeza de que também a de outros analistas. Hoje me vejo interpretando mais perto do paciente e do seu estado de espírito. Observo um trabalho conjunto. Trata-se de um convite a um processo de pensamento que, para continuar vivo, requer voltar a pensar.

Para concluir, retomemos a pergunta relacionada com a caixa de ferramentas: que ferramentas da nossa clínica precisamos questionar para continuar a trabalhar como psicanalistas? No caso da interpretação, a ferramenta princeps, essa pergunta é complexa porque não se trata de substituí-la por outra, como faria o artesão enquanto olha sua caixa de trabalho, mas sim de revisar seu uso à luz de, e em tensão com, as variações atuais. Não há dúvida de que não se trata de um exercício simples. No entanto, é necessário e se converte em um convite que não podemos deixar passar.

Resumo

Nos últimos 50 anos aconteceram mudanças aceleradas na cultura que têm impacto nas subjetividades infantis, adolescentes e adultas. Vou me referir sobretudo às modificações nas configurações familiares, nos modos de criação e ao avanço tecnológico. Essas transformações tiveram impacto na prática psicanalítica, tanto nas apresentações clínicas como na técnica, e é possível que também haja modificações na teoria psicanalítica. Esse panorama nos obriga a pensar se as ferramentas construídas na época em que a psicanáli-

se nasceu continuam vigentes e se foram afetadas pelas mudanças de época. Será abordado o tema da interpretação psicanalítica e do enquadre.

Palavras-chave: *Interpretação, Enquadre, Transferência, Cultura, Tecnologia.*

Abstract

In the last 50 years infant, adolescent and adult subjectivities have undergone greater and greater modifications due to changes in the surrounding culture. This paper is focused above all on the resulting modifications in family configurations, modalities of upbringing and the advance of technology. These transformations have had a significant impact on psychoanalytic practice –both in the clinical matter we encounter in our everyday work and in technique– and there will also be possible modifications in psychoanalytic theory. This panorama leads us necessarily to consider whether the tools forged in the times of the birth of Psychoanalysis retain their validity, or whether they have been affected by changes in the intervening period and of the present day. The topics of psychoanalytic interpretation and the setting will also be dealt with.

Keywords: *Interpretation, Setting, Transference, Culture, Technology.*

Referências

- Ariès, Ph. (1987). *El niño y la vida familiar en el antiguo régimen*. Madrid: Taurus. (Trabalho original publicado em 1974)
- Bateson, G. (1979). *Espíritu y naturaleza*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bion, W. R. (1987). *Aprendiendo de la experiencia*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1962)
- Etchegoyen, R. H. (1986). *Los fundamentos de la técnica psicoanalítica*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Etchegoyen, R. H. (1999). *Un ensayo sobre la interpretación psicoanalítica*. Buenos Aires: Polemos.
- Etchegoyen, R. H. (2014). [Comunicação pessoal]. Cópia em poder de Virginia Ungar.
- Foucault, M. (1980). *Microfísica del poder*. Madrid: La Piqueta.
- Freud, S. (1979). *La novela familiar de los neuróticos*. In *Obras completas* (Vol. 9, pp. 215-220). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1980). *Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico*. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 109-119). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Julien, Ph. (1995). *El manto de Noé*. Buenos Aires: Estudio. (Trabalho original publicado em 1991)
- Klein, M. (1983). *Principios psicológicos del análisis infantil*. In *Obras completas: Contribuciones al psicoanálisis* (Vol. 2, pp. 127-136). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1926)
- Liberman, D. (1983). *Lingüística, interacción comunicativa y proceso psicoanalítico* (Vols. 1-3). Buenos Aires: Galerna.
- Meltzer, D. (1984). *Dream life: A re-examination of psychoanalytic theory and technique*. Perthshire: Clunie Press.
- Meltzer, D. (1988). *The apprehension of beauty*. Perthshire: Clunie Press.
- Moreno, J. (2014). *La infancia y sus bordes: Un desafío para el psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Sibilia, P. (2008). *La intimidad como espectáculo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Sontag, S. (1996). *Contra la interpretación*. Buenos Aires: Alfaguara. (Trabalho original publicado em 1961)
- Strachey, J. (1934). *On the nature of the therapeutic action of psychoanalysis*. *The International Journal of Psychoanalysis*, 15, 127-159.
- Ungar, V. (2000a). *Dos planos en la formulación de la interpretación psicoanalítica*. In Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (Ed.), *El trabajo psicoanalítico: Antes y después de la interpretación: Trabajos libres del XXII Simposio* (Vol. 2, pp. 629-642). Buenos Aires: Autor.
- Ungar, V. (2000b). *Transferência e modelo estético*. *Psicanálise*, 2(1), 155-177.
- Viñar, M. (Agosto, 2014). *Anudamientos y contradicciones entre el orden simbólico y el imaginario cotidiano: Algunas preguntas sin respuesta nítida*. Trabalho apresentado no VIII Congreso e nas XVIII Jornadas de Psicoanálisis de la Asociación Psicoanalítica del Uruguay, Montevideo.
- Winnicott, D. W. (1979). *Realidad y juego*. Barcelona: Gedisa. (Trabalho original publicado em 1971)

O Estrangeiro



O amanhã e suas vicissitudes¹

Bem, o meu lugar aqui hoje é o lugar do Calibán, lugar do estrangeiro. Serei completamente irresponsável, apresentarei uma série de ideias de um modo inteiramente “jazzístico”. O objetivo é, então, fomentar uma discussão a partir da temática do “amanhã e suas vicissitudes”, em dois registros: um registro mais teórico e um registro mais prático, mais histórico.

O título – “O amanhã e suas vicissitudes” – remete, claro, ao célebre ensaio de Freud (1915/1996), “As pulsões e suas vicissitudes”, de 1915, que é o momento em que a psicanálise se consolida como um pensamento que visa, que pratica a heterodoxia; ou seja, que se afasta da corrente principal do pensamento ocidental e inova de uma maneira bastante radical. Por quê? Porque Freud vai conceber o funcionamento do inconsciente, a estruturação do inconsciente, a partir de um elemento, ele próprio, irreduzível a qualquer estruturação; a partir do elemento, ele próprio, de permanente impulsão, de permanente dispersão.

E, nesse sentido, ele partiu de um campo conceitual, de um campo histórico, marcado pelo mecanicismo, e um dos elementos centrais desse paradigma -que vigorava no solo histórico em que o pensamento da psicanálise foi gerado- é exatamente o conceito de equilíbrio como sendo um conceito regulador do funcionamento do sistema da natureza, do funcionamento do mundo. E Freud, ao inserir esse elemento, quase -podemos dizer- epicurista, esse clinâmen fundador, esse desvio que, no entanto, é a fonte de toda organização, antecipa o que vai vir a ser no século XX a teoria dos temas complexos, a termodinâmica, longe do equilíbrio, porque se visa o que se percebe; o que importa, de fato, pensar e ser descrito não é o estado final dos processos, mas os processos em si mesmos.

* Curador do Museu do Amanhã.

1. Apresentado no seminário Realidades e ficções, no lançamento da revista *Calibán* no MAR – Museu de Arte do Rio (Oliveira, 2014). O presente texto é uma transcrição dessa apresentação.



Os processos em si mesmos envolvem necessariamente a abolição do equilíbrio, a distância do equilíbrio. Então, nesse sentido, a psicanálise é um processo profundamente inovador e antecipador. E, necessariamente, vai contrariar duas categorias; nós, mais ocidentais, modernos, estamos profundamente habituados a trabalhar as categorias do *bom senso* e do *senso comum*. Senso comum é o modo de articulação da causalidade do mundo. O modo pelo qual se pensa que a certas causas se seguem certos efeitos. E bom senso é uma categoria associada, é a boa direção da causalidade. A direção que vai das causas para os efeitos. Então, nós somos adestrados, desde tenra idade, a praticar essas duas categorias de um modo estruturante como experiência de mundo. Nós operamos uma lógica da exclusão, nós praticamos esse senso, essa boa direção, das nossas atividades, das nossas ações, e procuramos até mesmo administrar a nossa vida interior, nossa vida íntima, espiritual, segundo esses operadores.

Quando a psicanálise instaura, não só uma noção de inconsciente, mas esse inconsciente em cujo fundamento há algo que permanentemente escapa, que não pode ser de nenhum modo aprisionado em nenhum enquadramento, ela, necessariamente, vai ter que contaminar essas práticas da nossa consciência. A psicanálise, necessariamente, terá que ser não cartesiana. E, então, nesse sentido, a psicanálise vai nos oferecer variantes de temporalidade profunda que vão se desviar do bom senso, modos de articulação da cognição do pensamento que vão se desviar do senso comum.

E, da mesma maneira, podemos pensar que as ciências contemporâneas vão problematizar essas duas noções de um modo que, no meu ponto de vista, teve a psicanálise como pioneira. Ou seja, também o bom senso e o senso comum vão ser colocados em questão por diversos campos do saber das ciências contemporâneas, em particular por aqueles que lidam com o que nós podemos chamar de *sistemas complexos*; sistemas com muitos componentes e grande densidade de relação entre esses componentes.



Esses sistemas abrangem os três domínios da nossa existência terrestre: existência material, física, existência biológica e sistêmica, e a nossa existência enquanto seres cognoscentes. Então, esses três domínios vão vigorar. Não a lógica redutiva da exclusão, “a lógica do ou”, mas sim “a lógica do e”, como assinalou Quilelli Corrêa (2014). Então, assim como no sonho, há modos de articulação que extrapolam a causalidade habitual, há modos de temporalidade que escapam inteiramente à ordenação causal do bom senso. Da mesma maneira, as ciências contemporâneas começam a reconhecer que, no próprio fundamento da realidade, os tipos de processo que nós testemunhamos operar nesses três planos da nossa existência –material, vital e cognitivo– operam também essas lógicas que escapam do monoteísmo da exclusão, que escapam dessa direcionalidade unitária do bom senso, que vão operar de um outro modo, com outro campo de articulações, que é o que vai nos obrigar a refletir sobre a própria noção dominante na nossa época –realmente totalizante e unitária, portanto totalitária–, a de que existe uma figura do tempo; há uma e uma só figura do tempo, como se a cultura toda tivesse concorrido, tivesse havido uma precipitação, de que, das inúmeras e diversas variedades de experiências com as quais se poderia atribuir um sentido de tempo, o conceito de tempo, há uma, e que essa é a efetiva, a real, essa não é ficcional, essa que a natureza nos exhibe. E essa figura é de um único tempo, esse tempo definido por uma sucessão de três dimensões –passado, presente e futuro– já predispostas, já estabelecidas, e o que nós chamamos de realidade, aquilo que acontece, que de fato sucede, viajaria embarcado em uma nave que se move ao longo dessa estrada do tempo, sempre no mesmo ritmo, sempre no mesmo andamento, em algo chamado *agora*, no presente, e toda realidade viajaria dentro dessa nave; tudo o que é real acontece *agora*. O passado são os “agoras” antigos, os presentes antigos, e o futuro são os presentes inéditos.

E o bom senso é exatamente o reconhecimento de que esse veículo se move sempre uniformemente para a frente; jamais freia, muito menos retrocede, e que toda essa realidade de, quem sabe, inumeráveis corpos, incontáveis componentes,



no entanto, coalesce nesse infinito de coisas, e seres, e aconteceres, coalesce inteiro em um infinitésimo de tempo, que nós chamamos de *instante* ou *momento*. Ou seja: o agora é como se fosse um marcador, que vai de ponto a ponto, percorrendo essa reta do tempo, e nós entendemos que a realidade viaja nessa nave. Em última instância, essa nave tem uma dimensão nula. Ela é um ponto; de ponto em ponto, de agora em agora, a realidade vai se deslocando. Nós entendemos, então, que o tempo é como essa força irrecorrível, que empurra as coisas do mundo desde o passado ignóbil até o futuro remoto.

Essa imagem se tornou predominante na nossa época: imaginem quantos mostradores de relógio cada um de nós viu no dia de hoje. Façam uma estimativa. Pensem, desde que acordaram e sem falar nos relógios dos sonhos, a quantos mostradores fomos expostos, e cada um deles dizendo: “você está aqui”. Ele não diz “você está aqui, nesta posição, nesta reta”. Ou seja, a partir do século XII da nossa era, o Ocidente, o modo de pensar do Ocidente, foi invadido pela potência de um dos mais extraordinários dispositivos já inventados pela engenhosidade humana: o relógio mecânico. O que o relógio mecânico faz é consolidar uma transformação extraordinária. Transforma durações em distâncias. É uma máquina de transformar duração, tempo, em distância, espaço. Então, a cada movimento, a cada posição dos ponteiros, somos informados de que estamos aqui, neste lugar, neste marco da estrada. Os marcos anteriores, já passamos; os marcos a seguir, vamos encontrar. Então, fundamos a nossa experiência de tempo nessa assombrosa transformação daquilo que é a instância mais profunda do viver, a experiência do durar. Convertemos isso, constantemente, inconscientemente, na apreensão dessa separação espacial. Outras culturas, evidentemente, não praticam isso. Os navajos, por exemplo. O agora para eles, o presente, é um ciclo da lua, 28 dias. O que acontece durante aqueles 28 dias acontece *agora*. É claro que essa concepção é inteiramente incompatível, incomensurável, com a nossa noção desse agora instantaneizado, essa reta indefinidamente prolongada de instantes pontuais que nós achamos que é a própria natureza do tempo.



Nesse sentido, se há essa única estrada do tempo, só há um amanhã, só há um futuro, e esse futuro já está dado. É uma fatalidade, e só nos resta alcançá-lo, porque só há esse caminho, só há essa estrada; essa badalada haverá de soar, e estaremos, então, naquele determinado lugar.

Essa concepção faz com que todas as experiências de duração, tão variadas, que a vida e a arte podem nos dar, sejam desvalorizadas em função da entronização dessa concepção como sendo a única completude do tempo, a verdadeira e final realidade do tempo. Isso é extraordinário porque compreendemos, quando olhamos a história, que esse conceito do tempo, que vou chamar de tempo “cronal” –a imagem do tempo associada a uma linha sobre a qual se move um marcador móvel e presente –, é uma construção. Na verdade, as ciências contemporâneas entendem hoje que nós não recolhemos da natureza essa imagem; nós a projetamos sobre ela. Ela é um operador a partir do qual construímos uma série de tramas sociais, de pensamento, apenas para definirmos o que é a natureza, qual a nossa relação com a natureza, a nossa posição em relação uns aos outros; ou seja, vigora sobre nós uma certa imagem de um mundo, como os estudiosos costumam dizer, e essa imagem, cronal, nos algema cotidianamente e nos faz vivenciar esse tempo reduzido, unificado.

Mas, se examinarmos o que os relógios contemporâneos nos permitem discernir de uma variedade de processos do mundo natural, vamos verificar: primeiro, que essa imagem do tempo não é única; segundo, que essa imagem do tempo é essencialmente ficcional, no sentido de que ela é um artefato, um modo de exercer uma certa prática, e há uma variedade de outras imagens no tempo, que são, essas sim, eficazes e vão nos permitir estabelecer novas linhas de interrogação, de exploração; vão figurar, quem sabe, novos amanhã.

Vou dar um exemplo ligado ao nosso próprio corpo: somos um conjunto de aproximadamente 100 trilhões de células humanas; células em cujo núcleo há um genoma de *homo sapiens*. Ou seja, algo em torno de 30 mil genes formando um manual de instruções escrito em desoxirribonucléico, especificando que o nosso



Performance do Grupo EmpreZa no seminário “Realidades e ficções”.
Museu de Arte do Rio - MAR, 27 de novembro de 2014

organismo é um organismo *homo sapiens*. Somos também habitat para um quatrilhão de outros organismos que não têm DNA humano. Somos um ecossistema em que convivem dez vezes o número de organismos, dez vezes o número de células entre as que compõem nosso próprio corpo. E é graças ao fato de sermos habitat para essa heterogeneidade que temos saúde, que digerimos os alimentos, que reagimos a doenças etc.

Cada uma dessas células é um artefato prodigioso em que há uma película envoltória, uma membrana essencialmente feita de gordura, e essa gordura, portanto, não se dispersa na água e é capaz, então, de conter água dentro de si e circular no ambiente úmido, água dentro e água fora, e essa película separando. Mas sabemos que essa separação não pode ser absoluta. É necessário que fluxos de matéria, de atividade, de formação, vindos do exterior, entrem, perpassem, ultrapassem essa fronteira, circulem temporariamente na arquitetura interna, fazendo parte da composição interna desse sistema, e que sejam eventualmente reciclados para o ambiente. Se fechássemos a membrana completamente (se ela fosse invulnerável), a célula morreria de entropia. É necessário que haja essa abertura. Portanto, a membrana da célula separa o dentro do vivo do fora do vivo. Mas, ao mesmo tempo, ela conecta o dentro do vivo com o fora do vivo. Ora, o dentro do vivo é o passado do vivo. É esse manual de instruções onde está especificado o modo de construir réplicas desse organismo, dessa célula. Fora do vivo é o futuro do vivo. São os encontros que o vivo vai ter nos seus azares; alguns encontros vão ser nutritivos, alguns encontros vão ser envenenantes. Então, dentro do vivo é o passado do vivo. Fora do vivo é o futuro do vivo.

Podemos, então, imaginar que essa película, a membrana, é como um presente; dentro é o passado; a membrana, o presente; e fora é o futuro. Mas esse presente não viaja sobre estrada nenhuma; ele conecta o passado e o futuro. Pela abertura da célula, os encontros futuros podem afetar o conteúdo íntimo desse ser. O futuro pode modificar o passado. Então, em uma réplica, esse organismo se reproduz, eventualmente, com uma mutação, para fazer com que a nova edição do manual de

instruções venha a ser publicada, e com isso a vida se torna um assombroso modo pelo qual a natureza produz mais e mais formas, mais e mais arquiteturas, acelerando de modo inaudito os modos de formação da natureza meramente física.

Então, estamos vendo que, em todo organismo vivo, e em nossos próprios corpos, vigora uma temporalidade que nada tem a ver com a imagem cronal; nada tem a ver com o presente que se move; pelo contrário, é um presente de modo; é um presente topológico; é um presente que novela o passado e o futuro; passado e futuro se desdobram a partir desse presente. Ora, se de fato encontramos temporalidades heterogêneas, estranhas à imagem do tempo cronal, até mesmo no registro biológico, em muitos e muitos outros campos, então, é lícito pensarmos que talvez tenhamos que conceber um novo modo de instrumentar uma concepção que seja um efetivo do tempo, que possa abranger muitos domínios do natural, porque já vimos que o tempo cronal só opera nesse campo macroscópico, já formatado pelo simbólico, já estruturado pela palavra e pela técnica.

Lá no fundo dos corpos, lá no miolo dos processos da natureza, vamos ter que repensar o que seriam os elementos essenciais do tempo. Estamos no território da arte e pode nos socorrer um grande artista, Jorge Luis Borges, para pensar como conceber isso, que seria o fundamento último da temporalidade; a distinção essencial entre o antes e o depois. Essa distinção será pensada por Borges não em termos de um ponto, não em termos nem mesmo de uma linha de um segmento, ele vai dizer que a unidade elementar de temporalidade é o labirinto, e o labirinto, sua unidade elementar, o termo útil, é a bifurcação.

Ora, o que é a bifurcação? Bifurcação é quando há uma linha, e nessa linha são definidas duas alternativas. O labirinto supõe uma concatenação indeterminadamente extensa de bifurcações. Diz Borges que uma bifurcação é o ato de labirinto; a unidade elementar de “labirintice”. Então, o que o conceito de bifurcação vai trazer é que ele combina duas categorias que, no modo tradicional, no senso comum, são dissociadas: a necessidade e o imprevisto, o acaso; ou seja, um viajante se depara com a bifurcação, a bifurcação está dada, é necessária, está colocada lá, agora a escolha do viajante, se ele vai seguir para Tebas ou para Corinto, isso a estrada não determina. Há uma arbitrariedade nessa combinação. Portanto, dependendo da oportunidade, ou seja, da síntese de ocasião e de local, um viajante vai seguir por uma direção, vai se encontrar com a esfinge. O outro vai seguir em outra direção, e dele não teremos nenhuma história, nenhum mito.

Então essa ideia da unidade elementar de temporalidade, ou seja, a unidade a partir da qual é possível definir, de modo generalizado, um antes e um depois, consiste não de uma linha orientada, mas dessa associação entre necessidade e acaso, entre determinação e indeterminação. Isso vai fazer com que nós possamos conceber um novo modo, uma nova figura, de temporalidade, que vamos poder aplicar em um sem-fim de domínios, inclusive no domínio dos nossos afazeres enquanto seres membros de uma civilização.

O que é essencial para darmos um passo além dessas teorizações, para nos aproximarmos de uma discussão mais efetiva, mais prática, vai ser reconhecermos que o que a vida faz é colocar em contato durações infinitesimais das reações moleculares, lá no fundo das células, com as vastas transformações ambientais. Então, o bilionésimo de segundo se engrena com um milhão de anos. Se não fosse a vida, essas durações permaneceriam heterógenas. O que a vida faz é exatamente o modo de compor essas durações. E aí a vida inventa um novo domínio de ritmos, um novo modo de andamentos. A vida instaura novos labirintos; novas oportunidades de caminhos a serem seguidos, e cada um desses caminhos vai determinar uma

distinção antes e depois, cada um deles vai determinar um campo de oportunidades a partir das quais novas formas vão poder emergir.

Desse ponto de vista, podemos pensar que nos conviria conceber o tempo humano –o tempo que nós, enquanto espécie, enquanto civilização, praticamos– não segundo a linha totalitária, unitária, do tempo cronal, mas de algum modo como se pudéssemos operar diferentes presentidades –como em uma boneca russa–, dentro das quais podem emergir outros modos de síntese, de associação. Dito de outra maneira, é como se pudéssemos pensar o labirinto, que ampliamos. Encontramos o labirinto, e se fazemos o percurso contrário, percebemos que cada decisão tomada, cada síntese que se realiza, cada antes e depois, ou seja, cada diferenciação estrutural que se estabelece, dá a possibilidade de que algo novo venha a surgir. Então, procurando pensar dessa maneira, podemos conceber uma temporalidade na qual vigorem as três dimensões: o passado, o presente e o futuro. Mas que o passado não seja apenas o repositório dos presentes já idos. Que o passado permaneça dentro do presente, com a fonte e a diretriz a partir da qual o desdobramento seguinte vai se dar. Que o futuro não seja apenas algo que está por ser alcançado. Mas que a presença do futuro no coração do presente seja já algo que possa conformar as escolhas, as oportunidades, que estabeleça quais bifurcações serão ativadas. E o próprio presente, um lugar da ação, como um domínio no qual se constrói a mais preciosa, a mais delicada, das filigranas da vida, que é o tempo, que é a vida.

Então, pensarmos um amanhã marcado não pela fatalidade de uma causalidade determinista estrita, mas, pelo contrário, pela potencialidade de inúmeras configurações possíveis que decorrem das escolhas feitas em um sem-número de bifurcações intermediárias. A cada escolha feita, uma configuração do futuro é fomentada. Se forem outras ações as excluídas, outros futuros serão implementados. A ideia de que o amanhã é uma construção. Essa construção será realizada sempre hoje; hoje, sempre, o lugar da ação. Mas essa construção vai ser feita por todos nós enquanto pessoas, enquanto cidadãos, enquanto membros da espécie humana, enquanto participantes de uma civilização que vive hoje um momento peculiar.

É muito comum nas culturas, nas gerações, pensarem que os momentos que estão vivendo são os decisivos, que são momentos muito significativos. Sobre o permanente risco da *hybris*, ousaria afirmar que, no nosso caso, isso tem forte evidência. Ou seja, a evidência seria de que nós vivemos hoje uma situação de grande tensionamento, na qual há uma plethora de futuros possíveis. Estamos numa espécie de estado de gravidez. E por quê? Porque, mercê de processos históricos e transformações materiais concretas que vigoraram –que foram aceleradas nos últimos dois séculos e meio, desde a Revolução Industrial–, nos tornamos uma espécie –primeiro– planetária e –segundo– geológica. *Espécie planetária* quer dizer que nos expandimos; nossos ancestrais, há 200 mil anos, saíram de uma região e se expandiram (200 mil anos são 4 mil gerações, é muito pouco tempo; 4 mil gerações são, mais ou menos, uns dois dias de bactéria; ou seja, o mesmo número de gerações de nossa história é o que uma bactéria desempenha em dois dias). Então, em 200 mil anos, nesse prazo muito curto, nós saímos de uma região, o noroeste da África, e nos expandimos pelo planeta inteiro, ocupamos as ilhas remotas do Pacífico, separadas umas das outras por milhares de quilômetros. Como esses melanésios conseguiram fazer esse prodígio de navegação é difícil de imaginar!

Hoje, alcançamos todos os domínios da Terra. Vivemos nos vales, nos cumes, nos sertões, nas florestas, nos litorais, nos gelos; só nós e as baratas temos essa abrangência terráquea, e nos compararmos com as baratas é uma honra; as baratas têm 250 milhões de anos de evolução; nós temos ridículos 200 mil, se contarmos

toda a nossa história; de primata, temos cinco milhões de anos. Então, nós nos “planetarizamos”, o que fala de um sucesso biológico extraordinário em um prazo tão curto. E nós nos tornamos geológicos. Em que sentido? No sentido de que o conjunto da nossa atividade conseguiu transformar não apenas todas as regiões do planeta, mas deixar um legado de vasta profundidade. Por exemplo: detonações nucleares que foram feitas na atmosfera nos anos 40, 50 e 60, as partículas radiativas, dispersas pelo vento, depositaram em todos os continentes uma camada muito fina de material radiativo, que tem um componente como o plutônio, com uma vida média de 24 mil anos. Ou seja, se temos cem átomos de plutônio hoje, daqui a 24 mil anos, teremos 50; daqui a 48 mil anos, 25. Portanto, essas nossas ações tornaram-se capazes de alcançar durações que ultrapassam, e muito, as temporalidades típicas da nossa cultura: dias, semanas, meses, anos, décadas, séculos. As consequências das nossas ações ultrapassam, em muito, as temporalidades típicas de nossas instituições, das nossas igrejas, do sistema político. O sistema político mais duradouro que nós temos é o império japonês, que tem mil anos. Tudo mais, todos os sistemas políticos, são mais recentes, mais efêmeros do que esse.

Então, tanto alcançamos esse efeito biológico de nos “planetalizarmos” quanto agora estamos, pelo conjunto da nossa atividade, deixando um legado duradouro de transformações, o que implica que nossos descendentes não viverão mais no mundo que nossos pais viveram. Viverão num mundo profundamente transformado por essa espécie planetária e geológica que nos tornamos.

Deixe-me repetir: ao contrário do que diz o poeta, não seremos os mesmos, não viveremos como os nossos pais (Belchior, 1976, canção 3). Viveremos num mundo profundamente transformado. Esse será o mundo que legaremos, no qual os padrões de sedimentação de todos os grandes rios, de todas as grandes bacias hidrográficas do mundo, foram profundamente alterados no mesmo século pelas barragens, irrigações etc. Jovens, no futuro, vão examinar esse segmento e vão dizer: que agente titânico conseguiu num prazo tão curto, décadas, século, abranger, alterar, todos os fluxos de todos os grandes focos de água do mundo? Foram os vulcões, foram os terremotos, foi o sol? Não, foi o conjunto da atividade humana.

Estamos mudando a composição da atmosfera. Comparando a atmosfera hoje com a que ficou presa em gotículas de ar nos gelos perpétuos da Antártida, vemos que a atividade humana alterou a composição da atmosfera. Mudamos os regimes do clima. Não há dúvida hoje quanto a essa mudança e não há dúvida quanto ao fato de que a atividade humana é o fator decisivo dessa transformação. Estamos alterando drasticamente a biodiversidade, trocando espécies de lugar, promovendo sua desaparecimento intensa; estamos alterando até mesmo o regime de funcionamento da vida marinha, a base do funcionamento da vida na Terra; já existem mais de 400 desertos nos oceanos, que são como marcas escarificadas em sua superfície. Então, nós nos tornamos essa força, profundamente transformadora, e é no âmbito dessas transformações, desses vastos movimentos culturais, econômicos, sociais, materiais etc., que nós e nossos filhos iremos viver. Esse é o entendimento essencial da nossa época.

Vivemos hoje uma nova era geológica, a era do homem (*Antropoceno* [*antropos*: homem, *cenus*: era]), a era em que uma certa espécie, a humana, se tornou uma força planetária com alcance geológico. Portanto, as ações que escolhermos fazer hoje moldarão decisivamente cenários de configurações futuras da própria civilização e, quem sabe, até do conjunto da vida na Terra. Dependendo das escolhas que fizermos, em 2100, poderá estar decretada uma sexta grande extinção. Em 4,8 bilhões de anos na história de vida na Terra, até 95% das espécies desapa-

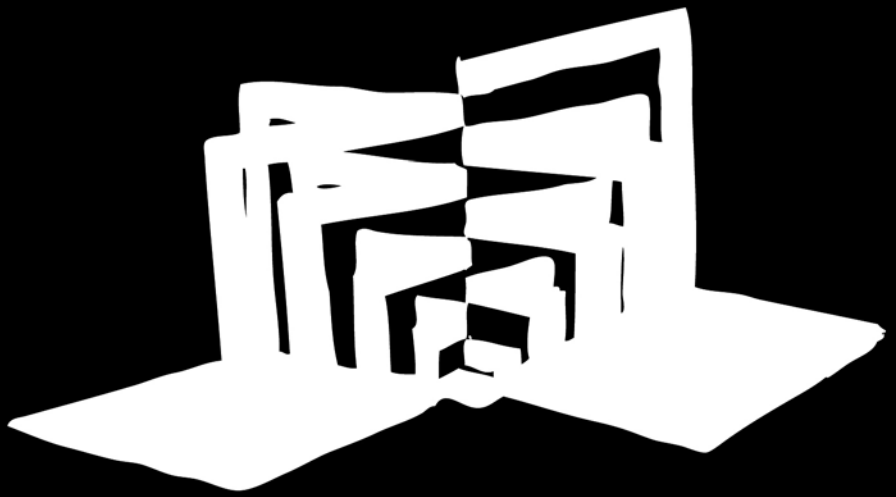
receram por uma variedade de fatores: explosões de estrelas distantes, choques de asteroides. Mas, nesse momento, há a possibilidade muito concreta de que uma determinada espécie, a espécie humana, tenha promovido, até 2100, o extermínio de 30% do conjunto das outras espécies. Então é uma nova grande extinção, determinada pela ação de uma espécie só. Isso é uma experiência sem precedentes na escala da vida e para nós próprios.

Há uma série de diretrizes, de tendências, que podemos identificar no nosso momento, tendências que moldarão as próximas décadas. E muitas dessas tendências são fruto de escolhas; ou seja, nas escolhas que fizermos hoje, teremos de considerar que diferentes caminhos para o amanhã serão concretizados. Isso não será feito por nossos pais, nem por nossos netos. Nós e nossos filhos é que vamos realizar essa tarefa. Então, afirmo enfaticamente que nós, de fato, vivemos uma situação muito peculiar. Com o entendimento de que nós viveremos numa Terra profundamente modificada por nós mesmos, e que os encaminhamentos e desdobramentos futuros das nossas ações terão repercussão planetária, terão repercussão histórica profunda.

Hoje, pela primeira vez, mais de 50% da humanidade é letrada. A maior transformação psicossocial, talvez, da história da humanidade se deu no século XX, com a educação pública dos adultos e, em particular, a educação das mulheres. As mulheres letradas no começo do século XX eram um traço. Hoje elas representam mais da metade da população universitária e mais da metade da população letrada. Então há, hoje, condições materiais para que o legado comum da cultura, das nossas criações, possa ser compartilhado para além de nacionalidades, localidades etc., e talvez isso sirva como uma espécie de fermento, de catalisador, pelo qual as ações –o calibre necessário para as ações– possam ser empreendidas, para que possamos transitar por essas próximas décadas, tão acidentadas, tão ricas de potencialidade e de riscos; para que possamos (talvez inspirados por esse amanhã que desejamos construir) realizar nosso destino de navegadores do Pacífico, nosso destino de ponte, nosso destino de conectar o que veio antes de nós com o que há de vir depois de nós. Se pudermos realizar essa tarefa, se pudermos nos constituir com essa mediação, o futuro se lembrará de nós com saudade.

Referências

- Belchior, A. C. (1976). Como nossos pais. In *Alucinação* [CD]. Polygram.
- Freud, S. (1976). Pulsiones y destinos (Trad. José Etcheverry). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1996). As pulsões e suas vicissitudes. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Oliveira, L. A. (Novembro, 2014). *O amanhã e suas vicissitudes*. Trabalho apresentado no seminário Realidades e ficções, Rio de Janeiro.
- Quilelli Corrêa, C. de A. A. (Novembro, 2014). *Terra de ninguém*. Trabalho apresentado no seminário Realidades e ficções, Rio de Janeiro.



Textual

Siri Hustvedt

Escritora, romancista e ensaísta. Possui doutorado em Língua e literatura inglesa pela Universidade de Columbia, Nova York. Prêmio Internacional Gabarrón de Pensamento e Humanidades (2012). Realizou investigações em filosofia, psicologia, psicanálise e neurociências. Publicou vários livros em diversos gêneros: novela, contos, poesia e ensaios, ao longo de um extenso percurso pela literatura e pelas disciplinas que lhe interessam.



Novela:

- *O que eu amava*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004
- *Desilusões de um americano*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010
- *Verão sem homens*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013
- *A mulher trêmula, ou uma história dos meus nervos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011
- *O mundo em chamas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014

Ensaio:

- *Los misterios del rectángulo*. España: Circe, 2007.



Essa estranha forma de intimidade

Entrevista com Siri Hustvedt*

Você fala de um lugar de estrangeiro, vivendo numa Nova York cosmopolita, com uma origem escandinava, falando norueguês e trabalhando como escritora... O papel de uma *outsider*, que você desempenhou diante da psicanálise, pode ser o melhor lugar para observar... não acha?

Eu concordo completamente. Sempre pensei sobre o que significou, para mim, crescer em duas línguas, ter uma mãe norueguesa e um pai americano. Ele também cresceu falando norueguês. Eu acho que dois idiomas permitem que se tenha duas perspectivas diferentes, porque palavras delineiam uma coisa em uma língua que não são necessariamente delineadas na outra. Tenho certeza de que você sente isso com o espanhol e o inglês o tempo todo, que você de repente percebe como a percepção muda de uma língua para a outra. E mesmo que eu nunca tenha articulado essa divisão quando criança, eu cresci com uma noção de “aqui” e “lá”. Eu tinha um “lá” que era a Noruega. E, quando eu estava na Noruega, eu tinha o outro “lá”, os Estados Unidos. Existem muitos escritores que, por uma razão ou outra, encontram-se na posição de *outsider*. Eles escrevem para o outro, mas a partir de um ponto de vista marginalizado. Eu acho que, com certeza, tenho a sensação de sempre estar fora, sim. Mas **a marginalidade como perspectiva é frequentemente mais interessante do que reinar no centro das coisas.**

Mas você não acha que estar colocado à margem é, para um psicanalista, uma característica mais estrutural do que acidental? Como para os escritores...

Eu acho que a história da psicanálise depende da cultura em que ela se encontra. Nos Estados Unidos, o pensamento psicanalítico freudiano foi adotado com

* Entrevista realizada para *Calibán* por Mariano Horenstein em Nova York, em 14 de maio de 2015. Da pesquisa preliminar e dos posteriores ajustes, participaram Natalia Barrionuevo, Adriana Yankelevich, Natalia Mirza, Ana Maria Olagaray e Pablo Goldberg.

entusiasmo. Dos anos 50 até os anos 70, os departamentos de psiquiatria eram dominados por freudianos. Nos anos 70, quando a primeira geração de antipsicóticos apareceu, houve uma mudança radical em direção ao que hoje é chamado de psiquiatria biológica. Eu tenho a sensação, entretanto, de que há mudanças no ar novamente.

Estou terminando um livro chamado *The delusions of certainty*¹, que trata das nossas ideias de mente no Ocidente. No livro, eu critico a falta de fundamento filosófico que frequentemente existe nas pesquisas de neurociência – não em todas, mas em muitas delas. Quanto mais aprendo, mais crítica me torno. Interesse-me muito pelos trabalhos sobre o cérebro, mas muitas das pesquisas em neurociência usam um modelo cartesiano dualista de mente e corpo sem nem se dar conta disso. Colocam traços psicológicos no topo e, então, neurônios, hormônios e neuroquímicos abaixo. A psique flutua sobre apoios ou correlatos neurais como se os dois, psique e neurônios, pudessem ser separados. O cientista traça um paralelo entre a raiva e uma região no cérebro – o sistema límbico, digamos. Isso é filosoficamente ingênuo. Não é uma imagem útil. Contudo, encontrar um bom modelo teórico para o funcionamento cérebro-mente é extremamente difícil. Sustento uma visão monista, encarnada da mente.

Em relação a isso, você se referiu à nossa era como “neurobiológica”.

Sim, agora tudo tem um “neuro” na frente, pelo menos nos Estados Unidos. Neuroeconomia, neurofilosofia, neurotudo. Esta é uma era do cérebro porque muita informação nova foi produzida. As pesquisas explodiram.

Talvez pudéssemos nos referir ao século XX como a era do “inconsciente”? Porque... será que vivemos numa época em que o inconsciente freudiano – que é ao mesmo tempo dinâmico, sexual, reprimido, conectado à linguagem, antissocial – parece esvanecido? Não acha?

Bem, isso é *tão* interessante. Seria necessário procurar muito, hoje em dia, para encontrar um cientista ou um filósofo que não acredite no inconsciente. Isso é algo notável. E como o que a ciência entende por um inconsciente cognitivo se relaciona com o inconsciente freudiano? Bem, há certos cientistas, Mark Solms, Georg Northoff e Karl Friston, por exemplo, que usaram o modelo freudiano de mente e o aplicaram à neurobiologia – o que nós sabemos sobre o cérebro hoje. A fantasia de Freud no *Projeto* era unir a realidade fisiológica dos neurônios e a psique. Ele abandonou essa ideia, mas alguns acreditam que sua esperança inicial possa, agora, ser realizada. Marc Solms deu início à neuropsicanálise. O desejo de Friston é juntar mente e cérebro num modelo econômico como o de Freud. Outro cientista, o falecido Karl Pribram, nascido em Viena, *amou* o *Projeto*. Ele o ensinou nos anos 60 como sendo sua teoria, e todos ficaram entusiasmados com as ideias. Até que ele contou à sua plateia de neurocientistas que se tratava de uma teoria de Freud, e não sua. Todos ficaram espantados. Ele dizia: “Não, de forma nenhuma. Eu acabo de ensinar a vocês o *Projeto*”. Pribram argumentou que, pelo fato de os conceitos de Freud terem nomes diferentes – Freud não usou a terminologia neurológica –, os cientistas os consideravam estranhos. Eu acho que a questão é mais ampla. Acho que **Freud tornou-se uma daquelas figuras cujas ideias eram vistas como casos de tudo ou nada**. Por que com outros pensadores as pessoas têm permissão para tomar um conceito aqui ou ali? Por exemplo, Hegel. Pense em quão importante

1. “As ilusões da certeza”.

Hegel foi para a filosofia. Mas ninguém imagina que, para ler Hegel, é necessário acreditar que o Império Prussiano fosse a síntese última da dialética. Rejeitar essa ideia não significa rejeitar as ideias de Hegel, sobretudo sua teoria sobre a auto-consciência, por exemplo, que ainda é importante. Mas com Freud foi diferente. **Se existisse um único pensamento que fosse descoberto como não verdadeiro, ele tinha falhado completamente como pensador.** Eu não entendo tal raciocínio. O próprio Freud escreveu repetidas vezes que suas ideias provavelmente seriam revistas por conhecimentos futuros. Parte do problema pode ser devido ao fato de que a psicanálise tem sido ferozmente dogmática em seus enquadres desde o início. Havia muitas facções. Pense em Adler. Pense nos “analistas selvagens”. Imagine Anna Freud e Melanie Klein confrontando-se em Londres.

...Houve uma revitalização da psicanálise nas ciências, e não acho que isso seja algo ruim. Acho que o que não se deseja é que a neurociência engula a psicanálise. Mas pode-se considerar a mente sob dois pontos de vista: primeira pessoa e terceira pessoa. É nisso que eu acredito: a experiência subjetiva do cérebro-mente –ou o que quer que esteja em nossos crânios– é irreduzível. Em outras palavras: não se pode reduzir minha experiência –ou a sua experiência– de consciência (ou inconsciência) para um ponto de vista de terceira pessoa, por mais preciso que possa ser. Isso não significa que neurociências e psicanálise não possam dialogar. Elas podem. Freud teria adorado poder se envolver com a neurociência contemporânea. Ele era um neurologista, afinal. Faz sentido? ...Estive remoendo à exaustão essa questão filosófica, mas acho que não se pode reduzir a experiência subjetiva aos neurônios. Posto de uma maneira simples, não funciona.

Você afirmou que hoje em dia ninguém nega a existência do inconsciente. Mesmo dentro da psicanálise, a conceituação desse conceito fundamental varia bastante. E, fora dela, em outras correntes terapêuticas –assim como no campo cultural–, a ideia de um inconsciente rico em seus efeitos, sexual e conflitivo –digamos mesmo subversivo– não é comumente encontrada... ou é?

Isso é verdade. Na ciência cognitiva hoje, ninguém negaria processos inconscientes. Isso posto, a natureza desse inconsciente é tema de debate. No entanto, a teoria computacional da mente –que esteve em alta na ciência cognitiva desde a década de 50– encontra-se provavelmente em seus estertores finais. A mente não é um computador digital lógico, e cada vez mais cientistas estão se voltando para outro paradigma –não estritamente psicanalítico, mas que reconheça a importância das sensações e emoções.

Pode ser que eu tenha uma inclinação para a síntese porque eu adoro juntar ideias de muitas disciplinas que raramente interagem. Isso satisfaz meu desejo de brincar e continuar brincando, mas também de unir ideias de modos improváveis. Certamente isso está relacionado a personalidade e caráter: unificar me dá mais prazer que dividir.

Algumas décadas atrás, uma série de artigos de Janet Malcolm foi publicada na *New Yorker*. Nela, foi descrito o retrato típico de uma prática psicanalítica ortodoxa. Próximo tanto a certos estereótipos quanto ao que pode ser visto em alguns dos filmes de Woody Allen. Essa imagem de analistas rígidos e neutros, principalmente médicos, alguns com sotaque europeu, mudou? Como você vê a prática analítica hoje em Nova York?

Acho que a questão do sotaque vienense diminuiu porque muitos dos exilados europeus que vieram a Nova York na década de 30 já morreram. Então acho que o estereótipo do velho de barba desvaneceu-se um pouco. Há menos lacanianos

em Nova York do que em Paris e Buenos Aires, por exemplo, e uma variedade de programas psicanalíticos diferentes. No entanto, a instituição de elite aqui continua sendo a Sociedade Psicanalítica de Nova York.

Mas as pessoas aqui vão ao analista frequentemente, como costumava ser? Era um hábito muito popular...

Creio que há muito menos pacientes de cinco sessões semanais e que deitam no divã do que costumava haver. Se perguntarmos a analistas em Nova York, eles dirão que têm alguns pacientes verdadeiramente analíticos, à moda antiga, mas normalmente um número pequeno –dois ou três.

O que é um paciente verdadeiramente analítico para você? Na sua opinião?

Fui uma paciente de psicoterapia baseada em psicanálise por seis anos. Eu tenho um analista.

Você foi uma “paciente verdadeiramente analítica” por seis anos?

Fui uma paciente por seis anos, sim, mas não deitando no divã. Ainda assim, devo ser tão “verdadeira” quanto qualquer outro paciente. Outro dia disse ao meu analista: “Sabe, estou começando a ver o arco do processo, um fim. Sei que vai acabar em algum ponto”. O que quero dizer é que a ideia clássica de deitar no divã cinco vezes por semana e conversar com o seu analista acontece muito menos do que costumava acontecer. Muitas pessoas que têm um analista –alguém treinado em psicanálise– são como eu. Vão duas ou três vezes por semana a uma psicoterapia baseada em psicanálise.

Que tipo de motivos há, em sua opinião, para essa mudança... não tanta gente indo...

Cinco dias na semana?

Sim...

Bem, isso é uma velha história na psicanálise. Parte disso é dinheiro. Fazer análise é caro, mesmo se em Nova York muitos analistas tenham escalas graduais, dependendo das possibilidades financeiras dos seus pacientes. É também uma questão de tempo e da ideia atual de que as respostas psicofarmacológicas são tão boas quanto a conversa. Eu acho que isso não é verdade. **Os antidepressivos provavelmente foram tão bem sucedidos nos anos 90 porque o efeito placebo era bem maior na época. Houve vários estudos mostrando que a diferença entre antidepressivos e placebo hoje é quase inexistente.** Sou fascinada pelo efeito placebo. O que significa, por exemplo –o que agora se sabe, é por isso que estou interessada em neurobiologia–, que um tratamento placebo dado a pacientes com Parkinson causa liberação de dopamina no cérebro? Pense nisso. Ou que, se você recebe uma pílula de açúcar e espera que ela vá ajudar, opioides endógenos são liberados no seu cérebro e fazem você se sentir melhor? Além disso, o contato com o médico é extremamente importante para o efeito. Se um médico lhe entregar uma pílula de açúcar bruscamente, nem de perto funcionará tão bem quanto se ele se sentar com você e conversar sobre a pílula de açúcar de uma forma reconfortante. Há modos diferentes de olhar para o fenômeno. Suspeito que se trate de um fenômeno

intersubjetivo relacionado a uma ligação inicial. Existem, certamente, tratamentos farmacológicos que são benéficos. Não sou antifarmacologia. Mas placebo é um exemplo surpreendente de como o sistema nervoso pode ajudar a si mesmo por meio do contato com outra pessoa.

Outra figura intelectual importante –também uma mulher nova-iorquina–, Susan Sontag, chamou nossa atenção para alguns aspectos estéticos da sessão analítica. Ela também disse que psicanálise era uma forma de arte não reconhecida como tal. O que você pensa sobre isso? Poderia a psicanálise estar ao menos à mesma distância da arte e da ciência?

Acontece que eu acho que o trabalho real de fazer arte ou ciência não é nem de perto tão diferente quanto as pessoas gostam de pensar. Fazer boa ciência também envolve intuição, imaginação e emoção –esses aspectos não reconhecidos da ciência são essenciais para ela. Mas psicanálise é uma arte no sentido em que analistas que são bons naquilo que fazem são capazes de visitar lugares profundamente inconscientes dentro de si mesmos, muito difíceis de por em palavras. E fazer arte também se origina no inconsciente. A menos que um analista possa jogar com essas forças inconscientes, não será especialista no que faz.

Não entendo porque minha própria análise funciona... Não sei dizer o que aconteceu. Tem um lindo artigo que George Perec escreveu sobre sua própria análise, chamado “A cena de um estratagema”. Ele estava em análise com J.-B. Pontalis e não revela nada sobre o conteúdo de sua análise. Ele traça seu arco. Conversas sem fim, conversas consigo mesmo, sem fim, sem fim, chatas, chatas, chatas, chatas. E então ele diz –que é exatamente o que eu senti– que não entende como aconteceu, mas, de repente, como ele diz, encontra sua voz e encontra sua habilidade de escrever. E o mais estranho: **a experiência disso é como a mudança acontece, mas não se pode traçar o curso dela.** O artigo de Perec é uma das mais maravilhosas peças já escritas sobre análise. E então vem Hilda Doolittle, H.D., a poetisa. Ela foi paciente de Freud e escreveu um pequeno livro adorável chamado *Tributo a Freud*. Ela também conta muito pouco sobre sua vida. Nenhum deles detalha o conteúdo de suas análises. Eles falam sobre o movimento e a forma. Se você pudesse rastrear o curso de uma análise, haveria uma certa qualidade formal, uma forma. A diferença entre fazer arte –escrever um romance ou arte visual– e fazer uma análise é que numa análise existe um outro real. Toda arte é feita *para* um outro. É sempre dialogal, mas o outro é imaginário. No espaço analítico, há um outro real que pode intervir, comentar, interpretar. Isso não é verdade para o romance.

Nessa direção, há um ponto sobre o qual você escreveu... psicanalistas aparecem frequentemente no seu trabalho..

Sim, estão em toda parte.

Mas você diz uma coisa –que certamente é verdade: que eles raramente conversam sobre si mesmos como sujeitos, eles aparecem como objetos... Um “outro real”, sim, mas um outro real que aparece não como um sujeito, mas como um objeto.

Você poderia dizer que o analista é também uma criatura imaginária. Pelo fato de a natureza da transferência incluir uma espécie de projeção no analista, a relação muda. Um dia ele é sua mãe, outro dia, seu pai, irmã, irmão ou alguma outra pessoa íntima. No entanto, **a razão pela qual uma pessoa pode mudar por meio da análise é que existe um “outro real” que intervém em momentos cruciais ou talvez intervenha uma vez, e outra, e mais outra, e chega um momento em que**

a interpretação a atinge. Mesmo se você ouviu um *insight* milhares de vezes antes, de repente as palavras fazem sentido. Esse sentido tem que ser tanto corporal quanto semântico. Um sentido emocional, físico, tem que estar presente. Todos podemos intelectualizar. Sou muito boa nisso. Você pega uma ideia, vira-a de um lado para o outro e a vê de diferentes ângulos. Mas uma mudança real tem uma qualidade profundamente emocional, física. É incrível.

A arte do romance é a arte do particular. É a arte da experiência humana específica e de como essa experiência é compreendida. Isso, por si só, une a forma à psicanálise. Embora a análise seja guiada teoricamente, é sempre sobre a história de um indivíduo. Nesse sentido, é romanesca. **Eu não acho que a psicanálise seja sobre trazer à tona uma verdade objetiva ou encontrar a história real. Isso para mim é um absurdo.** A natureza da memória simplesmente não comporta essa possibilidade. Mesmo que você tivesse uma equipe de filmagem contigo todos os dias da sua vida –o que ninguém tem–, poderia conhecer “os fatos”, mas estaria numa perspectiva errada. Estaria olhando para a sua vida do ponto de vista de uma terceira pessoa. Tanto romancistas quanto psicanalistas têm uma profunda preocupação com as narrativas em primeira pessoa de seres humanos.

Um dos seus personagens fala sobre o modo como todo o mundo reescreve sua própria vida por meio de uma análise e o modo como a realidade de cada um quase não se distingue da ficção. Por favor, conte-nos mais sobre a relação entre realidade e ficção e as máscaras como um modo de explorar a verdade no seu último romance.

Sim... bem, quanto mais eu penso sobre isso, mais difícil fica extrair uma chamada “história real” da história de qualquer pessoa. Não estou dizendo que não existe memória ou que somos completamente vazios em termos de passado. Acredito que **memória e imaginação são uma faculdade, não duas.** As imagens mentais que temos na memória e as imagens mentais que fantasiamos –como sobre o que vai acontecer na próxima quinta-feira– não são de tipos diferentes. E acredito que essa faculdade unificada de memória-imaginação é sobre o que nos baseamos para fazer arte. A história com a qual você chega em análise costuma ser uma que foi cristalizada num mito. É como uma carapaça ou concha. A história com a qual você chega foi concebida inconscientemente para encobrir a dor. Ela permite que sintomas floresçam porque é uma história defensiva. A tarefa da análise não é entender a história “direito” ou encontrar “a verdadeira história”, e sim encontrar a narrativa que é mais emocionalmente verdadeira para o paciente. Assim, é a verdade emocional que estamos procurando, não detalhes particulares de uma narrativa. É por isso que Pereg e H.D. escreveram tão bem sobre o processo. Eles não se debruçaram sobre as particularidades: “Ah, e então o analista disse que...”, “...e então eu de repente entendi esse fato sobre minha mãe, pai ou quem quer que seja...”. Há um processo de desvinculação emocional que se torna libertação. E, quando as pessoas deixam uma análise, depois de anos de “elaboração”, estão mais livres.

No seu último romance, *O mundo ardente*, ficção e realidade estão em foco.

Ah, sim, as máscaras, não falamos sobre elas...

E máscaras, sim. O falso e a máscara permitem que as pessoas falem a verdade.

Sim. Eu acho que *O mundo ardente* é uma parábola do romance como forma de arte. O que acontece quando você escreve um romance? Você coloca personas ou máscaras?

ras, que são personagens, e através dessas personas você descobre aspectos do *self* que você nunca teria descoberto se não tivesse se tornado essas outras pessoas. Uma das perguntas que também me fiz é: qual a diferença entre escrever um romance –especialmente um romance como o meu último– e ter distúrbio de múltiplas personalidades? Quando você escreve como se fosse outros, você está representando – como atores representam papéis. Eu observo isso no livro que estou terminando agora. Quando um ator representa um papel muito diferente de si mesmo, há mudanças fisiológicas mensuráveis? Por exemplo, ritmo cardíaco alterado, padrões diferentes de resposta galvânica da pele. Você poderia fazer todo tipo de testes, EEGs... Aposto que se encontrariam alterações. A diferença é que as pobres pessoas com personalidades múltiplas não estão no comando de suas personas. Um romancista pode se retirar de seus personagens sem ser tomado por eles. Chamo isso de “moldura estética”, um santuário protetor oferecido pela forma. Ela torna possível ir a lugares perigosos, viajar a terrenos psicologicamente perigosos porque você está a salvo dentro da moldura do livro ou da moldura da peça, onde você pode deixar sua imaginação correr livre e fazer excursões perigosas para dentro de outros “*selves*”.

Como pode ser inferido de suas histórias e ensaios, você tem um profundo e genuíno interesse pela psicanálise –e até mesmo um engajamento único para estudá-la. Você poderia nos falar mais sobre seu desejo anterior –tendo um recente PhD– de se tornar analista?

Pensei que daria uma boa analista, mas não podia pagar a formação. Na época, o Instituto Psicanalítico de Nova York admitia um ou dois candidatos não-médicos, o que não era bom sinal para mim na época. Uma parte de mim gostaria de ter tido o luxo de fazer a formação na época –no mínimo, porque teria conseguido fazer análise mais cedo. Nunca foi uma questão para mim não me tornar escritora e, em vez disso, me tornar analista. Decidi escrever quando tinha 13 anos e comecei a fazer isso imediatamente. O problema para mim era como escrever e ganhar a vida para poder comer e pagar aluguel.

Parece estranho, para nós, o fato de você estudar textos psicanalíticos, já que normalmente são os analistas que estudam textos ou trabalhos artísticos...

Sou fascinada, em geral, por esta questão: como uma pessoa se torna ou continua a se tornar quem ela é? Algumas correntes de psicologia científica –por exemplo, a psicologia evolucionista, que é baseada na teoria neodarwiniana evolucionista– não incluem a história do desenvolvimento individual. Ela, que é tão significativa na psicanálise, está ausente. A evolução ao longo dos milênios é importante, mas a história de uma pessoa não tem significância porque os neodarwinianos empregam um modelo estático de uma mente evoluída, mas, principalmente, fixa. Se a mente não é dinâmica, mas meramente uma entidade geneticamente determinada, a questão se torna calcular “hereditariedade x ambiente”. Se você abre mão do modelo desenvolvimentista, de uma narrativa da realidade subjetiva, então eu acho que se faz uma injustiça fundamental com a natureza da experiência humana.

Algo permanece fora desse modelo: o sujeito. O sujeito inconsciente está fora...

Certamente... Acho que umas das razões pelas quais escrevi esse pequeno livro (*The delusions of certainty*) é que se trata, em parte, de um ataque à teoria computacional da mente, à ideia de que nossas mentes são computadores. Na verdade, essa ideia vem lá de Pitágoras, de números como verdade...

Ao falar de sua análise, Harry Burden refere-se a “essa estranha forma de intimidade”. Eu achei essa definição ao mesmo tempo vaga e precisa. O que você acha dessa estranha forma de intimidade em nossa contemporaneidade, em que algo relacionado à intimidade parece ter desaparecido? Todo o mundo está exposto todos os dias.

Ah, sim, acho que é ruim. Eu me encontrei com uma jovem analista. Agora ela está em Nova York, mas por alguns anos estava trabalhando em Seattle, e ela disse que as pessoas fazem de tudo antes de finalmente procurar um analista. Andam de bicicleta, fazem jardinagem, massagem, acupuntura, o que tiver. Ela disse que a diferença entre os pacientes de Nova York e de

Seattle era que os últimos, após estarem algum tempo com ela, diziam coisas como: “É tão incrível. Não tinha ideia de que apenas falando sobre isso e estando aqui com você, voltando regularmente, teria esse efeito tremendamente importante para mim”. A cultura tornou-se estúpida sobre a nossa necessidade essencial pelos outros – não do modo autoconsciente da internet, mas a genuína necessidade humana de diálogo. Na análise, segurança e confiança são da maior importância. Ninguém poderia conseguir uma cura terapêutica de algum tipo sem ter privacidade e segurança, sem ter essa estranha forma de intimidade. O paciente sabe muito pouco sobre o analista, mas sabe que está seguro e que por meio do processo está melhorando.

É pré-freudiana...

Bem, bem pré-freudiana... A ideia é que existe um território platônico eterno, uma realidade matemática que não é da mente humana – está lá fora, no universo mesmo. A mente e o pensamento tornam-se um sistema simbólico que pode ser destituído de todo significado e de todo contexto. A linguística chomskyana é fundada na ideia cartesiana – uma gramática abstrata generativa. Não acredito que é como a mente funciona. Não acredito que seja redutível à forma computacional digital, e é um erro supor que seja. Tem se tornado cada vez mais claro que o modelo é errado, porque seu uso em inteligência artificial – a tentativa de criar robôs como eu e você, com sentimentos, consciência e emoções – falhou. Na cultura popular existe a ideia de que os andróides estão logo ali, na esquina. Bem, é espantoso quão longe eles estão da esquina. Como uma pessoa que trabalha em IA (inteligência artificial) disse: nós não chegamos perto nem de reproduzir os movimentos elegantes e as capacidades de uma formiga.

Não acho que fazer análise requeira muito conhecimento de neurobiologia. Uma grande parte do que acontece no encontro analítico não se presta facilmente à articulação. Sei que existem grandes analistas que nunca se importaram nem um pouco com o “cérebro”. “Como e por que ‘conversar e ponderar e intervenção’ criam mudanças no analisando?” e “o que exatamente é transferência?” não são questões fechadas, mas abertas. Quando terminei meu PhD, tinha lido muita literatura, filosofia, história e psicanálise. O que faltava em minha formação era o lado da biologia, da anatomia, então parti para corrigir isso. Quanto mais aprendo, mais crítica me torno. Existe uma ingenuidade filosófica generalizada entre cientistas. Mas também admiro o trabalho empírico, sou fascinada por dados e descobri que

Você poderia falar um pouco mais da sua análise sem quebrar “essa intimidade”?

Sim, claro. Agora que estou nela com tudo, minha experiência é de que eu, na verdade, fui mudada. Continuo pensando sobre isso. Disse ao meu analista: “É tão extraordinário”. Freud estava certo sobre os padrões neuróticos. Uma vez que você se torna consciente de seus padrões neuróticos, você está em posição de agir sobre eles. Mas eu *ainda* fico impressionada. Análise muda *mesmo* as pessoas. Mudou a mim. E eu sou imensamente grata, apesar de ter começado tarde –tinha cerca de 50 anos; agora tenho 60–, sinto que fui liberada. Não tenho certeza sobre se *O mundo ardente* seria possível sem ela. Posso dizer isso. Permaneci com o analista sobre o qual es-

crevo em *The shaking woman*¹. Provou-se nada menos do que uma grande libertação. Também tenho um neurologista. Eu era e sou uma pessoa que necessita tanto de um analista quanto de um neurologista. Sempre terei um sistema nervoso sensível. Continuo a ter uma neuropatia –que tenho desde meus 30 anos– e enxaqueca, embora bem menos frequentemente do que quando era mais jovem. Não sou atormentada pelos tremores. É interessante: os tremores não foram centrais em minha terapia. E, embora possa parecer perverso, estou contente que tenha acontecido porque abriu uma avenida para escrever sobre um assunto que me interessou profundamente por muito tempo. Foi também o sintoma do tremor que finalmente me levou à análise.

1. “A mulher trêmula”.

aprender a pensar de modo científico me proporcionou uma mente mais flexível e fluente. Um dos problemas da neurociência é a frequente falta de um senso de desenvolvimento dinâmico do organismo e uma obsessão com a tecnologia de escaneamento do cérebro.

Muitos analistas foram médicos, mas certamente não todos. E Freud tomou uma posição determinada a respeito da questão, como sabemos. Não é que eu evite o rigor. Sou a favor do rigor. Mas, mais do que isso, sou alérgica ao dogma e tendo a achar pensamentos interessantes em muitas disciplinas. Um livro me leva ao próximo. Também leio contra mim mesma –quer dizer, leio livros aos quais me oponho por temperamento. Acho bom para mim. Aguça meus pensamentos, frequentemente me deixa desconfortável, mas também me transforma. Comecei a ver o mesmo problema de múltiplos pontos de vista.

Nós, analistas, apreciamos você como interlocutora. Entrevistamos você, convidamos você para congressos e publicamos suas ideias... Lá, a busca que você fez é direcionada, entre outras coisas, ao conhecimento para o qual a psicanálise pode contribuir. Nós aparecemos perguntando, e você, no lugar de quem sabe. Como você experimenta essa situação? Com alguma estranheza?

Quando apresento meu trabalho à comunidade psicanalítica, eu o faço do ponto de vista de uma *outsider* interessada –uma artista e, agora, alguém que passou anos em terapia. O fato é que, apesar de minha reconhecida e extensa leitura em psicanálise e conhecimento a respeito do tema, não é nada claro para mim que meu conhecimento tenha tido muito a ver com a jornada que eu fiz em minha própria terapia. Essa foi minha própria caminhada dentro da nuvem do desconhecido com um guia hábil. Saí em um clima mais límpido. Estou melhor. Isso posso atestar.

É notável quão ampla é sua leitura psicanalítica: Freud, Bion, Winnicott, Lacan... Como e de que ponto de vista você lê autores psicanalíticos? Você lê os textos como se fossem ensaios científicos ou em uma busca pessoal por sentido? Ou como se estivesse lendo ficção –no sentido que Borges talvez tenha dado, quando equiparou a psicanálise a um ramo da literatura fantástica.

Leio para descobrir, como disse antes, “por que nos tornamos quem somos?” ou “por que estamos continuamente nos tornando quem somos?” –como seres humanos, digo. Nunca alcanço o fim dessa questão, mas posso dizer que acho a busca vivificante, excitante, frequentemente alegre. Nenhuma teoria pode sustentar toda a verdade e complexidade do que significa ser humano. A psicanálise aproxima-se mais do que muitas disciplinas porque ousa considerar muito do que somos e quanto disso nos é ocultado.

Em que medida a psicanálise, como você escreveu, muda nossa maneira de concebermos a nós mesmos?

O maior legado de Freud pode ser o valor incontestado de duas pessoas sentarem em uma sala onde uma delas ouve atentamente a outra, algumas vezes, por alguns anos, e o surpreendente fato de que, desses anos de conversa e escuta, o paciente pode sair da sala finalmente se sentindo melhor –sentindo-se mais livre, sentindo-se mais corajoso e sábio do que quando começou.

Como você vê a psicanálise no presente e como você a imagina no futuro –o lugar que ocupará na cultura no futuro?

Deixe-me colocar desta maneira: minha esperança é de que a psicanálise novamente será parte do que imagino como uma reforma da psiquiatria. Em outras palavras, **a psicanálise tem muito a oferecer ao que se tornou, ao menos nos Estados Unidos, uma forma de tratamento psiquiátrico muito biologicamente orientado, que tem ainda que definir o que quer dizer com “psique” e “soma”.** Pacientes são coleções de sintomas dispersos, não seres com passado. A psicanálise –por incluir a ideia de narrativa, o desenvolvimento da narrativa do paciente, por se interessar pela primeira infância e pelo seu desenvolvimento, e suas relações com a maturidade– pode ampliar o que se tornou uma abordagem psiquiátrica estreita. Além disso, acho que as pessoas na psiquiatria estão ficando fartas de modelos estáticos da mente, do cérebro e de maneiras primitivas de pensar o tratamento. A psicanálise pode ser parte do ressurgimento de um modelo dinâmico de mente-cérebro.



Vórtice
A tradução da psicanálise

Ecoss de uma torre derrubada: reconstrução do discurso freudiano

Lúcia Palazzo*

*Não te escreva
entre os mundos,
levanta contra
a variação de significados,
confia no rastro de lágrimas
e aprende a viver.
Não procura nos meus lábios tua
boca,
não diante da porta o forasteiro,
não no olho a lágrima.*

Paul Celan (1998)

A característica principal da seção Vórtice é a possibilidade de enriquecer o debate em torno do tema “tradução em psicanálise”, servindo-se da pluralidade de ideias e de autores oriundos de diversos países, com línguas, linguagens e culturas diferentes, como poderão constatar na leitura dos artigos.

Estamos diante do inquietante e prazeroso movimento da descoberta e, certamente, o leitor necessita estar presente como *criador do processo* que transita da tradução até a interpretação da língua psicanalítica freudiana.

Freud, em 1930, ganhou o Prêmio Goethe pelo seu estilo literário e riqueza poética, recurso utilizado amplamente para a transmissão e a argumentação teórica que almejava. Em cada palavra escolhida, estava implícita a elaboração e a construção dos fundamentos da teoria psicanalítica, assim como a sagacidade do mestre em capturar o leitor. Mestre e aprendiz, Freud escrevia ao mesmo tempo em que transitava nos cenários imaginários que criava. Dessa forma, desafiava o leitor a deslizar entre o campo da linguagem e o terreno dos acontecimentos traumáticos. Travessia literária arriscada, dada a impossibilidade de não se deixar tocar na alma e nas emoções indizíveis. Ele sabia, mais do que qualquer outra pessoa, proporcionar a descoberta intelectual aliada a uma resposta emocional. E estava interessado no autoconhecimento, e não no conhecimento direcionado para a busca de uma verdade exterior, que poderia levar à cegueira metafórica edípica, como sustenta Bettelheim (1982/1984).

Ele tinha a intencionalidade de tocar as pessoas na sua humanidade, escolhendo metáforas que quebrassem a desumanização mecanicista supostamente científica. Bettelheim faz uma crítica contundente e demonstra exaustivamente como se pode adular uma obra ao traduzi-la. Salienta como a tradução inglesa da *Standard edition*, de James Strachey (1953-1974), afastou-se sistematicamente da dimensão humana da linguagem comum com que Freud escrevia para atingir temas da maior profundidade, ao mesmo tempo em que conseguia tocar afetivamente o seu leitor.

Essa tradução favorece esse distanciamento como, por exemplo, ao substituir palavras

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

de uso corrente por termos técnicos. O erro mais central seria traduzir *Seele*, “alma” em alemão, por *mind*, “mente” em inglês, que enfatiza o intelecto. Outro exemplo de tradução tendenciosa: a tradução, na primeira edição americana, do título do texto “A questão da análise leiga” (Freud, 1927/1996), transformado em “The problem of lay-analyses”. Poderíamos questionar: problema para quem? Estrago corrigido apenas em 1947. Nessa ocasião, Freud argumentava firmemente contra a tendência de “converter a psicanálise em mera faxineira da psiquiatria” (Bettelheim, 1982/1984).

O inconsciente é o patrimônio imaterial da psicanálise. Como traduzir tal experiência?

No início do século XX, a grande maioria dos analistas era da Europa Central, e o idioma alemão, a principal língua científica. Portanto, a psicanálise circunscrita nesse território reduzido não oferecia a gama de versões que atualmente podemos desfrutar. O interesse pela nova disciplina foi fundamental na divulgação de novas versões, e a eclosão das guerras, com ascensão do nazismo, fez com que muitos analistas se deslocassem dentro da própria Europa, como também para outros continentes. Contudo, a palavra do mestre foi mantida e difundida, mesmo com imperfeições, com variações terminológicas e inconsistências conceituais.

Voltamos à pergunta: como traduzir essa experiência? Sim, porque a leitura do texto freudiano é, acima de tudo, uma vivência singular, e traduzir tal experiência, com estilo e preservando a concepção de que o inconsciente é terra de ninguém, torna-se uma viagem com destino incerto. Portanto outra questão se revela para o debate: se as traduções iniciais tentaram, por um lado, abrir e sedimentar o campo do saber psicanalítico, por outro lado, podem ter limitado a sua compreensão, empobrecendo a contribuição que Freud nos legou, deformando o seu discurso e aprisionando-o ao conhecimento científico biologizante. Que relações de poder e submissão estão implícitas quando algumas traduções, que serviram como matriz para publicações em outras línguas, eliminaram a alma do analista? Será

que utilizaram o dito popular “a propaganda é a alma do negócio”, transformando a psicanálise num produto globalizado de aspirações mercadológicas? Que consequências vislumbraram para tal fato?

O convite à reflexão dos autores aqui presentes lembra o quanto ainda precisamos caminhar para compreender, e não explicar, as razões do sofrimento humano. Isso sim parece – ou deveria ser – universal entre nós. O respeito pelas diferenças e o desejo de aproximação do que não podemos abarcar completamente. O futuro da psicanálise está intrinsecamente ligado à capacidade que teremos de difundir um saber que deu os primeiros passos para o século XX pretendendo dialogar com as culturas e saberes, e não apenas cristalizar-se em um constructo idealizado e fechado em concepções forjadas na cultura europeia do século XIX. Há que se avançar em farsi, africâner, mandarim, japonês e outras línguas mais. Cuidar, no presente, da memória e da história do movimento psicanalítico, para criarmos a ponte entre passado e futuro.

Aqui, vale lembrar a advertência de Walter Benjamin (1921/2011): “Se o original não existe em função do leitor, como poderíamos compreender a tradução, a partir de uma relação dessa espécie?”. E, se Freud se dirigia ao seu leitor em alemão, como traduzir e transmitir a especificidade do objeto da psicanálise nas linhas do pensamento freudiano original? Como preservar a intimidade e a afetividade da palavra de Freud, sem a intimidação a um texto consagrado e sem convertê-lo ao modelo médico cientificista?

Eis o vórtice da questão: a diáspora psicanalítica no século XXI!

A transformação das línguas através dos séculos é inevitável. O dilema entre fidelidade ao original e a liberdade de interpretação na língua de chegada se confunde através dos deslizamentos de sentidos. Há um famoso jogo de palavras em italiano que diz “traduttore, traditore”, ou “tradutor, traidor”, pois todo tradutor teria de trair o texto original para conseguir reescrevê-lo em outra língua. Reencontramos essa questão nas ferramentas virtuais atuais como no tradutor do Google, que, ao mesmo tempo em que aproxima distâncias geográficas

cas e linguísticas, cria aberrações de significados. Sendo assim, podemos inferir que, ainda hoje, a tradução é uma atividade humana por excelência, desde a primeira infância, aos cuidados da mãe que interpreta seu filho, posto que é um ato de conduzir além, na vivência desse paradoxo.

Para Benjamin (1921/2011), “a tarefa do tradutor é redimir, na própria, a pura língua, exilada na estrangeira, libertar a língua do cativo da obra por meio da recriação (*Umdichtung*)”¹. Cita em seu texto o filósofo alemão Rudolf Pannwitz (1917): “O erro fundamental de quem traduz é conservar o estado fortuito da sua própria língua, ao invés de deixar-se abalar violentamente pela língua estrangeira”. Esse é o grande desafio não só para a tradução na psicanálise como na própria vivência clínica –deixar-se abalar pela língua do outro e recusar o papel de mero reproduzidor de significados. A interpretação se dá naquele instante único intraduzível, cujo sentido, construído a dois, só a dupla analítica reconhece.

A clínica psicanalítica é rica de sentidos, eles atravessam todas as línguas através da experiência vivida, tradução realizada no processo psicanalítico. Então, vamos ao encontro do que dizem os autores, para que possam seguir na leitura:

Sudhir Kakar, psicanalista indiano, abre a seção revelando o seu conflito inicial em relação à sua prática e vivência clínica na cultura indiana hindu. Discorre sobre as diferenças das concepções psicanalíticas originadas nos valores burgueses ocidentais e as concepções da sua cultura: “Há diferenças fundamentais sobre a natureza e a realização da vida e da experiência humanas”. E afirma que a cultura “não é um substrato tardio na formação do psiquismo, senão que está presente desde o início da vida”.

Carlos Tamm L. de Sá, psicanalista brasileiro radicado na Inglaterra, conta a sua experiência no atendimento clínico com pessoas de diversos países e procedências, já que Londres é uma cidade que abriga uma multiplicidade de línguas. Situação peculiar, pois a língua do analista pode ser diferente da língua materna do paciente, e a análise transcórre em inglês.

Cita casos de crianças e jovens com dificuldades dentro do espectro autístico e levanta questionamentos sobre as idiosincrasias em relação à vivência do afastamento inevitável da língua materna.

Laurence Kahn, psicanalista francesa, traça um panorama da compreensão de Jean Laplanche acerca da tradução da obra freudiana para o idioma francês. Revela a sua tentativa de justificar a criação de neologismos em duplo sentido: “Habitado pelo uso da língua meta, mas também habitado pela pulsão que vem da língua de origem, e talvez de mais além ainda do que ela” (Laplanche, 1987/1992; Laplanche, Bourguignon & Cotet, 1989). Etimologicamente diferentes, os idiomas alemão e francês se cruzam nos significados do universo das traduções, projeto que contém o paradoxo de, “por um lado, aproximar-se do enigma da palavra; por outro lado, fechá-la na rede de uma significação estável...”.

Irene Agoff, tradutora e psicanalista argentina, discute as controvérsias do campo da psicanálise e de todas as demais traduções. Aborda a tradução dos textos de Jacques Lacan com seus neologismos, quebra-cabeças etimológicos e de conceituação. Menciona os problemas das diversas posições, tanto do analista quanto do tradutor, frente às línguas e linguagens. Alerta que o tradutor deve estar atento ao canto da sereia da associação livre, em um jogo supostamente livre entre as línguas, e buscar de forma ética, dizer em sua língua, o que o autor expressou através da sua “lalíngua inconsciente”, em seu idioma singular.

Gohar Homayounpour, professora universitária em Teerã, a partir do diálogo imaginário com uma amiga sobre a poesia de Borges, indaga sobre vivências infantis que envolvem a tradução e o acesso ao mundo da linguagem. “A tradução requer uma separação, a morte da mãe, da felicidade de uma fusão pura.” Elaborou seu texto em torno de conceitos psicanalíticos, da castração, da triangularidade e da possibilidade de lutos, como também da “hospitalidade inventada para a singularidade do recém-chegado, do visitante inesperado”, como convida Derrida (2000, p. 83). E

1. “Paráfrase”.

nos desafia a ler o poema de Borges em farsi.

Felix Mendelssohn, professor na Universidade de Viena, lembra seus tempos de infância na Inglaterra do pós-guerra. Relata que as experiências infantis com os pais tradutores perpassaram a sua escuta clínica, sempre no campo do diálogo do par analítico, muitas vezes invisível, e “sem perder a sensação de fantasmática diferença, de que algo do que o outro diz pode ficar definitivamente intraduzível”. A partir de sua experiência na África do Norte, e com outras culturas, salienta a importância de valorizar o estilo e a forma da narrativa e não levar ao “pé da letra” uma interpretação nos moldes ocidentais, apartada das questões socioculturais. Ainda questiona a violência dos conflitos atuais entre civilizações.

André Medina Carone, tradutor e filósofo brasileiro, cujas pesquisas têm como centro a obra de Freud e suas relações com a filosofia, escreve acerca do debate histórico sobre as traduções. Com sua visão crítica, toca em vários pontos polêmicos, tais como as projeções e os pontos cegos nas leituras do texto freudiano. Estimula questionamentos sobre a “cultura acadêmica da citação e da produtividade”, convocando a psicanálise a contribuir nesse debate. Assim como contesta a primazia da palavra visível: “Os conceitos psicanalíticos existem, mas não são nem palpáveis nem invisíveis: eles apenas são muito mais elusivos, escorregadios e nebulosos do que sonha nossa vã terminologia”.

Monica Horovitz, psicanalista argentina radicada em Paris, nos diz que “somente ao aprender uma segunda língua, distinguimos nossa língua materna e suas raízes emotivas, corporais e sensoriais, seus processos de pensamento e sua prosódia”. Interroga sobre o recordar e esquecer em línguas diferentes, sobre como se articulam as conexões e traduções internas para os sujeitos que aprenderam a utilizar vários códigos linguísticos e também na relação terapêutica etc. E afirma: “Não há dom de línguas sem diversidade de línguas”.

Pedro Heliodoro de M. B. Tavares, tradutor e psicanalista brasileiro, salienta a importância da experiência da linguagem e das representações nas proposições fundadoras da psicanálise. Dirigindo atualmente uma nova versão de livros de Freud, no Brasil, traça um

panorama histórico das traduções em vários idiomas. Levanta os problemas e as distorções ocorridas nas diversas publicações, e aponta o “circuito de línguas” predominante.

Gastón Sironi, tradutor argentino, entende a tradução como “fazer com que a vida (a escrita da vida) passe através do tempo e do espaço”. Essa travessia, fadada ao fracasso, é impulsionada pela insatisfação, pela busca do objeto desejado e perdido. Recorda que as traduções *envelhecem*, de acordo com Umberto Eco (2003/2008). Mas novas interpretações virão, e sempre haverá algo de novo e de descoberto. “Se toda navegação é derrota, é também um novo começo, um melhor fracasso...”

Steve Ellman, professor universitário em Nova York, pergunta “quais são as condições necessárias para traduzir através das fronteiras culturais e linguísticas”. Conta algumas experiências com colegas que conseguiram agregar valor à tradução que fizeram de trabalhos de outros analistas, na tentativa de vincular os conceitos “ao integrá-los ou ao apresentá-los como perspectivas alternativas”. Destaca a dificuldade narcisista entre nossos pares para acolher as perspectivas de outra cultura, levando ao empobrecimento teórico e clínico pela falta de comunicação e troca científica.

Todos somos americanos, somos todos irmãos?

O reatamento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, em dezembro de 2014, trouxe uma onda de alegria na abertura do diálogo. Momento histórico, inesperado e surpreendente, com consequências para todos os países latino-americanos. “Esses 50 anos mostraram que o isolamento não funcionou, é tempo de outra atitude. Todos somos americanos”, frisou Barack Obama em seu discurso do anúncio da retomada das relações rompidas em 1961. Porém, continuamos com a sensação de que o desconhecimento sobre os países do continente americano é muito grande. Pouco se sabe sobre o que funcionou, ou não, em Cuba ou nos países fora do eixo europeu ocidental e da América do Norte.

Sendo assim, traduzir e lançar *Calibán*, em inglês, é também um momento histórico. Ampliar a difusão do pensamento psicanalítico latino-americano é fundamental e fonte de

riqueza para todos. Todos somos irmãos, mas poucos conhecem e valorizam o que produzimos entre *nosotros*.

Como língua mundial hegemônica, o idioma inglês atravessa continentes e traça um rastro de avanço e deslocamentos nas traduções. Mas será com ele que nos faremos ouvir como fizeram nossos mestres do início do século XX? Incrivelmente, retomamos o antigo ponto de partida.

Hoje, talvez, possamos realizar essa tarefa de transmissão do saber psicanalítico sem efetuar uma *tradução repressora* e com omissão de coisas que não poderiam ser ditas ou vividas entre nossos pares. E com a *liberdade de pensamento* que nos faz brindar o futuro com uma Cuba livre -rum com Coca-Cola- com a caipirinha brasileira, o vinho argentino, o pisco sour chileno, a chicha morada peruana, o champanhe francês, a cerveja alemã, o Prosecco italiano ou saquê japonês. Tanto faz o veículo, se o destino alcançar a ilha da fantasia inconsciente. Tanto faz o *percurso psicanalítico* e as teorias adotadas, se conseguirmos, eticamente, respeitar a origem e a vivência emocional de cada um de nós.

Aos colegas que nos acompanham em *Calibán*, a sabedoria do poeta Manoel de Barros:

“...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”. (Barros, 2006).

“No descomeço era o verbo. Só depois é que veio o delírio do verbo. O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos. A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então, se a criança muda a função de um verbo, ele delira. E pois. Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos – O verbo tem que pegar delírio”.

(Barros, 1997).

Referências

- Barros, M. de. (1997). *Livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record.
- Barros, M. de. (2006). *Memórias inventadas. A segunda infância*. São Paulo: Planeta.
- Benjamin, W. (2011). A tarefa do tradutor. In W. Benjamin, *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: 34. (Trabalho original publicado em 1921)
- Bettelheim, B. (1984). *Freud e a alma humana*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1982)
- Celan, P. (1998). *A morte é uma flor* (Trad. João Barrento). Lisboa: Cotovia.
- Derrida, J. (2000). *Of hospitality. Anne Duformantelle invites Jacques Derrida to respond* (Trad. Rachel Bowlby). Stanford: Stanford UP.
- Eco, U. (2008). *Decir casi lo mismo. Experiencias de traducción* (Trad. Helena Lozano Miralles). Barcelona: Lumen. (Trabalho original publicado em 2003)
- Freud, S. (1979). ¿Pueden los legos ejercer el psicoanálisis? (Trad. José Etcheverry). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 20). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (1996) A questão da análise leiga. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927)
- Laplanche, J. (1992). Le mur et l'arcade. In J. Laplanche, *La révolution copernicenne inachevée: travaux 1965-1992* (pp. 287-306). Paris: Aubier. (Trabalho original publicado em 1987)
- Laplanche, J., Bourguignon, A., & Cotet, P. (1989). *Traduire Freud*. Paris: PUF.
- Pannwitz, R. (1917). *Die Krisis der Kultur europeischen*. Nurnberg: Verlag Hans Carl.
- Shakespeare, W. (2009). *Hamlet*. Madrid: Alianza. (Trabalho original publicado em 1603)
- Strachey, J. (Ed.). (1953-1974). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vols. 1-24). London: The Hogarth Press & The Institute of Psycho-Analysis.

Quando a psicanálise viaja

Sudhir Kakar*

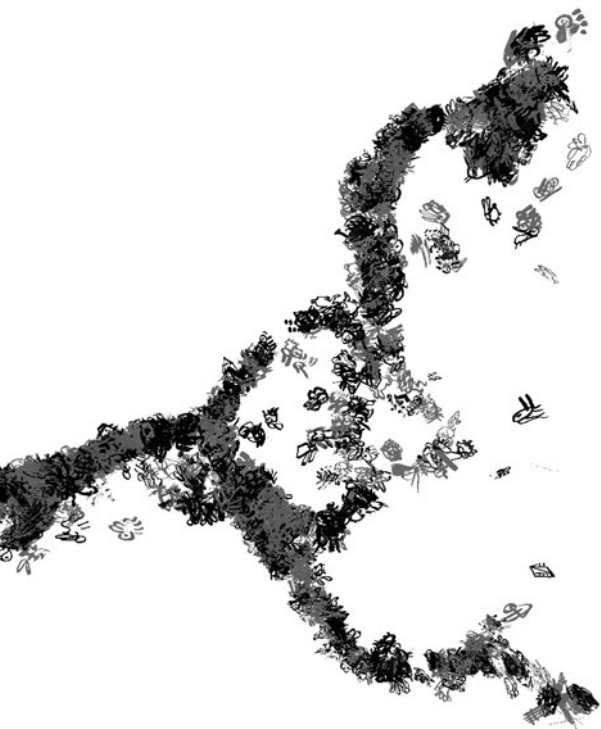
No início da minha prática psicanalítica na Índia, eu era plenamente consciente da luta que havia em mim, entre minha cultura herdada da Índia hindu e a cultura psicanalítica freudiana que havia adquirido recentemente, e à qual estava profissionalmente integrado. Minha visão indiana romântica da realidade não podia ser conciliada facilmente com a visão irônica psicanalítica; nem a visão indiana da pessoa e das forças humanas podia ser conciliada com a visão freudiana (agora também minha) sobre a natureza do indivíduo e do seu mundo. Com o *Fausto* de Goethe (1808/2014), só poderia dizer aos colegas ocidentais:

Seu espírito apenas busca uma só busca
Assim que nunca aprende a conhecer seu irmão
Duas almas, ai, habitam meu peito
E uma com muito prazer se separaria da outra¹. (Goethe, 1808/2014, p. 29).

Finalmente, me conformei com meu ponto de vista hindu com relação a que não é necessário que cada contradição se resolva, que as contradições podem coexistir na mente como substâncias na água, que se encontram em suspensão sem chegar necessariamente a uma solução.

Inclusive as pessoas com boa disposição em relação à psicanálise são frequentemente céticas sobre se a psicanálise é possível em uma sociedade não ocidental como a Índia, com seu sistema familiar, suas crenças religiosas e seus valores culturais tão diferentes dos da burguesia europeia onde a psicanálise teve suas origens.

Não dou uma resposta fácil para os meus amigos indianos céticos que trabalham nos enclaves da modernidade ocidental de Nova Délhi, Bombaim, Calcutá e Bangalore. Lá, entre as classes alta e média alta, há bastante pacientes, ocidentalizados em vários graus, que são atraídos pelo modelo freudiano do homem e das causas do seu sofrimento, e que procuram um analista como melhor aliado na realização da sua individualidade. Sei que o investigador busca uma resposta contundente para uma psicanálise que possa ser dirigida à maioria dos indianos firmemente arraigados em sua cultura. Minha resposta é que, efetivamente, a Índia tradicional é muito diferente. Há uma ênfase na família estendida, em vez de uma família nuclear, as mães-deusas são muito mais importantes que um pai-deus, a natureza de uma pessoa não é vista como indi-



* Sociedade Psicanalítica Indiana. Escritor e acadêmico nos campos da psicologia cultural e da religião.

1. Tradução livre.

vidual e instintiva, mas sim como inter e trans-pessoal. Além disso, há diferenças fundamentais sobre a natureza e a realização da vida e da experiência humanas. A psicanálise, sabemos, contempla uma visão da experiência humana que enfatiza a individualidade do homem e sua psique autônoma. Na visão psicanalítica, cada um de nós vive em seu próprio mundo subjetivo, buscando prazer, fantasias privadas, construindo uma vida e um destino que desaparecerão quando acabar o tempo. Esse ponto de vista destaca a complexidade essencial e a tragédia da vida, em razão da qual muitos desejos estão destinados a permanecer irrealizados. A visão psicanalítica termina sendo oposta à indiana, especificamente ao patrimônio cultural hindu, que não vê a vida tão trágica, senão mais propriamente como uma aventura romântica que pode se estender por muitos nascimentos, com o objetivo e a possibilidade de apreender outro nível “superior” de realidade para além da realidade compartilhada, verificável, empírica do nosso mundo, dos nossos corpos e das nossas emoções.

O ponto de vista indiano afirma que pertencer a uma comunidade é a necessidade fundamental do homem. Só se o homem realmente pertencer a uma comunidade, naturalmente e sem consciência de si, pode entrar no rio da vida e levar uma vida plena, criativa e espontânea. E, claro, os mitos indo-hindus são muito diferentes dos mitos gregos ou das lendas cristãs e judaicas, onde o *território* da psicanálise esteve embebido durante os últimos cem anos.

E, no entanto, minha experiência com pacientes indianos tradicionais me ensina que a psicanálise ainda é possível, se (como disse um astrólogo indiano ao ser indagado por conta dos horóscopos que fazia, sendo que hoje em dia já foram descobertos novos planetas, ausentes no seu sistema antigo) “você fizer os ajustes necessários”. Em outras palavras, se a tradução da psicanálise conceder valor igual para os dois idiomas: o da psicanálise e o da cultura onde ela está sendo recebida.

Alguns desses ajustes são teóricos. O analista indiano necessita reconhecer que muitas proposições psicanalíticas, sobre o que constitui a maturidade psicológica, os comportamentos apropriados para o gênero, a resolução de conflitos do desenvolvimento e os complexos “positivos” ou “negativos”, que com frequência aparecem na bagagem das verdades universais, são na realidade a incorporação de valores e ex-

periências da classe média ocidental na teoria psicanalítica. Mas o ajuste mais importante que tem de ser feito é reconhecer que a cultura é uma forma fundamental de nos vermos, e também de ver o mundo em que vivemos. Não é um substrato tardio na formação do psiquismo, senão que está presente desde o início da vida. Em outras palavras, o cultural inconsciente desemboca no mesmo rio que também recebe a corrente do inconsciente dinâmico.

Alfred Margulies (2014), em um debate de uma versão anterior deste ensaio, indicou como os níveis profundos do inconsciente e da cultura no psiquismo terminam sendo cocriadores, como sabemos através das verdades oferecidas pela neurobiologia. Ilustra isso tomando como exemplo a ilusão de Müller-Lyer, onde linhas de igual longitude dão impressões de diferente longitude, uma ilusão criada pela orientação das pontas de flecha colocadas em seus extremos. Essa ilusão é uma consequência da nossa perspectiva de profundidade, formada pelos sinais retangulares dos edifícios em que vivemos. As crianças que crescem em cabanas redondas raramente experimentam as flechas de Müller-Lyer como uma ilusão.

Em outras palavras, Margulies continua dizendo:

(...) nosso ambiente cultural, em suas estruturas cotidianas, práticas e estéticas, modela a forma como nosso cérebro processa a informação visual. E, se isso é correto para o processamento visual neurobiológico não consciente, parece quase certo que seria válido para os processos inconscientes psicanaliticamente pertinentes e o impacto da cultura. (Margulies, 2014, p. 5).

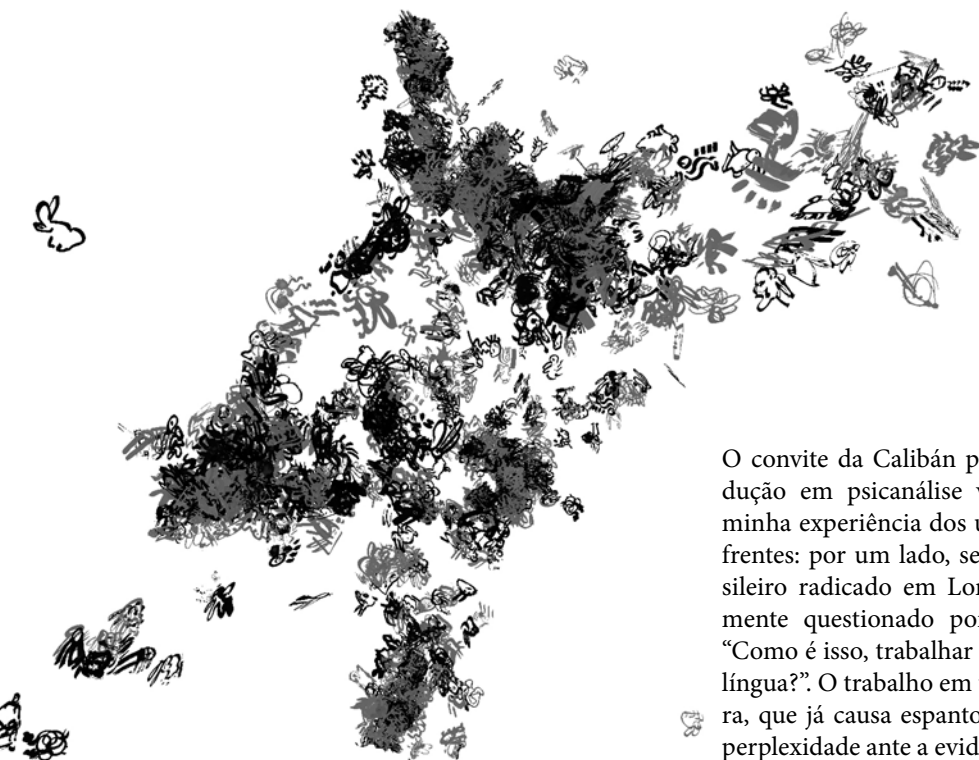
Meu próprio projeto de “tradução” nos últimos 40 anos de trabalho com os pacientes indianos e ocidentais foi guiado por uma visão do psiquismo em que o inconsciente individual, dinâmico, e o inconsciente cultural se entrelaçam de forma indissolúvel, cada um deles enriquecendo, limitando e dando forma ao outro, enquanto avançam juntos pela vida.

Referências

- Goethe, J. W. (2014). *Faust* (Trad. Bayard Taylor). Cleveland: World Publishing. (Trabalho original publicado em 1808)
- Margulies, A. (Abril, 2014). *Imagining the real: Discussion of Sudhir Kakar's "Culture and Psychoanalysis"*. Conferência realizada em Boston.

Tradução e transformação

Carlos Tamm L. de Sá*



O convite da Calibán para refletir sobre tradução em psicanálise vem ao encontro da minha experiência dos últimos anos em duas frentes: por um lado, sendo um analista brasileiro radicado em Londres, sou ocasionalmente questionado por colegas brasileiros: “Como é isso, trabalhar com análise em outra língua?”. O trabalho em uma língua estrangeira, que já causa espanto a alguns, traz maior perplexidade ante a evidência de que, em uma cidade como Londres, o inglês em que a análise é conduzida pode não ser a língua materna nem do analista nem do analisando. Por outro lado, a experiência com pacientes que pouco falam ou o fazem de modo idiossincrático requer a busca de outro tipo de “tradução”.

A consideração sobre todas as travessias linguísticas que foram efetuadas para a difusão da psicanálise parece apontar para a importância da “invariante” (Bion, 1965/1977) em meio a todas as traduções e trânsitos linguísticos: a realidade psíquica que é o objeto da atenção compartilhada de analistas e analisandos. O foco na especificidade do idioma parece evitar a questão maior da limitação da linguagem ordinária para expressar a realidade emocional

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro e Sociedade Britânica de Psicanálise. Professor visitante e supervisor clínico da Clínica Tavistock, Londres.



e a linguagem do inconsciente. Nos casos de crianças ou jovens dentro do espectro autístico ou com outras dificuldades que envolvam a comunicação verbal, esse problema se manifesta de modo extremo¹. Nesses casos, estamos lidando com frequência com pacientes que não têm alguém com quem falar em suas mentes. Desafiadores e às vezes excruciantes esforços são necessários no projeto de tentar entender os estados internos e as raras e idiossincráticas expressões que acontecem nos pacientes cujas dificuldades impediram o desenvolvimento adequado da linguagem comunicativa². Para este último, Meltzer (1975) postulou cinco fatores essenciais: a formação de “pensamentos-sonho”, a transformação destes em linguagem, a construção de um vocabulário para descrever o mundo externo, o encontro de um objeto no mundo externo com realidade psíquica e adequada diferenciação do self, e o desejo de comunicação. Eu acrescentaria a esses cinco fatores um sexto: a esperança de ser entendido por esse objeto externo.

As pesquisas em psicologia do desenvolvimento e neurobiologia se encontram com

observações psicanalíticas, apontando na direção de que as primeiras experiências de comunicação não verbal entre bebês e suas mães preparam o terreno para o desenvolvimento da linguagem verbal (Fernald, 1989; Trevarthen, 1993; Tomasello, 2003; Malloch & Trevarthen, 2009). Sobre o abismo da separação que pode ser aceita pelo bebê e por sua mãe, ambos têm de tentar construir uma ponte de gestos e expressões que serão a fundação da posterior linguagem verbal. Recorrendo à expressão de Wittgenstein (1953/1997) nas suas “investigações filosóficas”, podemos dizer que são os “jogos de linguagem” não verbais entre mãe e bebê que proveem as fundações para a aquisição e o desenvolvimento da linguagem verbal.

No entanto, o aprendizado da linguagem envolve também uma perda. A “boca vazia do seio” (Golse, 1999), a distância do objeto primário que pode ser tolerada é necessária para o desenvolvimento das capacidades simbólicas e linguísticas. Mais ainda, esse desenvolvimento implica aceitação das limitações da linguagem verbal em representar a experiência interna.³ A dificuldade de tolerar “espaços entre” pode se manifestar de diversas formas. Um paciente jovem que ao início e ao final da sessão entrava e saía do consultório de um modo extremamente abrupto e apressado, reconheceu em uma sessão que, quando precisava ir de um lugar a outro, gostava de chegar rapidamente ao destino depois de deixar o ponto de partida. Condição com esse aspecto também era a sua fala: embora usasse linguagem estruturada, falava rapidamente, sem enfatizar as consoantes, sua estranha dicção tornando seu discurso quase incompreensível, como um contínuo de sons interligados e sem divisões claras entre letras, palavras e sílabas. Além disso, buscava começar as sessões sempre pelo que tinha sido discutido por último na sessão anterior, criando uma ilusão de continuidade no tempo entre as

1. Abordei esse tema de modo mais extenso na tese de doutorado *Autistic functioning and language development* (Tamm Lessa de Sá, 2014).

2. Na análise de crianças com distúrbios na interação social e na comunicação, as mesmas limitações presentes no intercâmbio verbal se manifestam na capacidade de brincar com o analista.

3. Esse aspecto pode sugerir, talvez, investigações futuras sobre os fatores que bloqueiam para alguns indivíduos linguisticamente competentes a possibilidade do aprendizado de línguas estrangeiras: seria o afastamento da língua materna uma repetição intolerável dos sentimentos ligados a essa primeira perda?

4. Esse caso é tratado em detalhes no trabalho *There is no one there: Some aspects of autistic functioning in adult patients*, apresentado na Bridge Foundation /Bristol, janeiro 2012 (Tamm Lessa de Sá, 2012).

sessões.⁴ Era muito difícil para ele tolerar o espaço entre nós onde acontecia a comunicação.

Chaz, um menino de oito anos de idade com dificuldades mais sérias, omitia na fala e na escrita as últimas letras ou “bordas” das palavras, gerando o que parecia a princípio uma massa de sons ou letras, mas em que se encontravam na verdade os vestígios das palavras.

O pânico despertado pelo reconhecimento da presença de um outro, separado e não controlável, fica evidenciado quando, na evolução da análise, se observa que a ausência de ansiedade presente nas crianças dentro do espectro autístico vai dando lugar a fantasias persecutórias primitivas e terroríficas. Fred, seis anos de idade, no segundo ano da terapia, chegou bastante assustado a uma sessão, dizendo que tinha que segurar sua barriga para que ela não caísse. Então ficou em silêncio por alguns minutos. Quando eu disse que talvez ele estivesse com medo de perder partes da sua boca quando falasse, ele respondeu que perdia também parte dos seus olhos quando via e parte das suas orelhas quando ouvia. Olhos e orelhas, canais de percepção do mundo externo, pareciam ser versões da boca, que poderia ser perdida quando ele falasse.⁵

A tradução da realidade emocional em linguagem apreensível que ocorre no processo analítico envolve expansão do espaço mental. A sombra, no entanto, das perdas envolvidas no processo assombra de diversas formas muitos candidatos a análise.

Se a tradução da experiência emocional envolve o risco de perdas, é a força da mesma que permite o seu trânsito entre idiomas e culturas para além das diferenças culturais e linguísticas. A realidade psíquica não pode ser diretamente apreendida, é aquilo a que só podemos ter acesso através das suas “transformações” (Bion, 1965/1977), inclusive as que ocorrem no contexto do trabalho psicanalítico. Estamos sempre, portanto, em busca de linguagem para descrever um fenômeno que não é irreduzível a ela. Para todos nós, o Inconsciente é um estrangeiro. Resta ir buscando a linguagem que melhor pareça traduzi-lo.

Referências

- Bion, W. R. (1977). *Transformations*. In W. R. Bion, *Seven servants*. New York: Jason Aronson. (Trabalho original publicado em 1965)
- Fernald, A. (1989). Intonation and communicative interest in mothers' speech to infants: Is the melody the message? *Child Development*, 60, 1497-1510.
- Golse, B. (1999). *Le développement du langage*. In J. Cohen-Solal & B. Golse, *Au début de la vie psychique - Le développement du petit enfant*. Paris: Odile Jacob.
- Malloch, S., & Trevarthen, C. (2009). *Communicative musicality: Exploring the basis of human companionship*. Oxford: Oxford University Press.
- Meltzer, D. (1975). Mutism in infantile autism, schizophrenic and manic-depressive states: The correlation of clinical psychopathology and linguistics. In D. Meltzer, *Explorations in autism* (pp. 192-208). London: Karnac.
- Tamm Lessa de Sá, C. (2014). *Autistic functioning and language development*. (Tese de doutorado). University of East London e Tavistock Clinic.
- Tamm Lessa de Sá, C. (Janeiro, 2012). *There is no one there: Some aspects of autistic functioning in adult patients*. Trabalho apresentado na Bridge Foundation, Bristol.
- Tomasello, M. (2003). *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge: Harvard University Press.
- Trevarthen, C. (1993). The self born in intersubjectivity: An infant communicating. In U. Naisser (Ed.), *Ecological and interpersonal knowledge of the self* (pp. 121-173). New York: Cambridge University Press.
- Tustin, F. (1986). *Autistic barriers in neurotic patients*. London: Karnac.
- Wittgenstein, L. (1997). *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell. (Trabalho original publicado em 1953)

5. Sobre os terrores primitivos no contato boca-mamilo, ver Tustin (1986).

Efeitos do retorno às fontes na tradução de Freud

Laurence Kahn*



O “projeto tradutivo” que guiou a tradução das *Obras completas* de Freud (1893-1895/2009), editadas por PUF, foi definido claramente por Jean Laplanche e sua equipe: fidelidade e coerência do léxico, não sacrificar a verdade da letra em prol dos bons giros linguísticos, “o texto, todo o texto, nada mais do que o texto” - e isso levando em consideração que “toda grande obra de pensamento arrisca seu destino nos conceitos que ela mesma cria” (Laplanche, Bourguignon & Cotet, 1989).

Ao imperativo de circunscrever “cada palavra que ‘faz conceito’” (Laplanche et al., 1989) a um léxico estritamente determinado, acrescentava-se esta outra exigência: fazer com que ressoe a estrangeiria da língua de partida no seio da língua de destino. Era assim que Laplanche justificava a criação de neologismos. Eles, construídos de acordo com os modos de derivação da língua francesa, análogos aos observáveis em alemão, deviam garantir a “revivescência do sentido por decomposição etimológica” (Laplanche et al., 1989), já que “o neologismo é projetado para ser habitado dos dois lados ao mesmo tempo; habitado pelo uso da língua meta, mas também habitado pela pulsão que vem da língua de origem e talvez de mais além ainda do que ela” (Laplanche, 1987/1992b; Laplanche et al., 1989).

É necessário, então, perguntar-se sobre as consequências dessa exploração das fontes etimológicas da língua francesa, já que as raízes da nossa língua são majoritariamente latinas (ao contrário do alemão, que fala sobre seu próprio fundo). Para fazer com que ressoe o impronunciado do original, não é necessário, pelo menos, que as etimologias sejam reconhecíveis? No entanto, quem reconhece em *écondution* o termo freudiano *Abfuhr*, habitualmente traduzido como “descarga”, onde seria necessário perceber o *ex* e o *conducere* de *ab-führen* (por oposição a “des-carregar” de *ent-laden*) (Laplanche et al., 1989)? Como descobrir que a tradução sistemática de *Erfolg* como “sucesso” -quando, pelo contrário, o sentido é frequentemente o de “resultado”- é fruto da “restauração” do “sentido original” fundado em *succéder* -o que faria com que fosse parente de *folgen* (“seguir”) de *Erfolg* (Laplanche et al., 1989)? Quais são os efeitos da tradução de *seelisch* como “anímico”, e não “psíquico”,

* Associação Psicanalítica da França.

tradução que não somente não diferencia o vitalismo de *anima* e as propriedades intelectivas de *animus*, senão que se aproxima até a confusão do adjetivo “animista”, reforçando, assim, a suspeita de um primitivismo mágico da teoria freudiana do psiquismo?

A língua de Freud busca sua força na medida, honrando os ideais da cultura clássica, “sem exagero” (Mann, 1936/1960). Mas a ética da *Klassik* alemã não pode ser assimilada à posição segundo a qual o trabalho do pensamento se efetuará diretamente sobre o fundo originário da língua. É um assunto romântico, onde a revelação do espírito de um povo já tem seu lugar. E é um assunto heideggeriano, porque a palavra contém o tesouro da sua fonte, a linguagem, ou, mais exatamente, a *Dite*, *die Sage*, é a depositária de um traço original que é não esquecimento, ao mesmo tempo que verdade (Heidegger, 1954/1981a, 1931/2001). É de Heidegger, precisamente, que Berman toma emprestado o título *Lépreuve de l'étranger* (Berman, 1984) –sendo Berman o autor a que se referem os tradutores das *Obras completas* (Freud, 2009).

Que a tradução “não conduza a si mesma”, que “esteja orientada ao outro” e que se mantenha, assim, em uma “relação íntima com o objetivo da psicanálise, que é uma tentativa de tradução do inconsciente” exige que resistamos às “tentações” que consistiriam em “desgermanizar” a língua freudiana, elucidá-la e embelezá-la (Laplanche, 1988/1992c; Laplanche et al., 1989). Exigências onde encontramos a crítica de Berman ao etnocentrismo “tradutivo” (Berman, 1999) e que levam Laplanche a reivindicar o peso sintático -marca de fidelidade a Freud, de quem tentará descobrir até a menor inflexão de pensamento (Laplanche 1984/1992a; Laplanche et al., 1989). Assim, a opção foi modificar a construção de frases o menos possível, apesar da diferença tão radical entre as estruturas sintáticas do francês e do alemão, e concretizar sistematicamente os sufixos, o detalhe dos prefixos, bem como as inúmeras palavras curtas que escandem a prosa alemã.

Essas opções, de fato, levam a corromper a restituição francesa da cadência natural do alemão. Mas levantam, sobretudo, o conflito, inerente a toda tradução, entre a textualidade estrita das unidades-palavra e a

mobilidade do sentido na construção-frase (*l'assemblage-phrase*) (De Launay, 2006; Wismann, 2012). Porque o *fazer* singular de cada língua se define nessa construção, ou seja, na gramática. É a sintaxe que, de uma maneira que é própria a cada língua, carrega a direção da frase, ou seja, do *discurso*. No entanto, Laplanche não retém esse aspecto -argumentando somente a boa tolerância à flexibilidade sintática e ao procedimento etimológico a partir das traduções de Heidegger (Laplanche 1988/1992c; Laplanche et al., 1989). Não retém esse eixo porque se refere à “tarefa do tradutor” de Benjamin (1921/1971). Um texto que lhe permite associar o movimento de destruição-retradução com “repatriação”, na língua de acolhimento, do que foi separado ou reprimido nas traduções anteriores -e com sua teoria do inconsciente concebido como a massa de significantes intraduzíveis pela criança, impregnados de significados sexuais opacos, implantados pelo adulto (Laplanche 1990, 1987/1992b, 1988/1992c).

A partir da sua interpretação de Benjamin, argumenta que o intraduzível residiria na palavra, não quanto a que *designa* um objeto (seu sentido lato), mas sim quanto a que “indica” o objeto de acordo com características particulares de cada língua: o que Benjamin chama de “tonalidade afetiva” da palavra (Benjamin, 1921/1971). Para Laplanche, residiria aí um “traduzir primordial”, verdadeiro “imperativo categórico” do tradutor: “Você deve traduzir *porque* é intraduzível” (Laplanche, 1987/1992b).

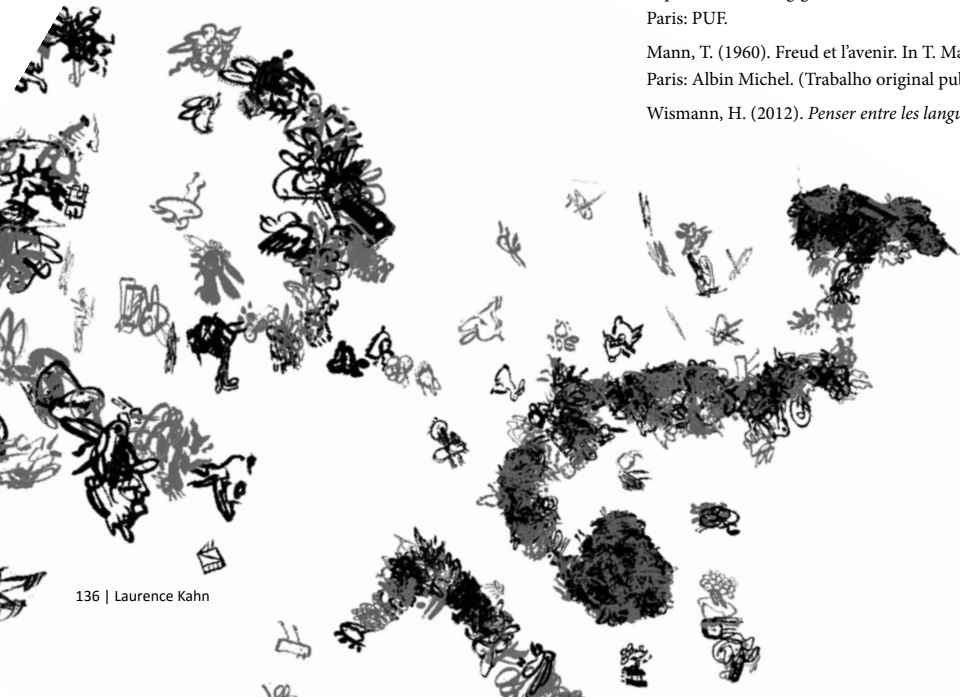
Fico perplexa quanto ao uso dessa referência porque nada justifica, nesse texto muito complexo de Benjamin, o recurso à etimologia. Pelo contrário, creio que o tratamento do que é originário por Laplanche -tratamento que requer necessariamente a palavra no sentido de uma superacentuação desmentida pela língua natural de Freud- vem muito mais da tradição heideggeriana, pelo menos em um ponto essencial: a ideia de que a relação entre as palavras e as coisas é alterada na medida da degradação das palavras pelo seu uso (Heidegger, 1954/1959; Laplanche et al., 1989). Para Laplanche, é esse uso, que se torna desgaste, o que exigiria traduzir o mais próximo possível dos significantes -temática heideggeriana

que reencontramos ao longo da obra: a palavra contém o tesouro da sua fonte; a *Dite, die Sage*, é depositária de um rastro original que é não esquecimento e, ao mesmo tempo, verdade; o “longínquo” carrega intrinsecamente o fundo, que é essência (Heidegger, 1951/1973, 1954/1981a, 1950/1981b, 1931/2001).

Ignoro se Laplanche mediu o risco que implica essa prática das “primeiras significações”. Mas pode-se medir, de todos os modos, o paradoxo que rege o projeto de tradução das *Obras completas* (Freud, 2009): por um lado, aproximar-se do enigma da palavra; por outro lado, fechá-la na rede de uma significação estável; em terceiro lugar, postular sua unidade de modo que o perímetro do seu uso seja delimitado sem ambiguidade e, em quarto lugar, apoiar-se na etimologia com a ideia de que refletiria “a pulsão que vem da língua de origem e talvez de mais além” (Laplanche, 1992b).

Referências

- Benjamin, W. (1971). La tâche du traducteur. In W. Benjamin, *Mythe et violence*. Paris: Denoël. (Trabalho original publicado em 1921)
- Berman, A. (1984). *L'épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard.
- Berman, A. (1999). *La traduction et la lettre ou l'Auberge du lointain*. Paris: Seuil.
- De Launay, M. (2006). *Qu'est-ce que traduire?* Paris: Vrin.
- Freud, S. (2009). *Œuvres complètes*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Heidegger, M. (1959). *Qu'appelle-t-on penser?* Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1954)
- Heidegger, M. (1973). *Approches de Hölderlin*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1951)
- Heidegger, M. (1981a). D'un entretien de la parole. In M. Heidegger, *Acheminement vers la parole*. Paris: Gallimard-Tel. (Trabalho original publicado em 1954)
- Heidegger, M. (1981b). La parole. In M. Heidegger, *Acheminement vers la parole*. Paris: Gallimard-Tel. (Trabalho original publicado em 1950)
- Heidegger, M. (2001). *De l'essence de la vérité. Approche de l'allégorie de la caverne et du Théétète de Platon*. Paris: Gallimard-Tel. (Trabalho original publicado em 1931)
- Laplanche, J. (1990). *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1992a). Clinique de la traduction freudienne. In J. Laplanche, *La révolution copernicienne inachevée: Travaux 1965-1992* (pp. 243-253). Paris: Aubier. (Trabalho original publicado em 1984)
- Laplanche, J. (1992b). Le mur et l'arcade. In J. Laplanche, *La révolution copernicienne inachevée: Travaux 1965-1992* (pp. 287-306). Paris: Aubier. (Trabalho original publicado em 1987)
- Laplanche, J. (1992c). Spécificité des problèmes terminologiques dans la traduction de Freud. In J. Laplanche, *La révolution copernicienne inachevée: Travaux 1965-1992* (pp. 307-315). Paris: Aubier. (Trabalho original publicado em 1988)
- Laplanche, J., Bourguignon, A., & Cotet, P. (1989). *Traduire Freud*. Paris: PUF.
- Mann, T. (1960). Freud et l'avenir. In T. Mann, *Noblesse de l'esprit*. Paris: Albin Michel. (Trabalho original publicado em 1936)
- Wismann, H. (2012). *Penser entre les langues*. Paris: Albin Michel.



Entre a polissemia e a nomenclatura. Dilemas do tradutor em psicanálise

Irene Agoff*

Traduzir, em castelhano, em francês, em alemão, é uma palavra polissêmica. E, justamente, não daquelas cuja polissemia se apagaria por conta da prioridade que o uso pudesse dar a essa ou àquela das suas acepções. Pelo contrário: *traduzir*, *tradução*, nas três línguas, são termos de emprego vasto e diverso, cujas acepções constam dos dicionários, geralmente. No entanto, haveria um desses empregos que, a nosso critério, ficaria fora das definições habituais. Trata-se da utilização do termo *tradução* por Freud, *Übersetzung*, nas cartas 46 e 52 a Fliess (Freud, 1892-1899/1982) e no artigo “Lo inconsciente” (Freud, 1915/1979).¹

Nenhum desses usos freudianos pareceria estar contemplado diretamente nas descrições dos dicionários, nem exhibe nada que permita assimilá-lo ao da tradução interlingual.

Para certos analistas, no entanto, esse *Übersetzung* de Freud seria uma das bases da tese segundo a qual a tradução dos textos de psicanálise constituiria um aspecto mais da doutrina e da prática psicanalítica, perspectiva que implica uma separação taxativa entre a tradução no campo da psicanálise e todas as demais. Por acréscimo, há praticantes da análise que equiparam a mistura de línguas evidenciada em certos lapsos e em alguns relatos de sonhos, bem como em certas produções literárias, com a tradução em sentido estrito, ou seja, entre idiomas.² Uma derivação dessa perspectiva é a polêmica assimilação das posturas respectivas do analista e do tradutor frente aos fatos linguísticos que devem abordar.

O lugar central adquirido, na psicanálise, desde meados do século XX, pelo nome de Jacques Lacan aumentou de forma exponencial as interrogações e as dificuldades da tradução nesse âmbito. Vamos nos referir aqui, particularmente, às que se referem à tradução do francês ao espanhol.

* Psicanalista, tradutora e ensaísta.

1. Em ambas cartas, Freud denomina *Übersetzung* à operação psíquica de retranscrição de “signos” (originados nas percepções iniciais) entre diferentes etapas da vida. A “não tradução” em alguma delas explica o desencadeamento da neurose. Em “Lo inconsciente”, Freud diz que o inconsciente só se conhece como consciente uma vez que haja sido traduzido a ele.

2. Postulado sustentado no recurso não pouco sutil, mas também não pouco sofisticado, de elaborações que, com justiça, vinculam as produções do inconsciente ao caráter substancialmente poético de todo fenômeno de linguagem.





Se nos perguntarmos a que aspira traduzir o tradutor de Lacan, veremos que costuma importar sobretudo os nomes dos conceitos, as palavras francesas que Lacan emprega de forma designativa, utilizando vocábulos usuais da sua língua ou mediante neologismos. Em não poucas ocasiões, parece não preocupar ao tradutor, na mesma medida, a estrutura das línguas em jogo. Há sinais de que a questão inquieta, mas não é raro que seja esquivada. Deve-se entender que o centro das preocupações é a semântica? Mas a semântica diz respeito apenas à terminologia? Mergulhar na etimologia de um vocábulo lacaniano, embrenhar-se, com poucos ou com nenhum recurso consistente -porque os analistas não são, habitualmente, filólogos-, na história labiríntica de um termo de uma língua estrangeira, recorrer com esse fim a mediadores de toda ordem -ciências da linguagem de diversidade inabarcável-, com os quais o analista tampouco teria por que estar familiarizado, revirar glossários das disciplinas mais diversas, seguir, por seus meandros, o pensamento de filósofos, lógicos da linguagem, sociólogos e incontáveis outros especialistas com o objetivo de resolver enigmas de nomenclatura; tudo isso causaria em alguns tradutores a sedação da boa consciência. Fizeram tudo o que era humanamente possível para esclarecer a incógnita do termo em questão. Sobre a estrutura das línguas, pois

bem, no fundo, diriam alguns, ela é apenas um suporte e, como tal, pode ser transladada de modo quase mecânico. Vemos como se acumula nos textos, então, um monte de formas francesas que usurpam nossos territórios de fala castelhana, obrigando a leitura de escritos que nenhum conterrâneo compreenderia. Não resistimos, neste ponto, a citar Walter Benjamin quando, ao comentar o célebre caso da tradução de Sófocles por Hölderlin, dizia: “A fidelidade na reprodução da forma acaba complicando a do sentido” (Benjamin, 1923/1971).

Qualquer que seja o caso, estamos longe de minimizar o problema terminológico, tanto na tradução de Lacan como na de Freud. Porque *problema terminológico* é outra denominação para *problema conceitual*. Postulado que reconhece sua origem em um movimento filosófico que surgiu no final do século XIX, e que começa a equiparar pensamento e linguagem para depois apresentar a primazia desta sobre aquele.

A releitura lacaniana da obra de Freud inscreve-se no contexto ao que acabamos de nos referir (apesar de acrescentar-lhe novos fundamentos). Ter que transmitir, em francês, o pensamento alemão de Freud constituiu um fator de primeira ordem no momento de estabelecer conceitos fundamentais da psicanálise. Exemplos centrais disso são os termos

freudianos *Verwerfung*, *Verneinung* e *Verleugnung*, que abriam espaço, segundo os autores e as épocas, para muitas soluções diversas de tradução. Quanto ao léxico propriamente laciano, é conhecido por todos que termos como *semblant* e *sinthome* não obtiveram, até agora, soluções de tradução satisfatórias, por múltiplas razões etimológicas e sêmicas. Para não falar dos seus neologismos, quebra-cabeças não só para o tradutor, mas também muitas vezes até para o francófono.

Mencionamos anteriormente o problema da diversidade de posições do analista e do tradutor frente aos fenômenos de língua com que um e outro devem trabalhar. A nosso critério, o que o analista deve escutar de “lalíngua” -em uma só palavra-³ do seu analisando é distinguível, funcionalmente, dos elementos de “língua” ou de “linguagem” com que o tradutor tem de lidar. Inclusive nos parece mais razoável conceber os textos a traduzir como mostras de um “*idiolecto*” (termo da linguística definido pelo *Diccionario de la Real Academia Española* como “conjunto de traços próprios da forma de se expressar de um indivíduo”⁴). Diferentemente dessa *lalíngua* (Lacan, 1974, 1975-76/1988, 2006) que o analista deve escutar, o tradutor deve perceber e transpor a trama de uma *língua* com o *idiolecto* do autor. Evitará, assim, deixar-se tentar pelo sempre próximo canto da sereia da associação livre. Canto de sereia que poderia fazer com que concebesse um jogo supostamente livre com as línguas, outro nome para a deletéria falta com seu dever ético: o de “bem dizer”, em sua língua própria, o que o texto original disse como pôde, como a lalíngua inconsciente do seu autor o levou a expressar-se em seu *idiolecto* irrepetível.

3. O complexo conceito de *lalíngua*, em francês, *lalangue*, foi introduzido por Jacques Lacan em sua exposição “La troisième”/“La tercera” (Lacan, 1974/1988), bem como em seu seminário *El sinthome* (Lacan, 1975-1976/2006).

4. O termo também existe em português, como “*idiolecto*”; e significa “sistema linguístico individual”, de acordo com o Michaelis - Moderno dicionário da língua portuguesa.

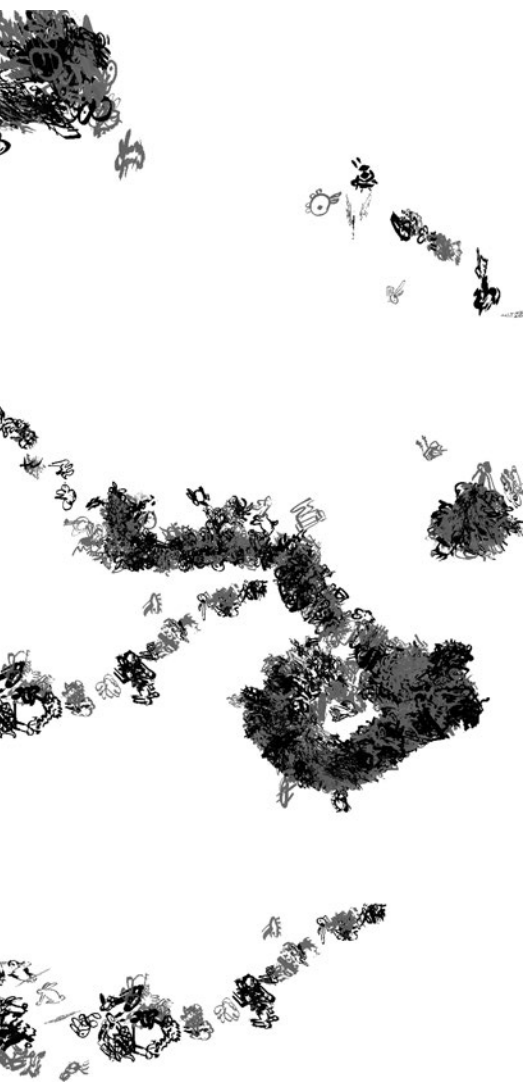
Referências

- Benjamin, W. (1971). La tarea del traductor. In W. Benjamin, *Angelus novus*. Barcelona: Edhasa. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1979). Lo inconsciente. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1982). Fragmentos de la correspondencia con Fließ. Cartas 46 e 52. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 1). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1892-1899)
- Idiolecto. (n.d). In *Diccionario de la Real Academia Española* (22ª ed.). Recuperado de <http://lema.rae.es/drae/?val=idiolecto>.
- Lacan, J. (1988). La tercera. In J. Lacan, *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires: Manantial. (Trabalho original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2006). *Seminario 23 - El sinthome*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1975-1976)



Não traduzível ou sem tradução

Gohar Homayounpour*



Há algumas semanas tive uma conversa com uma amiga cuja língua materna é o espanhol. Ambas somos admiradoras de Borges e, como é frequente, estávamos falando dele e, especificamente, de “El otro tigre” (Borges, 1964/1970). Utilizei essa poesia antes em meu trabalho, e é um poema que revisito e que volto a percorrer em várias ocasiões.

Aos 30 minutos de conversa, e depois de um copo de suco de uvas, ela me disse: “Você não pode entender Borges, realmente, se não o lê em espanhol, em sua língua materna, em sua língua primária, no idioma da sua terra natal”. Pensei: o que significava *realmente* e *entender* nesse contexto? A que Lucía se referia ao dizer que há algo que não pode ser traduzido? Onde está esse lugar de desejo ao qual não tenho acesso? Definitivamente, não estava falando da possibilidade de tradução, de hospitalidade, estrangeiria, paraíso e paraíso perdido, de luto e separação?

Quando trabalhamos de forma tradicional em uma tradução, em que se deve ler poesia na língua em que foi escrita, por acaso não estamos colocando em jogo os restos dos nossos desejos infantis de um paraíso onde estivemos unidos em uma união não estrangeira? Podemos dizer que a tradução requer a capacidade de fazer o luto por nossos paraísos perdidos, onde não há uma compreensão completa de nada?

A tradução requer uma separação, a morte da mãe, da felicidade de uma fusão pura. A tradução exige deixar lugar para nossos pais, permitir entrar em jogo a função paterna (Lacan, 1981/1993). Para ter acesso à linguagem, necessitamos da capacidade de tradução. Claro que há uma região não traduzível da mente, a parte que permanece inacessível. Isso é, a limitação da linguagem, o fracasso do significante; é, em certo sentido, o sujeito barrado de Lacan (1981/1993). Tendemos a expressar essa não-traduzibilidade, que claramente não possui matizes, como intraduzibilidade. Então dizemos: só se pudesse ler Borges em espanhol, seria capaz de evitar esse território temível da castração, da triangularidade e da contaminação, que nos chega a partir do momento em que saímos do paraíso. O paraíso

*Docente e psicanalista supervisora do Grupo Freudiano de Teerã, onde é fundadora e diretora. Professora na Universidade Shahid Beheshti, Teerã, Irã.

puro, onde não há vestígios de parasitas, nem a possibilidade de lutos e do clube privê do melancólico.

Podemos elaborar mais e dizer: deixemos que o pai de fala farsi entre na união gozosa de Lucía e sua língua mãe hispana e vice-versa? Produziriam-se criaturas muito estranhas, uma descendência muito calibanesca, estrangeiros com características curiosas e acentos de geografias longínquas: poderíamos ser hospitaleiros com eles? Podemos ser anfitriões poéticos e hospitaleiros? Como tais, deixamos Calibã “entrar”, não só por nossos anseios humanitários, senão porque não podemos imaginar um mundo sem calibãs. Esse mundo nos pareceria totalmente tedioso, de um tipo violento de tédio. O tédio da psicose, de estados sem pai, onde não há lugar para línguas menores, como nos lembra Mariano Horenstein (2014).

Calibã nasce da extraterritorialidade: não é, por acaso, a mesma estranheza de estrangeiria que experimentamos quando somos expulsos do paraíso de nossas uniões gozosas com nossas mães, mães pátrias e línguas nativas? A mesma estranheza e extraterritorialidade de nos aproximarmos para descobrir nosso inconsciente, conhecer o outro, a mulher, essa ausência dentro de nós mesmos?

Imaginemos a hospitalidade, já que “a hospitalidade é a própria cultura” (Derrida, 2002, p. 361), não com a ilusão de conquistar esse espaço não traduzível da nossa mente, na tentativa vã de compreensão completa e, claro, não adirmos ao relativismo cultural. Mas conceder hospitalidade, essa lei incondicional da hospitalidade -se tal coisa é pensável-, poderia ser uma lei sem imperativo, sem mandato e sem obrigação. Uma lei sem lei, definitivamente. A hospitalidade oferecida a outro em troca de pagamento já não é uma hospitalidade absoluta. Porque, se pratico a hospitalidade “sem obrigação” (e não só “conforme o dever”), é uma hospitalidade amável, oferecida para além da dívida e da economia, uma hospitalidade inventada para a singularidade do recém-chegado, do visitante inesperado (Derrida, 2000, p. 83).

Lucía disse que havia algo perdido, que faltava, mas por que esquecemos que é precisamente por conta dessa falta que temos uma mente? Se não fosse por essa ausência, não

seríamos capazes de pensar e jogar, então os convido, em nome da hospitalidade, a albergar algumas linhas do poema de Borges em farsi, sem traduzir:

میرادنگ یم، اه دامن ربیب ربارب
یم جرگ شینوخ هک، تسای عقاو هک ار لکی نا
ددرگ
دفالکش یم ار اه شیم واگ هه لگ هک هاگنا
هن و هاجنپ لاس تسگا موس، زورم و
ددرتسنگ یم رازنمچ رب ار شا هیاس
وا رب یمان ندان اب اما
ش یایند ندرگ دودحم یارب شالت ابو
نز یروناج هن و دوش یم یلیخت هب لی دبت
مد
دنز یم هسرپ نیمز شوح رب هک یریبب هن و

Lucía, a padroeira dos cegos, vive no significativo do seu nome; minha amiga, permito-nos aderir à cegueira de Borges e ao “ver” que acompanha esse não vidente, essa representação que provém, especificamente, da aceitação do não traduzível, do não representável. Esse encontro, através da ausência, vem de uma triangulação não puritana, onde se desenvolve a possibilidade do psiquismo (a mente), onde é possível ser hospitaleiro com o estrangeiro sem nome, com os “visitantes inesperados” em “El otro tigre”. Lucía, façamos esse luto juntas, joguemos nesse território da ausência, no reino do princípio do prazer, oferecendo uma hospitalidade poética derridiana só porque você leu Borges em farsi, o que está no verso.

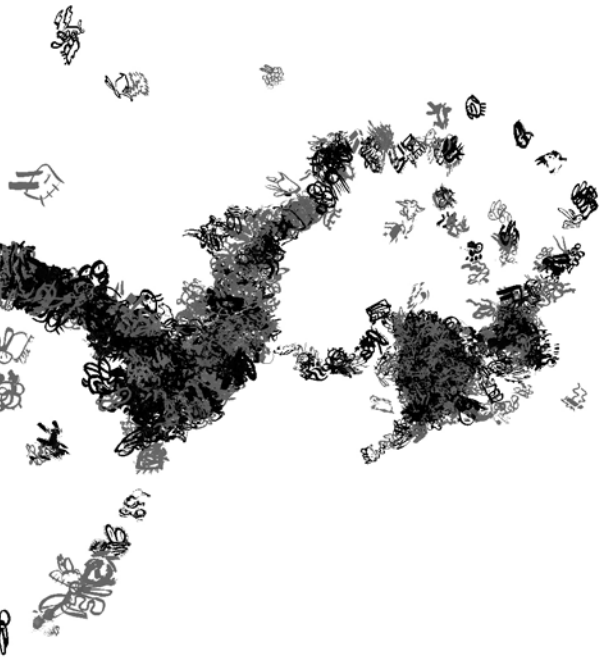
Referências

- Borges, J. L. (1970). The other tiger. In J. L. Borges, *Dreamtigers* (Trad. Mildred Boyer & Harold Morland). Austin: University of Texas Press. (Trabalho original publicado em 1964)
- Derrida, J. (2000). *Of hospitality. Anne Dufourmantelle invites Jacques Derrida to respond* (Trad. Rachel Bowlby). Stanford: Stanford UP.
- Derrida, J. (2002). Hospitality. In G. Anidjar (Ed.), *Acts of religion* (358-420). New York: Routledge.
- Horenstein, M. (2014). Psychoanalysis in minor language. Trabalho apresentado no congresso *Geographies of psychoanalysis congress*, Teerã.
- Lacan, J. (1993). *The psychoses: The seminar of Jacques Lacan: Book III. 1955-1956* (Trad. R. Grigg). London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1981)

“Eu sou um fantasma
nesta casa...”

Sobre as alegrias e os perigos da (falha de) tradução

Felix de Mendelssohn*



Quando criança, na Londres do pós-guerra, me dei conta de que a maioria dos amigos dos meus pais era como eles: escritores e intelectuais da Europa Central exilados pelo regime nazista. Alguns tinham problemas trágicos com a língua -frequentemente seu principal, ou único, meio para ganhar dinheiro!-, uma vez que, através dos anos, tornaram-se menos fluentes em seus idiomas nativos, sem ter adquirido domínio completo do inglês. Isso, muitas vezes, era motivo de piada na família. Uma delas, por exemplo, sobre o escritor austríaco que morava como hóspede (*guest*) na casa de uma família inglesa, a fim de trabalhar (*work*) num livro, e que atendeu o telefone no meio da noite gritando: “Deixe-me em paz! Eu sou um fantasma (*ghost*) nesta casa e estou caminhando (*walking*)!”¹

Isso parece uma irônica distorção do que significa não ter mais uma língua materna real, mas também de como o tradutor, oscilando entre duas línguas, pode se sentir, às vezes. Meus pais, ambos escritores, faziam trabalhos de tradução por dinheiro -alguns, eles adoravam, outros, detestavam. Meu pai amaldiçoava e praguejava enquanto traduzia *Êxodus*, de Leon Uris (1958), para o alemão (“é tão mal escrito!”) e se deleitava em fazer o mesmo para *História das cruzadas*, de Steven Ruciman (1951/2001) (“tão maravilhosamente escrito!”). De certa forma, cresci com a noção de que o conteúdo de um livro era importante de fato, mas secundário ao *estilo* em que era relatado.

Algo dessas experiências infantis me acompanhou em meu trabalho na prática psicanalítica. Existe um diálogo constante, nem sempre explícito, entre analista e paciente, que passa por um processo de tradução, cada um convertendo a língua do outro para a sua própria língua, para torná-la compreensível, sem perder a sensação de fantasmática diferença, de que algo do que o outro diz pode ficar definitivamente intraduzível.

* Professor do Departamento de Estudos Psicanalíticos na Universidade de Viena.

1. Nota do tradutor: o hóspede confundiu os termos *guest* (hóspede) com *ghost* (fantasma) e *work* (trabalhar) com *walk* (caminhar). Assim, em vez de dizer: “Sou um hóspede nesta casa e estou trabalhando”, disse: “Sou um fantasma nesta casa e estou caminhando”.

A “terceira voz” (Cheyne e Tarulli, 1999) no diálogo, todo o contexto social e cultural que emerge nas expressões, necessita também ser compartilhada e escutada. O melhor meio para isso, tal como foi elaborado por Vygotsky (1978), é a “zona de desenvolvimento proximal” entre a dupla falante.

A psicanálise conduzida num contexto transcultural enfrenta muitas armadilhas, nas quais o contexto sociocultural da experiência comum pode ser perdido. As pressões da globalização parecem nos oferecer pelo menos “o fantasma de uma chance” para construí-lo, em conjunto, gradualmente, entre indivíduos e grupos que de muitos modos ainda são estrangeiros entre si.

Em culturas populares na África do Norte, entre outros lugares, muitos distúrbios e acidentes são atribuídos a “*djins*” ou espíritos, que são vistos como capazes de influenciar um indivíduo a partir de fora. “Traduzir” esses fatos para a visão psicológica ocidental dominante, de que seriam projeções psíquicas de nossos impulsos interiores (e não realmente entidades exteriores existentes), pode ser uma difícil empreitada. Tive experiências desse processo de “tradução”, em grupos, que levaram a surtos violentos, difíceis de conter (Mendelssohn, 2014).

Tornou-se claro para mim que era mais importante levar a sério o *estilo* das comunicações do que o conteúdo objetivo. Opiniões são frequentemente mais difíceis de mudar do que o estilo no qual são veiculadas. Escorregões inconscientes da língua, falhas inadvertidas de tradução, como a do escritor austríaco que se transformou de hóspede em fantasma, podem revelar zonas de comunicabilidade que unem as diferenças sociais e culturais de abordagens estilísticas arraigadas. Se não entendemos algo, ou achamos que não compreendemos, tendemos a fazer perguntas, o que é bom; se nos sentimos seguros de entender tudo, nos esquecemos de perguntar, nos esquecemos de aprender.

Assim, estamos constantemente precisando de tradução, elucidação, elaboração etc., a fim de entender melhor. Mesmo assim, esse processo, ao se tornar exigente demais, pode parecer empobrecedor e contraprodutivo. Às vezes, desejamos entender e sermos entendidos, in-

questionavelmente, em nossa língua materna.

Parece-me claro agora -embora a clareza possa ser uma qualidade evanescente!- que o trabalho pioneiro de Freud (1900/1996) de engendrar uma tradução do processo primário inconsciente para o processo secundário consciente, em seu texto *A interpretação dos sonhos*, também deu origem a alguns equívocos conceituais sobre a prática da nossa disciplina. O conteúdo, aqui, parece anular a forma e o estilo, como se fosse suficiente interpretar o sonho de um paciente para ele, da mesma forma em que traduzimos uma versão de Livy (1919) do latim para o inglês, a fim de clarear o conteúdo básico do texto. Mas perdemos aqui não só o contexto histórico e cultural no qual Livy escrevera, como também o estilo pessoal e as alusões da sua narrativa. Em sua crítica a essa abordagem, Meltzer (1983/2009) advoga uma exploração, mais do que uma interpretação do sonho, incluindo sonhar o seu próprio sonho sobre o sonho do paciente enquanto o ouve. E explorar isso também.

O tradutor como intérprete -ao vivo e no local- é uma presença fantasmagórica (às vezes, isolado em uma cabine de vidro), entre os políticos ou as pessoas de negócios para quem está mediando. Os protagonistas dos últimos romances do escritor espanhol Javier Marías (1992/2002), que ensinou tradução na Universidade de Oxford, são frequentemente tradutores ou intérpretes. Diz, sobre eles: “São pessoas que renunciam a suas próprias vozes”. Sua arte pode, no entanto, por razões diplomáticas ou pusilânimes, disfarçar ou mesmo falsificar o estilo ou o conteúdo do que estava realmente sendo dito e de que modo. Isso tudo deve ser feito no calor do momento. Como analistas, estamos, às vezes, numa posição semelhante.

Acredito, com base na minha própria experiência, que ainda, em geral, o trabalho mais aproveitável e consistentemente construtivo se dá com indivíduos e grupos que compartilham conosco uma base social e cultural semelhante. Mas foi, também, o trauma do exílio e do desenraizamento o que mudou completamente o panorama provinciano da psicanálise durante e após a Segunda Guerra Mundial. Desde então, os problemas dos con-

flitos entre culturas e civilizações, e a violência que podem desencadear, pouco diminuíram, parecendo demandar ainda mais nossas capacidades psicanalíticas de tradução: como posso digerir emocionalmente essa experiência de modo a lhe dar sentido, para mim e para os outros?

Referências

Cheyne, J. A., & Tarulli, D. (1999). Dialogue, difference and the "Third Voice" in the zone of proximal development. *Theory & Psychology*, 9, 5-28.

De Mendelssohn, F. (2014). *Freud and the djinns – doing analysis in Algeria*. Trabalho apresentado na conferência Geographies of psychoanalysis, Teerã.

Freud, S. (1996). Die traumdeutung. In S. Freud, *Gesammelte werke. Chronologisch geordnet*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag. (Trabalho original publicado em 1900)

Livy. (1919). *History of Rome* (Vol. 1). Cambridge: Harvard University Press.

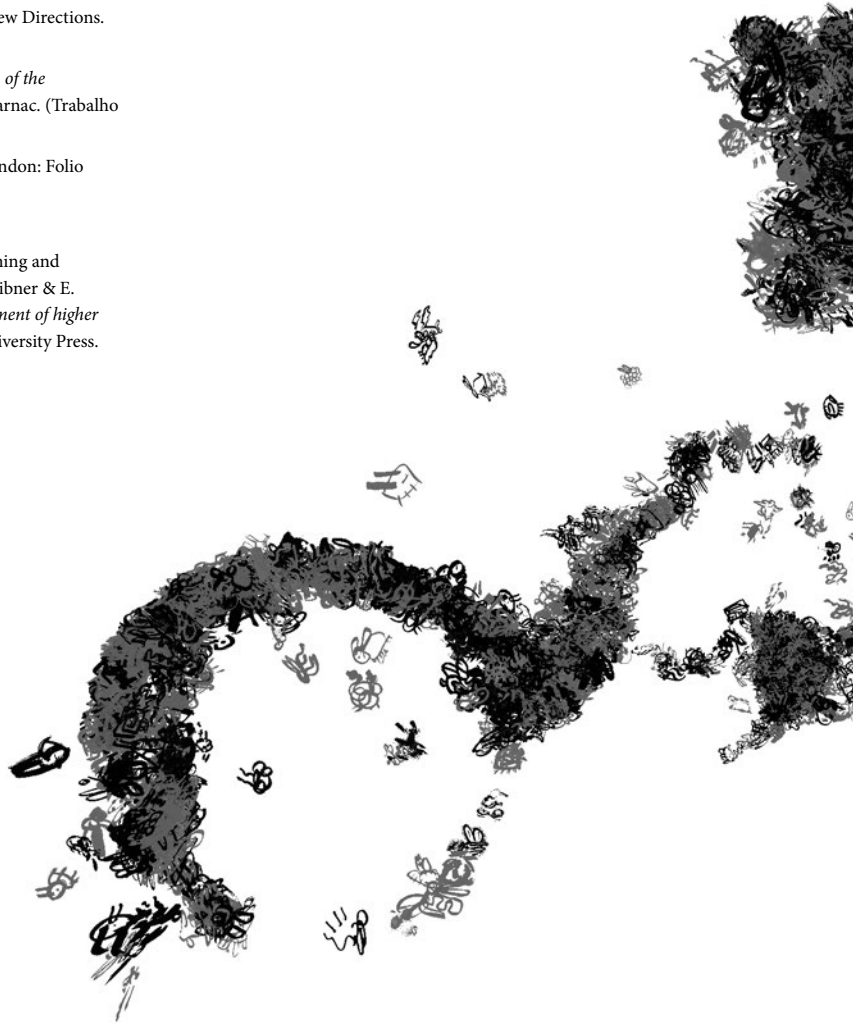
Mariás, J. (2002). *A heart so white*. New York: New Directions. (Trabalho original publicado em 1992)

Meltzer, D. (2009). *Dream life: A re-examination of the psychoanalytic theory and technique*. London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1983)

Runciman, S. (2001). *History of the crusades*. London: Folio Society. (Trabalho original publicado em 1951)

Uris, L. (1958). *Exodus*. New York: Bantam.

Vygotsky, L. S. (1978). Interaction between learning and development. In M. Cole, V. John-Steiner, S. Scribner & E. Souberman (Eds.), *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge: Harvard University Press.



O signo da autoridade: o debate brasileiro sobre as traduções das obras de Freud

André Carone*

- Quando emprego uma palavra –disse Humpty Dumpty com indiferença–, ela significa exatamente o que escolhi que ela signifique. Nem mais, nem menos.
- A questão –disse Alice– é saber se o senhor pode fazer uma palavra significar coisas tão diferentes.
- A questão –respondeu Humpty Dumpty– é saber quem manda.

Lewis Carroll (1871/1980), *Aventuras de Alice no país das maravilhas/ Através do espelho e o que Alice encontrou lá*¹

A história da tradução das obras de Freud no Brasil está marcada por um destino singular: tivemos duas edições de suas obras completas que foram vertidas indiretamente, nas décadas de 1950 (do espanhol e do francês) e 1970 (da versão inglesa de James Strachey), e poucas traduções realizadas a partir do original alemão, que por vários anos tiveram uma circulação restrita ou permaneceram inéditas. Por isso, antes que os escritos de Freud passassem a pertencer ao domínio público em 2010, a atividade da tradução havia permanecido à margem da consolidação da psicanálise no país, exceto em algumas circunstâncias isoladas². Uma das consequências diretas desse desenvolvimento histórico foi a transformação da terminologia na referência exclusiva para essa discussão, de tal maneira que os conceitos psicanalíticos acabaram por conquistar nesse debate a condição de teoria autônoma em relação ao texto e à própria atividade de tradução³. Antes mesmo que diferentes editoras viessem a lançar novas traduções a partir de 2010, estava enraizada nos meios psicanalíticos a convicção de que os conceitos psicanalíticos exigiam um tratamento rigoroso, do qual não seria permitido abrir mão em favor da fluência ou da elegância do texto, sob a pena de se deturpar o pensamento teórico de Freud ou mesmo a própria psicanálise.

Apesar de todas as circunstâncias, não se pode negar que os termos dessa convicção possuem a sua pertinência e estão presentes nas controvérsias de tantas outras edições estrangeiras, como, por exemplo, na leitura crítica do tradutor argentino José Luis Etcheverry acerca da antiga edição espanhola do tradutor Luiz López Ballesteros y de Torres (Etcheverry, 1978). Mas, no caso brasileiro, não se trata da crítica a uma tradução que já existia: pelo contrário, o tradutor brasileiro de Freud hoje

* Professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. Tradutor.

1. Texto original: “When I use a word”, Humpty Dumpty said in rather a scornful tone, “it means just what I choose it to mean, neither more nor less”.

2. Entre essas novas traduções, encontram-se, entre outras, *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/2012), por Renato Zwick, “*O homem dos lobos*” e outros textos (Freud, 1918/2010), *A concepção das afasias* (Freud, 1891/2012), por Emiliano Rossi, e *Luto e melancolia* (Freud, 1917/2012), por Marilene Carone.

3. O paradigma para esse tratamento autônomo da terminologia foi estabelecido pelo *Dicionário comentado do alemão de Freud*, de Luiz Hanns (1998).



deve responder a *uma crítica da tradução que é anterior ao seu próprio trabalho*.

Se, por um lado, esse aparente paradoxo torna ainda maiores as responsabilidades dos tradutores, ele demanda, por outro, uma crítica que tome em consideração os entraves que limitam a sua própria perspectiva. Afinal, o que queremos dizer com termos como *exatidão* ou *rigor conceitual*? O anseio de psicanalistas e leitores pela precisão não é algo evidente: na verdade, ele é tão neutro ou indiferente quanto as inclinações e preferências particulares de qualquer tradutor de Freud. Falar em conceitos claros ou escolhas consolidadas não é a garantia de um pensamento objetivo, menos ainda de uma tradução precisa.

Com frequência, a precisão conceitual aparece vinculada aos efeitos que ela teria sobre a clínica psicanalítica: afirma-se que as escolhas dos tradutores não teriam apenas implicações semânticas, mas sobretudo consequências para a própria prática da psicanálise. Entretanto, o conceito não se reduz à terminologia e nem depende desses termos-chave para produzir seus efeitos. Eles dependem em igual medida da leitura integral de um texto, de sua discussão e também, no caso da psicanálise, de uma prática clínica. Neste momento em que tanto se critica a cultura acadêmica da citação e da produtividade, talvez a psicanálise desse uma grande contribuição, caso questionasse o valor supostamente objetivo daquilo que pode ser

imediatamente citado, reconhecido, identificado e quantificado.

Mas o que se tem observado entre nós é o movimento inverso, de tal maneira que um trabalho de edição e tradução se fundamenta, acima de tudo, pelo uso de um conjunto consensual de termos-chave. Essa primazia da palavra visível faz lembrar a tese dos historiadores portugueses segundo os quais o Brasil jamais teria sido colônia de Portugal, visto que, em toda a documentação da Coroa Portuguesa, não se encontra jamais o termo *colônia*.

Os conceitos psicanalíticos existem, mas não são nem palpáveis nem invisíveis: eles apenas são muito mais elusivos, escorregadios e nebulosos do que sonha nossa vã terminologia. A defesa ostensiva da precisão terminológica tem como contrapartida a subordinação de todos os outros conteúdos à nitidez do conceito: tudo mais que há na linguagem – a fala desinteressada, o recurso a metáforas, as alusões literárias – passa automaticamente a definir-se como *aquilo que ainda não é conceito* e carece, portanto, de determinação. Resta saber o que seria genuinamente psicanalítico nesse impulso normativo que deseja dominar integralmente a linguagem por intermédio da terminologia.

Outro argumento em defesa da precisão terminológica e conceitual afirma que há muito tempo consolidou-se no Brasil um certo uso de termos-chave como *Eu, Isso, recalque*,



pulsão, a posteriori, moção, entre outros. Mas a definição de tais termos, além de representar uma conquista limitada diante da tarefa integral da tradução, também não é evidente por si mesma e pode nos conduzir ao erro. Seria útil retomar, nesse ponto, os comentários de Marilene Carone sobre a presença do termo *insight* na *Edição standard brasileira* (Carone, 1988): na década de 70, a palavra tinha ampla penetração entre os analistas brasileiros e era, de fato (como continua a ser), um conceito psicanalítico, presente em escolas psicanalíticas britânicas e americanas que já tiveram no Brasil uma larga influência. A adoção do termo não foi polêmica, nem foi recebida como uma intervenção sobre o texto original de Freud *porque estava pautada em uma prática clínica*. Quantos não são hoje os pontos cegos, os equívocos despercebidos e as projeções silenciosas nas leituras de Freud pelos psicanalistas brasileiros? Quanto não estaríamos perdendo com a imposição de um consenso em prejuízo de uma multiplicidade de perspectivas e de tudo o que ela pode nos revelar? Quais foram os efeitos dessa longa convivência forçada com traduções indiretas e da importação de conceitos de língua inglesa e francesa sobre a produção da nossa psicanálise? Sou da opinião de que temos diante de nós a oportunidade de resgatar a experiência de leitura para além da fachada terminológica, uma vez que os seus termos técnicos também passaram ao domínio público, e que nessa

aventura o tradutor não é o único que está fadado ao equívoco. Qual motivo teríamos para normatizar a psicanálise através de uma “boa linguagem” que pudesse ser instrumentalizada pela clínica?

Referências

- Carone, M. (1988). Freud em português: Ideologia de uma tradução. In P. C. de Souza (Ed.), *Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan* (pp. 166-176). São Paulo: Brasiliense.
- Carroll, L. (1980). *Aventuras de Alice no país das maravilhas/ Através do espelho e o que Alice encontrou lá* (Trad. Sebastião Uchôa Leite, p. 196). São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1871)
- Etcheverry, J. (1978). *Sobre la versión castellana – Sigmund Freud: Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (2010). “O homem dos lobos” e outros textos (Trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original traduzido em 1918)
- Freud, S. (2012). *A concepção das afasias* (Trad. Emiliano Rossi). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (2012). *A interpretação dos sonhos* (Trad. Renato Zwick). Porto Alegre: LPM. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2012). *Luto e melancolia* (Trad. Marilene Carone). São Paulo: Cosacnaify. (Trabalho original publicado em 1917)
- Hanns, L. (1998). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

A viagem através das línguas: um farol para o outro

Monica Horovitz*

Try again. Fail again. Fail better.
Samuel Beckett (1991), *Cap au pire*.

Für mich - For me - Formidable...
Charles Aznavour (1964, canção 2),
Für mich - For me - Formidable.

A psicanálise remete à relação singular que cada um mantém com a linguagem. As línguas conhecidas, esquecidas, reprimidas, aprendidas com maior ou menor doçura vêm pousar, contrastar-se, materializar-se, encontrar seu lugar... Por meio de vagâncias e rupturas, responde a uma faculdade particular para co-moverse entre as palavras, e as línguas se tornam o território que se atravessa, do qual se apropria, onde você se fixa, integrando-se a si e determinando uma vida.

Assim, o trabalho de interpretação em psicanálise oferece momentos criativos desde o instante em que nos situamos à beira do corpo e das palavras, em seu encontro tão efêmero. Dessa maneira, a experiência psicanalítica se ilumina no momento em que, em silêncio, abre-se para nós de forma aparentemente imperceptível, passageira e inefável: um espaço interior na margem das palavras, que nos convida a acolher e tentar dizer um pensamento sem palavras. Somente a partir de então as palavras começam a pensar e podem traduzir um pensamento sem pensador (Bion, 1997).

O analista deve se dispor a escutar esse quase nada para perceber o eco daquilo que continua sem ser dito ou fica mudo. Aí reside o enigma do encontro.

De que língua, de que vínculo estamos falando? A travessia do conhecido (a língua, a terra) ao desconhecido é uma experiência da qual não se sai incólume. Frente aos transtornos da realidade exterior, as mais diversas reações podem se produzir, desde um sentimento de inquietante estranheza até o traumatismo mais profundo. Despojados da identidade perdida no silêncio ou dentro de uma língua alheia, como sobreviver? Como se reconstruir, palavra a palavra, passo a passo? Como enlaçar a História com a história singular de cada um?

Essas perguntas estão no coração do nosso trabalho de psicanálise: como ouvir, criar, rastrear o vivo após uma experiência de exílio ou de perda, seja imposta pelo exterior ou a partir do mundo interno do sujeito?

* * *

Sem saber, estamos atravessados pelas línguas. O que se imprime em nós, o que se des-

* Sociedade Psicanalítica de Paris e Sociedade Psicanalítica Italiana.

preza no corpo para que uma determinada língua, materna, paterna, alheia, familiar insinue suas pegadas em nós, permitindo-nos sonhar, pensar, criar com ela, integrá-la, fazer com que seja nossa? Existe uma língua *princeps* que a linguagem percorre para que aquilo fale em si?

Se a língua materna é um elemento primordial das vicissitudes de separação-indivíduo endopsíquica e da identidade do sujeito, que resultam dela, só pode se reconhecer como tal no encontro do sujeito com outras línguas. Somente ao aprender uma segunda língua distinguimos nossa língua materna e suas raízes emotivas, corporais e sensoriais, seus processos de pensamento e sua prosódia.

A língua adotada cria raízes no corpo em relação com a língua materna, que faz as vezes de fonte. Sonhos políglotas, esquecimentos de palavras retornam na outra língua porque assim são mais próximos e precisos com relação a aquilo que se quer expressar.

É possível “esquecer” em uma língua e “recordar” em outra? Como se articulam, entre os níveis consciente, inconsciente e pré-consciente, as relações entre representações de coisas e representações de palavras (Freud, 1915/1968), quando elas podem enganar as línguas, e em muitas línguas? Sob quais modalidades organizam-se as traduções internas para os sujeitos que aprenderam a utilizar vários códigos linguísticos?

Essas interrogações convidam à reflexão sobre o jogo de línguas na relação terapêutica e na dinâmica do par psicanalista/psicanalisando.

Assim como a palavra se encarna, passamos de uma língua à outra em uma relação com o casal original, a do mistério do vínculo da procriação. Fundamento de todo vínculo, recebemos o dom da vida e da língua materna, que permite a arte de falar línguas alheias.

Sendo a língua materna o lugar do eu nascente e das palavras “que se concretizam” com a própria realidade, podemos dizer que aquelas são doces ou amargas, coloridas como as próprias coisas, e que graças a elas o mundo nasce para nós. Mas essa metáfora também nos permite ir além: somos e não somos nosso corpo, entre nós e o mundo abrem-se o universo da linguagem e suas distâncias: o dito e

o não dito, a possibilidade do equívoco e do engano, as significações ocultas ou implícitas a serem reativadas ou redescobertas. Desde o momento em que falamos, já não somos *um*. A primeira pessoa do singular é, na verdade, plural: há muitos *eu*, como aprendemos no encontro analítico. O analista-tradutor se vê confrontado com uma presença sensorial auditiva ou visual-auditiva, passagem obrigatória do acesso ao sentido, vínculo entre o corpo e a representação psíquica.

Da mesma forma, em análise, as palavras tocam e dizem... As palavras-corpo se tornam etéreas, inapreensíveis, abertas ao outro como desejo de comunicação, para receber o impacto e tentar representar o sentido desse encontro incomunicável.

Falamos para encontrar sentido e para dá-lo. Somos tradutores permanentes, fracassando sempre frente ao intraduzível, mas sem perder a esperança de ser compreendidos.

Meu corpo verbal abre-se a outras línguas, já que se abre à humanidade e à sua história. A linguagem não existe fora de uma pluralidade de línguas. O poder das coisas para ser ditas e o do homem para dizer se apresentam *prima facie* como uma dispersão cativante e irremediável. Não há dom de línguas sem diversidade de línguas.

Concluirei com um intercâmbio pessoal com Jeffrey Eaton, psicanalista norte-americano, que me escreveu sobre o tema tratado aqui:

“Li” seu artigo e cheguei somente a vislumbrar isso que você expressa com muita elegância. Mas o que entrevejo são justamente breves momentos de “luz” na escuridão da minha ignorância sobre sua língua de adoção. Talvez seja uma evocação muito mais profunda da totalidade da nossa experiência humana, quando deixamos de nos aferrar ao que é familiar e nos abrimos ao novo à medida que surge”.¹

Referências

- Aznavour, C. (1964). Für mich - For me - Formidable. In *Von mensch zu mensch* [CD]. Deutschland: Barclay.
- Beckett, S. (1991). *Cap au pire*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bion, W. R. (1997). *Taming wild thoughts*. London: Karnac Books.
- Freud, S. (1968). Le refoulement. In S. Freud, *Métapsychologie* (Trad. J. Laplanche & J. B. Pontalis). Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1915)

1. Em inglês, no original (N. do T.)

Novas traduções de Freud para o século XXI

Pedro Heliodoro Tavares*

Ainda que Sigmund Freud tenha causado uma verdadeira viragem nas concepções acerca da subjetividade na passagem do século XIX para o século XX, centrando o seu entendimento nas relações da sexualidade com o corpo e com a cultura, foi somente desde um retorno à sua obra promovido a partir de uma leitura em língua estrangeira que outro aspecto ganhou foco: o da linguagem. Com Freud, a clínica médica do olhar para o corpo torna-se clínica da escuta do discurso. Seus três trabalhos fundadores: *A interpretação dos sonhos* (1900/1996a), *Psicopatologia da vida cotidiana* ((1901/1996c) e o livro dos chistes (1905/1996b) já deixavam evidências sobre a centralidade da experiência da linguagem e da representação na formação e transformação do subjetivo, mas isso só se torna claro com o retorno proposto por Jacques Lacan, amparando sua leitura em linguistas, tais como Saussure e Jakobson, entre outros.

Muito já foi dito e pensado acerca da experiência da linguagem nas proposições fundadoras da psicanálise, mas hoje, com a entrada da obra de Freud para o domínio público e as consequentes novas propostas de tradução a partir de 2010, renova-se o debate acerca dos elementos linguageiros em sua produção. Colocam-se em discussão as questões de estilo, vocabulário, terminologia, analogias, relação com outras línguas de especialidade etc.

Logo, procuramos com este texto, na verdade, aproveitar o debate renovado para evidenciar certas questões de “circuitos de passagens entre as línguas” no que diz respeito às traduções e leituras de Freud a partir de cada uma das mais influentes línguas da psicanálise, a saber: o alemão, o inglês, o francês, o espanhol e o português falado no Brasil. Que consequências tiveram os caminhos e desaminhos promovidos pela recepção da obra de Freud em cada uma dessas línguas e culturas, e como elas se influenciaram mutuamente na recepção desse autor na Europa ocidental e nas Américas?

Dirigindo atualmente uma nova coleção de livros de Freud no Brasil, em parceria com o também psicanalista Gilson Iannini, as *Obras*

* Professor da Área de Alemão - Língua, Literatura e Tradução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Psicanalista, professor de psicologia, escritor.

incompletas de Sigmund Freud (Iannini, 2013-2015), gostaria aqui de evidenciar os pontos terminais desse “circuito de línguas”, o alemão de Freud e o português para o qual vertemos sua obra, sem de modo algum deixar de lado as contribuições fundamentais das outras três línguas que influenciaram cabalmente a recepção de Freud no Ocidente. Cronologicamente, começamos pelo inglês de Ernest Jones, grande político da psicanálise após a morte de Freud, bem como de James Strachey, espécie de “São Jerônimo” da obra freudiana, com sua criteriosa tradução e elaboração da *Standard edition* (Strachey, 1953-1974). Em paralelo, mas com uma repercussão posterior na América do Sul, temos o francês de pioneiros tais como Marie Bonaparte e, posteriormente, do grande responsável pelo retorno ao alemão de Freud, Jacques Lacan, sem que possamos nos esquecer dos lexicógrafos da psicanálise: Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis, dos quais o primeiro ocupa um lugar central entre os tradutores franceses. *Last but not least*, como os brasileiros passaram o século XX à mercê de traduções indiretas, feitas a partir do inglês e do francês, e de qualidade bastante questionável, foi-lhes fundamental o recurso à leitura dos textos fundadores a partir de uma das duas grandes traduções de Freud para a língua irmã: o castelhano, fosse a partir da edição espanhola de Ballesteros ou da argentina de Etcheverry.

Atualmente, porém, com um século de atraso, surgem ao leitor brasileiro simultaneamente novas versões de Freud, sendo, dessa vez, finalmente, traduções diretas da língua-fonte. Aos que se interessarem quanto à análise dessas traduções, remeto o leitor ao meu livro *Versões de Freud* (Tavares, 2011).

Por um longo período, os leitores de Freud no Brasil ficaram à mercê de certas concepções de leituras estrangeiras a partir das versões indiretas. Muito emblemático acerca desse problema foi o ocorrido com a *Edição standard brasileira* da editora Imago (Strachey, 2009). Além das várias críticas feitas, sobretudo, por Marilene Carone (1989) quanto às várias falhas na tradução do inglês de James Strachey para o português, é verdade que a tradução inglesa apresentava Freud dentro de um viés excessivamente médico-biologista, além de atenuar muito do vigor e das qualidades estéticas

do estilo freudiano, transformando sua prosa em algo mais mecânico e, portanto, mais palatável ao discurso científico difundido em língua inglesa. No caso da terminologia, utilizaram-se neologismos amparados em línguas clássicas (grego e latim) para verter palavras cotidianas do alemão. Assim, o *Eu (Ich)* freudiano transformou-se em *Ego*, e os *atos-falhos (Fehlleistungen)*, em *parapraxias*. Quanto à sintaxe, o tempo presente na descrição de sonhos passa para um distante passado.

Para remediar tais problemas, os brasileiros passam a ler a edição traduzida do inglês com a ajuda de um dicionário produzido em língua francesa (!), o *Vocabulário da psicanálise*, elaborado por Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis (1999), sendo o primeiro deles um dos coordenadores da mais difundida tradução francesa de suas obras. Se é verdade que o referido léxico resolvia muito dos problemas trazidos pela leitura biologizante difundida em língua inglesa, esse não estava livre de outra tendenciosidade: a de aproximar Freud do vocabulário filosófico difundido na França à época de sua produção. Assim, o vocábulo *Angst* (medo/ansiedade/angústia), por exemplo, passa a ser lido invariavelmente como um conceito, tendo aparentemente o sentido inequívoco de *angústia*. Além disso, a tradução excessivamente preocupada com a “fidelidade” ao autor fez com que o leitor francês estranhasse as construções linguísticas não adaptadas e traduzidas muitas vezes ao “pé da letra”.

Fatalmente, a tradução de Freud, autor tão multifacetado, tende a privilegiar um recorte de recepção: o teórico-clínico, o médico-científico, o filosófico-epistemológico, o literário-ensaísta etc. A melhor tradução será, para o leitor, aquela que mais se aproximar da proposta que ele acredita ser fundamental para sua recepção do autor. A tradução coordenada por Paulo César de Souza para a Cia. das Letras, por exemplo, como o próprio tradutor já deixou claro (Tavares, 2011), apresenta Freud como um importante nome da cultura e da expressão literária alemãs, nem sempre levando em conta as discussões promovidas pelos psicanalistas.

Se Freud tem no alemão uma escrita cristalina e de fácil acesso, ironicamente a sua maestria na língua e o sagaz uso de suas po-

tencialidades reservaram aos seus tradutores peculiares dificuldades em transpor aos leitores de outras línguas a combinação de um rigor conceitual com a habilidade quase poética de um talentoso prosador. Especificamente, em nossa proposta de tradução para as *Obras incompletas de Sigmund Freud*, optamos por nos dirigir preferencialmente aos psicanalistas e leitores de Freud comprometidos com a precisão no tratamento de seu vocabulário. Desse modo, havendo a necessidade de opção entre a beleza e o rigor, a opção tem sido feita pelo segundo. De fato, esse autor, de forma surpreendente em sua época e meio de expressão, sempre enxergou na estética uma aliada da razão, e nunca uma inimiga, para a construção da sua obra escrita. Eis uma proposta de difícil tradução.

Referências

- Carone, M. (1989). Freud em português: Uma tradução selvagem. In P. C. de Souza (Ed.), *Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1985)
- Freud, S. (1996a). Die traumdeutung. In S. Freud, *Gesammelte werke. Chronologisch geordnet*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996b). Der witz und seine beziehung zum unbewussten. In S. Freud, *Gesammelte werke. Chronologisch geordnet*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996c). Zur psychopathologie des alltagslebens. In S. Freud, *Gesammelte werke. Chronologisch geordnet*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag. (Trabalho original publicado em 1901)
- Iannini, G. (Ed.) (2013-2015). *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1999). *Vocabulário da psicanálise*. (Trad. Pedro Tamen). São Paulo: Martins Fontes.
- Strachey, J. (Ed.). (1953-1974). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vols. 1-24). London: The Hogarth Press & The Institute of Psycho-Analysis.
- Strachey, J. (Ed.). (2009). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vols. 1-24). Rio de Janeiro: Imago.
- Tavares, P. H. (2011). *Versões de Freud – Breve panorama crítico das traduções de sua obra*. Rio de Janeiro: 7Letras.



O vento da derrota - A propósito da tradução

Gastón Sironi*

El traductor al japonés pregunta ¿japonés es la persona o el idioma? (...) el traductor al japonés pregunta ¿hablar sobre el mar es pararse sobre las olas?!
Jorge Perednik (2012), *Ensayos sobre la traducción*

No delta etimológico da palavra *traduzir*, confluem vários rios: *conduzir*, *transladar*, *fazer atravessar* ou *passar de um lado para o outro*. A ideia de viagem está nessas origens: alguém que viaja e encontra um outro que fala outra língua, outra melodia. Se, no mar de palavras, é árduo encontrar as que expressam o preciso -o justo, e também o necessário-, as que *nos dizem*; se é difícil que nos façamos entender na nossa própria língua, como fazê-lo com o estrangeiro?

A tradução é um eterno transbordar: levar e trazer versões, rodar, virar, transformar. Fazer com que a vida (a escrita da vida) passe através do tempo e do espaço.

A travessia dessa navegação, cuja singratura recebe o nome de derrota, é uma viagem interminável que encontra vento na insatisfação: quando conseguimos dizer o que queremos dizer? “Não encontro: busco!”, invocava Lacan (citado por Meschonnic, 2009) a Picasso, invertendo -traduzindo- sua frase. “Mais do que capturar o objeto, estamos perdendo-o sempre, como todo objeto que se oferece ao nosso desejo”, diz Susana Romano em *Consuelo de lenguaje* (2005). Desejo e perda, busca e nostalgia: chega-se a porto, e já no cais o destino parece diferente do buscado. Com a impossibilidade de equivalência, chega a angústia da

decisão, o inapreensível oceano da liberdade.

E, no entanto, viajamos, e, no entanto, traduzimos.

A tradução em psicanálise é uma viagem dentro da viagem. A um reino da linguagem. A um reino onde a linguagem é rainha, e súdita, e lei. Interpretar é traduzir. Compreender é traduzir, dizia Steiner (1975/1995) em *Después de Babel*.

Paul Ricoeur (2005) compara o trabalho da lembrança e o do luto com a tarefa do tradutor. “A frente dupla de uma resistência dupla, que procede tanto de uma língua de origem como da de chegada.” Mergulhar na memória da própria língua para abordar um texto em outra. E trazê-lo para a nossa, sabendo que haverá angústia e perda. Mas também ganhos: a própria língua se enriquece na hospedagem da língua alheia. E continuará a se enriquecer, quando alguém propuser outra versão, em outro tempo, em outro espaço, ainda dentro de uma mesma língua. Borges (1932/2011) concorda com isso, nitidamente, em “Las versiones homéricas”: “O conceito de texto definitivo não corresponde senão à religião ou ao cansaço”. Também ao *copyright*, se pensarmos nas traduções “autorizadas” dos seminários de Jacques Lacan. Mas nada na língua é estável, não pode “se estabelecer”: “Um idioma é uma entidade em permanente movimento, em permanente transformação, é uma imensidão, é um rio. Impossível detê-lo”, diz María Teresa Andruetto (2013). Sempre pode haver outras versões, outras viagens. Porque as traduções *envelhecem*, como postula Umberto Eco (2003/2008), em cujo sobrenome parece estar cifrada uma teoria da tradução. O alemão de Freud é sempre o mesmo, mas o rio do espanhol continuou a correr depois de López-Ballesteros e de Etcheverry. No *establishment* teórico e acadêmico, naturaliza-se o texto traduzido, em um apagamento do processo de tradução que gera a ilusão de estar lendo Freud, Lacan (pense, por exemplo, por que “Etcheverry” é menos visível que “Amorrortu”).

Porque muda a representação da linguagem, porque muda também sua escuta é que

* É diretor do selo independente Viento de Fondo (www.vientodefondo.com), com o qual obteve em três oportunidades o Prêmio Alberto Burnichón, de livro mais bem editado em Córdoba.

1. O tradutor do japonês pergunta: *japonés* é a pessoa ou o idioma? (...) o tradutor do japonês pergunta: *falar sobre o mar* é ficar de pé sobre as ondas? (Tradução livre)

se retraduz Shakespeare, Cervantes. Então, o que acontece com Freud, com Lacan?

Então: continuar a traduzi-los. Hoje, e também amanhã, de Córdoba, ou Porto Alegre, ou Tacuarembó. Da margem, com irreverência frente ao cânone, como provocava Borges. Um trabalho de escrita de um texto novo, aqui e agora, a partir de outro escrito em outra língua, *lá longe e faz tempo*, parafraseando Guillermo Enrique (ou William Henry?) Hudson (1918/1953).

Se toda navegação é derrota, é também um novo começo, um melhor fracasso, a descoberta de uma pista para uma nova descoberta: “Os melhores tradutores conseguem o mesmo que a obra de arte: encontrar, ante uma impossibilidade, uma saída deslumbrante que não a soluciona”, diz Jorge Santiago Perednik (2012). Frente ao rio em bruma, frente à distância que nunca será igual a zero, a poeta e tradutora uruguaia Circe Maia (2013) propõe “nos aproximarmos, fazer eco. Sempre é melhor ver uma cidade distante através de muita névoa do que não vê-la. Pelo menos, vemos como começa a nascer, nos aproximamos”.

Em castelhano medieval, empregava-se o termo *trujamán*, de origem árabe, para fazer referência tanto ao tradutor como ao intérprete. Tradução e psicanálise se enlaçam na interpretação: um traslado de si a outro para escutar-se, no mar da transferência, palavra onde também ressoam as origens da tradução. Uma tradução da escuta. “Interpretar é traduzir. Ainda em uma mesma língua. Porque a tradução é um problema da linguagem, não da língua”, afirma Meschonnic (2009).

Monica Horovitz (2015) lembra, neste mesmo número de *Calibán*: “Falamos para encontrar sentido e para dá-lo. Somos tradutores permanentes, fracassando sempre frente ao intraduzível, mas sem perder a esperança de sermos compreendidos” (abro um amplo parêntese, sobre a invisibilidade do fenômeno: cito Horovitz segundo minha tradução/interpretação do seu francês, que, por sua vez, é sua segunda língua; digamos uma primeira versão, em que as aspas não devem implicar “Monica Horovitz diz”, como se fosse uma transcrição, mas sim “esta é minha versão de 2015, no castelhano

de Córdoba, Argentina, do que Monica Horovitz escreveu em francês, em Paris, no mesmo ano”).

A tradução tem a ver com a leitura, ou seja, com a escuta. Por isso, uma palavra é uma voz. Com ela terão que lidar o tradutor e o analista. Aquele, trasfegando sentidos e sons, giros, rimas e métricas, músicas e grafias. Este, esquadrinhando sonhos e lapsos, associações livres e lembranças reprimidas. Ambos com as palavras, com as vozes.

Para terminar, uma versão de “Liminaire”, do poeta quebequense Gaston Miron (1970/1998), que talvez nos fale dessa viagem sem fim:

Hice desde más lejos que yo un viaje delirante
hace tiempo que no volvía a verme
aquí estoy en mí como un hombre en una casa
que se ha hecho en su ausencia
yo te saludo, silencio
no he vuelto por volver
llegué a aquello que comienza².

Referências

- Andruetto, M. T. (2013). En busca de una lengua no escuchada todavía. Trabalho apresentado no II Congreso iberoamericano de lengua y literatura infantil y juvenil, Bogotá.
- Borges, J. L. (2011). Las versiones homéricas. In J. L. Borges, *Obras completas*. Buenos Aires: Sudamericana. (Trabalho original publicado em 1932)
- Eco, U. (2008). *Decir casi lo mismo. Experiencias de traducción* (Trad. Helena Lozano Miralles). Barcelona: Lumen. (Trabalho original publicado em 2003)
- Horovitz, M. (2015). El viaje a través de las lenguas: un faro al otro. *Calibán - Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 13(1).
- Hudson, G. E. (1953). *Allá lejos y hace tiempo*. Lima: Pederal. (Trabalho original publicado em 1918)
- Maia, C. (2013). *La pesadora de perlas. Obra poética y conversaciones con María Teresa Andruetto*. Córdoba: Viento de Fondo.
- Meschonnic, H. (2009). *Ética y política del traducir* (Trad. Hugo Savino). Buenos Aires: Leviatán.
- Miron, G. (1998). *Liminaire*. In G. Miron, *L'homme rapaillé*. Montreal: Typo. (Trabalho original publicado em 1970)
- Perednik, J. S. (2012). *Ensayos sobre la traducción*. Buenos Aires: Descierto.
- Ricoeur, P. (2005). *Sobre la traducción* (Trad. Patricia Willson). Buenos Aires: Paidós.
- Romano Sued, S. (2005). *Consuelo de lenguaje. Problemáticas de traducción*. Córdoba: Ferreyra.
- Steiner, G. (1995). *Después de Babel*. México: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1975)

2. Fiz, vindo de mais longe que eu, uma viagem delirante/ faz tempo que não voltava a me ver/ aqui estou em mim como um homem em uma casa/ que se fez na sua ausência/ eu te cumprimento, silêncio/ não voltei por voltar/ cheguei ao que começa. (Tradução livre)

A importância das traduções

Steve Ellman*

Havia escrito anteriormente (Ellman, 2010) que a psicanálise chegou a uma época em que sua melhor descrição seria a de uma torre de Babel invertida. No Antigo Testamento, a quantidade de línguas criada por Deus causou uma grande confusão. No novo testamento da psicanálise, usamos a mesma linguagem e, no entanto, frequentemente há confusão. Não fica claro se, ao utilizar o mesmo termo, autores de diferentes perspectivas teóricas se referem ao mesmo conceito. Isso leva a sérias dificuldades ao traduzir conceitos de uma perspectiva a outra. Essa nova torre de Babel pode ser entendida como geradora da dificuldade ou da impossibilidade de comunicação, ou como precursora do desenvolvimento de novos conceitos teóricos e formas de descrever a experiência clínica. A pergunta formulada aqui é: quais são as condições necessárias para realizar uma tradução adequada de uma teoria à outra e quais são as condições necessárias para traduzir além das fronteiras culturais e linguísticas?

Como afirmaram vários autores, tradução é sempre interpretação; quando o psicanalista adequa os conceitos de outro analista à sua própria linguagem, acontece sempre uma tradução e uma interpretação. Em uma sociedade unilíngue, o exercício de traduzir deveria ser visto sempre como crucial e urgente. O pe-

* Professor da Escola de Pós-Graduação na City University de Nova York (Cuny).





rigo reside em que esse tipo de sociedade pode chegar a se isolar e a recusar de maneira implícita as traduções, devido aos perigos trazidos por outras perspectivas.

Antes de me aprofundar nas complexidades da tradução, gostaria de comentar uma experiência que tive na Cidade do México quando convidei o Dr. Bolognini para falar sobre a obra do Dr. Sheldon Bach (2006). Apesar de a apresentação realizada por Bach ter sido excelente, a tradução feita por Bolognini da obra de Bach foi a parte fundamental do painel. Foi uma explicação cuidadosa do trabalho, mas, além disso, Bolognini traduziu a obra contextualizando os conceitos utilizados por Bach numa perspectiva italiana. Não cabe agora discutir os conceitos iluminadores de Bach, que nos ajudam a entender os estados narcisistas, já que a questão que quero ressaltar é que a apresentação de Bolognini constituiu-se como o primeiro passo de um excelente trabalho de tradução. Bolognini adequou esses conceitos para reforçar e ampliar a obra de Bach, o que corresponde, de fato, ao segundo passo do

trabalho de tradução. E, com esse resultado, registra-se um valor ainda maior ao esforço que Bolognini fez ao realizar a tradução: demonstrou o valor simbólico dos conceitos de Bach e sua possível correlação com outras perspectivas teóricas. Consequentemente, pode-se concluir que uma boa tradução da teoria compreende uma explicação cuidadosa dela e, ainda mais importante, a tentativa de vincular os conceitos, seja ao integrá-los ou ao apresentá-los como perspectivas alternativas. Assim sendo, uma maneira de avaliar o valor simbólico de um conceito pode acontecer a partir do grau de vinculação de que ele é capaz.

Gostaria de me referir, a seguir, a outra experiência significativa: Albert Mason, Elizabeth Spillius, Judy Chused e eu fizemos parte de um painel cujo objetivo era comparar os conceitos freudianos e kleinianos (na Conferência Iptar - Instituto para o Treinamento e a Investigação Psicanalítica, em 2004, em Nova York). Nós nos conhecemos no ano de 2004, e nesse encontro surgiu um interesse em comparar os diferentes pontos de vista de cada um de nós.

Uma das inquietudes que tínhamos estava relacionada com os tempos (*timing*) em que são feitas as interpretações e, talvez ainda mais importante, com os critérios das condições para interpretar o material inconsciente.

Parecia haver poucos pontos de convergência, até nos encontrarmos com um artigo de Ron Britton. Britton (1997) escreveu sobre uma paciente que não tolerava os esforços de interpretação do seu analista. Quando Britton deixou de interpretar, a paciente lhe disse, com sensibilidade e veemência: “Pare com a sua merda de pensamento”. A paciente não podia tolerar o outro na situação analítica, porém necessitava que Britton se limitasse a receber suas experiências angustiantes. Quando ele intervinha, apenas podia refletir os estados de espírito da paciente. Na conferência de 2004, Spillius falou da contribuição de Britton como um avanço significativo para o pensamento analítico, enquanto os demais acreditávamos que Britton estava respondendo a estados sobre os quais vários analistas dos Estados Unidos (Kohut, Bach, Ellman etc.) haviam escrito em termos similares. De fato (talvez com exceção de Rosenfeld), era como se esse grupo não estivesse a par ou não desse importância às experiências de clínicos que tinham frequentemente encontrado e escrito sobre o tipo de experiência que Britton (1997) descreveu com eloquência.

Gradualmente, sua experiência nos levou a pensar na maneira em que certos aspectos do pensamento de Bion poderiam ser traduzidos a conceitos clínicos desenvolvidos por outros autores, que haviam anteriormente escrito sobre experiências similares. Meu conceito de *confiança analítica* foi uma tentativa de traduzir ultrapassando as fronteiras teóricas de Bion e de Freud. Também observei que a teoria de Cassirer (1944) sobre o movimento do signo ao símbolo é um modelo teórico que pode abarcar a perspectiva de Bion sobre o movimento de elementos beta em elementos alfa (Bion, 1962/1967).

Agora gostaria de acrescentar algo sobre o significado tradicional do termo *tradução*. O fato de escrever como membro de uma cultura majoritariamente unilíngue deveria indicar a necessidade de um maior número de traduções. No entanto, o que quero destacar

é que o que se desenvolveu foi uma certa dificuldade em aceitar esse outro (com exceção de Freud, claro) que emana de outra cultura. É como se ficasse evidente a vulnerabilidade narcísica que surge em acolher as perspectivas de outra cultura. Gostaria que o panorama do que acontece nos Estados Unidos fosse outro, mas também acho que, sem dúvida nenhuma, os tempos estão mudando. Em parte, podemos superar nossa falta de habilidade unilíngue se fizermos um esforço considerável para entender a fundo a cultura de onde vem uma obra e para estimular o tradutor a compreender a história e o contexto do que traduz. Poderíamos também encontrar lugar para os conceitos novos dentro das nossas perspectivas teóricas e, quando for considerado apropriado, nos aventurarmos inclusive a desenvolver novas avenidas teóricas.

Para resumir este breve texto, reforço que um bom trabalho de tradução requer alguém capaz de procurar uma explicação em profundidade, mas também de trazer à luz os vínculos com que o leitor pode chegar a entender o contexto da obra traduzida. Esse é um processo baseado em etapas, razão pela qual costuma ser difícil abarcar as duas etapas em uma tradução. Além disso, uma boa tradução também requer um público receptivo e ativo, de onde surjam tentativas de associação entre os conceitos traduzidos e aqueles que são mais familiares e que se desenvolveram *in situ*. Fica claro, a partir do impulso gerado pelos editores desta revista, que precisamos contar com mais traduções entre nossas diversas sociedades.

Referências

- Bach, S. (2006). *Getting from here to there: Analytic love, analytic process*. New Jersey: The Analytic Press.
- Bion, W. R. (1967). A theory of thinking. In W. R. Bion, *Second thoughts: Selected papers on psychoanalysis* (pp. 110-119). London: Heinemann. (Trabalho original publicado em 1962)
- Britton, R. (1997). The missing link: Parental sexuality in the Oedipus complex. In R. Schafer (Ed.), *The London Kleinians* (pp. 242-259). Madison: International Universities Press.
- Cassirer, E. (1944). *An essay on man*. New Haven: Yale University Press.
- Ellman, S. (2010). *When theories touch: A theoretical and historical integration of psychoanalytic concepts*. London: Karnac.

Ilustrações nesta seção: Adriana Bustos

Imago Mundi (2012-2015) é um projeto que translada ao formalismo de representação oferecido pelos mapas geográficos dados associados aos modos em que, ao longo da história do pensamento, tentou-se representar o mundo. É uma ferramenta visual que permite organizar a informação de modo singular, para propor novas e possíveis relações entre um evento e outro.

Imago Mundi XI. Wheel Map, 2012. Acrílico e grafite sobre tela, 340 x 300 cm.

Imago Mundi VII - Independent Thinkers, 2014. Acrílico, grafite e prata sobre tela. 200 x 200 cm (fragmentos).

La Ruta de Claudia. Grafite sobre tela. 140 x 210 cm (fragmentos).

Mapa Fluvial, 2014. Acrílico e grafite sobre tela. 40 x 600 cm.
Págs. 164, 165, 166.

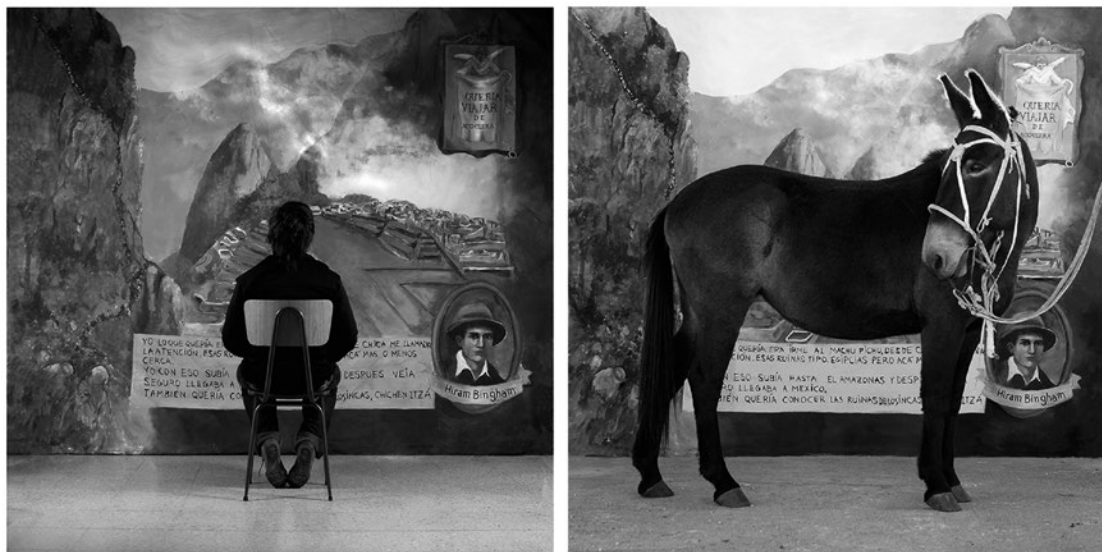
World Mapper. Grafite sobre tela. 360 x 140 cm (fragmentos).

Imago Mundi XIV - Positivismo - Magico. 2015. Acrílico, grafite e cobre sobre tela. 260 x 180 cm.
Pág. 170.



Dossiê
Pensando a América Latina

América Latina? Nosotros e nós, os outros



Adriana Bustos

Fátima y su Ilusión, fotografía. 250 x 125 cm.

A América, a nova terra descoberta, povoou a fantasia da Europa a partir de um imaginário de muitas expectativas, fomentado depois pelos relatos de seus descobridores e, mais tarde, por viajantes que se perdiam em suas geografias. Suas riquezas e sua fertilidade despontam já na carta de Colombo, quando da descoberta:

“Descobri que o mundo não era redondo da maneira como é descrito, mas de forma de uma pèra (...), algo como uma teta de mulher (...). Estou convencido de que aqui é o paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar, se não por vontade divina” (Colombo, 1498).

Conhecemos bem a riqueza das fantasias de que está prenhe uma “teta de mulher”.

Também os seres encontrados nesse paraíso –descritos como livres, ingênuos em seus

mistérios– fascinam os descobridores:

“A pele deles é parda e meio avermelhada. Eles têm bons rostos e narizes, e são bem feitos. Andam nus sem nada que cubra seus corpos (...) e são tão inocentes nisso como ao mostrar o rosto...” (Caminha, 1500).

E, entre os europeus que aqui chegaram, os indígenas que aqui já estavam e os negros que para cá foram trazidos, criou-se um mundo com povos de algumas semelhanças e muitas diferenças.

De várias maneiras podem ser pesquisadas e descritas as características que formam a identidade de um povo. Uma delas, a primeira a se oferecer à vista, é a cor da pele. Na América, temos aí um universo.

Assim, “qual a sua cor?” foi a pergunta, até então inédita, feita em censo pelo IBGE (Ins-

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1976. Não se imaginava que as respostas seriam mais inéditas do que a pergunta. Cento e trinta e seis termos nomearam a cor da pele que se atribuíam os entrevistados. A criatividade –algumas vezes bem humorada– das respostas não disfarça a ferida que se abre ao falar na cor da própria pele, num país que se diz mulato, mas que quer ser branco. A paleta de cores que surgiu revela a subjetividade que emana desse tema e que ressoa no trabalho da artista plástica brasileira Adriana Varejão. “Pouco clara”, “encerada”, “morena bem chegada”, “retinta”, “cor de cuia”, “fogoió” e “burro-quando-foge” são algumas das respostas para as quais Adriana desenvolveu um tom de tinta a óleo que, em bisnagas dispostas em uma caixa, compõem o trabalho *Tintas Polvo*. Como tantas vezes acontece, os artistas nos mostram de formas indiretas o que não vemos, ou evitamos ver, de maneira clara.

Com quantos termos designaríamos –ou quantas bisnagas de tinta a óleo seriam necessárias para expressar– todas as nuances de tons de pele dos povos que habitam a América Latina?

Não só no tom de pele nota-se a diversidade do continente – diversidade que proporciona inúmeras visões e abordagens, – algumas das quais buscamos explorar e conhecer com os artigos deste Dossiê.

As proximidades e distâncias entre os países que aqui se formaram podem ser ouvidas já nas palavras que Pedro Juan Vignale (1926) escreve para Mário de Andrade em carta de 4 de outubro de 1926, referindo-se aos habitantes do espaço geográfico denominado América Latina: “...Vivemos muito perto uns dos outros, mas nos desconhecemos que é uma maravilha!”

Nessa direção, no texto de Fernanda Peixoto, “O Brasil e nuestra América”, a autora chama a atenção para a posição ambígua do Brasil no interior da América Latina: ainda que fazendo parte do continente, permanece dele afastado em alguns aspectos, não só linguísticos.

A América, essa que é latina pela origem das línguas que a habitam e por oposição à Outra América, é formada por países com culturas diferentes entre si e que pouco conhecem um do outro. Os primeiros registros que se têm de seu nome –latina– vêm do século XIX,

quando Napoleão III usa essa expressão para, por meio da ideologia da latinidade, assegurar o domínio do México e dos outros países de fala latina, evitando que estes caíssem nas malhas do poder anglo-saxônico. Foi também assim cantada por José Maria Torres Caicedo (1857), no poema “Las dos Américas”, como escreve Gabriela Pellegrino em seu artigo. A partir da ideia da nomeação desse espaço físico, a autora delinea aspectos fundamentais da formação das identidades da América Latina. Além do nome, é possível falarmos de uma unidade continental latino-americana em termos culturais? Consistiria isso uma identidade? Permitiria a origem comum –colonial ibérica– estabelecer proximidades culturais? São muitas as questões que se impõem, e talvez poucas respostas possam ser encontradas.

Perguntas não superadas, segundo Laura Hosiasson, que as toma do ponto de vista da literatura latino-americana. A autora aponta para a riqueza que surge de uma literatura “fragmentária”, não uniforme, com muitas diferenças, tanto na língua portuguesa como na espanhola –e, neste caso, com muitos tons regionais, ainda que em uma língua comum. Em sua multiplicidade, uma literatura que “escapa de uma linha que a atravesse e pretenda traduzir o continente”.

Considerando os conceitos de identidade e alteridade tão caros à psicanálise, e se aceitarmos a ideia de que o reconhecimento da identidade vem através do outro, podemos ler em Tzvetan Todorov (1982) que é a descoberta da América que vai fundar “nossa identidade” – sendo que “nossa”, aí, diz respeito à Europa. Fundaria também a de nós, os outros, ou de nós outros, latino-americanos? Em seu livro sobre a conquista da América, Todorov observa que Colombo atravessa o Oceano Atlântico e pensa ter descoberto o “homem como é”, em si, simples e natural. O bom selvagem de Rousseau. O primitivo que, pela sua teimosa vocação de felicidade, opunha-se à dominação sisuda de teólogos e professores. É isto o que Colombo vê no povo que encontra na América:

“...Verdade é que, depois que se certificavam e perdiam o medo, eles eram tão sem malícia e eram tão liberais com o que têm,

que não creríeis sem o ver. Das coisas que eles têm, pedindo-se-lhas, jamais dizem não; pelo contrário, convidam a pessoa consigo e demonstram tanto amor que dariam os próprios corações, e quer seja algo de valor, ou seja coisa de pouco preço, trocam logo por qualquer outra coisinha, de qualquer maneira, que eles se vão contentes”. (Colombo, 1493)

A esse povo autóctone “contente” impõe-se uma colonização, mais do que sisuda, na verdade, triste e mortífera, e a perda de sua própria cultura. Igreja e desterrados, cristãos novos e exilados, tanto espanhóis quanto portugueses foram os colonizadores que, ao chegarem, somaram-se às muitas civilizações já existentes. Mais tarde, os navios negreiros contam outra infeliz história. É também dessas histórias traumáticas, massacre dos indígenas e a escravidão imposta aos povos africanos, que se compôs a “cor” das muitas cores de uma América Latina fragmentada em identidades que criam fronteiras.

Mas, além das visíveis fronteiras históricas, geográficas, linguísticas, que outras fronteiras invisíveis existem entre os países latino-americanos? E que intercâmbio de produções culturais essas fronteiras facilitam ou dificultam? A proximidade geográfica existente entre os países que compõem esse espaço físico é insuficiente para que se possa falar em uma cultura latino-americana.

A identidade cultural desses jovens países da América Latina fez-se, e ainda se faz, em um processo complexo: uma ambiguidade entre, ora a negação ou o apagamento das origens “selvagens”, ora a exaltação dessas origens, e uma eterna filiação aos velhos e “sábios” países da Europa, mais propriamente os colonizadores, Espanha e Portugal, e a sempre sonhada e idealizada França. Após as guerras da independência, restou ainda a dependência econômica e, mais ainda, a dependência cultural, já que a cultura e as próprias línguas que restaram foram as do colonizador. O outro do qual queríamos nos libertar estava em nós encravado, como lemos em dois importantes autores latino-americanos. Borges (1983) e Mário de Andrade (1930/1987). O primeiro se



sente “um europeu nascido no exílio”, e Mário de Andrade se percebe um “branco, fatalizadamente um ser de mundos que nunca vi”.

A partir desse panorama, no século XX surgem movimentos de vanguarda em alguns países latino-americanos, como a *antropofagia* cunhada por Oswald de Andrade num Brasil em busca de uma cultura própria. Essa busca se dá em um movimento paradoxal, não harmônico, que bebe da cultura da “metrópole” ao mesmo tempo em que a ela se opõe, ao valorizar a cultura dos povos ditos primitivos. Esse movimento faz-se de maneiras próprias em cada região, demarcando diferenças.

Essas questões fazem-se presentes ainda no século XXI. Em seu artigo neste Dossiê, Rodrigo Cañete, de forma bastante polêmica, escreve “A arte da Argentina e do Brasil: colocando o ‘baixo’ acima do ‘alto’”. A partir da análise de algumas obras de arte de alguns artistas, faz observações sobre a arte contemporânea dos dois países, discutindo o quanto o “norte” ainda influencia essa arte.

Os movimentos políticos, econômicos,

linguísticos e culturais pós-formação dos Estados nacionais, as culturas individualistas e globalizadas que nos atravessam atualmente compõem um multifacetado panorama que torna cada vez mais complexa a rede formada pelos países latino-americanos. É o que nos mostra Jorge Lanzaro ainda no início de seu texto. Diz ele: “Ao despontar o século XXI, a América Latina mostra um panorama político novo. (...) A democracia se generalizou em quase todos os países da região, e os governos surgem, em geral, de eleições livres”. Seguindo sua análise, Lanzaro vai aos poucos demarcando as diferentes formas como cada país cria e vive os governos democráticos que “são de diferentes qualidades e tipos”.

Ao forjar um caminho próprio em seus 500 anos de existência, nós, habitantes dos países que formam o constructo que é a América Latina, essa ideia criada pelo Outro, ainda nos mantemos desconhecidos de nós mesmos e por nós mesmos. Para isso, na tentativa de deixar de nos vermos apenas pelo olhar do Outro, e também de não sermos projeto de um desejo hegemônico vindo de fora, vem a nossa interrogação: *América Latina?* Nosotros e nós, os outros.

Como psicanalistas que somos, vislumbramos de uma maneira específica as questões que se nos apresentam, assim como o físico ou o sociólogo observam os fatos do mundo sob um viés próprio. Os textos que compõem este Dossiê foram escritos por pensadores de diversas áreas do conhecimento. Fernanda Peixoto, antropóloga, Gabriela Pellegrino, historiadora, Jorge Lanzaro, cientista político, Laura Hosiasson, estudiosa de literatura, e Rodrigo Cañete, crítico de arte, propõem-se a pensar e a explorar as semelhanças e as diferenças que habitam e formam os aspectos culturais desse “continente”. E, como sugere Fernanda Peixoto, que não nos contentemos com a “localização de semelhanças, mas que façamos da diferença a mola propulsora da reflexão”.

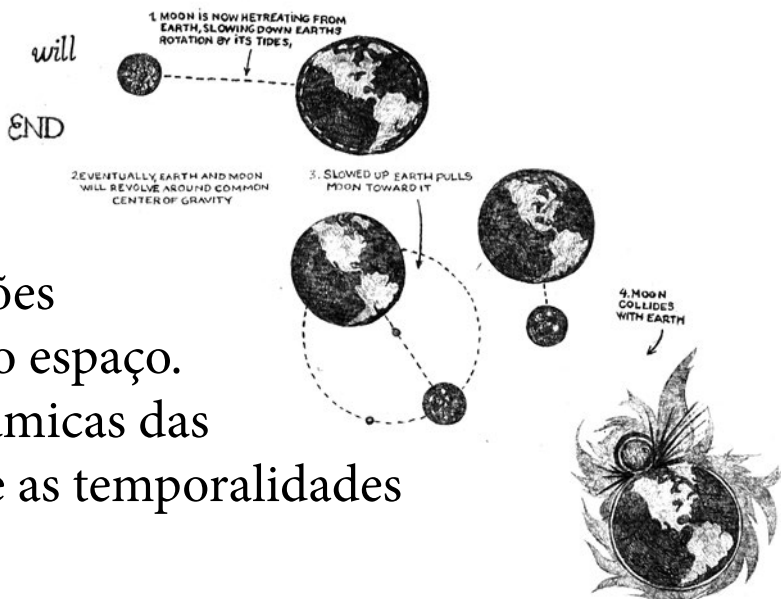
Também a psicanálise aportou na América Latina, vinda da Europa, e aqui ganhou novas características, novas e diferentes cores em cada região que alcançou. Pousemos, então, nosso olhar sobre esses textos para apreender algo do que nos forma e marca nossa pele.

Referências

- Andrade, M. De. (1987). Improviso do mal da América. In D. Z. Manfio (Ed.), *Poesias completas* (p. 266). Belo Horizonte: Itatiaia-Edusp. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000200015> (Trabalho original publicado em 1930).
- Borges, J. L. (Janeiro, 1983). Discurso apresentado em conferência no Collège de France, Paris. Publicado em *Número*, 12-15, Bogotá: 1995. Recuperado de <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/reale/conferencia-creacion-poetica.pdf>
- Caminha, P. V. De. (24 de abril de 1500). [Carta para o rei de Portugal]. Recuperado de <http://coral.ufsm.br/roth/deliriusapresenta.htm>
- Colón, C. (15 de fevereiro de 1493). [Carta para o rei da Espanha]. Recuperado de <http://www.revistasamizdat.com/2009/10/carta-de-cristovao-columbo-anunciando-o.html>
- Colón, C. (31 de agosto de 1498). [Carta para os reis da Espanha]. Recuperado de <http://coral.ufsm.br/roth/deliriusapresenta.htm>
- Todorov, T. (1982). *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Torres Caicedo, J. M. (15 de fevereiro de 1857). *Las dos Américas. El correo de ultramar*.
- Vignale, P. J. (4 de outubro de 1926). [Carta para Mário de Andrade]. In P. M. Artundo (Ed.), *Correspondência. Mário de Andrade & escritores/artistas argentinos*. São Paulo: Edusp.
- Andrade, M. de (1987). Improviso do mal da América. In Manfio, D.Z. (Ed.). *Poesias completas*. Belo Horizonte: Itatiaia-Edusp, p. 266. (Trabalho original publicado em 1930). Citado em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000200015>, acessado em 22/11/2014.
- Borges, J.L. (janeiro de 1983). Conferência no Collège de France, Paris. Citado em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000200015>, acessado em 22/11/2014.
- Caminha, P. V. De. (1500). Carta ao rei de Portugal, de 24/04/1500. Recuperado de <http://coral.ufsm.br/roth/deliriusapresenta.htm>, em 01/05/2015.
- Colombo, C. (1493). Carta ao rei da Espanha, de 15/02/1493. Recuperado de <http://www.revistasamizdat.com/2009/10/carta-de-cristovao-columbo-anunciando-o.html>, em 02/05/2015.
- Colombo, C. (1498). Carta aos reis da Espanha, de 31/08/1498. Recuperado de <http://coral.ufsm.br/roth/deliriusapresenta.htm>, em 01/05/2015.
- Todorov, T. (1982). *A conquista da América: A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vignale, P.J. (1926). En *Correspondência Mário de Andrade & escritores/artistas Argentinos*, São Paulo: Edusp. Citado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/184395-relacoes-perigosas.shtml>, acessado em 22/11/2014.



A América Latina e as ressignificações simbólicas do espaço. Entre as dinâmicas das identidades e as temporalidades da história



América Latina é uma noção consagrada entre as categorias que usamos, cotidianamente, para designar as regiões do mundo. Refere-se à porção do continente americano situada ao Sul do Rio Grande, na América do Norte, estendendo-se pelas Américas Central e do Sul. Nesse vasto espaço, convivem sociedades com marcas históricas grosso modo comuns – a conquista europeia do território e das populações nativas, iniciada na passagem do século XV ao XVI, a colonização por impérios ibéricos ao longo de mais de três séculos, a incorporação, em diferentes escalas, do trabalho escravo de origem africana, a independência política e a construção nacional a partir da segunda ou terceira década do século XIX, as trocas culturais que nessa época se intensificaram, especialmente com a França e, mais tarde, com os Estados Unidos, a efervescência de vanguardas artísticas nos anos 1920 e 1930, os embates em torno da modernização econômica, da democracia e de movimentos revolucionários no período pós-guerra...

Por outro lado, o recorte espacial da América Latina, definido dessa forma, abriga imensos problemas e descontinuidades. O Suriname e as Guianas, por exemplo, no norte da América do Sul, tiveram uma história colonial e nacional bem diferente dos vizinhos luso ou hispano-americanos. O Canadá, embora em parte “latino” e certamente “americano”, não se enquadra como parte integrante da região. Também o Caribe representa uma fronteira controversa – suas ilhas são, com frequência, assimiladas às projeções que conformam a América Latina, a despeito da diversidade de experiências históricas e matrizes linguísticas que nelas convivem. Entre os países notadamente latino-americanos, outras fronteiras se sobrepõem à da “latinidade” – as fronteiras da Iberoamérica, da Hispanoamérica, da América do Sul, das regiões andina ou amazônica, dos blocos econômicos mais circunscritos...

Como entendermos, então, primeiramente, que o termo América Latina tenha podido se afirmar e se difundir?

* Professora associada do Departamento de História da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na área de História da América Latina.

O problema remonta a meados do século XIX e às disputas políticas e ideológicas que envolveram o continente americano, àquela altura livre da dominação colonial. Não existe consenso a respeito de quem teria proposto o conceito pela primeira vez. Por muito tempo, sua autoria foi atribuída a Michel Chevalier, intelectual, político, economista e explorador francês que, no relato de viagem aos Estados Unidos publicado em 1836, apresentou a visão de que a história do mundo ocidental seria produto de embates entre “civilizações” ou “raças” latinas e anglo-saxãs (Chevalier, 1836). Os latinos, associados ao catolicismo; os anglo-saxões, ao protestantismo. Para Chevalier, sendo a França “a primeira das nações latinas”, deveria transpor à América a defesa das sociedades latinas que já realizava na Europa.

As ideias de Michel Chevalier ganharam força durante o governo de Napoleão III – eleito à presidência da República em 1848, vindo a fundar, após o golpe de 18 Brumário, o chamado Segundo Império francês. Fazendo jus ao regime *imperial*, a França então se empenhou em expandir seus domínios em outras partes do mundo, recobrando épocas áureas como a da colonização do Haiti. Uma das investidas nesse sentido foi a malfadada invasão francesa do México, em 1863, que procurou abrir caminho para a instauração do império de Maximiliano de Habsburgo. Da mesma forma, estrategistas franceses como Chevalier não pouparam esforços de persuasão para que a França repetisse o feito do Canal de Suez, agora construindo um canal interoceânico entre o Atlântico e o Pacífico, em algum ponto da América Central. Ou seja, a noção de uma América “latina”, capaz de alinhar a história da França à das sociedades de passado colonial ibérico, convinha às pretensões napoleônicas de estabelecer-se no continente americano como um contraponto à força que emanava dos Estados Unidos. Em 1870, todavia, o Segundo Império chegou ao fim, ao ser derrotado na guerra contra a Prússia.

Se o papel de Michel Chevalier foi, sem dúvida, importante para projetar o conceito de América Latina nos Oitocentos, um artigo publicado por Arturo Ardao (1965), no semanário uruguaio *Marcha*, sustentava que o termo comple-

to *América Latina* fora utilizado, pela primeira vez, pelo ensaísta colombiano José María Torres Caicedo (1857), no poema “As duas Américas”. Torres Caicedo teria imprimido em seus versos a preocupação em conclamar os países latino-americanos a se integrarem, de forma a que, juntos, fizessem face às pressões que continuariam a chegar dos Estados Unidos sobre a região. Não nos esqueçamos de que, na década de 1840, o México perdera quase a metade do seu território para o grande vizinho do Norte.

A partir do artigo de Arturo Ardao, diferentes historiadores vêm chamando a atenção para o fato de que escritores e artistas latino-americanos tiveram um lugar decisivo para que o conceito de América Latina fosse amplamente abraçado. Nesse processo, pesou a ideia da união de países “irmãos” contra a ameaça norte-americana.

É possível perceber, no caminho aberto por Ardao, que a noção de América Latina foi semeada por Torres Caicedo (assim como, com outras motivações, fizera Michel Chevalier) acima de tudo como um projeto cultural e político. Um projeto de tomada de consciência, de autoafirmação em face de uma força externa e imperial.

O investimento em uma construção simbólica que acarreta mobilização e energia política foi bem analisado por Edward Said (1995/1997), na clássica obra *Cultura e imperialismo*, quando observa os desafios enfrentados por sociedades colonizadas, a partir de sua emancipação, para “remapear e então ocupar o lugar, nas formas culturais imperiais, reservado para a subordinação, ocupá-lo com autoconsciência, lutando por ele no mesmíssimo território antes governado por uma consciência que supunha a subordinação do Outro designado como inferior. *Reinscrição*, portanto” (p. 266-267).

Pois, no trabalho de *reinscrição*, as sociedades emancipadas se deparam com “formas já estabelecidas” ou, pelo menos, “permeadas pela cultura do império”, em tramas necessariamente complexas, lentas e tecidas nas idas e vindas da história.

Diferentemente do que propõe Said, no entanto, que no livro apontado enfocou as relações entre a Europa imperial e suas colônias e ex-colônias na África e na Ásia, a América



Latina em que viveu Torres Caicedo situava-se entre a derrocada recente dos velhos impérios ibéricos e o anúncio da emergência de um novo polo imperial. A *reinscrição* exigia, nesse sentido, complexas elaborações identitárias.

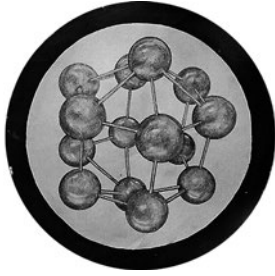
Pois, se o pensar a América Latina como uma unidade era algo novo, que respondia às premências dos meados do XIX, o pensar os americanos como unidade, para além das divisões políticas do mundo colonial e dos Estados Nacionais, repousava sobre um repertório imaginário há muito em gestação. Um repertório forjado a partir do esforço de apreensão do Novo Mundo pelos europeus – de *invenção* da América, como definiu o antropólogo mexicano Edmundo O’Gorman (1958). Pela chave das expectativas e referências já mobilizadas pelos homens do alvorecer da modernidade, foi possível definir um lugar simbólico para essa quarta parte do mundo, não imaginada.

As primeiras representações sobre a América traziam em seu bojo utopias medievais e imagens reportadas às Índias Orientais, povoadas de especiarias e riquezas a aguçar a cobiça e os sentidos dos mercadores. Aos poucos, as representações sobre a América foram sendo preenchidas e reelaboradas por novos discursos, que chegavam da pena dos cronistas, soldados, viajantes ou missionários. A cartografia imaginária era carregada de monstros e eldorados, revelando, sobretudo, a expectativa dos observadores. As fantasias conviviam com textos de outra natureza, calcados no embate entre a teologia, o convívio com os índios e o aprendizado de suas línguas.

No século XVIII, com a publicação da obra *O sistema da natureza*, de Carl von Linné (1735), os olhares para a América imbuíram-se dos propósitos taxonômicos. A expedição de La Condamine, penetrando pelos rios do Vice-Reino de Nova Granada, é considerada um marco da nova postura. Por outro lado, como mostrou Antonello Gerbi (1996) em *A disputa do Novo Mundo*, o século XVIII foi também produtor de visões profundamente detratoras da natureza americana, como as de autoria de Buffon, naturalista francês que escreveu sobre o tema sem jamais atravessar o Atlântico.

As visões depreciativas foram mais tarde obscurecidas pelo extraordinário impacto alcançado pela viagem de Alexander von Humboldt à porção espanhola da América do Sul, ao Caribe e ao México, entre 1799 e 1804. Em *Le voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent* (Humboldt, 1807), a natureza americana ganhava, por um viés romântico, cores fortes, vigorosas e inspiradoras. Como mostrou Mary Louise Pratt (1999) em *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*, as imagens construídas por Humboldt tiveram um significado fundacional para os americanos que buscaram pensar a América em “novos” termos, em meio aos processos de emancipação. Simón Bolívar, por exemplo, seguindo os passos de Humboldt, mas indo além dele, escalou o pico do monte Chimborazo, no atual Equador, buscando apreender do alto uma vista simbolicamente abarcadora de uma América livre.

Postando-se como arguto e habilidoso pensador, Domingo Faustino Sarmiento (1845/1997), então exilado no Chile em razão do governo federalista de Juan Manuel Rosas, publicou em 1845, por meio de um jornal, o seu primoroso *Facundo: Civilização e barbárie*. As fronteiras da literatura são permanentemente transbordadas na construção do texto. Tanto a obra, logo editada em livro, quanto Sarmiento tiveram uma trajetória de extraordinária projeção a partir daí. Trata-se de um tema amplamente discutido que vou me eximir de desenvolver aqui. Atendo-me à questão fundamental para esta análise: que Sarmiento colocou a noção de barbárie no centro de uma interpretação sobre a Argenti-



na, noção que foi sendo apropriada para pensar a América Latina. A obra fazia do caudilho federalista da província de La Rioja, Facundo Quiroga, o fio condutor para iluminar os embates políticos, sociais, culturais e geográficos que friccionavam a Argentina.

Muito se discutiu a respeito das estruturas a partir das quais Sarmiento estrutura o texto -cidade/campo, civilização/barbárie, Córdoba/Buenos Aires- e sobre a permeabilidade dessas dicotomias. Por isso o “e”, ao invés de “ou” barbárie. Em seu prefácio à edição brasileira, Maria Ligia Prado (1997) destacou a matriz romântica que vislumbrava na “barbárie” -nos gaúchos, nos homens do campo- as marcas para a construção de uma nação.

Tal como na Argentina, outros Estados em formação na América Latina de meados do século XIX viram se concentrarem os investimentos simbólicos de seus homens de letras ou de artes na definição dos contornos do nacional.

No México do Porfiriato (1876-1911) -derrotadas as pretensões imperiais da França de Napoleão III na América “Latina”-, produziram-se animados debates acerca do caráter mestiço da nação, que assimilara, no projeto colonial espanhol, as civilizações indígenas do passado. Com a revolução de independência, iniciada pelo Padre Miguel Hidalgo em 1810, abriu-se o caminho para uma sociedade nacional, imbuída do legado grandioso dos tempos pretéritos, que caminhava na direção do progresso.

A identidade latino-americana reclamada por Torres Caicedo em 1857 ecoou apenas timidamente no México na segunda metade do século XIX. Circularia com mais força a partir

de princípios do século XX, carregada pelos ventos do chamado “arielismo”. O termo faz referência à obra *Ariel*, publicada pelo uruguaio Jose Enrique Rodó (1900/1962). Como definimos, Maria Ligia Prado e eu (2014), em *História da América Latina*:

Nesse livro, Rodó construiu uma oposição entre a América Latina e os Estados Unidos, que marcava as diferenças entre os dois mundos, ganhando enorme repercussão entre o público leitor da América Espanhola. Rodó apropriou-se das personagens centrais da peça de Shakespeare (1611/2008) *A Tempestade*, e a partir delas criou metáforas culturais e políticas sobre as Américas. Na peça original, Próspero é o senhor de uma ilha que possui um servo em forma de espírito alado, Ariel, e um escravo disforme, Caliban. O autor fez de Ariel -representação da beleza, da filosofia, das artes, do sentimento do belo, das coisas do espírito- o símbolo da América Latina; e de Caliban -ligado à matéria, ao dinheiro, ao imediato e ao efêmero- a marca dos Estados Unidos. Para Rodó, era preciso buscar no passado espanhol as tradições culturais formadoras da América Hispânica e voltar à Grécia clássica, de quem herdávamos os valores de beleza e arte. O passado colonial era revisitado, e a herança espanhola, com sua língua, seus valores, costumes e tradições, vista como positiva. No entanto, é importante enfatizar que, na visão elitista de Rodó, ignorava-se qualquer participação de índios, negros ou mestiços na constituição das respectivas culturas nacionais.

A visão afirmativa que Rodó professava sobre uma América Latina espiritualmente superior à América anglo-saxã esteve na raiz da importante inflexão manifestada nas representações americanistas das primeiras décadas do novo século.

Após a Revolução Mexicana (1910-1917), José Vasconcelos, prestigiado pensador do círculo do Ateneo de la Juventud e reitor da Universidade Nacional, assumiu em 1921 a Secretaria de Educação Pública, levando adiante projetos voltados à escolarização dos camponeses e à representação da presença indígena na

história do país, por meio da magistral pintura muralista de Diego Rivera e Pascoal Orozco, entre outros. Em 1922, Vasconcelos representou o governo do presidente Álvaro Obregón nas comemorações do centenário da independência do Brasil, que tiveram lugar no Rio de Janeiro. A missão diplomática seguiu do Brasil para a Argentina, onde Vasconcelos assistiria à cerimônia de posse do presidente Marcelo T. Alvear, e então para o Uruguai e o Chile.

A viagem teve um profundo impacto sobre Vasconcelos e inspirou o livro que ele publicaria em 1925, em Barcelona e em Paris, intitulado *La raza cósmica* (Vasconcelos, 1925/2002). A obra anunciava o advento, em paragens sul-americanas, de uma *quinta raça* que coroaria a história da humanidade, superando as raças branca, amarela, negra e vermelha como produto da mestiçagem. Seria essa a base de uma civilização refinada, em correspondência com uma natureza bela e vigorosa... A utopia de José Vasconcelos vinha imbuída de um olhar afirmativo sobre a América, em que a “diferença” em face do mundo se colocava não como subalternidade colonial, mas como lugar de realização de um futuro iluminado. O olhar afirmativo também situava o escritor na posição de poder de quem observa e qualifica o “outro”, como sujeito do enunciado.

A ideia de que o novo podia vicejar com base em elementos locais, resultantes de tradições populares indígenas, negras, gaúchas, foi partilhada pelos movimentos de renovação cultural nas décadas de 1910 e 1920. Pois, como sugeriu Monteiro Lobato (1918/2008) no prefácio ao seu *O saci-pererê: Resultado de um inquérito*, publicado em 1918, se a velha Europa fazia “sangrar a civilização” nos campos de batalha da Primeira Guerra (1914-1918), era tempo que o público leitor brasileiro renovasse seus repertórios. O saci surgiu, ironizou o escritor, para, “com suas travessuras, aliviar-nos do pesadelo” e desviar “a nossa atenção para quadro mais ameno que o trucidar dos povos”.¹

O interesse de Lobato (1918/2008) pelo saci manifestara-se pela primeira vez em 1916,

quando, estabelecido na cidade de São Paulo, chocou-se com as esculturas de anõezinhos à alemã que decoravam o Jardim da Luz. Publicou na ocasião um artigo na *Revista do Brasil*, denunciando o nosso desenraizamento cultural e o hábito brasileiro de imitar o modelo europeu. Em janeiro de 1917, defendeu o mesmo ponto de vista em artigo de *O Estado de S. Paulo*, onde sugeria que se incorporassem elementos do folclore brasileiro nos cursos de arte (Lobato, 1917a). Em lugar dos faunos, sátiros e bacantes de origem europeia, Marabá, caiporas, boitatás...

O escritor conclamou os artistas da terra a realizar “nosso 7 de Setembro estético”, do qual o saci, “satirozinho de grande pitoresco que ainda não penetrou nos domínios da arte, embora já se cristalizasse na alma popular, estilizado ao sabor da imaginativa popular”, serviria como emblema (Lobato, 1917a).

No dia 28 de janeiro de 1917, Lobato lançou no *Estadinho*, edição vespertina do jornal, sob o título de “Mitologia brasílica”, uma série de artigos em que convidava todos a colaborar com informações sobre aquele duende nacional, cuja denominação derivava do nome tupi-guarani, *Çaa cy pererêg* (Lobato, 1917b). O êxito foi absoluto. Incontáveis depoimentos chegaram de diferentes regiões do Brasil. O jornal publicou-os em partes e, poucos meses depois, foram reunidos no mencionado livro (Lobato, 1918/2008).

Quando abordamos a América Latina nos efervescentes anos que se seguiram à Primeira Grande Guerra, percebemos que não apenas o interesse pelas referências locais e populares estiveram em voga como matéria e forma de criação artística, como também os escritores e artistas de cada país nutriram um crescente interesse pela atmosfera cultural das nações vizinhas. Revistas de vanguarda como a *Amauta*, por exemplo, criada por José Carlos Mariátegui no Peru, em 1926, publicaram contribuições de autores vanguardistas argentinos, entre outros, ao mesmo tempo em que a revista era mencionada e debatida por leitores que transbordavam as fronteiras do Peru.

1. Sobre o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a imagem da Europa como berço da civilização, aos olhos dos intelectuais na América Latina, e sobre o crescente movimento de busca por repertórios e formas autóctones, ver Compagnon (2013).

No Brasil, o mesmo Monteiro Lobato do “inquérito” do saci procurou, como dono da *Revista do Brasil* entre 1918 e 1925, abarcar em seus projetos a América Latina, em particular a Argentina. A revista empenhou-se em acompanhar a produção literária daquele país, ao mesmo tempo em que avaliava como lá repercutiam as obras brasileiras. À época do centenário da independência do Brasil, a revista publicou notas sobre as homenagens que diversas instituições argentinas fizeram ao país e, por iniciativa de seu representante em Buenos Aires, Sanchez-Sáez (1922), propôs a realização de um “inquérito literário”, que visava averiguar o que os escritores sul-americanos conheciam “do Brasil mental”.

Para Lobato, também a edição de sua obra na Argentina era estratégica, já que aquele país constituía o grande distribuidor de livros para toda a América Hispânica. *D. Quixote das crianças* foi lançado em espanhol em 1938, pela editora Claridad de Buenos Aires (Lobato, 1936/1938); a partir de 1944, a também portenha Editorial Americalee publicou, com sucessivas reimpressões, o conjunto da obra infantil do escritor, em 23 volumes. O prólogo de *Urupés: Cuentos brasileños*, edição de El Ateneo de 1947, afirmava:

Ao lado desses livros para adultos, Monteiro Lobato foi, com intermitência, produzindo livros para crianças (...), todos já traduzidos e publicados na Argentina (...). Com esses livros, Monteiro Lobato criou não só a literatura infantil brasileira, mas a latino-americana (...). (Lobato, 1918/1947, pp. 7-9).

Atraído pelos vínculos editoriais e afetivos que fora construindo, desde a época da *Revista do Brasil*, com editores e escritores da nação vizinha, Lobato mudou-se para Buenos Aires em junho de 1946, onde viveu até maio de 1947. Ao lado de uma vida social intensa, fruto de seu sucesso entre os argentinos e da notória boemia portenha, ele revisou traduções de seus livros pela Americalee, traduziu livros para o português, escreveu novos textos e fundou, em sociedade com outros, a editora Acteon.

Na mão contrária, escritores hispano-americanos aproximaram-se do mundo literário brasileiro. Nos anos 1930, a poetisa chilena Gabriela Mistral iniciou carreira diplomática, que a levou como cônsul do Chile a diversos países europeus e, mais tarde, aos Estados Unidos e ao México, com passagem pelo Brasil, na primeira metade dos anos 1940. Viveu em Niterói e logo em Petrópolis, convivendo com escritores como Manuel Bandeira e Cecília Meireles, e colaborando com publicações periódicas como a revista carioca modernista *Festa*. Em fins de 1945, Gabriela Mistral deixou o Rio rumo a Estocolmo para receber o Prêmio Nobel.

Para os escritores desse período, a América Latina apresentava-se como ambiente para formação de redes intelectuais e artísticas, que, ao ultrapassarem as fronteiras locais, enriqueciam seus repertórios e linguagens.

Em alguns momentos históricos, essa percepção esteve particularmente viva.

Na década de 1960, os sucessos da revolução em Cuba ajudaram a estreitar os laços entre intelectuais, escritores, artistas e músicos, animados pela ideia da unidade latino-americana. Uma vez mais, a busca das raízes populares – indígenas, africanas, “folclóricas”, no linguajar de alguns – e do que era próprio de uma temporalidade desse universo espacial e histórico tornou-se um fundo comum para muitas criações, algumas delas baseadas em parcerias ou intercâmbios transnacionais.

Um emblema desse momento é o romance do escritor colombiano Gabriel García Márquez (1967) *Cem anos de solidão*, publicado pela editora argentina Sudamericana. Como escrevemos Maria Lígia Prado e eu, em *História da América Latina*, a obra faz

do vilarejo imaginário de Macondo uma metáfora das mudanças por que passou a Colômbia – e de certa forma a América Latina – na época da formação do Estado Nacional e de gradual modernização do país. O leitor perde-se na confusa árvore genealógica dos nomes que se repetem – José Arcádio, Aureliano, Úrsula –, vivenciando um tempo de transformações lentas, por vezes cíclicas,

em que se articulavam as novidades modernas e as permanências de um universo remoto. (Prado e Pellegrino, 2014).

Cem anos de solidão integrou o boom literário latino-americano dos anos 1960, que teve como marca o chamado realismo mágico. Articulados em redes políticas onde se fomentavam projetos de transformação das estruturas socioeconômicas desiguais e dependentes, escritores de distintos países da América Latina cultivaram o gênero. Muitos deles conviveram em Paris, cidade que não perdera o posto de polo cultural de atração da intelectualidade do além-mar. Não por acaso a figura e a obra de Jean-Paul Sartre foram fundamentais para o campo literário latino-americano da época. E, após os golpes militares no Brasil, no Chile, na Argentina e em outras partes, a Cidade-Luz também aproximou refugiados políticos de variadas origens.

Também na música, a ideia de uma América Latina irmanada na luta por emancipação após uma longa história de jugo colonial e imperialista produziu movimentos de extraordinária qualidade, que ultrapassavam as fronteiras nacionais. A *Nueva Canción*, nascida no início da década de 1960, na Argentina e no Uruguai, foi expressão disso. Pautava-se na proposta da renovação de ritmos considerados tradicionais, a partir de referenciais musicais modernos e de letras que cantavam a vida dos homens humildes e trabalhadores. A “Canción para mi América”, do uruguaio Daniel Viglietti (1968, canção 1), ou o álbum de Mercedes Sosa (1966) *Yo no canto por cantar* simbolizam o novo cancionero.

Em 1967, ocorreu em Cuba o *I Encuentro de la Canción Protesta*. O impacto do encontro traduziu-se na obra de diferentes compositores, que abraçaram os temas da revolução, do anti-imperialismo e da união latino-americana no coração de suas obras. A música tornava-se um instrumento de conscientização política e de intervenção social, perseguindo a formação do “homem novo” idealizado por Che Guevara. Traduziu-se, ao mesmo tempo, na promoção da *Nueva Trova Cubana*, movimento que se prestou a intercâmbios com



compositores e intérpretes brasileiros, como Chico Buarque e Milton Nascimento.

Finalmente, gostaria de destacar iniciativas editoriais que contribuíram para definir repertórios acadêmicos, literários e históricos representativos da América Latina. Refiro-me, em primeiro lugar, à Biblioteca Americana, criada nos anos 1940 pelo editor Arnaldo Orfila Reynal junto à editora mexicana Fondo de Cultura Económica. A coleção teve vida longa e foi precursora de outras iniciativas que vicejaram nesse campo nos anos seguintes, como a Biblioteca Ayacucho, publicada em Caracas a partir de 1974, sob a direção do uruguaio Ángel Rama, e a coleção Archivos, criada pela própria Fondo, em parceria com a Unesco e editoras universitárias latino-americanas, no final dos anos 1980. Atravessava todas elas a premissa de que a América Latina poderia, e deveria, ser pensada como um conjunto.

Encerro esta reflexão com uma ponderação crítica. Quão fértil nos parece o conceito de América Latina nos dias atuais, conceito permeado pelos sentidos das mazelas coloniais e pós-coloniais, por um lado, e da resistência e da autoafirmação, por outro? Nos anos 2000, durante a presidência de Lula, a lealdade do Brasil para com essa referência esteve no centro da política exterior do governo. Na imprensa, na diplomacia, nos currículos universitários e em áreas de conhecimento acadêmico, a categoria também mantém sua funcionalidade, distinguindo uma região do mundo.

No plano da historiografia, contudo, penso ser sugestivo o balanço crítico proposto por Mauricio Tenorio Trillo (1999, pp. 239-266), sobre as eternas questões que pesam sobre a América Latina como objeto por excelência da história cultural, presa ao dilema de ser ou não ser moderna, ou de ser moderna, mas não o suficiente. Em outras palavras, sobre um campo da história um tanto quanto entrelaçado com a utopia. Mas as pesquisas realmente

rigorosas e bem construídas são capazes de ir além dessa associação.

E, falando por mim, não necessariamente por Tenorio Trillo, capazes de valer-se dessa chave conceitual, já legitimada pelo mais de século e meio de investimentos simbólicos, políticos e institucionais, para alcançar um vasto mundo de experiências sociais de extraordinária riqueza, que merecem ser narradas e conhecidas.

Referências

- Ardao, A. (27 de novembro de 1965). La idea de Latinoamérica. *Marcha*.
- Chevalier, M. (1836). *Lettres sur l'Amérique du Nord*. Paris: Charles Gosselin et Cie.
- Compagnon, O. (2013). *L'adieu à l'Europe. L'Amérique Latine et la Grande Guerre. (Argentine et Brésil, 1914-1939)*. Paris: Fayard.
- García Márquez, G. (1967). *Cien años de soledad*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Gerbi, A. (1996). *A disputa do Novo Mundo: História de uma polémica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Humboldt, A. von. (1807). *Le voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent, fait dan les années 1799 à 1804*. Paris: Librairie Grecque-Latine-Allemande.
- Linné, Carl von. (1735). *Systema naturae. Joannis Wilhelmi de Groot: Leiden, Holanda*.
- Lobato, M. (6 de janeiro de 1917a). A criação do estilo. *O Estado de São Paulo*.
- Lobato, M. (28 de janeiro de 1917b). Mitologia brasileira. *O Estado de São Paulo*.
- Lobato, M. (1938). *Don Quijote de los niños* (Trad. Benjamín de Garay). Buenos Aires: Claridad. (Trabalho original publicado em 1936)
- Lobato, M. (1947). *Urupés: Cuentos brasileños*. Buenos Aires: El Ateneo. (Trabalho original publicado em 1918)
- Lobato, M. (2008). Prefácio. In M. Lobato, *O saci-pererê: Resultado de um inquérito*. São Paulo: Globo. (Trabalho original publicado em 1918)
- O'Gorman, E. (1958). *La invención de América: El universalismo de la cultura de Occidente*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Prado, M. L. (1997). Prefácio. In D. F. Sarmiento (Ed.), *Facundo: Civilização e barbárie*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Prado, M. L., & Pellegrino, G. (2014). *História da América Latina*. São Paulo: Contexto.
- Pratt, M. L. (1999). *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc.
- Rodó, J. E. (1962). *Ariel*. Buenos Aires: Kapelusz. (Trabalho original publicado em 1900)
- Said, E. (1997). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1995)
- Sánchez-Sáez, B. (maio de 1922). Brasil e Argentina. *Revista do Brasil*, 20(77), 168-169.
- Sarmiento, D. F. (1997). *Facundo: Civilização e barbárie*. Rio de Janeiro: Vozes. (Trabalho original publicado em 1845)
- Shakespeare, W. (2008). *La tempestad*. Madrid: Alianza Editorial. (Trabalho original publicado em 1611)
- Sosa, M. (1966). *Yo no canto por cantar [CD]*. Buenos Aires: Philips.
- Torres Caicedo, J. M. (15 de fevereiro de 1857). *Las dos Américas. El correo de ultramar*.
- Trillo, M. T. (1999). Historia, cultura y "América Latina": Las dos últimas décadas del siglo XX. In E. C. de Rezende Martins, *Teoría y metodología en la historia de América Latina*. Madrid: Trotta/Unesco.
- Vasconcelos, J. (2002). *La raza cósmica*. México D. F.: Porrúa. (Trabalho original publicado em 1925)
- Viglietti, D. (1968). *Canción para mi América*. In *Canciones para mi América [CD]*. Paris: Le Chant du Monde.



Laura Janina Hosiasson*

Existe uma literatura latino-americana? Uma pergunta não superada

Passado um século e meio desde que Hegel (1830/2004), em *Lições sobre a filosofia da história universal*, fizera sua profecia sobre a América, César Fernández Moreno (1979), poeta, ensaísta e diplomata argentino, se perguntava sobre a América Latina e constatava: o continente que, para o filósofo alemão, era pura natureza tinha já uma história para contar. Em meados da década de 70 do século XX, o que era parte da América do Norte -os Estados Unidos- se tornou a nação mais poderosa do mundo e, por sua vez, a América do Sul, incluídos aí o México e a América Central, tinha passado a se chamar América Latina e explodia demográfica e culturalmente.

A expressão *América Latina* foi desde a sua origem completamente imprecisa, em primeiro lugar, pela canhestra ideia de ter recorrido ao nome de *Latina* para diferenciá-la da anglo-saxã, aludindo às línguas do seu descobrimento, que aqui se cruzaram com as dos nativos. Ora, uma língua como o francês também tinha feito âncora no Hemisfério Norte do continente, no Canadá e no sul dos Estados Unidos; por sua vez, o inglês instalara-se nos quatro países latino-americanos que hoje fazem parte da *British Commonwealth*, Jamaica, Barbados, Trinidad e Tobago, e Guiana...

Além disso tudo, somava-se a essa miríade linguística e racial o ingresso do massivo contingente africano, que chegou pelo tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX. O resultado desse terrível episódio de escravidão foi a incorporação da cultura africana, seus ritmos musicais, sua culinária, suas religiões e sua

* Professora de literatura hispano-americana na Universidade de São Paulo. Tradutora.

cor, ao longo de grande parte dessa América que se diz latina.

Falar de América Latina é falar de uma imagem, de uma miragem forjada ao longo de mais de cinco séculos e, valendo-me da expressão acunhada pelo mexicano Edmundo O'Gorman (1992), é falar de uma invenção. “Tendo a pensar que a América, o continente americano em toda a sua extensão, foi uma invenção verbal”, disse também o chileno Jorge Edwards (2014), autor de um romance recentemente traduzido para o português, *A origem do mundo*.

A partir de 1492, a Europa começou a elaborar o que poderíamos entender como o desenho do mundo, que tinha sido concebido até então como um único *orbis terrarum*, uma grande ilha rodeada por um *mare magnum*. Ao chegar a civilização à América, o que era em verdade todo um território variado e heterogêneo, por sua geografia, suas línguas e múltiplas culturas milenares, passava a ser compreendido como um *orbis novo*, uma nova entidade, a ser anexada ao já conhecido. A atitude dos conquistadores espanhóis e portugueses, e, por sua vez, a dos intelectuais renascentistas europeus que interpretaram o fato, foi de fazer *tabula rasa* diante desse imenso contingente de terras que se concebia como novo e uniformemente vazio de significados.

Dois coisas interessam particularmente nessa síntese um tanto quanto insolente, por breve: em primeiro lugar, a ideia de unidade com que se concebeu, desde esse momento, o continente americano; e, em segundo lugar, a falta de identidade própria que lhe era atribuída e que, a partir do momento da chegada de Colombo, tentou-se construir.

O impressionante é que ainda continuamos nos referindo a ela dessa forma, apesar de sua heterogeneidade, de sua pluralidade e das ostensivas diferenças que a racham de ponta a ponta, entendendo por América Latina o que ela possa significar, cada qual à sua maneira...

O primeiro grande equívoco foi o de Colombo que, apesar de ter realizado quatro longas viagens ao continente, nunca deixou de pensar que tinha chegado à Ásia. Obnubilado pelas leituras das viagens de Marco Polo, forjou as primeiras miragens diante das belas paisagens tropicais que se apresentavam diante dele, acreditando

encontrar-se próximo do Paraíso Terrestre, “que é da forma de uma teta de mulher”, como descreveu no diário de sua terceira viagem.

Em seu magnífico livro *Visão do Paraíso* (1998, pp. 13-15), Sergio Buarque de Holanda lembra que também os anglo-saxões que chegaram às costas do Norte foram desenvolvendo, de várias outras maneiras, o tópico das visões do Paraíso. Ou seja, tanto no Hemisfério Sul quanto no Norte, os viajadores acreditaram ter encontrado uma terra mais propícia e amena do que aquela que tinham deixado na Europa. O clichê de uma América idílica continuaria proliferando, de fato, ao longo dos séculos, até chegar ao seu ápice com Rousseau e sua teoria do bom selvagem.

Sabemos, no entanto, que o avanço da civilização ocidental em solo americano foi violento e implacável, sobretudo ao longo das primeiras décadas do século XVI. Muito pouco sobrou daquilo que foram os impérios asteca e inca, e milhares de indígenas aimarás, araucanos, guaranis, sioux e tantos outros encontraram a morte, vítimas de massacres e de pestes.

O que denominamos hoje “discursos da conquista da América Latina” são um conjunto de textos híbridos que reúnem aspectos biográficos, historiografia e boas pitadas de imaginação romanesca, inspirados no gênero mais popular durante o século XV, o dos romances de cavalaria. São textos que nos oferecem também diferentes versões dos fatos da conquista, mostrando como, já naquela época, entre europeus colonos e religiosos existiam divergências radicais com relação ao sentido da empresa na América. Bartolomé de Las Casas, padre espanhol dominicano, abominava e denunciava a forma como Hernán Cortés despachava soldados sobre contingentes de astecas indefesos. O mesmo ocorria no Brasil com o jesuíta José de Anchieta e o Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus.

Se nessa época o espanhol e o português convivem nas colônias com uma infinidade de línguas autóctones (quéchua, nahuatl, aimará, mapuche, tupi, guarani...), vão ser essas duas as únicas portas linguísticas para a escrita, incluídas aí as transcrições de histórias que até então tinham circulado oralmente, através de gerações indígenas.



É impressionante perceber a força e a rapidez com que elementos bíblicos e ideologias ocidentais foram se infiltrando nessas narrativas, dentro das quais, se, por um lado, reivindicava-se a existência de culturas ricas e complexas de antes da chegada do europeu, do outro, essa mesma chegada era considerada um fenômeno natural e aguardado, que Deus teria idealizado para salvar das trevas espirituais os povos que aqui estavam. Esse sincretismo ideológico, resultante da passagem de uma língua oral para a escrita, adverte-se em todas as narrativas do período, como é o caso do *Popol Vuh* (livro cosmogônico da cultura maia), assim como de obras escritas por indígenas, como *Nueva corónica y buen gobierno*, de Guamán Poma de Ayala (1936/1980), nascido poucos anos antes da chegada de Almagro e dos irmãos Pizarro a Cusco; e *Comentarios reales de los incas*, do genial mestiço Inca Garcilaso de la Vega (1609/2013), filho de um capitão espanhol com uma princesa inca, também nascido em Cusco após a invasão.

Após o primeiro período, durante os séculos da Colônia e até finais do XVIII, a América Latina se pensa e é pensada como anexo da Península Ibérica. Isso não significa, de maneira nenhuma, que nesses três séculos não tenha sido escrito nada de importante a respeito da América. Uma vasta bibliografia sobre usos e costumes locais, formas de política e de organização social atesta o sincretismo antes mencionado e muitas maneiras de adaptação, intercâmbio e conflitos entre as culturas autóctones e a ibérica.

Mas, para efeitos desta reflexão, interessa retomar o fio da meada a partir dos anos da

independência do continente, quando surgia a necessidade de pensar uma identidade separada de Espanha e Portugal. Tornava-se peremptório fabricar símbolos próprios de identidade e inventar histórias nacionais. Em função dessa premissa, ao longo do conturbado século XIX hispano-americano, a Espanha se transformava na grande inimiga do continente, situação que vinha se fraguando já desde o século XVIII, com as crescentes desavenças e conflitos entre a metrópole e as colônias.

Daí em diante, as possibilidades e tentações de diluir as tensões e os conflitos dentro de soluções globalizantes se tornaram infinitas e sempre insuficientes. Como já vimos, o critério étnico não se sustenta, assim como tampouco parece viável uma concepção puramente linguística ou então religiosa que defina satisfatoriamente e de maneira cabal o que é a América Latina.

O libertador venezuelano Simón Bolívar pensou em termos panamericanos, no contexto das revoluções pela independência das colônias. Estavam com ele, nas mesmas fileiras, José de San Martín, Bernardo O'Higgins, Carlos Bustamante, Toussain Louverture, os grandes libertadores da primeira hora do século XIX. Como lembra Antonio Candido (1979) em "Literatura e subdesenvolvimento", por esses anos o poeta brasileiro Gonçalves Dias escrevia, em estado de euforia, seus paradigmáticos versos sobre a paisagem americana, de céus mais azuis e flores mais viçosas, mas eles poderiam ter sido assinados "por qualquer dos seus contemporâneos entre o México e a Terra do Fogo".

Paradoxalmente, é preciso registrar que

quase todos esses líderes das independências hispano-americanas morreram em circunstâncias inglórias, assassinados, pobres ou expatriados, transformados em indivíduos conservadores e desiludidos. O otimismo das primeiras décadas do liberalismo foi perdendo força e pondo a nu economias empobrecidas pelas guerras de independência e sistemas políticos e sociais desgastados, inoperantes e injustos. O mesmo Bolívar afirmava, ao final da vida, que fazer revolução na América era como arar no mar...

José Martí, o último libertador e poeta romântico, que morreu atravessado por uma bala espanhola em plena revolução pela emancipação de Cuba, previa que a libertação era necessária para evitar o avanço dos Estados Unidos, o que significaria somente mudar de mãos. Ele morreu antes de confirmar seus piores presságios. Em 1898, a Espanha se retirava, cedendo à pressão dos Estados Unidos, cuja intervenção na ilha se prolongaria, mediante a Emenda Platt, até 1959. Aliás, vale lembrar aqui a postura de um brasileiro desse tempo, José Veríssimo, que considerava a entrada dos Estados Unidos no conflito entre Cuba e Espanha como fato altamente positivo. Contrário aos temores de imperialismo do uruguaio Rodó e do próprio Martí, ele atribui a indisposição das “nações de língua castelhana” contra a norte-americana a uma velha rixa de raças, em que os caudilhismos e espíritos exaltados dos hispânicos deveriam ser apaziguados com a racionalidade dos saxões (Veríssimo, 1986a).

Essa visão sobre os fatos, vinda da América Latina de origem portuguesa, coincide com a que outro contemporâneo brasileiro, o Visconde de Taunay, apresenta em mais de uma ocasião, a respeito dessas nações filhas do sangue quente espanhol, mostrando as distâncias que, em mais de uma oportunidade, se evidenciaram entre os distintos povos e culturas desse emaranhado. O foco mais agudo e particularizado sobre seus componentes, em seus diferentes contextos, evidencia a superficialidade de qualquer visão unitária que não seja apenas geográfica.

Por outro lado, o mesmíssimo Veríssimo (valha a cacofonia) é quem exalta com toda

admiração as palavras que o argentino Manuel Ugarte proferiu em 1912, por ocasião de um encontro na Universidade de Columbia, em Nova York, contra o que lhe parecia um evidente impulso imperialista dos Estados Unidos com relação à América Latina (Veríssimo, 1986b). Mais de dez anos tinham se passado desde o episódio cubano, e certamente a avaliação de Veríssimo a respeito do “gigante do Norte” havia mudado, como o provam vários de seus artigos desses anos prévios à Primeira Grande Guerra.

Desde a promulgação da doutrina Monroe, em 1870, toda a América Latina liberal foi se alinhando contra o imperialismo norte-americano. Diria que, nesse momento, graças a esse inimigo comum em potencial, os países dessa América sentiram-se unidos por esse laço estreito que os ligava também com um desejo unânime de progresso independente.

Já disse Antonio Candido que é possível aplicar a toda América Latina o conceito desenvolvido para o Brasil pelo pensador e diplomata brasileiro Mário Vieira de Mello, para quem, até o decênio de 1930, predominava a noção de “país novo” que ainda tinha um futuro a trilhar, mas, a partir dessa data, essa noção teria sido suplantada pela de “país subdesenvolvido”, destacando-se com isso sua pobreza, sua atrofia, o que faltava, e não o que sobrava (Candido, 1979).

Com efeito, a partir do período de entreguerras, em 1930, diante do advento da mo-



dernidade, a ideia de subdesenvolvimento atrelava as condições materiais, políticas e sociais do continente a um espectro maior, global, que dividia o mundo entre povos desenvolvidos (mais ricos, mais justos, mais felizes) e povos menos desenvolvidos e, portanto, a reboque do processo evolutivo.

Essa é a ideia que sustenta o poeta e pensador mexicano Octavio Paz (1998a, p. 62), em *Fundación y disidencia*: “Acho que o que nos faltou, sobretudo, foi o equivalente da Ilustração e da filosofia crítica. Não tivemos um século XVIII: nem com a melhor boa vontade podemos comparar Feijóo ou Jovellanos com Hume, Locke, Diderot, Rousseau, Kant. Ali está a grande ruptura: aí onde começa a era moderna, começa também nossa separação...”

Para Paz, como para muitos outros intelectuais da segunda metade do século XX, nossa condição é a da falta de algumas etapas fundamentais da evolução histórica, e com isso estaríamos condenados a dançar um baile de máscaras, de impostações e simulacros daquilo que nunca tivemos. Diante da modernidade advinda do centro, nossa condição periférica seria de defasagem. Diz Paz (1979) em *O ogro filantrópico*: “Realidades mascaradas. Começo da inautenticidade e da mentira, males endêmicos dos países latino-americanos. Em começos do século XX, estávamos já instalados em plena pseudomodernidade: ferrovias e latifúndio; constituições democráticas e caudilhos dentro da melhor tradição hispano-árabe; filósofos positivistas e caciques pré-colombianos; poesia simbolista e analfabetismo”. Certamente estão por trás dessas visões as teorias da dependência e de uma concepção progressista da história.

Outra postura diante da modernidade, no outro extremo dessa ideia, é a de uma América barroca, defendida por escritores de primeira ordem, como os cubanos Alejo Carpentier (na sua primeira fase [Carpentier, 1949/2010]) e José Lezama Lima (1988), segundo os quais o movimento arquitetônico, pictórico e literário nascido no século XVII foi desde então uma arma latino-americana de resistência das culturas indígenas contra a Espanha e uma forma de adaptação própria do que vinha da Europa, em cruzamento original com o que aqui estava. Do

inca Kondori e do brasileiro Aleijadinho até a mexicana Sor Juana Inés de la Cruz, no século XVII, chegando em Alejo Carpentier e Lezama Lima, no século XX. A América Latina moderna seria barroca por excelência. A essa linha-gem se atrelariam mais tarde poetas e escritores autodenominados neobarrocos.

O intelectual argentino mencionado no início, Fernández Moreno, organizou em 1972, com os auspícios da Unesco, o livro *América Latina em sua literatura* (em edições simultâneas em espanhol e em português), que teve enorme repercussão na época e para o qual convocou ensaístas e críticos literários de 12 nacionalidades latino-americanas, incluindo aí o Brasil (Fernández Moreno, 1979). O livro é de leitura obrigatória para quem se interessar pelo assunto. Pela multiplicidade de abordagens e de pontos de vista, vê-se aí que a questão da América Latina está longe de poder ser definida, e a cada dia adquire novas feições.

O campo da literatura serve muito bem para entendermos a dificuldade. Se pensarmos nos primeiros autores de textos sobre a América, situados naqueles conturbados primeiros séculos da Colônia, nenhum deles cogitou nem sequer pensar no conjunto da experiência, em termos continentais. Três dos maiores dentre eles, cuja obra tem alimentado o imaginário de muitos dos grandes escritores da modernidade, escreveram sobre suas experiências mais diretas: o capitão espanhol Bernal Díaz del Castillo (1632/2012) produziu sua magnífica *Historia verdadera de la conquista de Nueva España*, sobre a memória de suas campanhas junto de Hernán Cortés, durante a conquista e o domínio do império asteca; em seus primorosos *Comentarios reales*, publicados na Espanha, o já mencionado mestiço Inca Garcilaso de la Vega (1609/2013) realizou a primeira descrição minuciosa de uma cultura pré-hispânica a partir da sua experiência de infância em Cusco; e mais tarde, em pleno século XVII, a poeta mexicana Sórora Juana Inés de la Cruz, fenômeno do barroco literário sem precedentes, cuja projeção se estende até Octavio Paz (1998b), que tentou compreendê-la em seu livro *Sórora Juana Inés de la Cruz: As armadilhas da fé*.

Quase nada há entre esses três autores que

os aproxime, a não ser a língua (embora o estágio e tratamento da mesma distem muito entre eles) e a sutileza de suas percepções de mundo, fincadas no tempo e nas circunstâncias que coube viver a cada um deles.

Entre aproximadamente 1960 e até os anos 1980, a literatura latino-americana voltou a ser pensada como um todo dentro de uma mesma linha-matriz, com a idealização de um *boom* literário latino-americano. Dentro dele, entrava uma meia dúzia de escritores, como Gabriel García Márquez, Julio Cortázar, José Donoso, Mario Vargas Llosa e Carlos Fuentes, autores que -cada um à sua maneira e valendo-se de técnicas narrativas contemporâneas e globais- buscavam uma definição abrangente para a identidade latino-americana. Mas esse mesmo *boom* deixava de lado grandes expressões que, no momento, não se encaixavam na definição proposta, dessa visão total e unificadora, à procura de uma identidade latino-americana. A partir dos 80, felizmente, a literatura passou a ser revista fragmentariamente, sem uma linha que a atravessasse nem pretendesse traduzir o continente num *mainstream*, como o real maravilhoso, o barroco ou o macondismo. João Guimarães Rosa, Jorge Luis Borges, Juan Carlos Onetti, Juan José Saer e Clarice Lispector aparecem então como possibilidades genuínas de criação de novos sentidos, sem se atrelar necessariamente a cartilhas já esboçadas de antemão.

Para dar uma ideia de tudo isso que venho comentando, pode ser interessante pensar no *corpus* de autores com que uma professora de literatura hispano-americana na Universidade de São Paulo está trabalhando neste primeiro semestre de 2015. Trata-se de sete escritores do século XX, ou seja, pertencentes todos a um mesmo período, todos hispano-americanos e contemporâneos, embora nem todos tenham sido incluídos no famigerado *boom*: **Alejo Carpentier**, o grande romancista cubano que se caracteriza pelas relações que estabelece com a historiografia, numa linguagem abarrocada e cheia de eruditismos e de arcaísmos, em que são frequentes as descrições pormenorizadas de espaços arquitetônicos, e dentro da qual sua vasta cultura musical (escreveu o antológico *La música en*

Cuba [Carpentier, 1946/1972]) transparece a cada passo. **Francisco Coloane**, filho de um baleeiro do extremo sul do Chile, cuja narrativa se desenvolve nos arquipélagos da região, entre homens duros do mar. Seus enredos lembram a força das histórias de um Jack London, em que indivíduos solitários se enfrentam a intempéries e paisagens tempestuosas que ecoam seus próprios universos pessoais devastados. **María Luisa Bombal**, que, embora sendo chilena, escreveu a maior parte de sua efêmera obra na Argentina. Numa prosa de grande força poética, com que explora as técnicas do monólogo interior, ela mergulha na subjetividade de suas personagens femininas, lançando mão de expedientes do surrealismo que diluem as fronteiras da vigília e do sonho. **Julio Cortázar**, que saiu da Argentina para o exílio voluntário na França, onde escreveu praticamente toda a sua obra. Mestre do conto, discípulo confesso de Edgar Allan Poe, explorou o gênero fantástico e as formas de exaurir o cotidiano familiar e cidadão, impregnado de sua vivência francesa, a partir do insólito. Escreveu alguns ensaios fundamentais sobre as formas breves da narrativa. O mexicano **Juan Rulfo**, que publicou um só livro de contos e um só romance, cuja força incontestável reside na forma enxuta e certa com que soube dar vida ao mundo rural do interior do México, numa linguagem despida e seca, extraída da oralidade e combinada com uma narrativa entrecortada, de saltos temporais e espaciais. **Julio Ramón Ribeyro**, cuja discricção trabalhou sempre na contramão de uma projeção mais ampla de sua obra. Ela é também marca de um olhar sobre os seres e as coisas de um ponto de vista menor, fixando-se naquilo que é aparentemente secundário. Em meio ao avanço do progresso capitalista sobre as cidades peruanas, interessam a ele os excluídos do processo; não somente do ponto de vista social, mas também do desajuste, da incompatibilidade com os ditos novos ritmos da modernidade. E, por fim, o leque de escritores do semestre fecha-se com **Roberto Bolaño**, o chileno leitor de Borges e de Poe, que optou claramente pela representação do intelectual dentro da ficção. Despida quase por completo do elemento descritivo, sua prosa centra-se no

deslocamento labiríntico de leitores cujos movimentos são perseguidos pela narrativa num ritmo quase detetivesco.

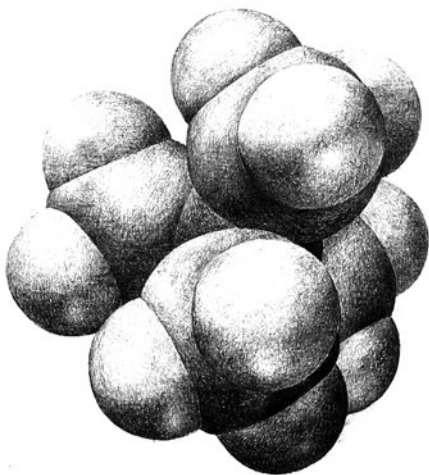
Esse recorte completamente aleatório de sete narradores hispano-americanos que integram os programas de duas disciplinas de literatura hispano-americana permite, a meu ver, apreciar de modo mais concreto o paradoxo indissolúvel ao que nos remete a questão da noção de América Latina, ainda mais ampla. Os temas, os pontos de vista, as abordagens, os efeitos e projeções desses autores e suas obras distam tanto de um roteiro comum que, para além do fato de que todos se valem da língua espanhola para dar forma a suas obras, de pouco ou de nada lhes serve o rótulo de hispano-americanos, a não ser para pensá-los numa primeira abordagem superficial, que os integra num todo geográfico de pertença.

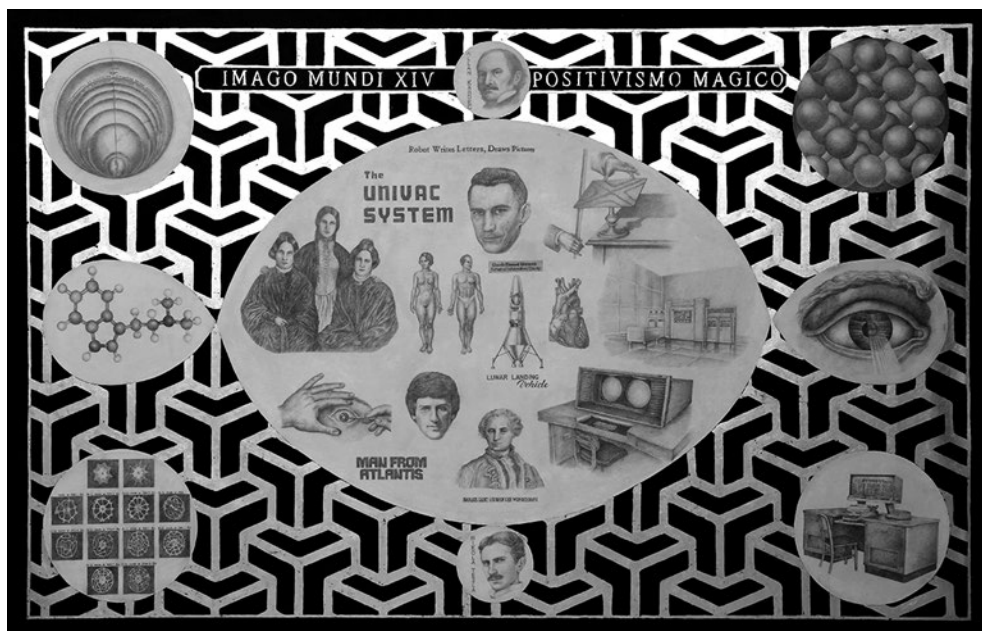
O mesmo Bolaño colocou em xeque justamente a possibilidade de aglutinação de uma língua dentro de uma cultura, fazendo com que seus personagens circulassem através de diferentes espanhóis (o chileno, o mexicano, o espanhol, o argentino), mostrando assim que a singularidade e a particularidade de um escritor, enraizadas em determinados contextos e situações, vão além do nacional e além de qualquer determinação regional *a priori*. Esses rótulos podem ser úteis para uma consideração econômica ou política, mas não na hora

de entender um autor e sua produção. Essa tarefa tem muito mais a ver com tradições literárias e premissas éticas e estéticas, dentro das quais cada autor escolhe se inserir para fazer sua leitura do mundo e escrever.

Referências

- Buarque de Holanda, S. (1998). *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense.
- Candido, A. (1979). Literatura e subdesenvolvimento. In C. Fernández Moreno (Ed.), *América Latina em sua literatura* (p. 344). São Paulo: Perspectiva.
- Carpentier, A. (1972). *La música en Cuba*. México: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1946)
- Carpentier, A. (2010). O barroco e o real maravilhoso. In A. Carpentier, *O reino deste mundo*. São Paulo: Martins. (Trabalho original publicado em 1949)
- Díaz del Castillo, B. (2012). *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. Barcelona: Galaxia Gutenberg. (Trabalho original publicado em 1632)
- Edwards, J. (2014). *A origem do mundo*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Fernández Moreno, C. (Ed.). (1979). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva.
- Hegel, G. W. F. (2004). *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Madrid: Alianza Editorial. (Trabalho original publicado em 1830)
- Lezama Lima, J. (1988). A curiosidade barroca. In J. Lezama Lima, *A expressão americana*. São Paulo: Brasiliense.
- O'Gorman, E. (1992). *A invenção de América*. São José do Rio Preto: Unesp.
- Paz, O. (1979). *O ogro filantrópico*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Paz, O. (1998a). ¿Es moderna nuestra literatura? In O. Paz, *Fundación y disidencia – Obras completas III*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Paz, O. (1998b). *Sóror Juana Inés de la Cruz: As armadilhas da fé*. São Paulo: Mandarim.
- Poma de Ayala, G. (1980). *Nueva corónica y buen gobierno*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. (Trabalho original publicado em 1936)
- Vega, I. G. de la. (2013). *Comentarios reales de los incas*. Lima: Universidad Inca Garcilaso de la Vega. (Trabalho publicado em 1609)
- Veríssimo, J. (1986a). A regeneração da América Latina. In J. Veríssimo, *Cultura, literatura e política na América Latina* (pp. 17-31). São Paulo: Brasiliense.
- Veríssimo, J. (1986b). Letras hispanoamericanas. In J. Veríssimo, *Cultura, literatura e política na América Latina* (pp. 74-84). São Paulo: Brasiliense.





Governos de esquerda na América Latina: entre o populismo e a social-democracia

Esquerdas e direitas em uma nova era democrática

Ao despontar o século XXI, a América Latina mostra um panorama político novo. Apesar de ter havido várias saídas presidenciais forçadas -e não faltando um golpe de Estado, como o que franqueou o exercício autoritário de Alberto Fujimori no Peru-, a democracia se generalizou em quase todos os países da região, e os governos surgem, em geral, de eleições livres.

No entanto, os regimes democráticos existentes na região são de diferentes qualidades e tipos: de fato, há democracias plurais e competitivas, frente a outras que não são, dependendo basicamente da vitalidade do sistema de partidos, das condutas do governo e da existência de

uma oposição organizada e efetiva.

Nesse contexto, verifica-se um acontecimento histórico sem precedentes, que reuniu grande atenção no debate público e na academia: o estabelecimento, pela via eleitoral, de governos de esquerda ou de centro-esquerda em um grande número de países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Nicarágua, Venezuela, Uruguai, além do Paraguai, durante o mandato de Lugo, bem como a experiência de Ollanta Humala no Peru.

No ciclo histórico das novas democracias, registra-se também outro acontecimento importante. Ao lado dessa gama de governos de esquerda, houve -e há, hoje em dia, na América Latina- governos de direita ou de centro-di-

* Catedrático do Instituto de Ciência Política (Universidade da República, Uruguai).

reita, emergentes, também, de eleições livres. Diferentemente do que costumava acontecer em outros tempos, e com exceção do caso de Fujimori no Peru (Carrión, 2006), esses governos funcionam também em regimes democráticos, apesar de que também desse lado a qualidade das democracias é variada. Nesse campo, encontramos expressões tradicionais, mas surgem também direitas “novas” ou “modernas” (e inclusive velhas direitas atualizadas), que, assim como acontece entre as esquerdas contemporâneas, assumem as eleições como *the only game in town*, adotam condutas democráticas com maior ou menor convicção e, se o trânsito que possuem acontece em cenários de efetiva competição, tendem eventualmente a moderar suas posturas ideológicas e suas ações políticas.

Sem contar a década de 90 -durante o auge do neoliberalismo e das reformas pró-mercado, em que se destacaram vários governos de direita ou de centro-direita-, os casos atuais e os que aconteceram em períodos recentes não são poucos. A lista inclui Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, mais de uma vez com alternâncias no governo, que melhoram a civilização democrática. No entanto, apesar de haver estudos relevantes (Luna & Rovira, 2014; Middlebrook, 2000), estamos longe do *boom* de abordagens geradas pelos governos de esquerda e, diferentemente do que acontece nos países europeus, não se presta a atenção merecida às direitas -em particular, às suas mais recentes manifestações.

A saga do populismo

No leque dos governos de esquerda, encontramos numerosas manifestações que, em muitos países, se repetem por vários períodos. Parafraseando Samuel Huntington (1991/1994), poderíamos dizer que estamos diante de uma “terceira onda” de ascensão das esquer-

das latino-americanas: se contarmos a partir dos acontecimentos dos anos 60 e 70, desde a Revolução Cubana até a tragédia da Unidade Popular no Chile, com uma segunda leva, que, no decorrer da década de 80, se desloca para a América Central e onde se destaca, nesse contexto, a Revolução Sandinista. A fase atual dá lugar a fenômenos diferentes daqueles que puderam acontecer naqueles dois períodos e no passado anterior; para começar, porque se trata de experiências de governo, e porque esses governos foram instituídos pela via eleitoral, não por meio de revoluções.

Os governos que fazem parte desse movimento mostram uma acentuada diversidade. Em um extremo do espectro, destacam-se as novas figuras populistas da Venezuela, da Bolívia e do Equador, que são chamativas, apresentam características originais e se diferenciam umas das outras, e também em relação aos seus antecessores. Mas pertencem ao tronco do populismo, que é um fenômeno político recorrente na história da América Latina.¹

A saga que vai do populismo antigo ao populismo moderno, desde o alvorecer do século XX até o presente, inclui alguns casos emblemáticos e várias manifestações abortadas, em diferentes fases históricas e com um signo ideológico diferente: passando pelas épocas desenvolvimentistas e pelo populismo neoliberal, para chegar aos atuais exemplares de esquerda.

Não é possível identificar o populismo com um padrão uniforme de políticas públicas ou com uma determinada orientação econômica, como o pensamento convencional costuma fazer e tal como propõem os adeptos da “macroeconomia do populismo” (Dornbusch & Edwards, 1991). Os populismos clássicos se desenvolvem na etapa do “desenvolvimento nacional”, mediante o keynesianismo periférico, a ampliação do Estado e o mercado interno, o capitalismo “protegido” e a integração

1. Entre as recriações do populismo e os recentes empreendimentos social-democratas, se situam as demais experiências da esquerda local: a Argentina dos Kirchner, marcada por outra virada na vertente nacional e popular do peronismo; a volta de Ortega na Nicarágua, que implica mudanças e continuidades na marca do nacionalismo revolucionário sandinista; ou o empenho peculiar do FMLN, iniciado por Mauricio Funes em El Salvador. Não é fácil enquadrar essas manifestações em uma proposta simples de “duas esquerdas”, apesar de se aproximarem dos exemplares populistas ou de terem algo das figuras social-democratas. Cabe, eventualmente, recorrer a um estudo caso a caso, baseado em variáveis decisivas, como a existência de uma democracia plural e competitiva, o sistema de partidos e as características dos atores políticos governantes.

social, com base nas redes do clientelismo de massas e com articulações corporativas. Essa leva de nacionalismo popular -que obcecava o grande Gino Germani (1962)- deixou várias experiências truncadas e três exemplos emblemáticos: Vargas e o *trabalhismo* no Brasil; o governo inicial de Perón (1946-1955), que funda um movimento perdurável e proteico, fortemente central na política argentina, que pôde abrigar expressões de orientações muito diferentes, mas similares em sua natureza política, como foram a de Menem (1989-1999) e a dos Kirchner (2003-2015); e o regime mexicano, o único a alcançar uma institucionalização firme e que vigorou por muitas décadas consecutivas, desde a Revolução Mexicana até a alternância de 2000.

As versões “neopopulistas” da década de 90 se afastam do legado dos seus ancestrais e, de fato, voltam-se contra as suas edificações, já que praticam um populismo de direita, empenhado em desmontar o Estado “ativo”, apressar as privatizações e concretizar as reformas de mercado, convertendo-se, às vezes, em emblemas dos mandamentos mais ásperos do neoliberalismo. Nesse novo capítulo do populismo -com esse desfecho neoliberal que gera “afinidades inesperadas” (Weyland, 1996)-, entraria a curta aventura de Collor de Mello no Brasil, mas o caso mais cabal foi o estabelecimento prolongado de Fujimori. Em uma opinião discutível e discutida, há quem inclua aqui a gestão de Carlos Menem.

Pelo contrário, os expoentes que marcam a entrada no século XXI e formam uma das vertentes da nova esquerda, de retóricas “refundadoras”, postulam-se como alternativa ao neoliberalismo e representam uma inflexão significativa -com passos de inclusão social-, apesar de não abandonarem o capitalismo e de não recusarem as lógicas do mercado -nem de longe-, e sem cair necessariamente nos descontroles que costumam ser atribuídos ao populismo. De fato, Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador, apegam-se a disciplinas macroeconômicas relativamente estritas e apenas na Venezuela o chavismo comete desordens graves.

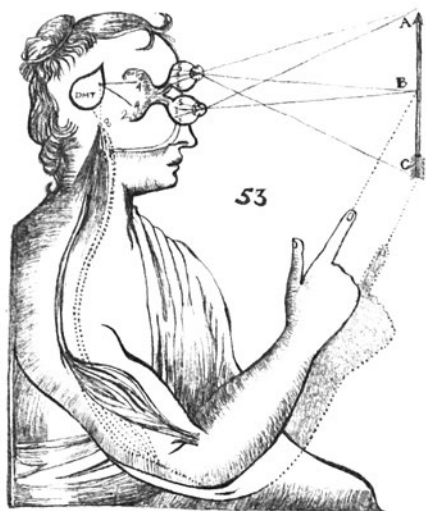
A rigor, o populismo é um fenômeno especificamente político, que deve ser definido

como tal e que, no horizonte da América Latina, esteve associado a diferentes momentos históricos, a diferentes modelos de desenvolvimento e a diferentes orientações econômicas.

Os populismos prosperam no contexto de regimes sem pluralidade, sem equilíbrio de poderes nem equilíbrios institucionais, com sistemas de partidos frágeis ou em decomposição. São estratégias de ativação política que apelam a setores de elite e a frações de classe, a estratos médios e estratos baixos, urbanos e rurais, prejudicados e eventualmente excluídos, que se encontram em estado de incerteza e de “disponibilidade”, como consequência dos defeitos do sistema: precisamente por conta do vazio político e das carências do Estado, do desprestígio das instituições e das autoridades vigentes, das debilidades dos partidos ou, diretamente, de sua falência.

São estratégias de oposição, de pretensões hegemônicas, com uma forte tendência de ruptura e de atitudes revolucionárias, levantadas contra o *establishment* antecessor e a bordo de formulações beligerantes do binômio amigo/inimigo, que se empenham em encurralar os opositores, mediante um traço radical dos ingredientes contidos em toda ação política (Laclau, 2005). Nessa tecla, as propostas antagônicas costumam privilegiar as identidades sociais e alguma construção de “povo”, como eixo de convocatória, em formatos de representação que se antepõem à cidadania política e que apelam a uma hipótese de inclusão social, política e econômica.

O populismo trabalha, por definição, em chave de plebiscito, ao redor de lideranças personalistas bem-sucedidas e com a participação de uma “contraelite”. A relação líder/massas constitui o populismo, implica um engajamento vertical determinante -de cima para baixo- que fundamenta um vínculo de representação peculiar e atrai adeptos, razão pela qual pratica uma espécie de “democracia de público”, mais do que uma democracia de cidadãos, de partidos e de instituições. No entanto, isso não exclui as fórmulas de organização, cujas características proporcionam uma das dimensões que permitem classificar as diferentes manifestações populistas. De fato, ao longo da história, os populismos mais persistentes, com maior



força e estabilidade, são os que cultivam as redes organizacionais e conseguem certo grau de institucionalização, servindo-se dos recursos do governo, das repartições militares e dos corpos civis do Estado.

A convocatória populista é substancialmente popular e nacionalista. Desdobra-se em base a problemas significativos, que podem afetar prioritariamente setores sociais ou grupos de classe, que são constituídos como sujeitos –uns diante dos outros– a partir de um questionamento focalizado e de uma oferta política pertinente. Mas o catálogo de reivindicações e posturas que impulsiona o populismo deve ter, ao mesmo tempo, uma dose importante de “popularidade”, ou seja, uma amplidão ou “transversalidade” considerável, acompanhada de uma ofensiva nacionalista, no âmbito doméstico e em relação ao exterior. Essa composição, historicamente, não possui um signo unívoco e caso a caso; pode colocar em jogo diversos bens políticos, em particular aqueles que procuram remeter às desvantagens internacionais dos respectivos países, aos momentos críticos

de menosprezo nacional, às vicissitudes econômicas e sociais, bem como a outras situações de incerteza e insegurança pública.²

À mercê das características do quadro em que aparecem, das suas formas de agir e da ausência ou fraqueza da oposição, os governos populistas tendem a reproduzir cenários de polarização política, com assimetrias, concentração de poderes e desequilíbrios entre os órgãos públicos, mediando a primazia do Executivo e atitudes decisionistas, déficits nos processos de controle e nas instituições representativas, que mostram carências sérias em termos de “freios e contrapesos”. Isso gera configurações que podem aparentar certa força, mas que frequentemente são afetadas pela instabilidade e são, em todo caso, de baixa qualidade democrática, quando não autoritárias. Por conta dessa soma de fatores, fica evidente a distância com o liberalismo político, bem como os contrastes de uma “democracia populista” virtual com a democracia republicana e os regimes pluralistas.

Nos termos que descrevemos, o populismo parece ter, esquematicamente, três rotas possíveis: consolidar-se como tal, rumar para uma derivação pluralista ou viver em instabilidade endêmica, quando não definitiva. De fato, se não houver mudanças que promovam a paridade de poderes, o pluralismo partidário e melhoras institucionais, a persistência dos populismos e a estabilização dos regimes dessa linhagem dependem de suas vitórias na construção de uma nova hegemonia e da consistência das suas montagens de organização, sempre com o suporte de uma estrutura de liderança e de um sistema de alianças condutor. Até o momento, apenas a Revolução Mexicana deu lugar a uma democracia populista duradoura –o único regime estável do nacionalismo popular latino-americano– à mercê da sua origem revolucionária e das demais peculiaridades da sua gestação política, particularmente a aliança selada, com muito trabalho, entre as frações da família revolucionária e uma institucionalização robusta, com um enquadre de

2. Um bom exemplo, nesse sentido, é dado por Fujimori, que fundamentou seu poder no combate bem-sucedido a duas calamidades nacionais de índoles muito diferentes, que afetavam os peruanos, com efeitos incômodos para os estratos médios e para os setores populares: a inflação e o Sendero Luminoso.

massas, que se afirma com as construções de Lázaro Cárdenas. Nos outros casos, as práticas do populismo -em itinerários interrompidos ou com vida mais longa, com efeitos mais ou menos perduráveis- tendem a recair em vícios políticos similares aos que permitiram seu lançamento inicial.

A Venezuela é um exemplo ilustrativo, já que registra a experiência populista mais típica e polêmica do ciclo atual. Um populismo radical, estrondoso e prolongado, que se instala em 1999, a partir da implosão da “partidocracia” surgida do Pacto do Ponto Fixo (1958). Houve um ciclo forte durante a liderança de Hugo Chávez, que, baseado na trindade caudilho-exército-povo e graças às rendas do “petro-Estado”, converteu-se em líder da “revolução bolivariana” e do Socialismo do Século XXI. Seu sucessor, Nicolás Maduro, pelo contrário, é o rosto visível de uma versão patética, afetada por debilidades sérias e por arestas de crises.

O governo venezuelano pôde se considerar um sistema “híbrido” ou “semidemocrático”, já que, apesar de haver conseguido triunfos eleitorais reiterados, insiste em exercícios plenipotenciários de “hiperpresidencialismo”: com liberdades restritas e uma formidável concentração de poderes -apoiada nos círculos do chavismo, nos aparelhos do Estado e nos círculos militares-, sem equilíbrios institucionais nem oposição política condutora, com uma ausência persistente de partidos e debilidades na sociedade civil. No entanto -cada vez mais-, o regime venezuelano parece estar passando de uma democracia defeituosa ao “esquerdismo autoritário” do qual falava Gino Germani (1962), com um tipo de governo que, enquanto estiver sujeito ao plebiscito efetivo das urnas, poderá ser categorizado como um autoritarismo “eleitoral”.

A social-democracia *criolla*: uma estreia histórica

A atual temporada da esquerda latino-americana registra, ao mesmo tempo, um fenô-

meno inédito: a estreia de governos do tipo social-democrata no Brasil, no Chile e no Uruguai -presidências de Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2019), Ricardo Lagos (2000-2006), Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-2020) e José Mujica (2010-2015).

Trata-se de fórmulas inéditas, que apresentam traços próprios da sua condição “periférica” e da etapa histórica atual, mas podem ser comparadas com as referências europeias clássicas e com as experiências “tardias” da Europa Meridional, em particular as surgidas nos anos 70 e 80 na Espanha, em Portugal e na Grécia. Da mesma forma que as manifestações latino-americanas contemporâneas, os governos social-democratas desses três países acontecem no ritmo de uma transição “dupla”: depois das respectivas transições democráticas e no rastro da transição liberal, fora dos círculos virtuosos da era keynesiana e no momento de um novo impulso de globalização.³

Há, então, várias gerações de governos social-democratas, em diferentes etapas históricas e em regiões diferentes, no contexto de distintos modos de desenvolvimento do capitalismo (Lanzaro, 2014).

Um conceito político

Como em outras regiões, na América Latina o termo “social-democrata” é usado com muita amplitude, e há outras figuras -partidos e governos- que se denominam assim. No entanto, é a primeira vez que se concretizam governos efetivamente social-democratas, de acordo com um conceito político estrito, que vale tanto para os exemplares europeus como para as novas experiências latino-americanas.

Segundo nossa definição (Lanzaro, 2008, 2011), os governos social-democratas são aqueles formados por partidos de esquerda institucionalizados, com vínculos estreitos com o movimento sindical e de filiação socialista (apesar de não necessariamente com esse nome), que atravessaram processos de adaptação política e chegaram a substituir suas ideologias re-

3. Isso remete a um debate mais amplo sobre as dificuldades e as alternativas da social-democracia em contextos globalizados e a partir da era liberal, depois dos “anos dourados” do keynesianismo, com interrogações que se apresentam para a Europa e também na América Latina.

volucionárias ou radicais por um reformismo moderado, mas efetivo, que acata as regras da democracia representativa e as restrições da economia capitalista. E isso como resultado das orientações políticas e das estratégias eleitorais que esses partidos adotam, agindo em democracias com sistemas de partidos plurais e competição de fato. Isso remete, por sua vez, a traços diferenciais na qualidade da democracia e no tipo de governo presidencial, na consistência da oposição e na efetividade dos *checks and balances* institucionais.

O que identifica os governos social-democratas é que são experiências protagonizadas por uma esquerda que pode ser considerada “institucional” em dois sentidos: em primeiro lugar, por conta do grau de institucionalização, da idade e da acumulação política dos partidos de esquerda que formam o governo. No Brasil, Partido dos Trabalhadores (PT); no Chile, Partido Socialista (PS) em alternância com o Partido pela Democracia (PPD); no Uruguai, Frente Ampla (FA). Em segundo lugar, por conta do fato crucial, determinante, de que tais partidos estão integrados à democracia representativa e à competição eleitoral, no âmbito de sistemas de partidos plurais e competitivos, relativamente institucionalizados. Isso marca uma diferença básica no mapa da América Latina, onde encontramos governos de esquerda sem partidos e em sistemas de partidos frágeis ou em colapso.

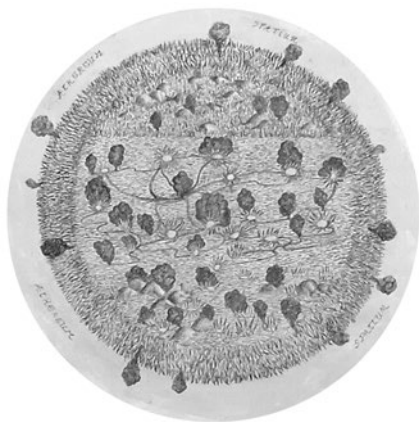
A institucionalização do sistema de par-

tidos é alta no Chile e no Uruguai. No caso do Brasil, é mais rudimentar, mas com alinhamentos políticos relativamente estáveis. Com maior ou menor institucionalização, as esquerdas dos três países funcionam em sistemas de competição efetiva, com uma “margem de vitória” moderada, frente a uma oposição consistente e organizada. As eleições, a representação política e a composição parlamentar deixam um saldo equilibrado de poderes e favorecem, conseqüentemente, os equilíbrios institucionais. Essas circunstâncias -especificamente, a existência de uma oposição competitiva, organizada em partidos- incidem positivamente na qualidade da democracia, assim como na qualidade dos processos de governo, nas políticas públicas e nas construções de institucionalidade onde estão inseridas.

Recursos políticos e potencial social-democrata

Os governos do Brasil, do Chile e do Uruguai têm traços fundamentais comuns, mas ao mesmo tempo existem diferenças palpáveis entre eles, que repercutem nas políticas que empregam e, conseqüentemente, em seu potencial social-democrata. Essas diferenças respondem às condições estruturais, ao contexto histórico e ao sistema de restrições onde se movem. Mas dependem, mais concretamente, das estratégias políticas e dos recursos de poder de cada governo.

O que remete às dimensões seguintes: a) os legados institucionais, a estrutura do Estado e os padrões de políticas públicas herdados; b) o coeficiente de poder do governo e do partido do governo, em relação ao sistema de partidos e -caso haja- à coalizão de governo; c) a força da liderança presidencial; d) a relação do partido do governo com o governo e com o presidente, com um grau diferente de influência política ou como um partido a serviço do governo; e) as características do movimento sindical e seus vínculos com o governo e com o partido do governo; f) o relacionamento bilateral ou tripartite com os empresários e suas organizações corporativas; g) enfim, a relação do governo e do partido do governo com os sujeitos sociais não organizados ou organiza-



dos fora dos circuitos sindicais (população em faixas de pobreza, desempregados, trabalhadores informais).

Diferentes governos, vários reformismos

O “coeficiente de poder” (Merkel, 1995) pode ser medido em termos de apoio parlamentar, considerando dois vetores: a) posição do partido de esquerda governante no conjunto da esquerda e, se for o caso, dentro das coalizões de governo; b) a posição do partido de esquerda governante e, se for o caso, da coalizão de governo, no conjunto do sistema de partidos. Há também outros componentes relevantes, como as distâncias ideológicas no sistema de partidos e no seio das coalizões ou dentro do partido do presidente, os poderes institucionais e partidários do chefe de governo e a estrutura de liderança.

Nesse plano, registram-se diferenças consideráveis. A FA é praticamente monopólica na esquerda uruguaia e se converteu em partido “predominante” ao obter maioria parlamentar em três eleições consecutivas. Graças à maioria nas duas câmaras, ao comando firme de Tabaré Vázquez e à constituição do gabinete com todos os chefes de setores da FA, o primeiro governo da esquerda uruguaia teve um alto coeficiente de poder, sem necessidade de formar coalizões nem de estabelecer compromissos com outros partidos. A estreia social-democrata pôde ser, então, consideravelmente produtiva, com uma série de mudanças significativas, que, no entanto, se mantêm nas bases do reformismo gradualista e moderado, que a esquerda adotou passo a passo, para alcançar o triunfo eleitoral.

No Brasil e no Chile, pelo contrário, durante os períodos de Lula da Silva, Dilma Rousseff, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, tanto o PT como a dupla PS-PPD não tiveram maiorias próprias e formaram governos de coalizão, compartilhando poderes com aliados de outras filiações. As coalizões brasileiras foram relativamente amplas e heterogêneas, e incluíram alguns partidos de centro-direita. Mas o PT teve o centrista PMDB como aliado principal, e sua distância ideológica com o bloco de oposição encabeçado pelo PSDB não é muito grande. Nesses termos, o governo

mantve uma orientação de centro-esquerda e, apesar de a composição do “cartel legislativo” no Congresso ter sido frequentemente trabalhosa, pôde dar andamento a uma agenda de reformas considerável.

No Chile, o PS formou parte da Concertación para la Democracia, em uma aliança com a Democracia Cristã (DC) muito articulada e estável, que foi decisiva para a transição democrática e que esteve no governo por 20 anos consecutivos (1990-2010). A Concertación também foi uma coalizão de amplo espectro, bastante homogênea -do centro à centro-esquerda-, onde a DC teve certo predomínio, no começo, e o PS conquistou um peso político que ia além do seu caudal eleitoral. A Concertación pôde ser concebida como uma “força social-democrata” e gerou uma “transversalidade” interpartidária considerável; mas em seu seio há posições diversas, e a distância ideológica entre o PS e a DC não deixou de ser importante. Maior ainda foi a distância entre o PS e o bloco da direita.

Nos períodos de Lagos e Bachelet, como nas duas presidências da Concertación que os precederam, foi necessário tecer compromissos trabalhosos no interior da coalizão do governo. Além disso, para evitar qualquer recaída na polarização, e mesmo nos períodos em que teve maioria, o governo cultivou uma política de consensos com a direita, dando espaço a uma espécie de “democracia dos acordos” e se ajustando a um pragmatismo crescente moderado, de inovações importantes, mas graduais. A segunda presidência de Bachelet -que está passando pelas suas primeiras provas- apoia-se em uma coalizão mais ampla e heterogênea -“Nova Maioria”-, que inclui o Partido Comunista e alguns dos líderes que encabeçaram os fortes protestos estudantis dos últimos anos.

Com esses formatos políticos, acontecem no Brasil, no Chile e no Uruguai as primeiras experiências social-democratas da América Latina. Os governos são diferentes e são diferentes os produtos obtidos. São mediadores de cadências que tendem a delinear um regime normativo de políticas públicas (um *policy regime*), ou seja, políticas similares implantadas por partidos de diferente filiação ideológica,

em linhas de continuidade e convergência com os roteiros neoliberais. São mediadores também de tendências e realizações inovadoras, que enfrentam o desafio de construir um caminho “pós-liberal”, para traçar eventualmente um novo paradigma de desenvolvimento, que não vem desenhado de antemão, senão que, como acontece usualmente nas quinas da história, é forjado na medida em que vai sendo construído.

Trata-se de empreendimentos singulares, comparáveis com outras espécies do gênero, que em todos os casos remetem, no entanto, a um regime de compromisso, entre os parâmetros do desenvolvimento capitalista e o reformismo moderado. Um compromisso tipicamente social-democrata -entre capitalismo e democracia- que, por definição, tem lugar em sistemas políticos plurais e competitivos.



Referências

- Carrión, J. (Ed.). 2006. *The Fujimori legacy: The rise of electoral authoritarianism in Peru*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- Dornbusch, R., & Edwards, S. (Eds.). (1991). *The macroeconomics of populism in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press.
- Germani, G. (1962). *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós.
- Huntington, S. (1994). *La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX*. Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1991)
- Laclau, E. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: FCE.
- Lanzaro, J. (2008). La social democracia criolla. *Nueva sociedad*, 217.
- Lanzaro, J. (2011). Social democracy in the global south. Brazil, Chile and Uruguay in comparative perspective. *Social Europe journal*, 6(1).
- Lanzaro, J. (Ed.). (2014). *Social democracias “tardías” – Europa Meridional y América Latina*. Madrid: CEPC.
- Luna, J. P., & Rovira, C. (2014). *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Merkel, W. (1995). *¿Final de la socialdemocracia?* Valencia: Edicions Alfons el Magnànim.
- Middlebrook, K. (Ed.). (2000). *Conservative parties, the right and democracy in Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Weyland, K. (1996). Neopopulism and neoliberalism in Latin America: Unexpected affinities. *Studies in comparative international development*, 31(3), 3-31.

Fernanda Arêas Peixoto*

O Brasil e Nuestra América: um continente e duas ilhas?^{**}

Em prefácio à reedição da obra clássica de Manoel Bonfim (1905/1993), *A América Latina, males de origem*, Darcy Ribeiro escreveria:

Nos meus anos de exílio, em Montevidéu, passei grande parte do tempo me desasnando nas bibliotecas públicas uruguaias. Li, ali, então, quase tudo o que se escreveu sobre a América Latina, preparando-me para escrever meus Estudos de antropologia da civilização (Ribeiro, 1964-1976). Foi lá, lendo e repensando nossas vivências, que rompi com meu provincianismo brasileiro para perceber que somos parte de um todo: a América Latina (Ribeiro, 1993, p. 10).

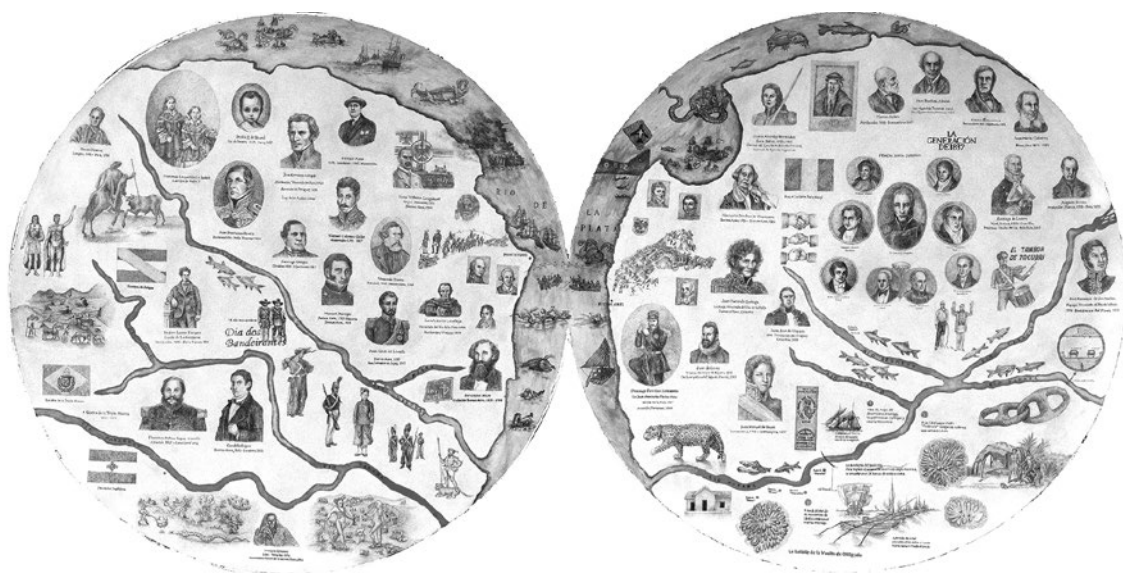
A tomada de consciência de Darcy em relação à sua condição latino-americana, possível em função da estada forçada no Uruguai, chama a atenção para a posição ambígua do Brasil no interior da América Latina: parte do continente, o país permaneceu dele afastado. Eloquentes, as palavras do antropólogo caem como uma luva para os objetivos deste texto, que visa olhar mais de perto para tal ambivalência e, a partir dela, para a América Latina como categoria e constructo cultural, recortada, ao longo do tempo, por diversas linhas imaginárias: América hispânica e portuguesa; América latina e anglo-saxã; América branca (Argentina, Chile), indígena (Peru, Bolívia, Equador) e mestiça (Brasil, Cuba).

Se os sucessivos mapas traçados pela reflexão americana desde o século XIX assinalam fronteiras distintas, uma teima em funcionar como limite recorrentemente estabelecido: a que separa a América localizada ao sul do rio Grande (católica e latina) da porção norte (protestante e saxã). O ensaio americanista, produzido entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX¹, associa sentidos variados à separação, sem deixar de insistir na oposição entre as repúblicas do sul

* Professora associada (livre-docente) do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

** Este texto, motivado pelo convite feito por Regina Reiss, teve origem em um curso oferecido no Iheal – Paris 3, no primeiro semestre de 2010, que muito se beneficiou das discussões com os alunos; lembro-me com carinho de Xavier, Santiago, Diana, Elsa, Guillaume, Marie, Océane, Pierre, Charlie, Hélène e Joanna.

1. Carlos Altamirano (2007) nomeia o ensaio americanista, híbrido entre ciência, história e literatura, de “literatura de ideias”. Sobre essa profícua produção latino-americana, cf. Achugar (1994).



e o Calibã do norte –o personagem shakespeariano (Shakespeare, 1611/2008) funcionando como alegoria para representar o inimigo dominador durante boa parte do século XX.

Geografias imaginárias; ensaísmo de corte americanista; localização do Brasil no mapa americano: esses são os temas (e problemas) que nos interessam enfrentar, menos com a intenção de esgotá-los nos limites deste ensaio, mais com o intuito de apresentá-los de forma sintética, deixando ver o modo como interpelam uma reflexão sobre a “América Latina, nosotros e nós, os outros”, fio que costura este Dossiê.

1

Voltando às palavras de Darcy Ribeiro, vale lembrar que sua experiência do exílio, assim como a de muitos outros, contribuiu para intensificar as relações do Brasil com os países vizinhos: com o Uruguai, mas também com Chile e Cuba, para onde se dirigiram parte dos opositores da ditadura implantada entre nós pelo golpe militar de 1964. De todo modo, o fato histórico e suas consequências trágicas não alteraram o lugar do Brasil no interior da América Latina, nem a posição do continente na consciência dos brasileiros. E, se é verdade que as relações do país com a América

hispânica vêm se modificando a partir dos anos 1990, em razão de uma política deliberada de intercâmbios econômicos, políticos e culturais, a “confissão” de Darcy ainda parece fazer sentido, ultrapassando os limites de uma experiência histórica e individual.

As dimensões continentais do Brasil, associadas a uma língua diferente do espanhol falado nos demais países latino-americanos, levaram a que viajantes europeus, ao cruzarem pela primeira vez a América Latina, tivessem, muitas vezes, a impressão de estar diante de mundos separados, ligados por algumas pontes... duas ilhas?

Não apenas os estrangeiros, mas também os intelectuais e escritores latino-americanos, quando projetaram uma reflexão mais geral sobre o continente, tencionando apreendê-lo como unidade transnacional, tiveram dificuldades em dar conta das “diferenças brasileiras”, o país figurando de forma muito discreta na reflexão americanista das primeiras décadas do século XX. Do lado brasileiro, por sua vez, o ensaio histórico-sociológico resistiu, com raras exceções, a lançar uma reflexão sistemática sobre a América Latina, optando por investigar o Brasil e seu processo formativo, bem como suas relações com as matrizes europeias.

Uma experiência colonial distinta (embora igualmente brutal, do ponto de vista da violência impetrada contra as populações autóctones), na qual a colônia converte-se em capital do Império a partir de 1808; um processo de independência *sui generis*, levado a cabo por um príncipe português, e uma experiência monárquica de proporções únicas na parte sul do continente, esses são pelos menos três fatores fortes a apartar o Brasil dos demais países latino-americanos, conduzindo-o, de um lado, a certo fechamento sobre si mesmo e, de outro, a uma abertura em direção à Europa.

Não era pequena a desconfiança dos países vizinhos em relação à opção monárquica brasileira; afinal, o modelo republicano era visto como mais adequado às nações independentes, livres e modernas, em constituição na América a partir do século XIX. Ao contrário das visões correntes, Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), político e escritor argentino, considerava ser a monarquia a única forma política capaz de controlar a “barbárie” que ele associava ao Brasil; barbárie resultante da natureza exuberante (ao mesmo tempo fascinante e perigosa) e, sobretudo, da forte presença africana e da mestiçagem². A política sistemática de alianças do Brasil com os Estados Unidos³, além das tensões frequentes envolvendo as políticas brasileiras de expansão de fronteiras desde o final do século XIX⁴, são elementos adicionais que contribuem para isolar o país dos demais países da América Latina.

Afastamentos históricos, culturais e políticos, entretanto, não impediram que alguns autores tenham se esforçado por aproximar as “duas ilhas”, atravessando pontes e cruzando

fronteiras. É possível lembrar o poeta Ruben Darío (1867-1905), que, entre 1906 e 1922, esteve no “Brasil del fuego”, como ele descreve em poema célebre dedicado a Machado de Assis (Darío, 1967). Também o livro do escritor e diplomata argentino Martín García Merou (1862-1905), *El Brasil intelectual: impresiones y notas literárias* (García Mérou, 1900/2013), que, assinalando as distâncias reais existentes entre os diversos países da América, faz eco aos anseios independentistas e unificadores de Bolívar em relação aos riscos de fragmentação do continente. Mérou, é preciso dizer, via com simpatia a estabilidade política do Brasil e a consolidação das instituições brasileiras em oposição às turbulências reinantes nas repúblicas hispano-americanas, no que é acompanhado pelo historiador e diplomata Oliveira Lima (1867-1928), um dos autores brasileiros a se deter sobre as relações entre a América portuguesa e a Espanha⁵.

Manoel Bonfim (1868-1932) é outro dos autores nacionais que se ocuparia da questão americana, destacando-se ainda por retirar o acento da reflexão das questões raciais, que povoavam o horizonte intelectual latino-americano até meados do século XX, e projetando, em *A América Latina, males de origem* (Bonfim, 1905/1993), uma análise sociológica apoiada no exame da dominação colonial, construída a partir de evidente consciência continental.

É verdade que a *Revista Americana* (1909-1919), dirigida pelo diplomata Araújo Jorge, constitui um instrumento de aproximação entre os países do subcontinente; também o

2. O exemplo brasileiro é decisivo para o esboço do dilema “civilização x barbárie”, central no clássico Facundo, de autoria de Sarmiento (1845/1997).

3. Lembremos, entre outros, a cumplicidade do Itamaraty em relação ao chamado Corolário Roosevelt (1904) à Doutrina Monroe, que interditava toda forma de intervenção na América Latina que não fosse norte-americana; cumplicidade que se torna evidente, entre outros, na organização da Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro, em 1906, em contramão da política de paz liderada pelo chanceler argentino Luiz Drago. Sobre a Doutrina Drago, cf. Souza (2008).

4. O período do Barão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912) é especialmente emblemático nessa direção, já que coincide com o momento de consolidação das fronteiras brasileiras, de modo a projetar a dimensão continental do país. Tal política acarretou litígios, por exemplo, com a Guiana Francesa (pela anexação do Amapá), com a Argentina (por conta da disputa pelo Paraná e por Santa Catarina) e com a Bolívia (envolvendo o território do Acre). Sobre as relações internacionais do Brasil na Primeira República e o papel de Rio Branco no seu interior, cf. Burns (1977).

5. Após sua experiência na Venezuela, Oliveira Lima revê as antigas simpatias republicanas; nesse momento, também altera suas posições sobre o pan-americanismo, passando a criticar de forma contundente a intervenção norte-americana na América Latina. Sobre Oliveira Lima, sua trajetória e produção, cf. Malatian (2001).

é que, nas obras de autores brasileiros ativos entre 1880 e 1920, é possível localizar certa preocupação americana, indica Antonio Candido (1993). De todo modo, o bloco luso da América Latina parece ter resistido a projetar um ensaísmo de timbre americano, postura endossada na década de 1930, quando os intérpretes tendem a se concentrar na análise das particularidades brasileiras, explicadas em função do caráter distinto de nossa colonização. A “aventura” da colonização, levada a cabo por um colonizador português refratário ao cálculo e ao planejamento, deu lugar a uma civilização eminentemente rural, patriarcal e mestiça entre nós, indica Sérgio Buarque de Holanda (1936) em *Raízes do Brasil*. O caráter plástico e adaptável do português, híbrido entre África e Europa, é o que permite compreender a constituição de um país mestiço, a despeito da violência e da opressão escravistas, dirá Gilberto Freyre (1933), em *Casa-grande e senzala*. Raízes históricas e feições culturais que operaram na construção de fossos entre os dois grandes blocos linguísticos do continente sul-americano.

2

A América Latina não é realidade natural, mas categoria e construção cultural, que produz realidades, orienta políticas e anima imaginários⁶. A história da criação do conceito remete à política internacional do Segundo Império Francês (1852-1870), capitaneada por Napoleão III. Utilizado pela primeira vez em 1856 pelo chileno Francisco Bilbao (1823-1865) e pelo colombiano José María Caicedo (1830-1889), em contexto no qual a França arquitetava seu projeto monarquista e a intervenção no México (1862), o termo será apropriado por correntes opostas no espectro ideológico. De um lado, por grupos bonapartistas, que irão reforçar o discurso panlatino contra o expansionismo norte-americano e o modelo republicano disseminado na América Latina. De outro, por frações da esquer-

da francesa e europeia, reunidas em torno do abade Félicité de Lamennais (1782-1854), que retomam o argumento da latinidade, associando-o ao projeto republicano, de modo a projetar a unidade de um bloco latino (que inclui nações americanas e europeias) contra um bloco anglo-saxão (no qual se encontra os Estados Unidos).

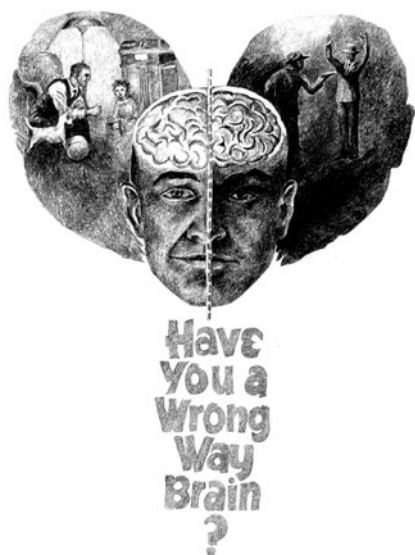
Mas as derivas antagônicas do conceito se aproximam no que diz respeito à oposição latino x saxão, perceptível tanto no pensamento de Lamennais quanto em bonapartistas como Chevalier; aproximam-se também pelo modo como partilham certa visão de civilização, ligada ao “espírito” e à cultura erudita, que desconsidera a realidade histórica e cultural dos países latino-americanos (Romero, 1998)⁷.

Construída em momento preciso e empregada, desde a origem, com sentidos diversos, a noção de América Latina adquire novas e variadas conotações ao longo do tempo. A despeito de seus distintos significados, ela cinde a geografia continental em duas partes, apresentadas como opostas: a América Latina se afirmando como uma “outra América”, diferente da América do Norte.

Forjado na Europa, o termo migra para as Américas, sendo traduzido em função de outras demandas e preocupações. No continente americano, ele tende a se converter em “nuestra América”, mais ou menos distante dos impérios coloniais, por conta dos compromissos ideológicos e intelectuais de seus artífices. Dois exemplos, escolhidos em razão do caráter inaugural que possuem, podem auxiliar a esboçar os contornos que a ideia de América Latina vai assumir nos debates latino-americanos de começos do século XX, e que encontrarão rebatimentos em formulações posteriores. Nuestra América (Martí, 1891/2005), do escritor, tradutor e jornalista cubano José Martí (1853-1899), anuncia a expressão que se tornará emblemática de certo ensaio latino-americano, associando-a à América mestiça e independente dos modelos europeus e

6. Para uma discussão sobre a construção do conceito de cidade latino-americana (e de América Latina), cf. Gorelik (2005).

7. Se tomarmos a população da América Latina em 1825, aponta Romero, encontramos uma maioria de negros e mestiços, ao lado de índios e de uma minoria branca; como falar, então, de latinos, de um ponto de vista étnico?, pergunta-se o autor. Sobre a noção de América Latina, ver também Martinière (1982).



norte-americanos⁸. Ariel (Rodó, 1900/1947), do jornalista e escritor uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), esboça outra visão –que restabelece os laços da parte sul do continente com os modelos civilizacionais ibéricos-, tornando-se matriz para os “arielismos” posteriores, como os de Pedro Henrique Ureña, Alfonso Reyes e José Vasconcelos.

A expressão “nuestra América” que dá título ao artigo de José Martí (1891) publicado em *La revista ilustrada de Nueva York*, em 10 de janeiro de 1891, indica clara tomada de posição política, de cunho anticolonialista e anti-intervencionista; atitude crítica de negação, que vem acompanhada da projeção de um destino comum para o sul do continente. A primeira pessoa do plural indica o lugar de enunciação do autor do discurso: é o homem

sul-americano quem fala e reflete sobre sua condição de colonizado, e sobre a subordinação econômica, política e intelectual da parte sul da América.

O artigo é escrito e publicado nos Estados Unidos, onde o incansável militante pela independência de Cuba se encontra, após diversos exílios. O engajamento político, que marca a trajetória do escritor, repercute diretamente em sua produção. Seus artigos, crônicas e poemas são escritos no calor da hora, sob o impacto dos acontecimentos políticos, que comenta e em relação aos quais toma partido de modo contundente. Por isso mesmo, as figuras do “herói guerreiro” e do “herói letrado” ocupam lugar central na obra de Martí, ligando-se ao tópico das “armas e das letras”, sobre o qual gira parte considerável de sua produção. A guerra espiritual, nacional e social não se faz presente apenas nos artigos de ocasião, instalando-se no coração de sua obra poética e abrindo espaço para uma imaginação de cunho épico (Díaz Quiñones, 2006).

Nuestra América assume a forma de uma carta escrita à distância aos “irmãos” da “Mãe América”, clamando-os a “acordarem” diante do perigo, que habita ao lado (“gigante de las siete léguas”? “tigre”?). Com andamento oral e tom emocionado, o artigo quer persuadir o leitor: é ele que deve despertar e ajudar na transformação da América; tarefa urgente diante de combate que se mostra eminente.

A finalidade do texto é clara –convocar os americanos a tomarem para si a independência da América do Sul–, como também os caminhos para a execução da tarefa: é preciso estudar os “fatores reais” do continente, de maneira a formular soluções, “libertando-o das tiranias”. O artigo apela ainda à construção de um novo olhar sobre o mundo americano, liberado de artificialismos e de fórmulas importadas prêt-à-porter, lançando com isso um tópico central do ensaio latino-americano em geral e dos nossos modernismos em particular: o pro-

8. Lembremos, entre muitos outros, *Nuestra América*, de Carlos Bunge (1904), e *Nuestros indios*, de Gonzalez Prada (1905).

9. Martí realizara um discurso para os delegados da Conferência Internacional Americana, em 1889, que tinha justamente o título de “Madre América”.

blema da imitação acrítica de modelos e da independência de espírito.

Nuestra América é, assim, sinônimo de retomada das matrizes “naturais” e “verdadeiras”, que remontam ao período anterior à conquista¹⁰. À “América natural” Martí associa ainda a América mestiça: sob a diversidade de cores e corpos, a “alma americana” é sempre a mesma, indica.

Entre a experiência cubana e a vida nos Estados Unidos, que faz dele um “homem entre dois mundos” nos termos de Díaz Quiñones (2006), Martí converte a independência política e intelectual de seu país natal, mas também de toda a América Latina, em sua principal matéria e arma de combate. Na extremo sul do continente, por sua vez, e vivendo em um país cujos indicadores sociais, funcionamento de instituições democráticas e processo de modernização levam-no a ser considerado a “Suíça da América”, Rodó reflete sobre a liberdade e independência americanas de outro prisma. Católico, dono de formação cultivada no seio de uma família burguesa e desenhando um percurso entre a atividade jornalística regular e as obrigações parlamentares (já que é deputado eleito por três vezes pelo partido Colorado), o escritor uruguaio projeta sua utopia americana em função de experiência social e referências intelectuais distintas.

Ariel (Rodó, 1900/1947) retoma, desde o título, a tradição culta ocidental que o ampara. A tonalidade do texto é oral como o de Martí, só que, nesse caso, trata-se da aula de despedida de Próspero, realizada em grande salão decorado com uma escultura em bronze de Ariel, que inspira o “sermão” do mestre dirigido aos jovens, seus estudantes, mas também à “juventude da América”, a quem ele dedica o ensaio¹¹. Sua fala mescla um tom amigável e familiar com um timbre persuasivo e algo messiânico, saliente sobretudo nas

páginas finais: ele quer indicar aos jovens o caminho a seguir.

O discurso de Próspero fornece a matéria central do texto, que tem abertura e fechamento concebidos em registro francamente literário. O discurso possui inegável vocação universalista (só no final, a “nuestra América”, que dá título ao artigo de Martí, é expressamente referida), pregando a combinação de um ideal clássico e de outro cristão, valorizados como matrizes de um modelo civilizacional, do qual a América seria parte.

Progresso espiritual, desenvolvimento moral, estético e meditação desinteressada são algumas das palavras-chave do texto, que delineia uma América capaz de alçar a liberdade por conta da expansão da arte, da ciência, das ideias e dos valores religiosos. E o caminho para alcançar tal ideal é a educação, instrumento que permite aceder à tradição clássica (grega e romana), refinar os espíritos, orientando-os na direção dos valores universais.

Se em Martí educação e conhecimento se aliam à aproximação da realidade do mundo, à retomada das tradições verdadeiras (“nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa”, nos termos do autor [Martí, 1891/2005]) e ao engajamento político, em Rodó eles se ligam ao “ideal desinteressado do espírito” e à figura de Ariel. O célebre personagem de *A tempestade*, de Shakespeare (1611/2008), figura como expressão maior dos ideais americanos: “Ariel é a razão e o sentimento superior. Ariel é esse sublime instinto de perfectibilidade...” (Rodó, 1900/1947, p. 121).

Fazendo então de Ariel a imagem sintética de sua utopia americana, Rodó lança uma crítica à utilidade material, ao egoísmo, à “paixão desordenada” e ao “utilitarismo estreito” que caracterizam a “civilização do norte”, associada à Calibã (Rodó, 1900/1947, pp. 70-71)¹². A “mediocridade democrática”

10. O artigo está repleto de metáforas retiradas da natureza: os Andes, as árvores, a terra, as raízes..., mas também de referências aos animais e habitantes “naturais”, índios e mestiços. A natureza fornece um vocabulário rico para que Martí fale da fecundidade criadora e das potencialidades do sul do continente, assim como esboce a imagem da “América natural”.

11. As inspirações declaradas de Rodó, mais de uma vez referidas, são o speech que o filósofo e poeta norte-americano Ralph Waldo Emerson (1837) profere em 1837, na Phi Beta Kappa Society (The American scholar), e o “sermão laico” de Renan, realizado em 1896 na Associação dos Estudantes de Paris. Também os célebres discursos de Andrés Bello, na Universidade do Chile (1843), e o de Lucio Vicente Lopez, na Argentina, em 1890, todos esses responsáveis pela modelagem de um estilo de oratória.

norte-americana é também criticada, ainda que ele não recuse a democracia como modelo. O desafio seria equilibrar excessos de igualitarismo com o desenvolvimento pleno do espírito; ampliar o acesso à educação e à cultura, mas não deixando de formar uma aristocracia do espírito. “Racionalmente concebida, a democracia admite sempre um imprescritível elemento aristocrático, que consiste em estabelecer a superioridade dos melhores...” (Rodó, 1900/1947, p. 84).

Não parece difícil perceber como a oposição civilização x barbárie, forjada por Sarmiento, é reeditada, embora os termos das formulações de Rodó agreguem novos significados: aos ideais elevados do espírito (Ariel e a América Latina) se opõem a civilização bárbara e materialista do norte (Calibã e a América anglo-saxã), “gigante do norte” contra o qual também se insurge Martí, na tentativa de projetar uma “outra América”.

A diferença americana e a utopia que ela porta apresentam contornos distintos nos dois autores, desenhando duas linhagens no interior do ensaísmo americano: uma que destaca o caráter mestiço da América, afirmando sua diferença radical em relação à Europa e aos Estados Unidos; outra que inscreve o futuro da América na esteira da tradição ocidental ibérica. A primeira recupera a América considerada “bárbara” aos olhos do colonizador – a América “natural”, anterior à conquista-, enquanto a segunda retoma a “América da civilização”, representada por Ariel.

Se Calibã associa-se aos Estados Unidos, em Rodó – a barbárie ligada ao império do norte, e não aos nativos do sul-, a criatura selvagem e disforme do enredo shakespeariano alimenta a construção de um personagem mítico que vai adquirindo conotações positivas

no correr do século XX. Lembremos, entre outros, a peça de Aimé Césaire (1969/1997), *Une tèmpe*, adaptação do drama de Shakespeare para o teatro negro; o poema de Edward Brathwaite (1969) dedicado a Calibã (no livro *Îles*), ou ainda o ensaio do cubano Roberto Fernandez Retamar (1971/2004), intitulado “Calibã”, de 1971, no qual o personagem é tomado como símbolo de “nuestra america”, na contramão da reflexão arielista¹³.

Calibã se transforma em herói pós-colonial a partir dos anos 1960, tanto na América Latina quanto nos Estados Unidos, é verdade. Mas o percurso político-intelectual desenhado pelo personagem não deve nos fazer esquecer de outras leituras, bem anteriores, que alçam o “canibal” à condição de figura de proa da reflexão realizada ao sul do continente¹⁴. Faço referência ao Manifesto antropológico de Oswald de Andrade (1928), que, ao inverter as relações entre centro e periferia, fazendo do ato de devoração o motor da produção cultural, esboça uma teoria da cultura de amplo alcance; teoria que transborda os limites brasileiros e as renitentes preocupações com a “identidade nacional”.

Incluir o poeta de nosso modernismo e outros autores nacionais no seio de uma reflexão americana, com o auxílio de uma perspectiva comparada, pode ser um caminho para reinserirmos o Brasil no continente, fazendo-nos perceber que “somos parte de um todo”, como queria Darcy Ribeiro (1993). Desde que a comparação não se contente com a localização de semelhanças, mas que, ao contrário, faça da diferença a mola propulsora da reflexão.

Referências

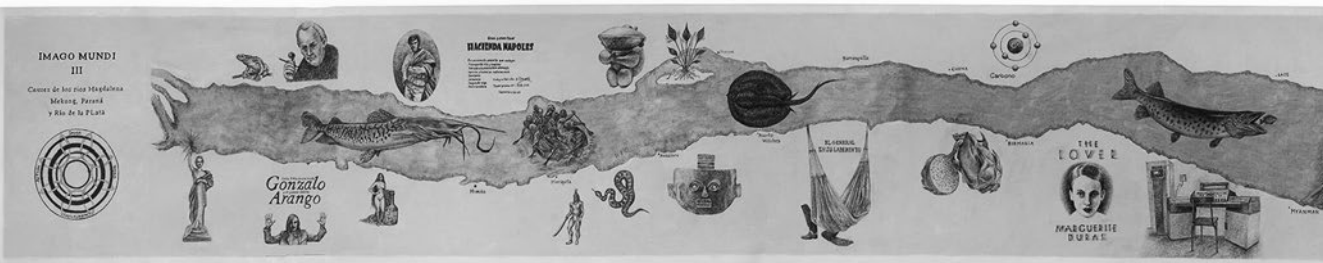
Achugar, H. (1994). Nuestra América y la función histórica del discurso americanista. In A. Pizarro (Ed.), *América Latina. Palavra, literatura e cultura* (Vol. 2). São Paulo: Memorial da América Latina/Editora da Unicamp.

12. Embora o texto deixe entrever também a admiração por conquistas do império do norte, declarada em alguns momentos, como por exemplo: “... Ainda que não os ame (os Estados Unidos), os admiro. Admiro-os, em primeiro lugar, por sua formidável capacidade de querer, e me inclino diante da ‘escola da vontade e do trabalho’ [...] que eles instituíram” (Rodó, 1900/1947, p. 96). Vale mencionar ainda que, ao lançar mão dos personagens shakespearianos, Rodó segue as trilhas do poeta nicaraguense Ruben Darío, que, em ensaio sobre Edgar Allan Poe publicado em *Los raros* (Darío, 1896/1998), se refere ao Calibã que tem seu reino ao norte da ilha de Manhattan.

13. Sobre as apropriações, releituras e recriações do personagem, cf. Zabus (2002).

14. Lembremos que Calibã, na origem, designa o selvagem e o canibal, homem que habitava o território americano antes da chegada dos europeus. O célebre ensaio “Os canibais”, de Montaigne (1580/2003), como sabemos, foi uma das fontes de Shakespeare, traduzido para o inglês por seu amigo Giovanni Floro em 1603. Traducido al inglés por su amigo Giovanni Floro em 1603.

- Altamirano, C. (junho, 2007). Dossiê. História social dos intelectuais latino-americanos. *Tempo social*, 19(1), 9-17.
- Andrade, O. de. (maio, 1928). Manifiesto antropófago. *Revista de antropofagia*, 1(1). Recuperado de http://www.buenosaires.gob.ar/areas/educacion/cepa/manifiesto_antropofago.pdf
- Bello, A. (setembro, 1843). *Discurso inaugural de Andrés Bello*. Recuperado de <http://www.uchile.cl/portal/presentacion/historia/4682/discurso-inaugural>
- Bonfim, M. (1993). *A América Latina, males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. (Trabalho original publicado em 1905)
- Brathwaite, E. (1969). Calibán. In E. Brathwaite, *Islands*. London: Oxford University Press.
- Buarque de Holanda, S. (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Bunge, C. O. (2000). *Nuestra América*. Santa Fe: Fraterna. (Trabalho original publicado em 1904)
- Burns, E. B. (1977). As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In B. Fausto (Ed.), *História geral da civilização brasileira* (Tomo 3, Vol. 2). Rio de Janeiro: Difel.
- Cândido, A. (1993). Os brasileiros e a nossa América. In A. Cândido, *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Césaire, A. (1997). *Une tempête*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1969)
- Darío, R. (1967). A Machado D'Assis. In R. Darío, *Poesías completas* (10ª ed., p. 1015). Madrid: Aguilar.
- Darío, R. (1998). Edgar Allan Poe. In R. Darío, *Los raros*. Zaragoza: Libros del Innombrable. (Trabalho original publicado em 1896)
- Díaz Quiñones, A. (2006). José Martí (1853-1895): la guerra desde las nubes. In A. Díaz Quiñones, *Sobre los principios. Los intelectuales caribeños y la tradición*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- Emerson, R. W. (agosto, 1837). *The American scholar*. Discurso apresentado na Phi Beta Kappa Society, Cambridge. Recuperado de <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/330T/350kPEEEmersonAmerSchTable.pdf>
- Fernández Retamar, R. (2004). Calibán. In R. Fernández Retamar, *Todo Calibán*. Buenos Aires: Clacso. (Trabalho original publicado em 1971)
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt Ltda.
- García Mérou, M. (2013). *El Brasil intelectual: impresiones y notas literarias*. London: Forgotten Books. (Trabalho original publicado em 1900)
- González Prada, A. (1976). Nuestros indios. In A. González Prada, *Páginas libres. Horas de lucha* (2ª ed.). Caracas: Biblioteca Ayacucho. (Trabalho original publicado em 1905)
- Gorelik, A. (2005). A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo social*, 17(1), 111-133.
- Malatian, T. M. (2001). *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc/Fapesp.
- Martí, J. (janeiro, 1891). Nuestra América. *La revista ilustrada de Nueva York*.
- Martí, J. (1965). Madre América. In J. Martí, *Obras completas* (Vol. 6, pp. 133-140). La Habana: Editorial Nacional de Cuba.
- Martí, J. (2005). Nuestra América. In J. Martí, *Nuestra América* (3ª ed., pp. 31-39). Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. (Trabalho original publicado em 1891)
- Martinière, G. (1982). L'invention d'un concept opératoire: la latinité de l'Amérique. In G. Martinière, *Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Montaigne, M. de. (2003). De los caníbales. In M. de Montaigne, *Ensayos*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Recuperado de http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/ensayos-de-montaigne--0/html/febf17e2-82b1-111df-acc7-002185ce6064_157.html#I_36_ (Trabalho original publicado em 1580)
- Ribeiro, D. (1964-1976). *Estudios de antropología da civilização* [Vols. 1-5]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ribeiro, D. (1993). Prefacio. In M. Bonfim, *A América Latina, males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Rodó, J. E. (1947). *Ariel*. Buenos Aires: D. A. Espiño. (Trabalho original publicado em 1900)
- Romero, V. (1998). Du nominal “latin” pour l'autre Amérique. Notes sur la naissance et le sens du nom “Amérique latine” autor des années 1850. *Histoire et sociétés de l'Amérique latine*, 7, 57-86.
- Sarmiento, D. F. (1997). *Facundo: civilização e barbárie*. Rio de Janeiro: Vozes. (Trabalho original publicado em 1845)
- Shakespeare, W. (2008). *La tempestad*. Madrid: Alianza. (Trabalho original publicado em 1611)
- Souza, C. L. de. (2008). *A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Internacional da Anphlac, Vitória. Recuperado de http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/christiane_laidler.pdf
- Zabus, C. (2002). *Tempests after Shakespeare*. New York: Palgrave.



Rodrigo Cañete*

A arte da Argentina e do Brasil: colocando o “baixo” acima do “alto”

Durante os últimos 20 anos, muito se falou sobre a emergência de uma “arte latino-americana”. Apesar disso, existe uma ausência total de análises críticas comparadas da arte contemporânea da região. É por isso que se torna praticamente impossível realizar uma análise das características dessa arte sem fazer a análise visual correspondente das obras de alguns artistas que vão nos permitir lançar um pouco de luz sobre uma área da qual se fala muito, mas se sabe muito pouco.

À primeira vista, há um denominador comum entre a arte contemporânea brasileira e a argentina, e é a sua obsessão pela tematização da inversão entre alto e baixo, compreendida como a manipulação de materiais “baixos” (objetos cotidianos ou descartáveis) para a produção de objetos “altos” (obras de arte). Esse tipo de preocupação alquímica de transformação do que é baixo em alto, enquanto alegoria dos benefícios do Sul (com relação ao Norte), tem como origem a Buenos Aires do final da década de 60 no Instituto Di Tella e projetos coletivos como Tucumán Arde. Em São Paulo, as mostras de arte socialmente inclusivas de Hélio Oiticica, no Museu de Arte Moderna, constituem um tipo de preo-

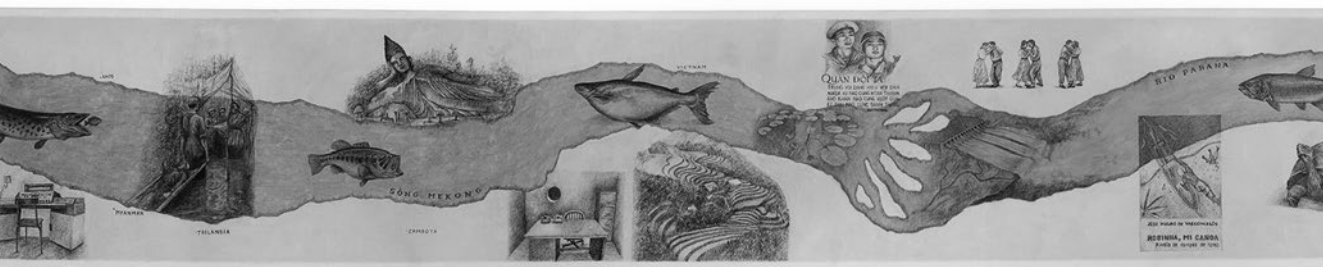
cupação similar com a ampliação do universo dos “espectadores de arte”.¹

A partir da análise dos seguintes três artistas brasileiros e dos seus colegas argentinos, podemos ver que essa preocupação em injetar elementos da cultura popular na cultura de elite se manteve até o presente. Para ilustrar isso, abordarei em detalhes a obra de três artistas “contemporâneos” brasileiros: Barrão (1959), Tiago Carneiro da Cunha (1973) e Alexandre da Cunha (1969), estabelecendo um diálogo com a sua contraparte argentina: Liliana Porter (1941) e León Ferrari (1920), Max Gómez Canle (1972), Omar Schiliro (1962) e Carlos Herrera (1976).

Barrão, nascido no Rio de Janeiro, é autodidata e começou sua carreira artística como parte do grupo Seis Mãos (1983-1991), com os artistas Ricardo Brisbaum e Alexandre Dacosta, com quem fez performances e arte nas ruas. Como podemos ver, na própria origem da arte de performance nota-se esse posicionamento do artista como *outsider*, ou seja, como um produto da sua própria experiência de vida, e não do sistema tradicional de formação artístico-acadêmica, que tem a pintura

* Crítico e historiador da arte com PhD do Courtauld Institute of Art (Londres).

1. Ver, para o caso argentino, Longoni e Mestman (2013), e Cañete (no prelo). Para o caso brasileiro, ver Oiticica (1992).



de cavalete e a escultura como meios preferenciais. Durante os anos 90, Barrão dedicou-se ao cinema e participou do coletivo Chelva Ferro, que fundou, em 1995, com Luiz Zerbini e Sergio Mekler.

Os objetos escultóricos feitos por Barrão são colagens montadas com objetos de uso cotidiano, em geral pertencentes à categoria do *kitsch* e quase sempre de cerâmica ou de porcelana. Há certa busca lírica, mas também dadaísta na utilização de objetos ornamentais de baixo nível para fazer construções orgânicas que chamam a atenção por sua repulsa ao classicismo, no sentido de que sempre parecem invertidas ou sem sentido. Em Barrão, a inversão entre alto e baixo acontece tanto alegórica como material e formalmente. Seus objetos são como redemoinhos que lembram certas formações vegetais. Em suas *Ninfas derramadas* (2009), por exemplo, as figuras clássicas (ou neoclássicas, nesse caso) parecem as raízes dos ornamentos azuis colocados por cima delas. A inversão do classicismo, nesse caso, é literal, já que os elementos retoricamente artísticos (as ninfas) são colocados de modo invertido, debaixo dos fetiches ornamentais ou funcionais, como as jarras e os bules.²

O modo de Barrão usar objetos da arte *kitsch* apresenta uma primeira diferença entre os tipos de produção artística brasileira e argentina, se tomarmos como exemplos artistas canônicos como os argentinos León Ferrari ou Liliana Porter. De fato, enquanto Barrão fica no tipo de estetização *kitsch* que vai caracterizar, dez anos depois, a produção do Grupo do Centro Ricar-

do Rojas, na Argentina, Ferrari e Porter abraçam um tipo de arte em que são abundantes as alegorias políticas e as referências à arte pop. Isso nos leva à outra diferença, que, segundo entendo, é ainda mais importante e tem a ver com a maior dedicação dos brasileiros ao acabamento das obras. Enquanto na Argentina há uma preferência pela desmaterialização conceitual da obra artística e pelo *ready-made*, no Brasil há uma preocupação maior com o acabamento do objeto artístico como tal.

No caso dos brasileiros, as obras nunca deixam de ser concebidas como “obras de arte”, mas os argentinos parecem manipular a instituição artística para não ter que dar acabamento a essas obras. Enquanto Liliana Porter e León Ferrari se limitam a organizar as peças como em um presépio, Barrão desafia a gravidade e os materiais para criar objetos estéticos autossuficientes, que não necessitam da galeria de arte ou do sistema de arte para existir como tais.

O brasileiro Tiago Carneiro da Cunha poderia ser comparado com o argentino Max Gómez Canle, já que os dois trabalham com imagens pós-apocalípticas (ou antediluvianas) e usam a já mencionada inversão entre baixo e alto com relação a materiais, funcionalidades e temas. Seus objetos funcionam como ironias visuais. Carneiro da Cunha, que vive em Nova York, estudou pintura com Sérgio Sister e Paulo Pasta, no Brasil. Em 1994, foi aceito na Parsons School of Design de Nova York e depois, em Londres, concluiu mestrado no Goldsmiths College, em artes plásticas.

2. <http://www.noseomundo.com/365-artistas--escritores/82-barrao> (acessado em 22/06/2015).

mencionado Grupo Rojas de Buenos Aires, que emergiu durante a década de 90. A segunda parte da produção de Da Cunha, no entanto, pode ser comparada com a do rosarino Carlos Herrera, vencedor do Prêmio Petrobras da ArteBa 2013, artista que coloca o *ready-made* no espaço de maneira “lírica”. Ainda assim, as diferenças entre um e outro são grandes.

Se no argentino Schiliro (e também no brasileiro Barrão) havia uma piscadela retórica aos ideais de beleza como “formosura”, em Alexandre da Cunha ela deixa de ser uma preocupação. Sua obra adquire sentido apenas na mente de um espectador que conhece a arte internacional minimalista de Sol Lewitt, Donald Judd, Barnett Newman ou Carl Andre. Nesse sentido, esse tipo de arte estabelece um diálogo informado entre interlocutores formados. Esse artista parece dizer que sua preocupação principal é explorar o lugar da arte brasileira no mundo, mas na verdade o que há em sua obra é uma profunda preocupação com a relação entre o sistema de educação artística do Primeiro Mundo (Royal College of Art e Chelsea College, para dar os exemplos do caso) e as oportunidades de um artista “imigrante” no sistema da arte internacional. É por isso que em Alexandre da Cunha existe uma certa ênfase no baixo, representante da pobreza do nosso continente, entendida como “falta de oportunidades”, em relação ao alto, à “alta cultura”, indicada como tal mediante a indexicalidade da galeria que o representa em São Paulo e seu modo de circulação nas feiras de arte internacional. Com sua obra, Da Cunha toma partido e parece significar que a arte contemporânea só é relevante se estiver conectada com as estéticas canonizadas em Nova York e em Londres. Isso, em si, não é nem verdadeiro nem falso, senão mais propriamente irrelevante para a discussão da arte, em geral. A inversão entre alto e baixo, nesse caso, expressa a posição da arte brasileira no mundo através de sua minimização como produção “periférica”.

Podemos ver também uma preocupação com a terminação das obras, que sempre parecem estar orientadas na direção do minimalismo de superfícies polidas. Essa espécie

de obsessão pela limpeza (a ponto de incluir, literalmente, instrumentos de limpeza) confirma essa vocação de negar a “falta dela”, que caracteriza a cotidianidade latino-americana e, como tal, constitui uma referência ao seu sincretismo e hibridez. É como se Alexandre da Cunha estivesse mais preocupado em se “diferenciar do morro” do que em afirmar sua “condição de brasileiro”. É essa ênfase na limpeza conceitual o que diferencia a produção de brasileiros formados em Londres da de seus colegas argentinos, que parecem abraçar, de modo militante, a sujeira, a marginalidade e a hibridez como temas centrais. Esses são os casos de Adrián Villar Rojas, Diego Bianchi e, mais genericamente, a produção derivada do grupo Beleza e Felicidade, que surgiu antes de 2010. Essa recusa da “estética da pobreza” por parte de alguns artistas brasileiros pode ser entendida como a consequência da decisão governamental de dar bolsas aos seus artistas para estudarem em escolas de excelência, eminentemente conceitualistas, principalmente em Londres. Os artistas argentinos, por sua vez, ao não ter acesso a esse tipo de educação, transformam em tema da sua obra a pobreza e a desordem de que eles mesmos padecem. O contexto de país é muito mais evidente na obra dos argentinos do que na dos brasileiros, que parecem propor um diálogo mais internacionalista.

Tonico Lemos Auad (1968) confirma o que foi dito anteriormente, já que, em 1998, também ganhou uma bolsa do governo brasileiro para estudar no Goldsmiths College de Londres. Lemos Auad é parte de um grupo de artistas que surgiu do sistema educativo inglês e ganhou presença na cena de arte emergente local. Com influências duchampianas, sua obra faz uso do *ready-made* e também de materiais perecíveis, com o objetivo de transformar a experiência entre o espectador, a obra e o contexto de exibição em um momento de “humor poético”. Enquanto essas alusões e influências permitem, ao circuito educado na lucrativa indústria da educação artística inglesa, discutir essas obras de modo “erudito”, a apelação ao humor faz com que esse tipo de exercício conceitual seja digerível para um público de colecionadores menos erudito.

Vemos como nesse contexto a referência ao Brasil fica reduzida apenas ao uso de materiais como bananas, por exemplo. O fato de que, em algumas das suas obras, Tonico Lemos Auad faça figuras com a putrefação de certos objetos orgânicos poderia ser entendido como uma alegoria do “baixo” da periferia sobre o “alto” do centro. No entanto, esse tipo de alegorização não é propriamente elaborada.

O tipo de preocupação existente com a inversão entre alto e baixo, que víamos em Barrão, Tiago e Alexandre da Cunha, também está presente aqui. No entanto, Tonico acrescenta a dimensão do perecível. Sua arte se posiciona como arte pelo simples fato de que tudo nele, em algum momento, tende a desaparecer. Coloca um grupo de bananas em estado inicial de decomposição, por exemplo, e as manchas das bananas formam rostos que alguns dias depois desaparecerão.⁵ É por isso que a obra deve se inscrever em um lugar intermediário entre a performance e o registro fotográfico dessa performance. Esse tipo de obra caracterizou a produção do argentino Víctor Grippo no final dos anos 60, e é muito possível que Lemos Auad tenha se inspirado na retrospectiva do argentino que aconteceu em Londres, no Camden Arts Center em 2006/2007. Assim, temos *Clairvoyant* (2008), composta por uma dúzia de batatas-doces germinando, penduradas por fios; *Sleep walkers* (2009), que é um abacaxi feito de cabelo bordado, e *Seven*

seas (2007), uma série de cartolinas apoiadas sobre uma estante e colocadas de frente para o sol. Apesar de esse tipo de arte prometer abordar o *topos* da história da arte do *vanitas*, tal aproximação fica numa mera promessa. É, mais propriamente, a discussão do meio (a pintura e a escultura) a partir do *ready-made* e do “orgânico” o que parece verdadeiramente interessar a esse artista.

Os antecedentes imediatos desse tipo de aproximação da arte como disparadora “humorística” dessa inversão entre alto e baixo podem ser encontrados na obra de Marcos Chaves. Chaves nasceu em 1961, em Santa Teresa (RJ), e estudou no Rio de Janeiro, onde ainda mora. A fonte de valor da sua arte radica no humor como catalisador dessa alegorização conceitual da “periferia” e da “pobreza” sul-americanas. Não há preocupações formais nem referências à arte enquanto arte, mas sim uma apropriação de diferentes registros visuais (o publicitário, o *kitsch* turístico, a arte contemporânea de feiras de arte) com o objetivo da dessacralização, mais ou menos explícita, da instituição de arte.

Em uma instalação apresentada em 2002, na 25ª Bienal de São Paulo, chamada *Morrendo de rir*, Chaves coloca seu rosto em gigantografias repetidas ao redor da sala onde aparece “rindo às gargalhadas” e, mediante uma série de fones de ouvido dispostos na sala, permite que os espectadores escutem essas gargalhadas. Desse modo, transforma o espaço de consagração “sacralizadora” de objetos de arte em um espaço sem objetos, em que o que é sacralizado é a dessacralização em si. Essa ideia também está presente em *Eu só vendo a vista* (1998)⁶, onde o artista brinca com a imagem turística (comercial e *kitsch*) de Ipanema, com o Pão de Açúcar ao fundo, que transforma em obra de arte mediante sua redimensionalização e sua intervenção “conceitual”. Faz isso incluindo na imagem um cartaz com a inscrição “eu só vendo a vista”, que tem duas interpretações, já que, por um lado, pode ser lida como “só vendo essa vista” e, por outro, “só vendo à vista”. Isso, dito no contexto do mercado da arte brasileira, tem várias implicações, já que, durante os úl-

Steel Shield for Policemen is Bullet Proof



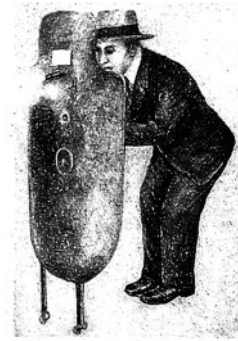
5. <https://loveartnotpeople.files.wordpress.com/2015/03/bananaportrait3.jpg?w=760> (acessado em 22/06/2015).

6. <http://www.marcoschaves.net/instalacoes/eu-so-vendo-a-vista/print> (acessado em 22/06/2015).

timos dez anos o governo vem tentando regular um mercado de arte que é usado, em parte, para lavagem de dinheiro. Outra interpretação pode ter a ver com a corrupção na concessão de autorizações para a construção de edifícios na costa carioca.

Na sua série *Buracos* (1996-2008), Chaves fotografa os objetos usados pelos cariocas para sinalizar os buracos das ruas, com o objetivo de evitar acidentes. Isso alegoriza novamente a corrupção e a ineficácia das autoridades municipais, que precisam que as obras nas vias públicas sejam as mais precárias possíveis para poder refazê-las e, assim, gerar mais oportunidades para negociatas. De acordo com Chaves, “o humor pode ser um modo sintético de lutar contra o poder estabelecido”. Esse tipo de arte utiliza a linguagem da publicidade, já que não há nenhuma preocupação formal. A única diferença entre a publicidade e esse tipo de imagem é que o objetivo da publicidade é vender, e o dessas imagens é provocar o “fazer pensar”.

A brasileira Jac Leirner, artista conceitual, aparece precocemente e com mais sucesso. Tendo estudado e trabalhado em São Paulo toda a sua vida, conseguiu atrair a atenção para esse tipo de arte a partir da sua participação na 20ª Bienal de São Paulo, depois da qual participou da Bienal de Veneza (1990 e 1997), representando o Brasil, e da Documenta/Kassel (1992). Sua obra tem influências do minimalismo, do pop e do construtivismo, e está orientada para a montagem de imagens habituais desses movimentos com materiais baixos como sacolas de supermercado e pacotes de cigarros. Na sua obra *Pulmão* (1987), empilha centenas de pacotes de cigarros abertos e queima suas pontas para criar uma escultura de tipo construtivista. Em *Todos os cem* (1998), monta quadrados e figuras com notas de cem reais. Em *Nomes* (1999)⁷, cobriu as paredes de um museu com a parte das sacolas de compras que apresentam a imagem da marca. A contraparte dessa instalação foi *Vazio* (2000), onde fez a mesma coisa, mas retirando as marcas. No entanto, a obra que me parece mais interessante é *4 yellows* (2010), onde vai



montando, sobre papel de algodão, diferentes combinações de amarelos, vermelhos e azuis, que dão cor de “sangue” em seus diferentes modos de putrefação.

Se quisermos comparar a obra pioneira de Leirner com a dos expoentes anteriores da inversão entre o alto e o baixo (que na Argentina encontramos em galerias como *Belleza y Felicidad* e *Appetite*, por exemplo), poderemos ver que, no caso de Leirner, há certa preocupação estetizante em tentar integrar o “lixo”, em uma construção estilizada que parece arte em um contexto propriamente artístico. Em Buenos Aires, essa fusão de “humor” e linguagem publicitária colapsa como estratégia e remonta ao conceitualismo desmaterializado de artistas como Oscar Bony (1941) ou Marta Minujín (1943). A partir daí, filtrou-se nas obras de Hernán Marina (1969) ou Fabio Kacero (1961), para dar apenas dois exemplos.

Decorativismo tropical

Nesse percurso pela arte contemporânea brasileira e argentina, decidi deixar de lado os decorativistas tropicais como Beatriz Milhazes, Luiz Zerbini, Adriana Varejão e Caetano de Almeida, que, de modo quase uniforme, articulam elementos canônicos do passado artístico brasileiro (azulejos, Aleijadinho, arte concreta, Burle Marx, entre muitos outros) de maneira festiva e ironicamente ornamentalis-

7. http://www.moma.org/interactives/exhibitions/1999/muse/images/leirner_names.jpg (acessado em 22/06/2015).

ta. Apesar de essa arte parecer uma resposta à necessidade de certo setor da arte brasileira de se identificar com uma ideia de “selva modernizada”, tal construção de identidade obedece a critérios mais propriamente superficiais. Escolhi essas duas gerações de artistas conceituais porque eles estabelecem um diálogo duplo. Por um lado, dialogam com o “participacionismo” de Lygia Clark e Hélio Oiticica, e, por outro lado, dialogam com a arte canônica do Primeiro Mundo, com a qual querem se parecer, pelo menos formalmente.

No entanto, a pergunta que vale ser feita é se esses artistas escolhem uma versão “tropical” da arte do Primeiro Mundo por decisão própria ou para agradar às expectativas de penetração internacional dos colecionadores e das instituições patrocinadoras. A pergunta que faço aqui é se, pelo menos, do ponto de vista da arte contemporânea, a identidade cultural está sendo forjada em resposta ao que se acredita que sejam as expectativas do Primeiro Mundo. Digo isso porque, ao inverter alto e baixo, e adaptá-lo formal e esteticamente aos requerimentos de Londres e Nova York, a arte está sendo esvaziada da sua “vitalidade cultural” para se resignar a ser uma pose festiva, alegre e sem problemas.

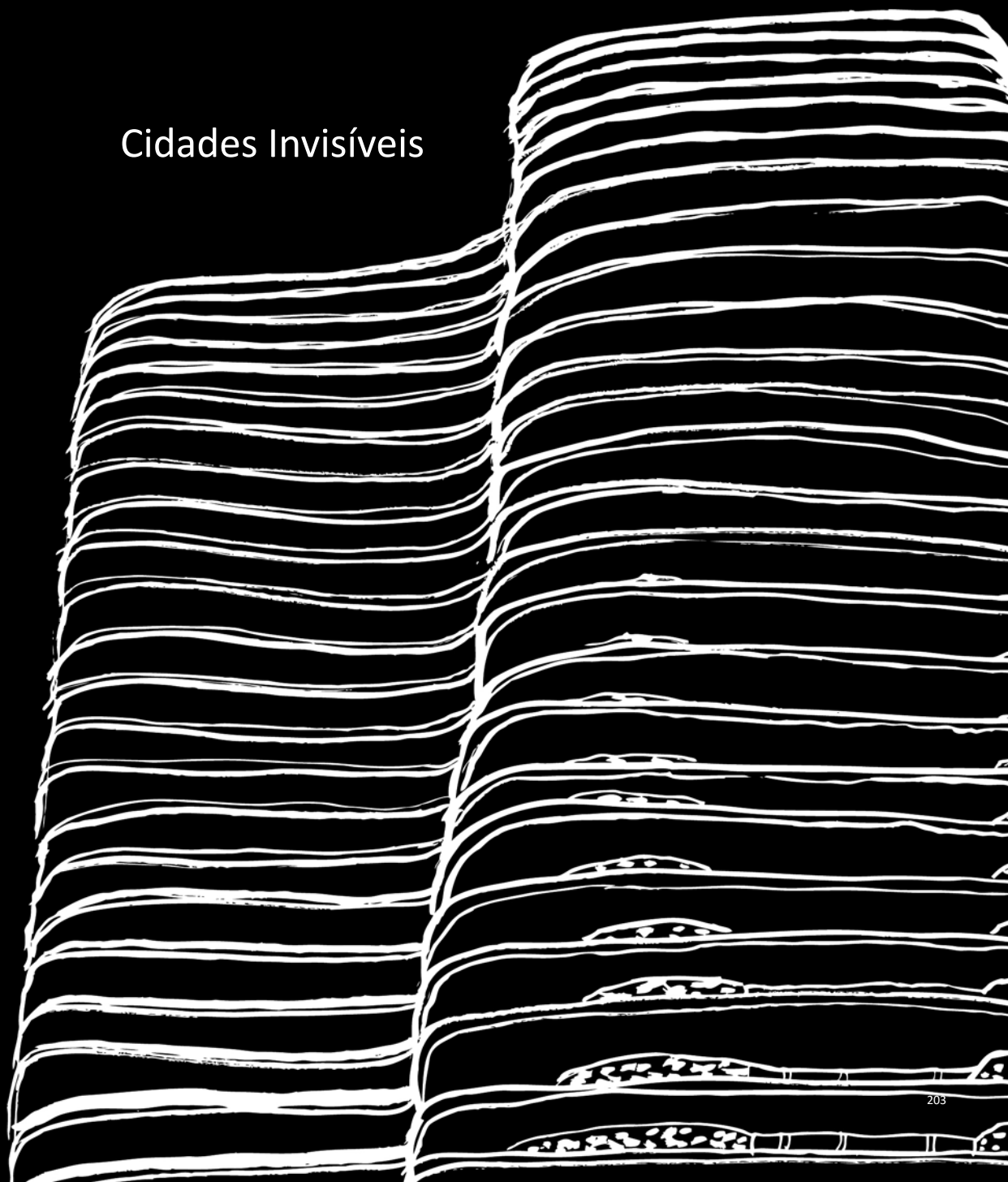
Isso nos leva a nos perguntarmos se esse modo de apresentar a realidade sul-americana, como “aceitável”, tem a ver com a necessidade, para dentro e para fora, das sociedades sul-americanas de serem percebidas como “sob controle”. A quem representa esse tipo de arte? Ou melhor, os valores de que grupos sociais estão sendo expressos? A arte a que fiz referência neste artigo parece nos dizer mais sobre aqueles que a consomem e querem do que sobre aqueles que a produzem. Mediante a banalização estilizada dessa inversão entre alto e baixo, se produz uma suspensão do contexto social para transformar a arte em uma casca, onde os problemas são enunciados para nunca serem discutidos. A arte do Mercosul parece, assim, falar mais das inseguranças de uma elite, que busca aceitação internacional em um mundo globalizado, do que das nossas sociedades.

Referências

- Cañete, R. (no prelo). *Arte argentino a contrapelo*. Manuscrito apresentado para publicação.
- Longoni, A., & Mestman, M. (2013). *Del Di Tella a Tucumán Arde: Vanguardia artística y política en el 68 argentino*. Buenos Aires: Eudeba.
- Oiticica, H. (1992). Tropicalia March 4, 1968. In G. Brett, C. David, C. Deacon, L. Figueiredo, & L. Pape (Eds.), *Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Projeto Hélio Oiticica.



Cidades Invisíveis



Entre memórias e sonhos: uma Porto Alegre invisível

Quem ama inventa as coisas a que ama.../Talvez chegaste quando eu te sonhava.../(...) Nem sabes tu o bem que faz à gente/Haver sonhado... e ter vivido o sonho!
Mario Quintana (1989),
Quem ama inventa



Falarei da única Porto Alegre possível: minha Porto Alegre invisível! Que, na verdade, são muitas. Tal como Calvino (1972), através do realismo mágico que brota do nosso inconsciente, inventamos nossas cidades.

Sinto profunda alegria em recorrer, na companhia do leitor de Calibán, as ruas, bairros, lugares e recantos de um espaço urbano que nasce de memórias e de sonhos... Nesses lugares, também me sonhei e me fiz.

A Porto Alegre das origens

Fundada em 1772, com a chegada de 60 casais açorianos, vai se constituindo a partir de um encontro de culturas: portugueses e espanhóis, imigrantes alemães e italianos, nativos remanescentes das Missões e africanos escravos compõem a síntese do povo gaúcho. Quase dois séculos mais nova que o Rio de Janeiro, Porto Alegre é produto de um mosaico das histórias dessas linhagens, o que dota o gaúcho de uma multifacetagem única, que respira e se revela em suas expressões.

Num cenário marcado por sucessivas guer-

ras e revoluções sangrentas, consolidou-se uma cidade e o caráter de um povo, no qual sobressai um espírito altivo e animoso.

A Porto Alegre do gaúcho, o eterno farrapo

Não se pode falar em Porto Alegre sem mencionar a Revolução Farroupilha, fato histórico que revela traços essenciais do gaúcho.

Os anseios separatistas em relação ao governo central, expressos nessa revolução, selaram uma insolúvel ambivalência em relação à brasilidade. As sempre tênues fronteiras com o Uruguai e a Argentina, bem como as incontáveis afinidades culturais que nos fraternizam tão intimamente, por vezes, nos fazem sentir mais pratenses do que brasileiros. A estética campesina nos une. A paisagem do Pampa, a figura do homem que cavalga nessas oceânicas planícies, a música, o chimarrão, o inverno... Essa ambivalência também prevê, frente a um futebol Brasil x Argentina, que se reacenda o ânimo nacional e se rearmem as fronteiras, blindando-se qual Muralha da China.

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, Asociación Psicoanalítica Argentina.



Desenhos: Arq. Daniel Villani

A crise identitária do gaúcho se atualiza na paixão com que comemora o dia marco da Revolução Farroupilha, ironicamente fracassada. Há algo resiliente do espírito revolucionário que anima os inúmeros cavaleiros a desfilar garbosos pelas ruas de Porto Alegre e de todos os rincões do Sul nessa data. Estariam comemorando a conquista de uma identidade? Teriam as revoluções selado as fronteiras psíquicas desse povo? Ao brandir o seu eu não sou, o gaúcho funda a sua existência psíquica. Não somos castelhanos, nem brasileiros, somos gaúchos!

Esse guerreiro, mito fundante, essência do perfil gaúcho (bem retratado na estátua O laçador, na entrada da cidade), habita o porto-alegrense. Por mais refinado e globalizado, algo de passional, opositor, dual e extremista se revela em sua personalidade. As antigas antinomias das lutas travadas, castelhanos x lusitanos, chimgangos x maragatos, farroupilhas x caramurus, federalistas x republicanos, ainda se expressam no futebol, no eterno duelo de gremistas e colorados. Confrontos políticos não faltam ao gaúcho, povo intenso e politizado, produtor de lideranças com papel protagonista em movimentos e revoluções nacionais.

A Porto Alegre da forma urbana

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse a anatomia de um corpo...
Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...
Mario Quintana (1976)

Porto Alegre não é cidade que se deixe entender ou encante visitantes num primeiro olhar.

É como mulher cuja beleza não se revela imediatamente. Não é sedutora com formas abundantes, que se impõem. É mais como a mulher que se revela súbita e inesperadamente, sob tênue raio de luz no cabelo, desdobrado em brilho no olhar, que acolhe e equilibra... Porto Alegre assim, na mesma sutileza, não se descobre facilmente.

Lembra “Tamara, a cidade dos símbolos, onde os olhos não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas...” (Calvino, 1972). Porto Alegre tem vários símbolos e muitos enigmas. Há que entregar-se à sua complexidade, recorrendo-a, respirando-a, mapeando-a com doçura nas múltiplas faces

que compõem a sua alma...

Iniciaria esse passeio pelo Centro Histórico. Porto Alegre nasceu às margens do “rio” Guaíba, tardiamente revelado como lago, mas nunca incorporado como tal. Temos, como diz Altair Martins (2013), “um lago que se chama Rio Guaíba!”.

No centro, há uma Rua da Praia, que, antes dos sucessivos aterros que sofreu o Guaíba, era praia. Hoje o “rio” está distante e escondido por um muro. O trauma histórico da inundação de 1941 explica tudo. Com mais de 70 mil desabrigados, a cidade experimentou a impotência frente à transformação de seu centro numa Veneza opaca, de doenças e ruína.

Como em nível intrapsíquico, o muro representa o esforço defensivo frente à violência do trauma. Do ponto de vista urbano, um intruso ostensivo à paisagem, levando o “rio” ao ostracismo. O Guaíba, sofrendo a retaliação taliânica do porto-alegrense, deixou de participar da vida da cidade, restando como um escoadouro do lixo urbano. Marcas traumáticas e controvérsias ideológicas ainda impedem o resgate de seu diálogo com a cidade.

O cais do porto foi fundamental em outras épocas. A vida chegava por ali, através de todo o abastecimento de víveres. Junto ao cais, nasceu o Mercado Público, em 1869, majestoso prédio por onde se distribuam os produtos. O mercado ainda mantém protagonismo na vida da cidade, oferecendo os peixes mais frescos e as frutas mais suculentas. Tudo se encontra ali, desde raros temperos, de refinada gastronomia, até artesanatos, cafés e alguns dos mais antigos restaurantes. Em todas as metrópoles, é no mercado público que a alma da cidade repousa e faz conversar passado e presente. Em minha Porto Alegre invisível, também!

No centro, sobrevivem prédios que consagram a resistência das marcas da história à força da globalização, padronizadora de cidades, na linha dos shopping centers, avenidas e viadutos, que supervalorizam a presença do carro, em detrimento da pessoa, verdadeiro sentido da urbanidade. Aldo Rossi (1966) lembra que “a cidade é o locus da memória coletiva dos povos”, e o antigo tem que encontrar

seu lugar no presente, sem que este o destitua.

Ali despontam ícones de uma época de valorização da beleza escultórica na arquitetura. Alguns edifícios, o chalé da Praça XV, a farmácia Carvalho, o Palácio do Piratini, a confeitaria Rocco, o antigo Banco da Província, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o do prédio dos Correios, mostram traços dos estilos eclético, art nouveau e neoclássico. Também disseminados pelo centro estão os modernistas, exibindo o rigor de suas formas limpas. À noite, banhado em luz de tons cálidos, lembrando lampiões do século XIX, se impõe o grande cânion urbano porto-alegrense: o viaduto da av. Borges de Medeiros. Sempre que possível, opto por esse caminho, pela emoção de me sentir tragada por essa imensa garganta cósmica que grita que ali houve um passado, ali passaram coisas...

Próximo ao cais, a Praça da Alfândega, cenário das feiras do livro anuais, com seus jacarandás florescendo na primavera e deixando o ambiente todo coberto de luz lilás.

No Centro Histórico, a catedral, a Praça da Matriz, frente ao majestoso prédio do Teatro São Pedro, de 1858, e ainda palco das melhores produções artísticas.

Ao sair do centro, seguindo a beira do Guaíba, rumo ao sul, com a visão do “rio” e dos veleiros que singram suas águas, a imensa área verde do Parque Marinha do Brasil e a velha Usina do Gasômetro, transformada em centro cultural. A antiga produtora de energia hoje produz arte, também essencial à vida.

Porto Alegre invisível é arborizada. Árvores centenárias testemunham a passagem do tempo e a mudança das formas, os passos cada vez mais apressados, a conversa dos que saem do trabalho, os risos das crianças deixando a escola e o burburinho dos jovens. Todas as ruas têm árvores. Numa delas, a Marquês do Pombal, o encontro dessa vegetação forma um túnel, tombado como patrimônio natural da cidade. Árvores atraem pássaros, cujo canto fica ainda mais audível nos fins de semana, quando os automóveis, assim como as pessoas, descansam e a cidade silencia. A passara-da arma sua orquestra e as cigarras fazem coro nos domingos de calor. Ah, como minha me-

mória infantil evoca os sons da cigarra na hora da sesta... Ainda aos domingos, o aroma onipresente do churrasco e as luxuriosas imagens de carnes suculentas que isso evoca quando se caminha pela cidade... Poderia também falar do inverno, com suas cores e com seu minuíno, nosso vento mítico do Sul. Falaria também do prazer em sentir seus cortes de lâmina no rosto... Sob seu assédio, nos sentimos como Ana Terra, de *O tempo e o vento* (Verissimo, 1949/2004), enfrentando a geada e pensando: “Sempre que me acontece alguma coisa importante, está ventando...”. Falaria de como o vento é movimento, é acontecimento e de como nos faz sentir vivos!

A Porto Alegre da psicanálise dos sonhos...

É possível que a descrição de Porto Alegre e da alma de seu habitante já tenha sugerido ao leitor a vocação entranhável do porto-alegrense para estabelecer uma ligação profunda com a psicanálise. Nossa ancestralidade ligada à migração, com suas melancolias, e ao diálogo entre as diversas origens foi moldando um caráter reflexivo e questionador que parece encontrar na invenção freudiana um bom guia para fazer perguntas.

Certo que estamos permeáveis às demandas atuais, com suas produções subjetivas peculiares, ligadas à velocidade, à rápida obsolescência das coisas e de seus laços, assim como às somatizações e aos espetáculos do ato. Entretanto, creio que tais imperativos se amalgamam a um estrato cultural essencial que ainda marca certas diferenças entre os grupos humanos. Mesmo sob o manto da globalização, o gaúcho tem mitos, traços e histórias que o fazem diferente de um mineiro, um paulista ou um portenho, tanto em seus aspectos saudáveis como mórbidos.

O modo como a psicanálise acontece em Porto Alegre é bastante representativo das descrições de suas ligações com o Brasil e o Prata. Nutrimo-nos da pujança e profundidade das escolas uruguaia e argentina, polos importantes da psicanálise, que formaram muitos porto-alegrenses, mas também mantemos frutífero diálogo com as sociedades brasileiras, como as de Brasília, São Paulo e Rio,

nascidas de outras matrizes e que nos ajudam a respirar pluralidade. Há um movimento psicanalítico forte, com duas sociedades da IPA em Porto Alegre, além da Sociedade de Pelotas, a 250 km ao sul, e de muitos grupos e escolas não filiados, pensando e difundindo essa disciplina.

Definiria ser psicanalista em minha cidade natal como uma experiência confortável, em que pese a condição de impossível do ato de psicanalisar. O conforto se deve à circunstância de compartilhar certos códigos de existência remotos, que emprestam uma precisão natural, quase automática, à escuta. Podemos ser bons psicanalistas em qualquer latitude, entretanto, fazê-lo em uma cultura adotada, algo que vivi intensamente por vários anos, exige esforço adicional de captação e tradução da sutil riqueza polissêmica das palavras, dos gestos e até dos silêncios...

Meu início não foi aqui, mas descobrir-me psicanalista na cidade que me sonhou e albergou meus sonhos e meu brincar, nos alvoreceres da vida, integrou meus pedaços de um jeito que faz sentido...

A Porto Alegre da infância

A experiência da cidade deixa em nós suas marcas invisíveis, imersas em um mar de sensorialidade, nessas épocas de pouca fronteira entre sonho e realidade, entre dentro e fora...

A primeira recordação fora da proteção da casa, sentindo na pele o impacto da estética urbana, com seus barulhos, cheiros e o calor das gentes, tem a forma de um passeio de bonde... Sim! Naquela época havia bondes, e um deles passava na frente da minha casa. O bonde era de madeira maciça, e a diversão era levantar e abaixar aqueles bancos, fazendo um barulho estridente. Essa memória vem tingida de branco, como o vestido que eu usava, ou talvez como o desbotado dessas cenas, esmaecidas pelo tempo... Mas o que não perdeu a cor foi a lembrança da felicidade quase completa de estar ali, sentindo-me linda no meu vestido branco e na companhia mais emblemática de todas: meu pai, que me levava a conhecer o mundo!

E a cidade era um vasto mundo, cheio de pontos de interrogação...



A Porto Alegre das muitas cidades

Eu sei que nestes céus de Porto Alegre
É para nós que inda S. Pedro pinta
Os mais belos crepúsculos do mundo!...
Mario Quintana (1940)

Um aspecto interessante sobre as cidades é que, como traduções espaciais da civilização, herdamos o dilema da humanidade: homens não podem viver sem civilização, mas tampouco ser felizes nela. O espaço urbano, como réplica ampliada de nossa humanidade, é criado por nós e, num movimento dialético, nos cria. Cenário inexorável em expressar o mal-estar inerente à condição humana (Freud, 1930).

Diz o arquiteto Aldo Rossi (1966) que a “arquitetura iniciou-se com os primeiros esboços das cidades, sendo assim inseparável da formação da civilização e um fato permanente, universal e necessário”.

O ser humano constrói as cidades em um movimento coletivo, em busca de proteção

contra o desamparo da solidão e a inclemência da natureza. Mas não será ainda mais forte a motivação de se transcender? Por outro lado, os teatros urbanos também encenam o medo dessa migração ao outro, implicada no ato de transcender.

Valdrada, cidade de Calvino (1972), expressa essa defesa narcísica, tão emblemática de nossos tempos. É uma cidade dividida em duas, na qual uma é o reflexo da outra, e as coisas não valem tanto pelo que são, mas “por suas imagens límpidas e frias no espelho. Vivem uma para a outra, olhando-se nos olhos continuamente, mas sem se amar”. Esse é o movimento contínuo do ser humano, que as cidades colocam em cena: aproximação, seguida de espelhamentos e distâncias.

No ato heroico e erótico de construção do espaço urbano, com sua arquitetura, estética, produção intelectual e científica, o sujeito mostra seu apetite pelo outro. Também se impõe o inexorável do narcisismo das pe-

quenas diferenças, da violência, das exclusões, do medo... Esse movimento de opostos, tão essencial à condição humana, se respira em qualquer cidade; a beleza junto ao lixo, a ordem e o caos, as alegrias e as dores, cores e sombras, brilhos e opacidades, os encontros e a solidão. “A mesma cidade que nos une é a que nos separa...” (Francisco, Friedel & Miñarro, 2011).

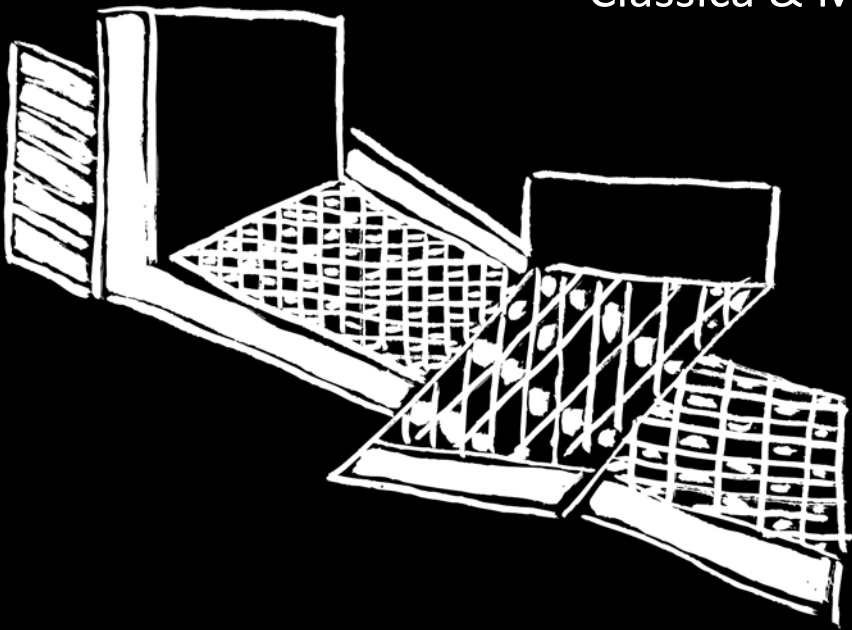
São muitas Porto Alegre que habitam o meu imaginário da cidade invisível... essas im-

pressões da cidade na infância vão construindo uma espécie de sentimento oceânico que nos liga afetivamente a um espaço urbano, elevando-o à categoria de lugar com o qual compartilhamos a intimidade de uma construção conjunta: constitui-se em nosso psiquismo ao lado do nosso eu. No amor à cidade e no sentimento de pertencer, resta sempre uma extensão do amor ao próprio eu. Nossas cidades invisíveis são criações de nossos sonhos, que também nos sonham e nos criam...

Referências

- Calvino, I. (1972). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Francisco, B., Friedel, C., Miñarro, L. (Produtores), & Taretto, G. (Diretor). (2011). *Medianeras* (Filme). Argentina, Espanha, Alemanha: Eddie Saeta S.A., Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (Incaa), Televisió de Catalunya (TV3), Rizoma Films, Pandora Filmproduktion, Zarlek Producciones, CinePostproduction.
- Freud, S. (1930). *O mal-estar na civilização*. In S. Freud, *Obras completas (Vol. 21)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Martins, A. (2013). *Dicionário amoroso de Porto Alegre*. Porto Alegre: Casarão do Verbo.
- Quintana, M. (1940). *Quando eu me for*. In M. Quintana, *Rua dos cataventos*. Porto Alegre: Globo.
- Quintana, M. (1976). *O mapa*. In M. Quintana, *Quintanares - Obra poética completa*. Porto Alegre: Globo.
- Quintana, M. (1989). *Quem ama inventa*. In M. Quintana, *A cor do invisível*. Rio de Janeiro: Globo.
- Rossi, A. (1966). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Verissimo, E. (2004). O continente. In E. Verissimo, *O tempo e o vento*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1949)

Clássica & Moderna



Ignacio Matte-Blanco: interrogações e desafios

Tive a oportunidade de escutá-lo em um longínquo 1989, quando, para além dos seus 80 anos, apresentou suas ideias no Congresso da API em Roma. Com voz um pouco entrecortada, a um só tempo calma e entusiasta, comentou ter re-redigido sua apresentação 27 vezes. Na saída, Reggy Serebriany me perguntou: “Jorge, de quem você se lembrou?”; respondi: “De Borges”. E concordou, sorridente: “Eu também”. Presenciamos, diria hoje, um Borges que, no final dos seus dias, continuava a esquadrinhar, fascinado, os rincões desse *Aleph* (Borges, 1949/1957) extremo, a psique humana, tal como -em uma célebre pintura de Jan Vermeer, *O astrônomo*-este tentava vislumbrar os confins insondáveis do universo.

Já foi dito, creio que com razão, que Matte-Blanco é o pensador psicanalítico mais original da América Latina: o psicanalista inglês Eric Rayner afirmou que Matte-Blanco lhe deu ideias que ele não teria tido em mil anos. Por sua vez, Parthenope Bion afirmou em 1995, no Congresso da API em San Francisco, que, em seus últimos meses de vida, seu pai disse que estudar Matte-Blanco era a melhor maneira de abordar o estudo da sua própria obra. Talvez por conta da complexidade da sua contribuição, ao colocar a serviço do pensamento psicanalítico uma disciplina árida, sem dúvida -a lógica simbólica surgida com Peano, Russell e Frege no início do século XX-, é um pensador muito pouco conhecido. E situar sua contribuição requer, antes de qualquer coisa, identificar os imaculados mal-entendidos ao redor do termo lógica.

Que, há mais de um século, um precursor eminente das lógicas simbólicas, Charles Peirce, compilasse mais de 200 definições diferentes sobre o que é lógica mostra claramente que a lógica carece da univocidade e da rigidez que tendem a lhe atribuir. Peirce distinguia sem rodeios a *lógica docens*, pretensamente formalizada por completo e que, ao operar com base nas regras da dedução, supõe-se que seja aplicável diretamente a fatos e eventos, e a *lógica utens*, que é -valha o jogo de palavras- apenas um utensílio, um instrumento conceitual suscetível de revisão a qualquer momento e apto para fins heurísticos, isso é, exploratórios.

Tende-se a tomar a lógica em função de um anseio de formalização plena, tal como aconteceu com o estruturalismo e com as tentativas reiteradas de Lacan com seus matemas. Não é essa a intenção de Matte-Blanco. Apesar de ter desenvolvido seu pensamento a partir da lógica simbólica, o que dá à sua escrita um tom essencialmente logicista, não vacila em modificar e corrigir suas tentativas lógicas frente às dificuldades do material clínico, que detém prioridade epistemológica. Matte-Blanco visa, portanto, um uso heurístico da lógica simbólica, isso é, seu uso como instrumento exploratório, e assim o admite, sem disfarces, em seu livro final: “A lógica é, em si, passiva, no sentido de que não pode tomar nenhuma iniciativa; é um instrumento” (Matte-Blanco, 1988, p. 94). É útil esclarecer, além disso, que

* Asociación Psicoanalítica Argentina.



Matte-Blanco não contribuiu com uma nova teoria para a psicanálise, mas sim com um novo instrumento de indagação para explorar a clínica e pensar as teorias.

Situemos o autor e seus percursos. Nasceu em 1908, em Santiago, onde cursou seus estudos de medicina; sua formação psiquiátrica e psicanalítica aconteceu em Londres, no Maudsley Hospital e na Sociedade Psicanalítica Britânica, onde se analisou com Walter Schmiedeberg, fez supervisão com Anna Freud e James Strachey, e realizou um seminário com Melanie Klein, cujo valor não compreendeu nesse momento: o impacto, diz, lhe implicou uma turbulência que demorou décadas para elaborar. Tendo iniciado por conta própria, na década de 30, o estudo da lógica simbólica, na Segunda Guerra Mundial mudou-se para Nova York, onde entrou em contato com o célebre matemático Courant, que influenciou seu percurso intelectual posterior. Ao voltar ao Chile, fundou a Sociedade Chilena de Psicanálise e foi, desde 1948 e por duas décadas, professor de psiquiatria na Universidade do Chile, sendo seus ajudantes de cátedra, entre outros, Klaus Fink e Otto Kernberg. Em 1966, mudou-se para a Itália de forma definitiva e lá foi professor de psiquiatria na Universidade Católica de Roma. Seus dois livros, *El inconsciente como conjuntos infinitos* ((Matte-Blanco, 1975) e *Pensando, sintiendo, siendo* (Matte-Blanco, 1988), foram publicados em inglês, em Londres, o que obstruiu seu conhecimento no meio psicanalítico latino-americano.

Suas ideias vieram a público pela primeira vez em Buenos Aires, em 1956, no marco do Primeiro Congresso Latino-Americano de Psicanálise, com seu trabalho *Expresión en lógica simbólica de las características del sistema inconsciente, o la lógica del sistema inconsciente*, publicado nas atas desse congresso, e depois em inglês, no *International Journal of Psychoanalysis*, em 1958 (Matte-Blanco, 1956).

Partindo da ideia de que boa parte da riqueza de nossos materiais clínicos nos

escapa porque carecemos de marcos de ideias que sejam suficientemente aptos para captá-los, o trabalho visou explicitar, em termos da lógica simbólica, a distinção freudiana central dos processos secundários e dos processos primários, tal como Freud estabeleceu em 1900, em *La interpretación de los sueños* (Freud, 1900/2004), e depois em 1915, em *Lo inconsciente* (Freud, 1915/1979). Afirma que as características do sistema Inc., isto é, a ausência de contradição entre os distintos impulsos e, depois, a ausência de negação, o deslocamento, a condensação, a atemporalidade e a substituição da realidade exterior pela realidade psíquica, diferem de forma essencial das características dos processos secundários, que, defende, se atêm às *lógicas bivalentes*, ao princípio de contradição, que chama de *lógicas assimétricas*: a lógica aristotélica, as lógicas científicas ou as simbólicas. As lógicas bivalentes, diz, permitem a conceitualização da sucessão, do tempo, do espaço, a distinção entre o todo e as partes, e a distinção, também, entre o sujeito e o objeto.

Apoiado na “lógica do atributo”, descrita por Von Domarus, onde a parte equívale ao todo, obtida do seu contato com o pensamento esquizofrênico, Matte-Blanco defendeu que as características do sistema inconsciente apresentadas por Freud derivam do funcionamento conjunto de dois princípios: 1) o *princípio de generalização*, segundo o qual a lógica inconsciente não leva em conta os indivíduos como tais, mas sim como membros de classes, de subclasses, de classes, e assim por diante, tratando os diferentes membros de tais classes como se fossem simétricos; 2) o *princípio de simetria*, segundo o qual o inconsciente pode lidar com o revés de qualquer relação como idêntica a ela, isto é, pode tratar qualquer relação como se fosse simétrica. Assim, enquanto nas lógicas assimétricas ou bivalentes se “João é o pai de Pedro”, então “Pedro é o filho de João”, sendo que a relação não é reversível, no nível das lógicas simétricas que caracterizam o sistema inconsciente, é possível tratar a relação como reversível, sendo possível tanto que Pedro passe a funcionar como o pai de João, como que João apareça como o pai de Pedro. Matte-Blanco denomina essas modalidades da lógica simétrica de *modo indivisível*, nível onde não há a possibilidade de relações de sucessão e, conseqüentemente, de espaço ou de tempo.

Os processos psíquicos estudados por Freud em 1900 e 1915 implicam, para Matte-Blanco, o funcionamento conjunto de uma lógica dupla, que denomina *bi lógica*. O sistema inconsciente é dominado pelo pensamento do processo primário funcionando de acordo com uma lógica simétrica, enquanto a consciência tem acesso, em muito boa medida, a processos de pensamento secundário funcionando sob diretrizes de uma lógica assimétrica. Na indicação inicial da psicanálise, as neuroses clássicas, onde os processos de pensamento secundário se estabelecem em sua forma mais consolidada, o uso do divã e o exercício da associação livre, por parte do paciente, e a atenção flutuante, por parte do analista, tinham como objetivo tornar manifestos os processos de pensamento primário através da intuição do analista e de sua posterior devolução tentativa ao paciente, ao modo de conjectura, por meio da interpretação.

Dito em termos talvez gerais demais, a concepção apresentada em seu primeiro livro, *El inconsciente como conjuntos infinitos* (Matte-Blanco, 1975), se atêm principalmente às conceitualizações do inconsciente desenvolvidas por Freud até a metapsicologia de 1915, isto é, a chamada primeira tópica. Enquanto nas etapas iniciais da psicanálise o conceito de inconsciente foi elaborado a partir da repressão, sendo o inconsciente, fundamentalmente, um *inconsciente reprimido*, nos estudos posteriores à metapsicologia de 1915 a investigação freudiana deu lugar crescente a um *inconsciente não reprimido*, cujo acesso à consciência ficava vedado por suas próprias qualidades: na medida em que o inconsciente trabalha de acordo com o *modo indivisível*, o pensamento consciente é incapaz de captá-lo, porque toma apenas o *divisível*, isto é,

aquilo que consiste de trindades: algo, outro algo, e a relação entre ambos.

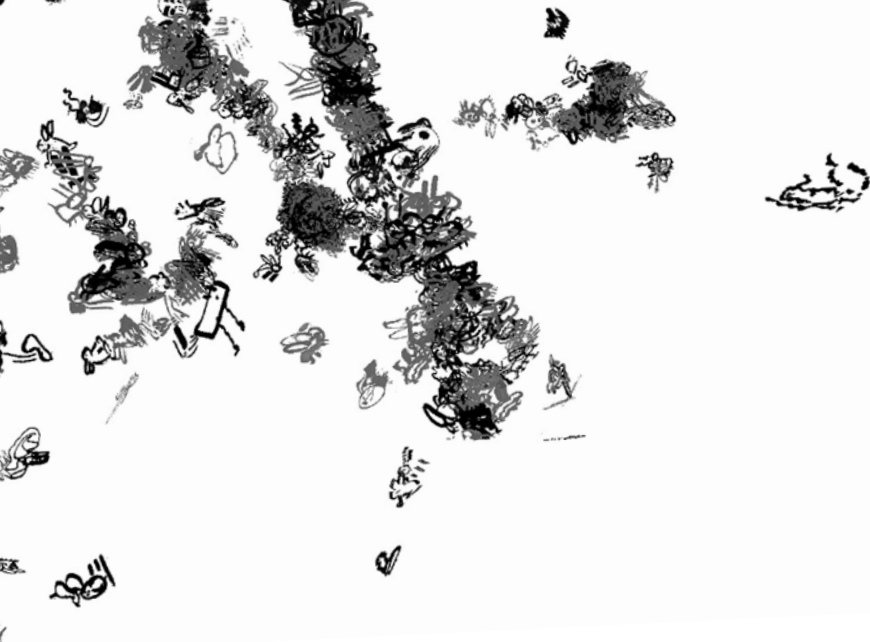
Estamos mergulhados no indivisível sem que percebamos isso, diz, diferenciando aí cinco níveis, desde o predomínio das lógicas bivalentes até os níveis onde reina o indivisível. Matte-Blanco concebe o indivisível, cuja enumeração seria interminável, como se tendesse a assumir as qualidades do infinito, o que incide de forma direta, como veremos, nas qualidades das emoções.

Ambos modos, indivisível e divisível, são mutualmente anaclíticos, no sentido de que cada um deles seria ininteligível sem o outro. É importante levar em consideração que, ao tratar do modo indivisível (lógicas simétricas) e do modo divisível (lógicas bivalentes ou assimétricas), Matte-Blanco está propondo conceitos-limite, tipos ideais que nunca acontecem “puros”, como ocorre com muitos conceitos que utilizamos na psicanálise. Isso acontece também, para dar alguns exemplos, com o conceito de Winnicott de “verdadeiro self” (*true self*) e, de forma muito mais ampla, com os conceitos de realidade e de verdade. Assim, afirma, o que mais nos aproxima, na prática, da percepção do modo indivisível é o *frenesi simétrico* que se manifesta de forma caótica nos estados confusionais.

O livro final de Matte-Blanco, *Pensando, sintiendo, siendo* (1988), reformula seu pensamento sobre a noção de Frege das funções proposicionais, como definidoras das classes, que se atêm à dinâmica do inconsciente com a exclusão dos indivíduos: tenta, além disso, uma análise exaustiva do conceito kleiniano de identificação projetiva, que retomarei apenas brevemente. A ideia de um inconsciente não reprimido como base do psiquismo torna-se um conceito eixo, o que o leva a ressituar os afetos e as emoções. Matte-Blanco adota aqui como ponto de partida a afirmação de Freud em relação aos afetos e às emoções em *Lo inconsciente*, afirmação cheia de ambiguidade porque, se por um lado afirmou que “faz parte da natureza de uma emoção que estejamos cômicos dela, isto é, que ela se torne conhecida pela consciência. Assim, a possibilidade do atributo da inconsciência seria completamente excluída no tocante às emoções, sentimentos e afetos”; depois Freud acrescentou: “No entanto, na prática psicanalítica, costumamos falar de amor, ódio e cólera inconsciente, e empregamos inclusive a estranha expressão ‘consciência inconsciente de culpa’ ou a paradoxal ‘angústia inconsciente’” (Freud, 1915/1979). Diante de tal dicotomia freudiana entre o que indica a teoria e as necessidades da prática, Matte-Blanco escolhe priorizar as exigências da prática, concluindo que “não há nenhum modo de estabelecer uma distinção psicológica clara e pura entre o emocional e o inconsciente” (Matte-Blanco, 1988, p. 84): com isso, o estudo das emoções torna-se central em sua contribuição. Matte-Blanco nos lembra de que Einstein falava da emoção como o guia do pensamento e que, para Freud, a comunicação entre o inconsciente do paciente e o do analista guia a definição de muitos aspectos do inconsciente do analisando.

A bi lógica de Matte-Blanco retoma e atualiza a distinção freudiana básica entre as apresentações de coisa¹ (*Dingvorstellungen*), que povoam o inconsciente e que Freud contrapõe totalmente, ao longo da sua obra, às apresentações de palavra (*Wortvorstellungen*), que facilitam o acesso à consciência, insistindo várias vezes que, nas apresentações de coisa inconscientes residem, primariamente, a

1. Utilizo o termo “apresentação de coisa”, adotado da tradução inglesa de Strachey, porque está muito mais próximo do sentido do original alemão *Dingvorstellung*. Isso é importante, porque a apresentação apresenta a si mesma, enquanto que a representação representa outra coisa. Os tradutores latinos (Ballesteros, Etcheverry e também os franceses) passam por alto essa questão, a meu ver com um sério dano, porque fica obstruída a indagação das características do psiquismo primordial. Também sigo Strachey ao usar “apresentação de palavra”, ainda que, nesse nível, vale, sim, que em Freud a palavra “represente” outra coisa: representa, isto é, a apresentação de coisa à qual se liga e da qual deriva sua significação. Que essa distinção, tal como a apresento, está muito presente em Matte-Blanco é evidente: o “modo homogêneo” não representa, mas sim apresenta.



significação, questão que hoje, no afã de dar prioridade à linguagem, muitos analistas esquecem ou evitam.

A centralidade do emocional como base do psiquismo e do pensamento humano, onde, afirma, “a emoção é a mãe do pensamento” (Matte-Blanco, 1975, p. 303), leva-me a examinar alguns aspectos da emoção, segundo Matte-Blanco. Pego seu exemplo de um jovem apaixonado que atribui à sua amada todos os atrativos da mulher: inteligência, bondade, ternura e assim por diante, o que implica uma simetria que atribui a um indivíduo dado as qualidades da classe, qualidades que tende a vivenciar em máximo grau, como de modo infinito. Mas, se a simetria não o atrair totalmente, perceberá, ao mesmo tempo, diz, que sua amada tem limitações e defeitos, envolvendo uma lógica assimétrica (Matte-Blanco, 1988, p. 62). Mais adiante, acrescenta que a infinitização provoca fascinação e temor, e nesse caso a experiência da emoção nos aproxima de vivências de catástrofe (Matte-Blanco, 1988, p. 140). Destaca, além disso, que as emoções tendem a ser difusas e que as tentativas de descrevê-las verbalmente tornam-se inevitavelmente imprecisas.

Se a dupla freudiana básica, apresentação de coisa inconsciente/apresentação de palavra consciente, já implica uma lógica dupla dos processos psíquicos, isso se torna ainda mais explícito na ideia freudiana da identificação por infecção ou imitação, que, deixando de lado as qualidades individuais dos participantes, se apoia somente em um ponto de analogia (Freud, 1921/2013a, p. 2586). Tal ideia freudiana foi ampliada por Helene Deutsch (1942/1968) em seu trabalho clássico sobre as personalidades “como se”, com o nome de identificação mimética. A ideia de uma bi lógica situa-se, assim, desde o início, em um marco freudiano, funcionando a partir do início dos processos de simbolização e durante todo o seu percurso, razão pela qual sua explicitação ajuda que nos situemos frente a tais processos e a elaborar novas pontes conceituais. Passarei a explorar essa dimensão agora, que a meu ver desempenha um papel importante no início da simbolização, e exemplificarei com a observação de um episódio da vida diária de uma criança de 21 meses de idade.

O contexto foi a chegada de dois netos que moram fora do país. Não os via há oito meses e, mesmo assim, por poucos dias. No aeroporto, o neto maior, de quatro anos de idade, me viu de longe e se aproximou correndo, gritando: “Vô, vô!”. Nós nos abraçamos intensamente, rodopiei-o pelos ares, voltamos a nos abraçar várias vezes. Nesse ínterim, percebi que, trazido pela mãe, o neto menor, que chamarei de

Tim, havia se aproximado. Sentado em seu carrinho, me olhava com perplexidade: era óbvio que, por um lado, me via como um estranho e, por outro, sentia que as expansões afetivas buscadas e apreciadas pelo seu irmão mais velho, a quem admirava muito, correspondiam a ele também, de alguma forma. Ao perceber as duas pontas do dilema afetivo em que se achava, isto é, que se sentiria excluído e ignorado diante da minha falta de uma resposta adequada, e que também podia sentir facilmente uma intrusão, por conta das minhas manifestações de afeto, abracei-o e beijei-o de forma efusiva, não sem um pouco de cuidado, diante do qual ele, por sua vez, me abraçou com ternura, apesar de um pouco reticente. Mais tarde, nesse mesmo dia, já em casa, trouxe -e depositou brevemente nas minhas mãos- seus pertences mais apreciados: suas duas mantinhas de tricô, suas duas chupetas e seu garrafão de água, o que deixou evidente que havia me “adotado”, isto é, que seu vínculo comigo havia conseguido atravessar o paradoxo instalado inicialmente.

O leitor concordará com que a perplexidade é um estado de espírito sofisticado, dado que implica tolerar o contato com uma situação vivencial contraditória. Vemos que o pensar acontece, desde estádios precoces, com base em impulsos afetivos-instintivos que dão início a um *pensar emocional*. Destaco que o que foi descrito, apesar de ser intensamente significativo, não careceu de nenhuma palavra da parte dele ou da minha, correspondendo, pois, ao nível da apresentação de coisa freudiana. A significação no nível do atuado, isto é, no nível da pragmática emocional, precede a semântica, tal como defendeu Freud, afirmando que “no princípio, era o ato”. Foi em tal nível pragmático que tive que cuidar de minha atitude frente às duas vertentes do dilema afetivo. Qualquer uma delas podia levar a um “frenesi emocional” traumático para Tim e, também, para o seu vínculo comigo.

Ampliando a compreensão do que foi relatado, vou partir da afirmação de Matte-Blanco de que “o pensamento só pode administrar aquilo que é divisível, formado por trindades de algo, outro algo, e a relação entre ambos” (Matte-Blanco, 1988, p. 142). Para descrever a observação que nos ocupa, isso requer ampliar, ainda em um nível fenomênico, a “alguém, outro alguém, um terceiro alguém, e a relação entre eles”, denotando, respectivamente, Tim, seu irmão mais velho e o terceiro representado por mim. No nível do pensamento afetivo em jogo, que é o que me interessa, a descrição se torna complexa, visto que o dilema afetivo que levou Tim à perplexidade apresenta duas dinâmicas contrapostas.

Os termos em jogo na constituição da perplexidade de Tim seriam, a meu ver, os seguintes: por um lado, “alguém (Tim), outro alguém (Vô) e a relação de estranho”, e, por outro lado, “alguém (Tim), outro alguém (irmão mais velho) e a relação de familiaridade amorosa (do irmão mais velho) com esse alguém (Vô), até aí vivido como estranho”. Com isso, quero dizer que o contexto vivencial do dilema emocional atuado, que o colocou em apuros (ele, e eu também), foi dado pela identificação mimética de Tim com seu irmão mais velho, o que é compreensível em termos de um nível psíquico em que, para Tim, o irmão e ele *são o mesmo*, onde a simetria alcança a *identidade* no nível da realidade psíquica. Afirmar que, no nível da realidade psíquica de Tim, seu idolatrado irmão mais velho *é, ao mesmo tempo, ele mesmo* coloca em jogo aí uma identidade similar à que Freud atribui ao bebê quanto ao seio: que no início o bebê *é* o seio, só mais tarde o tem como algo diferente dele: “O seio é uma parte de mim, eu sou o seio. Mais tarde: eu o tenho -isto é, eu não sou ele” (Freud, 1938/2013b, p. 3431).

Será que Matte-Blanco coincidiria com esse desenvolvimento conceitual, onde a identidade mimética assume o comando em dinâmicas regidas, em termos kleinianos, pelo conceito de identificação projetiva? Penso que sim, já que, apesar de

deixar evidente sua admiração pelos desenvolvimentos de Melanie Klein, questiona a inusual amplidão que esse conceito foi adquirindo, em detrimento da consideração de um nível psíquico inconsciente regido pelo modo homogêneo, nível em que self e objeto não se diferenciam um do outro. A noção de identidade que apresento está em Matte-Blanco, apesar de só tê-la mencionado de passagem.

Tal como a compreendo, a identidade mimética veiculada pelo modo homogêneo é um conceito divisor de águas, cuja referência vai muito além da simples imitação, situando-se desde cedo, talvez desde o início, na origem do pensamento emocional, que, como mostra o exemplo, é por si só contextual, no sentido de incluir como motivação, muitas vezes de forma central, as vivências dos outros, nesse caso, a do seu irmão mais velho em relação ao seu avô. Essas evoluções têm, como pudemos apreciar, uma forte marca afetiva e, se tudo funcionar bem, permitirão resolver os inevitáveis paradoxos com que nos encontramos, como aconteceu de forma bem-sucedida com Tim em seu encontro comigo: sucesso que nos mostra o seu “presente”, deixando evidente outra dimensão da pragmática situacional, a admissão da reciprocidade emocional na conformação de uma alteridade genuína. Essa dinâmica identificatória é localizável, pois, como parte do processo elaborativo no caminho para a discriminação e, através dela, rumo ao seu equivalente posterior, a identificação introjetiva genuína, onde objeto e self conseguem se diferenciar um do outro.

Naturalmente, as situações traumáticas, e também as carenciais, podem anular a dimensão elaborativa, levando à estereotipia das dinâmicas miméticas, como acontece nas personalidades “como se”, no autismo mimético infantil (Busch de Ahumada e Ahumada, 2005/2007) e, de forma mais ampla, nos pacientes autistas atuais, que cada vez mais parecem substituir, como patologia sociocultural predominante, as neuroses clássicas (Ahumada, 2014).

Depois de 30 anos de leituras da obra de Matte-Blanco, o que dizer do seu impacto no meu trabalho como psicanalista? A pergunta é relevante, porque contribuir para a qualidade clínica e para a gênese de novos desenvolvimentos conceituais indicaria, em última instância, a pertinência das suas propostas; mas não é fácil respondê-la. Penso que suas ideias ajudam a flexibilizar a atitude e as intervenções do analista. Pegarei como exemplo, com uma leve mudança, o que argumentei em 1991 (Ahumada, 1991/1999): que, para o paciente, o analista *não é/é* o objeto arcaico, o que configura um paradoxo pragmático, e que, como Strachey (1934) destacou de modo magistral, a debilidade do eu do paciente o expõe de uma forma ou de outra a ser inundado pelas emoções em jogo e a vivenciar o analista cada vez mais como objeto arcaico. Isso obstrui a possibilidade de introjeções a partir da experiência analítica que, esclarece, precisam -para que sejam úteis- ser específicas, graduais e ligadas à realidade. Realidade que, como mencionei, é um conceito-limite nunca plenamente alcançável, cuja discriminação implica o surgimento de um novo tipo lógico; Mark Twain definiu de modo certo: a realidade é mais misteriosa do que a ficção. Como afirma Matte-Blanco, o pensamento abarca apenas o divisível: dado que a verdade não depende das nossas tentativas de abarcá-la, nem o paciente nem nós poderemos conseguir a certeza das nossas aproximações interpretativas. O analista se colocará, pois, em posição de tentar captar, de modo flexível, dois níveis distintos que pertencem a tipos lógicos diferentes: ser consciente da onipresença desses dois níveis o ajudará a preservar a tranquilidade que requer a neutralidade do analista em sua tarefa.

A obra de Matte-Blanco abre uma constelação de interrogações, e resta a nós responder aos seus desafios. Como afirmo no começo, a bibliografia em castelhano

a esse respeito não é abundante. Para o leitor interessado, mencionarei meu trabalho onde vinculo as obras de Bateson e Matte-Blanco (Etchegoyen y Ahumada, 1990/1999), complementares em muitos sentidos, e o trabalho de Klaus Fink (1997), “La teoría bi-lógica”. Quem tiver acesso ao idioma inglês fará bem em recorrer à introdução do seu principal especialista nessa língua, Eric Rayner (1995), mais acessível que a obra de Matte-Blanco.

Referências

- Ahumada, J. L. (1999). Tipos lógicos e insight ostensivo. In J. L. Ahumada, *Descubrimientos y refutaciones. La lógica de la indagación psicoanalítica*. Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1991)
- Ahumada, J. L. (2014). El camino a la Era Autistoide. *Revista de psicoanálisis*, 71(4), 671-687.
- Borges, J. L. (1957). *El Aleph*. Buenos Aires: Emecé. (Trabalho original publicado em 1949)
- Busch de Ahumada, L. C., & Ahumada, J. L. (2007). De la mimesis a la espontaneidad. Pasos en el trabajo de la separabilidad psíquica. *Revista de psicoanálisis*, 64, 823-840. (Trabalho original publicado em 2005)
- Deutsch, H. (1968). Algunas formas de trastorno emocional y su relación con la esquizofrenia. *Revista de psicoanálisis*, 25(2), 413-431. (Trabalho original publicado em 1942)
- Etchegoyen, R. H., & Ahumada, J. L. (1999). Bateson y Matte-Blanco. Bio-lógica y bi-lógica. In J. L. Ahumada (Ed.), *Descubrimientos y refutaciones. La lógica de la indagación psicoanalítica*. Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1990)
- Fink, K. (1997). La teoría bi-lógica. *Revista de Psicoanálisis de la Asociación Psicoanalítica de Madrid*, 25, 123-138.
- Freud, S. (1979). Lo inconsciente. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2004). *La interpretación de los sueños*. Madrid: Alianza Editorial. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2013a). La psicología de las masas y el análisis del yo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 19, pp. 2563-2650). Madrid: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2013b). Conclusiones, ideas, problemas. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 25, p. 3431). Madrid: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1938)
- Matte-Blanco, I. (Agosto, 1956). *Expresión en lógica simbólica de las características del sistema inconsciente, o la lógica del sistema inconsciente*. Trabalho apresentado no Primeiro Congresso Latino-Americano de Psicanálise, Buenos Aires. Publicado em *International Journal of Psychoanalysis*, n°40, 1-5, 1959.
- Matte-Blanco, I. (1975). *The unconscious as infinite sets*. London: Duckworth.
- Matte-Blanco, I. (1988). *Thinking, feeling and being*. London: Routledge.
- Rayner, E. (1995). *Unconscious logic*. London: Routledge.
- Strachey, J. (1934). The nature of the therapeutic action of psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 15, 127-170.



De Memória

Carlos Guillermo Bigliani*

Emilio



Moscú, 1971. Fazíamos parte de uma delegação de psicanalistas (a caminho do Congresso da IPA em Viena) e psiquiatras latino-americanos. Organizada por colegas que haviam estudado na União Soviética, essa delegação tinha o objetivo manifesto de intercambiar experiências e conhecer a psiquiatria russa, e o objetivo latente de catequizar os dirigentes da Federación Argentina de Psiquiatras (FAP), ali presentes, para o Partido Comunista.

Emilio, que era presidente da filial de Buenos Aires da federação –já tinha sido presidente da APA-, Mimí Langer que era (ou iria ser) a presidente da FAP nacionalmente, Tato Pavlovsky, Armando Bauleo, Fernando Ulloa, os García Reinoso e, mais tarde, um por um, todos os membros da delegação foram chegando fascinados pelo contato com dois afro-hispanos que havíamos conhecido no hotel Rossiya, onde estávamos hospedados. Enquanto Marcelo Viñar oferecia alguns chimarrões a eles, fomos conversando e começaram a ficar evidentes diferenças entre nossos novos amigos da Guiné Equatorial Espanhola (país em recente -e transitória- conversão ao comunismo): um deles era monógamo, e o outro, polígamo.

Emilio ficou fascinado com o debate (e todos nós também!). Ele, que já nessa época tinha a ideia de “reformular a monogamia” e que, mais tarde, durante um de seus casamentos, declarou-se adepto do “amor livre”, confirmou de forma vivencial, mais uma vez, a importância das determinações socioculturais. As perguntas que Emilio fazia aos nossos amigos, enquanto eles se acusavam de tratar a mulher como objeto (ao polígamo) ou de assumir os costumes do colonizador (ao monógamo), eram sobre os ciúmes, sobre os conflitos nesse tamanho de família, sobre a fome oculta etc.

Emilio, como disse muitas vezes, era psicanalista 24 horas por dia. Quando, nessa mesma viagem, os colegas social-catequistas nos levaram para admirar

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

a beleza de um jardim de infância socialista, em seu estilo dubitativo, com falsa admiração, disse: “Como cuidam dos brinquedos!”. Forma irônica de denunciar a repressão da agressividade nos níveis mais íntimos de um estado totalitário. É provável que, devido à experiência dessa viagem, Emilio “só tenha conseguido ser comunista por três horas”, como afirmou alguma vez.

Jorge Luis Borges dizia, em seu estilo titubeante, que os espanhóis falavam como se não tivessem dúvidas, que seu discurso era feito de certezas. O estilo comunicacional de Emilio era borgiano, antiibérico.

Arnaldo Rascovsky foi o primeiro analista de Emilio. Da briga de ambos nessa primeira análise atribulada, surgiu a decisão de Rodrigué de viajar para Londres. Nessa época, nenhum candidato que interrompesse sua análise poderia ser tomado em análise por outro didata. Assim, Emilio partiu para Londres, analisou-se com Paula Heimann e trabalhou com Bion, Klein e outros analistas britânicos.

Ao voltar à Argentina, partiu novamente. Dessa vez, para Austen Riggs. Uma experiência que condensou em um livro maravilhoso: *Biografía de una comunidad terapéutica* (Rodrigué, 1965). Deleuze fala de escapar como uma forma de reinventar o horizonte. Emilio precisava reinventar seu horizonte o tempo todo.

Nessa “fuga”, juntou-se ao grupo Plataforma, que muitos jovens da APA haviam organizado, seguindo as diretrizes contestadoras manifestadas no congresso da IPA de Roma, de 1969.

Emilio viveu intensamente todos os seus “heterônimos”: o “menino bem nascido”, que olhava o mundo pela janela de um carro com motorista, o psicanalista, o cientista objetivo, o escritor de *best sellers* (*Heroína* [Rodrigué, 1969]), o homem da instituição (presidente da APA e vice da IPA), o homem que rompe com a instituição, o *joiner* da revolução psicanalítica, da revolução de costumes e, finalmente, da revolução social. Quis ampliar-revolucionar a psicanálise a partir da sua experiência em Austen Riggs, mergulhar na revolução que se processava na Califórnia dos anos 60 e 70, e, por último, unir-se às esperanças de mudança política e social vividas na América Latina nesses mesmos anos. Tudo isso se alternava, acontecia e coexistia em um Emilio que buscava continuamente novos horizontes geográficos, teóricos e literários para sonhar.

Emilio se atreveu a correr riscos ao ser diferente.

Talvez, do conjunto de sua produção, o que mais disfrutei foi a primeira obra que li, sua *Biografía de una comunidad terapéutica* (Rodrigué, 1965), e a última, *Sigmund Freud. El siglo del psicoanálisis* (Rodrigué, 1996). Um comentário no jornal francês *Libération* (Maggiori, 2000), sobre a tradução francesa dessa última obra, reconhece que, das outras grandes biografias de Freud, a de Jones (1970) foi escrita por alguém que não era escritor, e a de Gay (1988/2010), por alguém que não era psicanalista. Creio que essa obra, escrita por um grande psicanalista e um grande escritor, foi seu maior legado.

Referências

- Biografía. (n.d.). In *Emilio Rodrigué*. Recuperado de <http://www.emiliorodrigue.com.br/biografia/biografia.html>
- Gay, P. (2010). *Freud: Una vida en nuestro tiempo*. Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1988)
- Jones, E. (1970). *Vida y obra de Sigmund Freud*. Barcelona: Anagrama. (Trabalho original publicado em 1953-1957)
- Maggiori, R. (17 de fevereiro de 2000). Totem et tango. La biographie de Freud signée Emilio Rodrigué, figure marquante de la psychanalyse argentine, allie rigueur, goût de l'anecdote et souffle romanesque. *Libération*. Recuperado de http://www.liberation.fr/livres/2000/02/17/totem-et-tango-la-biographie-de-freud-signee-emilio-rodrigue-figure-marquante-de-la-psychanalyse-arg_317971
- Rodrigué, E. (1965). *Biografía de una comunidad terapéutica*. Buenos Aires: Eudeba.
- Rodrigué, E. (1969). *Heroína*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rodrigué, E. (1996). *Sigmund Freud. El siglo del psicoanálisis*. Buenos Aires: Sudamericana.

O dever desejante de Rodrigué

“Esquecer é tão importante como recordar, para a compreensão de como se adquire conhecimento”, afirma Emilio Rodrigué (1965a) no seu ensaio “Relación entre descubrimiento e identificación proyectiva”. Foi através desse ensaio e do livro onde ele se insere que meu contato com Emilio Rodrigué se iniciou. Fui apresentada a seus textos por minha mãe, Regina Schnaiderman, e sei que Isaías Melsohn o admirava¹. A paixão por Susan Langer os unia.

Enxergar o mundo pelo avesso, e com isso nos abrir múltiplas possibilidades de lidar com o enigma que nos constitui. Experimentar, ousar. Havia uma inteireza em Rodrigué que se ancorava no seu profundo conhecimento de Freud, dos kleinianos, de Susan Langer. Na sua busca, chegou a Reich e, no final da vida, mergulhou em Lacan.

Rodrigué teve sempre uma forte ancoragem teórica. Foi formado no momento onde M. Klein imperava.

A própria Melanie Klein, quando Rodrigué estava em Londres fazendo sua análise didática com Paula Heiman, enviou-lhe a neta como paciente, propondo-se a supervisionar esse atendimento.

Já nesse primeiro momento interessou-se pelo trabalho com grupos.

Foi ao escrever seu texto para o volume sobre novas tendências na psicanálise, “Análisis de un esquizofrénico de tres años con mutismo” (Rodrigué, 1965b), que, lendo o ensaio de Marion Milner (1965) sobre a importância da ilusão na formação de símbolos, fica sabendo da filósofa Susan Langer. Vai aos Estados Unidos, buscando conviver com Susan Langer. Lá, trabalhando com Erickson e Rappaport, toda quinta-feira Emilio dirigia-se até onde Susan Langer morava, em meio a uma floresta, isolada. Passavam o dia juntos. O mergulho na obra de Susan Langer transforma sua relação com a psicanálise.

Na volta, separa-se da primeira mulher e vai viver com Nouné, com quem escreve *El contexto del proceso analítico* (Rodrigué & T. de Rodrigué, 1965). Nouné morreria prematuramente, e Emilio ainda se casaria algumas outras vezes.

Em 1969, Emilio, como presidente da APA, foi eleito vice-presidente da IPA. A IPA realizava seu 26º congresso. Um grupo de psicanalistas jovens, denominado Plataforma Internacional, convocou um contracongresso, que teve forte reper-

* Psicanalista, escritora, documentarista. Doutora em artes pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

1. Essa admiração, que era mútua, está lindamente documentada na revista *Percursos*, na seção Debates, onde está transcrito o encontro que ocorreu entre Isaías e Emilio durante o evento “Acontecimento estético na clínica psicanalítica”, promovido pelo Departamento de Psicanálise do Sedes Sapientiae (Melsohn & Rodrigué, 1996).

cussão na Argentina e acabou gerando o Grupo Plataforma, fundado por 11 psicanalistas. Durante 1970, todo o grupo empenha-se em realizar uma revisão teórica da psicanálise e de sua prática. O contexto político e social deve ser parte do que nos constitui como psicanalistas. Grande parte desse grupo teve depois que se exilar, muitos deles no Brasil. Somos, muitos, filhos do Grupo Plataforma.

Emilio Rodrigué vem a Salvador pela primeira vez em 1974, convidado para participar de um evento sobre *candomblé*. Sua via de entrada no Brasil passou pela religiosidade. Ainda era casado com Martha Berlin. Com ela, foi a Ysalén, vitrine das práticas alternativas. Rodrigué era curioso e antenado no que acontecia no mundo. Viveu experiências radicais sempre voltando para a psicanálise.

Lembro, até hoje, ter ido ao encontro de Emilio, na praia de Itapoã. Com seu copo de uísque na mão. Fiz caminhadas longas pela areia e conversamos muito. Ele, na juventude, adorava esquiar. Na entrevista que fiz (Chnaimerman, 1995), afirma: “O esqui e o mar são parecidos. É a montanha ganhando muitos outros aspectos... São outras montanhas... Areias e ondas”.

Assim nasceu sua linda biografia de Freud (Rodrigué, 1995), onde toda a sexualidade e virilidade é resgatada. Só alguém com a abertura para o novo poderia fazer esse trabalho. Cinco anos absolutamente debruçado nesse projeto, para o qual Salvador foi fundamental. Assim como sua relação com Graça, linda mulher ligada à mãe Estela.

Emilio nos diz que temos, no decorrer da vida, de saber por onde nos leva o que denominou “dever desejante”. Buscar a vida, buscar ser livre. Emilio nos ensinou sobre tudo isso. Obrigada, Emilio querido.

Referências

- Chnaimerman, M. (17 de setembro de 1995). Entrevista com Emilio Rodrigué. *Folha de S.Paulo*. [Entrevista na íntegra] Chnaimerman, M. (Novembro, 1995). *Boletim de Novidades*, 7(79).
- Melsohn, I., & Rodrigué, E. (Setembro, 1996). *Formas simbólicas e trabalho analítico*. Mesa redonda do evento Acontecimento estético na clínica psicanalítica, São Paulo. Publicado em *Pulsional*, 27.
- Milner, M. (1965). El papel de la ilusión en la formación de símbolos. In M. Klein (Ed.), *Nuevas direcciones en psicoanálisis: La significación del conflicto infantil en la pauta de la conducta adulta*. Buenos Aires: Paidós.
- Rodrigué, E. (1965a). Relación entre descubrimiento e identificación proyectiva. In E. Rodrigué & G. Rodrigué, *El contexto del proceso analítico*. Buenos Aires: Paidós.
- Rodrigué, E. (1965b). Análisis de un esquizofrénico de tres años con mutismo. In M. Klein (Ed.), *Nuevas direcciones en psicoanálisis: La significación del conflicto infantil en la pauta de la conducta adulta*. Buenos Aires: Paidós.
- Rodrigué, E. (1995). *Sigmund Freud. O século da psicanálise*. São Paulo: Escuta.

Um homem que fez histórias

A trajetória de Emilio é por si só um estímulo para pensar e questionar os diferentes modelos formativos no campo da psicanálise. Atravessar sua trajetória é atravessar a própria história da psicanálise, em que ele desempenhou sem dúvida um papel protagonista. Emilio foi, por anos, sobretudo na década de 1960, uma figura de destaque dentro da Sociedad de Psicoanálisis Argentina (APA), chegando à presidência da entidade em 1966. Algum tempo depois, foi nomeado presidente da Federação Argentina de Psiquiatras (FAP), um feito inédito até aquele momento: que um psicanalista reconhecido internacionalmente passasse a dirigir essa instituição, que já havia sido um bastião da psiquiatria conservadora e começava a assumir posições questionadoras, atraindo grupos de analistas que se identificavam politicamente com a nova postura. O próprio Emilio elabora as nuances complexas dessa atuação militante, destacando um aspecto que jamais passaria despercebido: “Ali aprendi outro tipo de jogo político, mais agenciado com a realidade, nesse caso, a questão da saúde mental e da violência repressiva. Foi ali que conheci o medo, que seria minha sombra na década seguinte”¹.

Foi nessa gestão de Rodrigué que se criou o Centro de Docência e Investigação (CDI), que abriu novas vias e caminhos formativos para os que aspiravam a se tornar psicanalistas. Representava uma abertura e um ganho de liberdade, pois abria a possibilidade de que a análise pessoal, inerente e necessária para a formação de um psicanalista, fosse de “livre escolha”. Em 1971, Rodrigué renunciou à sociedade, em movimento conjunto com o grupo Plataforma, fazendo sérios questionamentos à instituição – em particular, ao seu modelo formativo.

Era a década de 1970, e Emilio chegava aos 50 anos de idade tendo de enfrentar uma série de circunstâncias de cunho político e pessoal, decidindo forçosamente sair do país e vir para o Brasil. De suas múltiplas realizações no Brasil, vou ressaltar sua experiência como escritor da biografia de Freud, algo que se manifesta com ênfase em uma afirmação de seu próprio livro: “Depois de escrever a história, não sou mais o mesmo”².

Como vários autores já alertaram, um aspecto definitivo da peculiaridade e da relevância dessa biografia de Freud é o fato de ter sido escrita por um psicanalista. Alguém que vê o lado humano do outro, suas fraquezas, e também contempla sua riqueza criativa. Alguém que se vale da história do outro para compreender e relativizar sua própria história.

Mas não se trata, evidentemente, de uma obra que renega a importância das

* Departamento de Psicanálise – Instituto Sedes Sapientiae.

1. De “O analista das cem mil horas”, por E. Rodrigué, 1994. *Percurso - Revista de Psicanálise*, Ano VII, Nº 12.

2. De *Sigmund Freud. O século da psicanálise*, (prólogo), por E. Rodrigué, 1995, São Paulo: Escuta.

que a precedem. É com ênfase que Emilio destaca o papel histórico da biografia de Freud escrita por Ernest Jones (1953-1957/1970), publicada pela primeira vez quando ele próprio vivia em Londres. Em seu julgamento, pelo que pôde testemunhar, esse teria sido o disparador para o chamado retorno a Freud, que foi na década de 60 a bandeira principal de Lacan.

No colóquio Um século de psicanálise, realizado em Salvador em 12 de outubro de 1995, o colóquio onde Emilio lançou seu livro, Élisabeth Roudinesco fez a conferência de abertura e levantou importantes questões que nos concernem. Aqui na América Latina, destacou a psicanalista francesa, assistimos a uma expansão do freudismo e a uma renovação da paixão pela psicanálise. Algo que contrasta com a situação da Europa e em especial da França, onde a doença desse primeiro século freudiano é o que chamamos de depressão. Essa depressão, visível em todos os lugares, atinge a psicanálise e suas instituições.

Foi por Jones que ele começou, para elaborar a história das variações e das interpretações sobre a vida de Freud, passando por seus tão diversos comentadores. Como afirma Roudinesco (1995), “ele escreveu menos uma nova vida de Freud, que a história da história das diferentes maneiras de contar as vidas de Freud”.

Sendo ele próprio um desses historiadores, o livro não estaria completo se o autor não tratasse também de si. Isso se dá de maneira indireta e sutil, mas muitos de seus leitores o compreenderam bem. É Roudinesco (1995) quem o explica: “Esse livro foi para ele uma espécie de autobiografia disfarçada, porque sabemos que toda investigação histórica supõe a autobiografia. Porque, ao contar a história dos outros, o historiador se conta através do outro, através daquilo que ele conta dos outros”.

Na realidade, relendo os muitos livros e inúmeros escritos que Rodrigué nos deixou, fica claro como ele escreveu, de diversos ângulos e em diversas formas, uma sequência múltipla de autobiografias. Um conjunto onde o leitor encontra e reconhece o caminho tão denso e rico que foi sua vida.

Referências

Jones, E. (1970). *Vida y obra de Sigmund Freud*. Barcelona: Anagrama. (Trabalho original publicado em 1953-1957)

Rodrigué, E. (1994). O analista das cem mil horas. *Percurso - Revista de Psicanálise*, 7(12).

Rodrigué, E. (1995). *Sigmund Freud. O século da psicanálise*. São Paulo: Escuta.

Roudinesco, E. (Outubro, 1995). *A história dentre os mortos*. Trabalho apresentado no colóquio Um século de psicanálise, Salvador. Publicado em *Pulsional*, 193(1).

Um arqueiro de muitas flechas

Nascido em 8 de janeiro de 1923, em Buenos Aires, Argentina, e morto em 21 de fevereiro de 2008, na Bahia, Brasil, Emílio Rodrigué deixou uma obra de grande contribuição. Dessa obra fazem parte como ele viveu a sua existência, os movimentos dos quais participou e liderou, e os seus escritos.

Dotado de crítica e inteligência diferenciadas, desde o início sustentou concordâncias e divergências em relação aos seus mestres e transitou com sucesso pelas vias institucionais, oficialmente estabelecidas. Concluiu a sua formação em Londres, tornou-se presidente da Associação Psicanalítica da Argentina (APA) e vice-presidente da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). A Federação Argentina de Psiquiatras (FAP) também esteve sob o efeito de sua “*butaca*”.

No início da década de 1970, liderou Plataforma com Marie Langer e outros. As críticas e propostas desse movimento provocaram cisões e o surgimento de novos territórios de formação fora da IPA. Isso trouxe consequências importantes para a psicanálise na Argentina e no Brasil, como também em muitos outros países latino-americanos e europeus, pois nessa época a ditadura argentina passou a ser extremamente violenta com seus opositores, provocando um grande êxodo no meio psicanalítico argentino, que disseminou as propostas desse movimento. Rodrigué escolheu viver em Salvador, acolhendo a formação dos grandes analistas que iniciaram o movimento lacanianos na Bahia.

Publicou vários artigos e 17 livros. Alguns, com parceiros ilustres como Leon Grinberg, Marie Langer, Geneviève T. de Rodrigué, Marta Berlin, Norma Ferro e Syra Tain Lopes. Seus trabalhos foram majoritariamente publicados em espanhol e português. Entretanto, vários deles existem também, ou somente, em francês ou inglês. Eles trazem a marca de um trajeto singular na vanguarda da história da psicanálise. Sobre a sua vida, Urânia Tourinho (2004) organizou *Emílio Rodrigué, caçador de labirintos*, uma referência indispensável para quem quer conhecê-lo e também conhecer seu trabalho.

Depois de concluir sua formação em Londres, ainda na sua fase institucionalizada, criticou a longa colonização inglesa na psicanálise argentina, assim como ressaltou a criatividade e a originalidade dela, garimpando práticas e conceitos cunhados pelos analistas nesse país. Ele mesmo produziu alguns clássicos dessa vanguarda: *Psicoterapia del grupo* (Grinberg, Langer & Rodrigué, 1955a), *El grupo terapéutico* (Grinberg, Langer & Rodrigué, 1955b), *El contexto del proceso analítico* (Rodrigué & T. de Rodrigué, 1965), *Biografía de una comunidad terapéutica* (Ro-

* Psicanalista. Diretora da editora Escuta e da livraria Pulsional.

drigué, 1965), um relato de parte de seu percurso vivido nos EUA, na época em que foi discípulo de Susanne Langer, e *O paciente das 50.000 horas* (Rodríguez, 1977).

Também escreveu contos em *Plenipotencia* (Rodríguez, 1966), uma novela best seller na Argentina, *Heroína* (Rodríguez, 1969), que deu origem a um filme (De la Torre, 1972), e *El Antiyo: nueva propuesta amorosa* (Berlin & Rodríguez, 1977), *A lição de Ondina* (Rodríguez, 1983), *Ondina Supertramp* (Rodríguez, 1987), *Gigante pela própria natureza* (Rodríguez, 1991) e *El libro de las separaciones* (Rodríguez, 2000), que são reflexões autobiográficas.

Um sonho de final de análise (Lopes & Rodríguez, 1986), com interessantes articulações sobre transferência, final de análise e supervisão, e *O último laboratório* (Ferro & Rodríguez, 1985) são relatos de veios distintos de seu trabalho clínico.

Duas questões mobilizaram o autor por um longo tempo de seu trajeto: a desvitalização da psicanálise e se haveria ou não um fim de analista, onde toda e qualquer transferência pudesse ser atravessada, cessando de existir.

Todos esses trabalhos reuniram uma reflexão audaciosa, apaixonada e apaixonante. Contudo, sua maior ousadia foi ter escrito uma nova, mais uma, biografia de Freud (Rodríguez, 1995). Como se isso não bastasse, iniciou o prólogo desse livro com um conto nagô. A sua experiência de vida e a sua capacidade de pensar produziram um mirante panorâmico da psicanálise, que começava no Brasil, mas que passava por Argentina, Inglaterra, Estados Unidos, França, Áustria e outros lugares, pesquisando a literatura pertinente, gestada nesses rincões. *Sigmund Freud. O século da psicanálise* (Rodríguez, 1995) foi publicado no Brasil, pela editora Escuta em 1995, em Buenos Aires, pela editora Sudamericana em 1996, e em Paris pela Payot & Rivages em 2000, com nova tiragem em 2007. Com espírito lúdico e divertido, Rodríguez nos deixou um Freud dessacralizado e amado.

La respuesta de Heráclito (Rodríguez, 2006), lançado em Buenos Aires, e *Penélope* (Rodríguez, 2007), em Paris, foram os seus últimos trabalhos.

Referências

- Berlin, M., & Rodríguez, E. (1977). *El anti-yo: nueva propuesta amorosa*. Madrid: Fundamentos.
- De la Torre, R. (Produtor), & De la Torre, R. (Diretor). (1972). *Heroína* (Película). Argentina: Producciones Raúl de la Torre.
- Ferro, N., & Rodríguez, E. (1985). *O último laboratório*. Rio de Janeiro: Imago.
- Grinberg, L., Langer, M., & Rodríguez, E. (1955a). *Psicoterapia del grupo*. Buenos Aires: Paidós.
- Grinberg, L., Langer, M., & Rodríguez, E. (1955b). *El grupo terapéutico*. Buenos Aires: Paidós.
- Lopes, S. T., & Rodríguez, E. (1986). *Um sonho de final de análise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rodríguez, E. (1965). *Biografía de una comunidad terapéutica*. Buenos Aires: Eudeba.
- Rodríguez, E. (1966). *Plenipotencia*. Buenos Aires: Minotauro.
- Rodríguez, E. (1969). *Heroína*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rodríguez, E. (1977). *O paciente das 50.000 horas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rodríguez, E. (1983). *A lição de Ondina*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rodríguez, E. (1987). *Ondina Supertramp*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rodríguez, E. (1991). *Gigante pela própria natureza*. São Paulo: Escuta.
- Rodríguez, E. (1995). *Sigmund Freud. O século da psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Rodríguez, E. (1996). *El siglo del psicoanálisis*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rodríguez, E. (2000). *El libro de las separaciones*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rodríguez, E. (2000b). *Le siècle de la psychanalyse*. Paris: Payot & Rivages, 2007.
- Rodríguez, E. (2006). *La respuesta de Heráclito*. Buenos Aires: Topia.
- Rodríguez, E. (2007). *Penélope*. Paris: Rivages.
- Rodríguez, E., & T. de Rodríguez, G. (1965). *El contexto del proceso analítico*. Buenos Aires: Paidós.
- Tourinho Peres, U. (2004). *Emilio Rodríguez, caçador de labirintos*. Salvador: Corrupio.

Um encontro singular em 1996

Convidado a múltiplos lugares, Emilio Rodrigué fez intervenções clínicas e formativas de grande valor. Criou laços sociais ao seu redor, reuniu analistas de todas as tendências, estabeleceu pontes entre as culturas do continente latino-americano. “Daí seu lugar único de mestre socrático na psicanálise, neste fim de século XX”, disseram Plon e Roudinesco (1998, p. 9).

Entre nós, em São Paulo, teve uma participação memorável em 1996, dialogando com Isaias Melsohn, em uma mesa redonda do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae sobre *O acontecimento estético na clínica psicanalítica* (Melsohn & Rodrigué, 1996, pp. 139-152). Todos conheciam os dois palestrantes e havia uma grande expectativa. Tive o prazer de coordenar a mesa, começando por apresentá-los.

Destaquei a relevância de Rodrigué, que, junto a seus colegas de Plataforma e Documento, produziu uma mudança histórica no movimento psicanalítico argentino, que repercutiu além das fronteiras. Eles foram uma referência em nosso projeto formativo.

Isaias Melsohn, por sua vez, era um dos analistas da sociedade que, em 1976, com Regina Schnaiderman e seu grupo, havia criado no Sedes o primeiro curso em que se ensinava psicanálise fora da instituição oficial de São Paulo, tentando resistir ao processo de centralização de poder e fechamento ideológico e técnico que nela se instalara desde a década de 60. Exerceram-se fortes pressões para que desistissem, e Isaias denunciou em assembleia a inconstitucionalidade dessas manobras do poder institucional. A luta política pelo fim da ditadura e pela democratização do país ganhava corpo no campo psicanalítico e definia espaços de luta, como o Sedes, em que iniciativas novas e transformadoras podiam germinar e crescer. Mas essas manobras tiveram seu efeito de fragilizar o curso, já que forçaram a retirada de alguns dos membros da sociedade. Foi nesse contexto que vários analistas argentinos chegamos a São Paulo, com uma bagagem psicanalítica e política que nos tornava parceiros “naturais” daquele projeto. E agora, 20 anos depois, naquele encontro, a história inicial do projeto voltava a se fazer presente, viva, sentada à mesa ao meu lado, para conversar descontraidamente sobre seus caminhos.

A problemática da simbolização levava aqueles psicanalistas latino-americanos a estudar com a filósofa Susanne Langer, nos Estados Unidos, elo que serviu para alinhar as lembranças de ambos. Convidado a começar o diálogo, Emilio, homem de surpresas, contou que dias antes tivera um sonho que o levava a reformular o que diria. Nele, alguém, que podia ser eu, lhe dizia: “Emilio, você não sabe nada sobre o *Jurassic Park* (Kennedy, 1993)”. De tão insólitas, aquelas palavras eram a um só tempo impactantes e divertidas.

Apoiado em um relato de grande beleza, falou de suas pesquisas sobre Freud postulando que, se os sonhos eram a *via regia* para o inconsciente, havia sido a cocaína que eletrificara os trilhos. Lembrou também como a vivência de irrealidade

* Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo.

diante da Acrópole, acompanhada de pasmo e suspensão do tempo, relatada por Freud (carta a Romain Rolland de 1936), levou-o a excluir para seu irmão, que o acompanhava: “Então existe a Serpente do Lago Ness, em que nunca acreditamos” (Freud, 1932-1936/1986).

Tanto os estados de consciência especiais, que induziam seus experimentos com cocaína, como a experiência de gozo espantoso na Acrópole são, na impressão de Rodrigué, momentos que envolvem uma dimensão de transgressão que tem um devir criativo. “Acho que temos que encontrar essa criatura impossível, esse minotauro, que para mim significa um tipo de relação com o inconsciente, onde meu isso dá o melhor de si. Unicórnio, digo, porque se trata de uma disposição do espírito, onde se torna possível desenvolver nossa arte de ser psicanalistas. Dessa forma, a psicanálise se converte numa disciplina que permite que uma reflexão seriada se torne iniciática, na medida em que damos um registro simbólico ao desconhecido. Existe um caminho marcial no ser analista” (Melsohn & Rodrigué, 1996, p. 142).

A intervenção de Melsohn mostrou a riqueza que ele aportava à compreensão da situação analítica e aos movimentos afetivos que a atravessam, o recurso às categorias de forma simbólica expressiva e denotativa –criadas a partir dos trabalhos de E. Cassirer e S. Langer.

Penso que se vislumbra na estratégia discursiva de Emilio e no estilo de diálogo que ele promove –já desde o relato do sonho, em que é destituído de todo saber sobre os objetos fantásticos sobre os quais pretende refletir– mais um motivo, não menos importante, para dele falar como um mestre socrático. Nesse ato, ali mesmo, para todos nós, o intercâmbio entre Emilio e Isaias se transformava em uma experiência singular, a um só tempo individual e coletiva, plena de inteligência e simpatia, um acontecimento estético de caráter formativo. Isso nos remete também ao que dizia Regina Schnaiderman (1988), interlocutora e amiga de Isaias, 20 anos antes: “Ensinar psicanálise é um ato psicanalítico e um projeto de desalienação. (...) O que se ensina é de fato um modelo metodológico que subordina todo saber a uma interrogação e a uma colocação em questão” (p. 13).

Pedem-lhe que comente algo, já quando o final da mesa se aproxima, sobre se haveria no sonho a ideia de que podíamos todos nos fossilizar no tempo. Sua resposta é afetuosa e humorística, apontando ao rico reencontro após 30 anos: “...Então somos dois maravilhosos fósseis!”. Essa resposta será complementada, anos depois, quando afirmará em relação à clínica: “A psicanálise não envelheceu isso tudo. Ela ainda é bonita e graciosa. Não precisou de plástica alguma. (...) A leva atual de analistas é menos prepotente e mais sensível ao sofrimento humano” (Rodrigué, 2005, p. 122). A pergunta sobre o passado, o presente e o futuro é parte do andar do movimento psicanalítico em todas as épocas. Mas vale a pena guardar na memória, disponível, a crítica consequente e a criatividade que lhe deram alguns monstros, que se atreveram a sair das águas e abrir trilhas novas por estas terras latino-americanas.

Referências

- Freud, S. (1986). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 22). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1932-1936)
- Kennedy, K. (Produtor), & Spielberg, S. (Diretor). (1993). *Jurassic Park* (Filme). Estados Unidos: Universal Pictures.
- Melsohn, I., & Rodrigué, E. (1996). *Transgressões criativas*. Debate do evento Acontecimento estético na clínica psicanalítica, São Paulo. *Percurso*, 27.
- Plon, M., & Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rodrigué, E. (2005). Furacão freudiano. *Percurso*, 34, 121-124.
- Schnaiderman, R. (1988). Política de formação em psicanálise: Alinhavando algumas anotações, *Percurso*, 1, 11-15.

O psicanalista tem que ser subversivo

O que escrever sobre Emilio Rodrigué depois de tudo o que já escrevi? Faço um esforço para fugir da repetição, do texto com matiz biográfico, e vou buscar um depoimento sobre aquele que foi meu analista, tornou-se um grande amigo e, sobretudo, o companheiro nas especulações e avaliações críticas sobre a psicanálise. Assim, começo pelo analista que a mim chegou como um terapeuta em crise com a psicanálise, e que buscava algo novo. Aliás, buscar sempre algo novo ou fazer o mesmo de uma outra maneira era o seu lema para a sabedoria. Talvez tenha sido essa maneira de ser sábio que não o intimidou a escrever uma biografia de Freud (Rodrigué, 1996), depois de tantas já escritas, sem acesso às fontes primárias, sem nem sequer dominar o alemão para eventuais pesquisas. Mas ele apostava em sua capacidade inventiva e partiu com a convicção de que, fazendo uma biografia das biografias, inovaria. Traria a público um Freud revisitado pelo seu forte senso de humor, e os plágios não importariam, ele os minimizava. Seu livro foi um sucesso, especialmente na França, e se constitui uma excelente introdução à psicanálise.

Tendo sido presidente da APA e vice-presidente da IPA, deixou a psicanálise em quarentena, indignado pelas lutas de poder dentro das sociedades, e partiu ao encontro das chamadas “técnicas de desenvolvimento do potencial humano”. Foi assim que o encontrei, ou, melhor dito, que aportou em terras baianas. Aqui chegou mediado pelo candomblé, ou seja, a convite para participar de uma festa no terreiro Axé Opô Afonjá. Veio acompanhado de Martha Berlin, psicodramatista experiente, e concordou em ter um encontro com nosso grupo, que almejava uma formação psicanalítica. Juntamente com Martha, ele iniciava uma fase dedicada aos chamados laboratórios terapêuticos.

Um contrato de trabalho durante seis meses, e os outros seis meses viajando, buscando experiências em Londres, Amsterdã, Espanha, Estados Unidos (Esalen), mantendo contato com profissionais de vários países. Assim, teve início a sua relação amorosa com a nossa cidade e um forte vínculo com um grupo que não recuava ante as inovações. Os laboratórios foram experiências memoráveis, e eu os frequentava, alguns como paciente, e outros, como coterapeuta. Invariavelmente, iniciavam-se na sexta-feira à noite e terminavam no domingo ao fim da tarde, transmitindo, no seu dizer, “um clima ‘ocêânico’ de estranheza... meio messiânico”. Foram experiências transformadoras, e Emilio se entusiasmava juntamente com o

* Fundadora do Colégio de Psicanálise da Bahia. Membro da École Lacanienne de Psychanalyse (Paris).

entusiasmo grupal. A dinâmica do trabalho partia de técnicas psicodramáticas ou mesmo de outras -e aqui cito as influências da Gestalt-terapia, da bioenergética, dos ensinamentos de Lowen, Boadella e muitos outros. Entretanto, é preciso deixar claro que as intervenções de Rodrigué eram sempre fruto de uma aguda leitura psicanalítica, ou seja, o psicanalista continuava sua caminhada fora da rigidez do enquadre analítico.

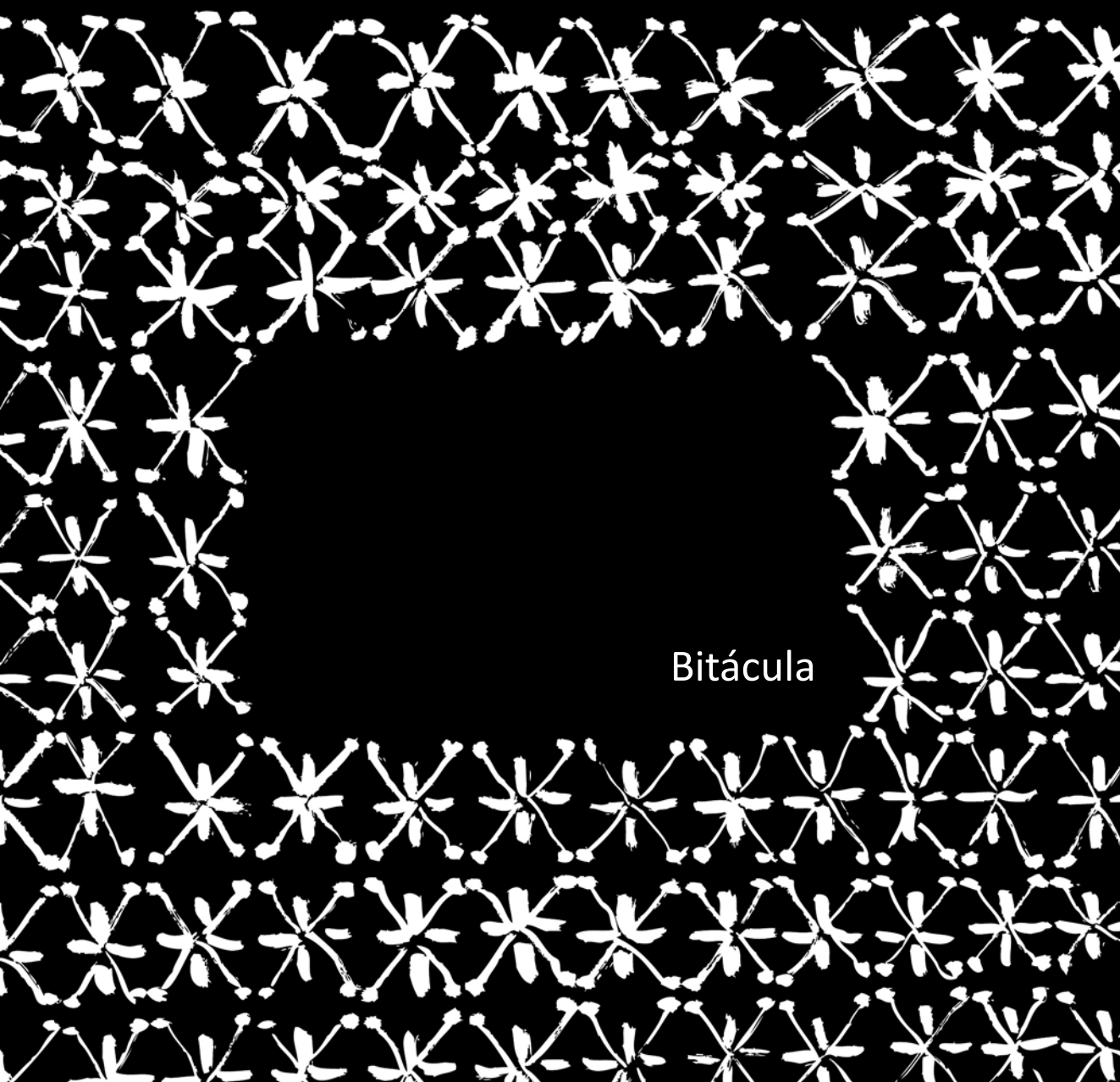
Pouco falava da teoria psicanalítica, dizia mesmo que não se considerava possuidor de “cultura psicanalítica”. Preferia “a criação à memória”, deixar-se livre para que as ideias, os pensamentos, pudessem ocorrer longe de opressões. Era, também, a maneira como transitava pela vida, nos vínculos familiares, sociais e amorosos. Buscava a liberdade do prazer e, por isso mesmo, gostava de reafirmar o seu lado transgressor. Não negava que essa postura o conduzisse, muitas vezes, a alguma crueldade. Surpreendia-se por despertar paixões até o fim de sua vida. Certa vez, me interrogou: “Como era possível ter despertado o apaixonamento em uma linda mulher, já aos 80 anos?”. Emilio sempre transmitia uma promessa de que poderia fazer chegar a um mais além, a uma grande conquista. Tinha uma curiosidade afiada por tudo e por todos. Uma fulgurante vaidade por se considerar sábio diante da vida, e tentava driblar, inclusive, a velhice, dizendo que, aos 81 anos, vivia a sua fase mais feliz. Planejava ir além dos cem anos, e, quando o corpo anunciou a sua tirania, deixou-o perplexo e o fez interrogar: “Será que é sério o que estou sentindo?”. A morte chegou rápido e não o fez sofrer muito. Mas deixou muitas saudades.

Um bom psicanalista tem de ser subversivo, era o que afirmava e praticava, e não se abstinha de contatos com os pacientes fora do consultório, embora sabedor da especificidade da abstinência psicanalítica. Nessa direção, deixou grandes amizades.

Agradeço ao analista que tive, sinto saudades do amigo querido e não posso deixar de confessar que nossa liberdade e rebeldia psicanalítica era afinada.

Referência

Rodrigué, E. (1996). *Sigmund Freud. El siglo del psicoanálisis*. Buenos Aires: Sudamericana.



Bitácula



Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)

Adriane Vidal Costa

Esse livro analisa a trajetória dos escritores que participaram do *boom* literário latino-americano. Mais do que em suas novelas, o trabalho enfoca as redes de sociabilidade e de compromisso político em que estiveram envolvidos, especialmente durante os períodos de exílio ou autoexílio na Europa. Os circuitos culturais e políticos foram estratégicos para celebrar obras como *Cem anos de solidão*, traduzida a muitos idiomas, com milhões de exemplares vendidos e de um autor, García Márquez, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura de 1982. Do mesmo modo, foram determinantes também para rotular os críticos do regime socialista cubano, como Vargas Llosa, e cerrar fileiras entre aqueles mais fiéis à Revolução, como Cortázar e García Márquez. Em 2010 –outros tempos–, Vargas Llosa também receberia seu Prêmio Nobel. (Gabriela Pellegrino)

São Paulo:

Alameda, 2013



Latino-americanos à procura de um lugar neste século

Néstor García Canclini

O sociólogo argentino, com uma longa trajetória no campo da reflexão sobre a América Latina, percurso premiado em 2002 com o *Book Award* da *Latin American Studies Association* (por seu livro *Culturas híbridas*), trabalha já há alguns anos como professor na Universidad Autónoma de México. A questão explicitada no título baralha dados estatísticos e histórico-conjunturais que necessitam passar por ajustes, como Canclini explica no prefácio. No entanto, as teses e, especialmente, as perguntas de fundo continuam válidas. Canclini se pergunta sobre a (im)pertinência ou não de que alguém seja considerado, hoje, cidadão latino-americano e expõe os paradoxos de pensar o conjunto de países que chamamos de América Latina como uma unidade. O Brasil ocupa lugar de destaque na reflexão desse intelectual. (Laura Janina Hosiasson)

São Paulo:

Illuminuras, 2008



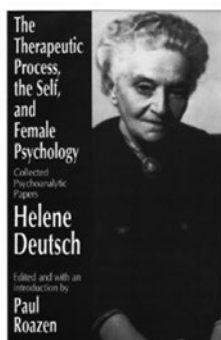
Freud con los escritores

Edmundo Gómez Mango y J.-B. Pontalis

Dois analistas apaixonados por literatura e psicanálise, relendo Freud, mostram sua faceta “contemporânea” e nos surpreendem com um enfoque diferente de literatura e psicanálise, onde essa relação faz com que apareçam diferentes Freuds, em seu laço pessoal com as letras, o que volta delas no original e nas traduções, suas ideias em “estado nascente”. Surge a intimidade do criador; e sua leitura nos conecta com várias bibliotecas. Nas obras, é explorada a oposição entre a vertente poética e de fantasias (*Dichter*) e a investigativa e de pensamento (*Forschter*). A escolha de escritores busca entender as motivações pulsionais, com a mudança em relação à cientificidade positiva feita pela psicanálise. A polaridade e a riqueza desse diálogo se revelam na própria escrita dos autores, com perspectivas e estilos diferentes. (Marta Labraga)

Buenos Aires:

Nueva Visión, 2014



The therapeutic process, the Self, and female psychology: collected psychoanalytic papers **Helene Deutsch**

Nessa coleção de escritos, encontramos o trabalho clássico de Helene Deutsch, “Algunas formas de trastorno emocional y su relación con la esquizofrenia” (1942), que, ao mesmo tempo em que retoma o conceito freudiano da identificação por infecção ou mimese, merece (apesar de sua autora conectá-lo com –e diferenciá-lo da– esquizofrenia) ser visto como um trabalho precursor, ao nos introduzir, antes de Kanner, na temática do autismo e, especialmente, dos pacientes “autistoides” –para utilizar um termo de Bernd Nissen–, que constituem a atual “epidemia de autismo”, sendo que a carência de afetos genuínos é a característica central. (Jean Marc Tauszik)

London:
Transaction, 1991



Sigmund Freud. O século da psicanálise. 1895-1995

Emilio Rodrigué

Rodrigué nos oferece um olhar personalíssimo e delicioso sobre a vida e a obra do fundador da psicanálise. Foram seis anos debruçados sobre sua obra, à vasta literatura existente sobre sua vida, e também às contribuições de autores pós-freudianos que problematizaram suas teorias e conceitos. É um trabalho com um estilo saboroso e muito divertido, que nos revela a grande liberdade do autor, bem como seu talento para nos comunicar suas intuições mais íntimas. Nesse voo supersônico, não se pode deixar de apreciar a criatividade de Rodrigué para dar título aos capítulos: “O pulo do tigre”; “A droga mágica”; “Um judeu na corte do rei Charcot”; “As odisséias da pulsão”. E por aí vai. (Anna Maria Amaral)

São Paulo:
Escuta, 1995



Vivir, pensar, mirar **Siri Hustvedt**

Hustvedt oferece uma leitura harmônica. Três temas centrais separam o livro em partes, apesar de que, em todo o seu percurso, há argumentos que reverberam a partir dos diferentes enquadres: em *viver* (*vivir*), as notas autobiográficas são protagonistas; em *pensar*, ensaios sobre suas investigações, principalmente em psicanálise, literatura e neurociências. Em *olhar* (*mirar*), ensaios sobre arte e sobre olhar nelas e através delas. Sem fugir de responsabilidades, fala em primeira pessoa e dá ao leitor a possibilidade de discordar ou concordar. O passeio pelo livro não deixa de ser surpreendente quanto à presença constante da psicanálise, que, sem deixar de ser “americana”, dá lugar a outros desenvolvimentos. Mostra que a psicanálise é de uma riqueza inimaginável, e que sua presença tem a ver com o humano. Estaria longe de morrer, ou morreríamos com ela. (Natalia Barrionuevo)

Buenos Aires:
Anagrama, 2013

Miriam Chnaiderman

Psicanalista, vinculada ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em artes pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Ensaísta e documentarista de *Isso, aquilo, aquilo outro* (2004), *Você faz a diferença* (2005), *Passeios no recanto silvestre* (2006), entre outros. Tem dois livros publicados sobre a relação entre arte e psicanálise: *O hiato convexo: Literatura e psicanálise* (Brasiliense, 1989) e *Ensaio de psicanálise e semiótica* (Escuta, 1989), e está finalizando outro: *Cinema e psicanálise*. chnaide@uol.com.br

Irene Dukés

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica de Chile (APCH). Diretora da Unidade Infanto-Juvenil da Universidade do Desenvolvimento (UDD). Ex-membro do Comitê Editorial da *Revista Chilena de Psicoanálisis*. Formada em literatura. Autora de numerosos trabalhos, com destaque para “Una perturbación en la zona de los fenómenos transicionales” (*International Journal of Psychoanalysis*, 2014, vol. 1). irenedukes@gmail.com

Steve Ellman

Professor da *City University of New York* (Cuny). Trabalhou como clínico e investigador. Foi diretor do programa de PhD em psicologia clínica na Cuny. Atualmente, é professor emérito da universidade. Publicou mais de cem *papers*, cinco livros psicanalíticos e dois livros sobre o adormecer e os

sonhos. Presidente do Iptar em duas ocasiões. Professor clínico do Programa de Pós-Doutorado em Psicanálise e Psicoterapia da Universidade de Nova York. Foi o primeiro presidente da *Confederation of Independent Psychoanalytic Societies* (Cips). Membro da IPA; integrou seu Comitê Executivo. sellman174@aol.com

Mario Pablo Fuks

Psiquiatra e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise, professor de psicanálise, coordenador do curso Psicopatologia psicanalítica e clínica contemporânea, supervisor do Projeto de Investigação e Intervenção em Anorexias e Bulimias, no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Coautor dos livros *Desafios para a psicanálise contemporânea* (Escuta, 2003), *O sintoma e suas faces* (Escuta, 2006) e *Psicanálise em trabalho* (Escuta, 2012). mfuks@uol.com.br

Gohar Homayounpour

Nascida em Paris, filha de pais iranianos, educada na América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Vive e trabalha atualmente em Teerã. Foi psicanalista didata e supervisora do Grupo Freudiano de Teerã, do qual foi fundadora e diretora. Catedrática da *Shahid Beheshti University*, Teerã. Seu livro *Doing psychoanalysis in Tehran* (MIT Press, 2012) ganhou o prêmio Gradiva e foi traduzido para o francês, alemão, italiano e turco. Membro do *Board* no *Freud Museum* de Viena e no grupo de investigação Geografias e Psicanálise. g.homayounpour@gmail.com

Monica Horovitz

MD, Phd, HDR, full member da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) e da Sociedade Psicanalítica Italiana (SPI). Trabalha em Paris. Conduziu, durante os últimos 12 anos, um seminário sobre Bion e é cofundadora e co-chair de Bion em Marrakech. Escreveu vários artigos internacionais e trabalhos sobre a obra de Bion. monicahorovitz@gmail.com

Laura Janina Hosiasson

Formada em literatura pela Universidade do Chile e com doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), onde é docente de literatura hispano-americana. Publicou *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico* (Edusp, 2012). Traduziu, entre outros, *Só para fumantes* (Cosac & Naify, 2007), de Julio Ramón Ribeyro, e *A última névoa* (Cosac & Naify, 2013), de María Luisa Bombal. lhosiass@uol.com.br

Sudhir Kakar

Psicanalista, romancista e especialista no campo da psicologia cultural e da psicologia da religião. Foi catedrático da Universidade de Harvard, membro sênior do *Center for the Study of World Religions* de Harvard (2001-2002) e professor convidado das universidades de Chicago (1989-92), McGill, Melbourne, Havaí e Viena. É autor de 18 livros de não ficção e de cinco de ficção. Seus últimos livros são *Young Tagore: The makings of a genius* (Penguin-Viking, 2013) e a novela *The devil take love* (no prelo). kathasudhir@hotmail.com

Laurence Kahn

Historiadora e helenista antes de se tornar psicanalista. Membro didata da *Association Psychanalytique de France* (APF). Corredadora da *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, de 1990 a 1995. Foi presidente da APF entre 2008 e 2010, e atualmente é diretora da publicação do *Annuel de l'APF*. Seus últimos livros são *L'écoute de l'analyste* (PUF, 2012) e *Le psychanalyste apathique et le patient postmoderne* (Éditions de l'Olivier, 2014).
laurence.kahn@wanadoo.fr

Jorge Lanzaro

Doutor pela Universidade de Paris. Catedrático do Instituto de Ciência Política (Universidade da República, Uruguai), do qual foi fundador e diretor. Professor e investigador visitante em várias universidades da América Latina, dos Estados Unidos, do Canadá e da Europa, *fellow* da Fulbright, do Wilson Center e da Guggenheim Foundation. Presidente do Conselho Acadêmico da Associação Uruguiaia de Ciência Política (Aucip), diretor do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clasco) e da Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip).
jorge.lanzaro@gmail.com

Félix de Mendelssohn

Trabalha como psicanalista e analista grupal em seus consultórios particulares de Viena e Berlim. Ex-diretor do Departamento de Estudos Psicanalíticos da Universidade Sigmund Freud, Viena. Ex-presidente da *Group Analytic*

Section na *International Association for Group Psychotherapy and Group Processes* (Iagp). Trabalhou em programas de formação de psicoterapeutas na Ucrânia, em Israel, no Japão, na Albânia e na China. Tem publicações sobre vários aspectos clínicos e culturais da terapia analítica individual e grupal. Seus livros (na Alemanha) incluem *Das Psychoanalytische Subjekt* (SFU, 2010), *Die Gegenbewegung der Engel* (SFU, 2010) e *Der Mann, der sein Leben einem Traum verdankte* (Ecowin, 2014).
felmen@chello.at

Luiz Alberto Oliveira

Físico, doutor em cosmologia (CBPF). Investigador do Laboratório de Cosmologia e Física Experimental de Altas Energias (Lafex) do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF/MCT), Rio de Janeiro. Pesquisador associado do Programa Transdisciplinar de Estudos Avançados (Idea) da Escola de Comunicação da UFRJ (ECO/UFRJ). Professor de epistemologia, história e filosofia da ciência, coordenador de formação científica do CBPF, consultor científico do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/MCT); curador do Museu do Amanhã.
a_lef@hotmail.com
laoliveira@cbps.br

Fernanda Peixoto

Professora associada (livre-docente) do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), com pesquisas na área de teoria, história e método da antropologia, particularmente

sobre a relação entre antropologia e literatura, história, cultura e imaginários urbanos. É coordenadora do Coletivo ASA (Artes, Saberes e Antropologia), <http://www.coletivoasa.dreamhosters.com>. Autora de *Diálogos brasileiros* (Edusp/Fapesp, 2000) e de *A viagem como vocação – itinerários, parcerias e formas de conhecimento* (Edusp/Fapesp, 2015).
fareaSpeixoto@gmail.com

Gabriela Pellegrino Soares

Doutora em história social, é professora associada da Universidade de São Paulo (USP) e investigadora do CNP, na área de história da América Latina. Coordena o convênio da Faculdade de Filosofia da USP com o Colégio do México, onde realizou pós-doutorado. Publicou, entre outros, *Semear horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954* (UFMG, 2007).
gabriela.pellegrino@terra.com.br

Maria Cristina Rios Magalhães

Psicanalista, autora de artigos publicados em livros e revistas nacionais e estrangeiros, organizadora das coleções *Na sombra da cidade* e *Psicofarmacologia e psicanálise*, da editora Escuta. Diretora dessa editora e da Livraria Pulsional. Coordenadora da Rede dos Estados Gerais da Psicanálise, de 1998 a 2003. Laureada em 2005 nos Estados Unidos com o *Distinguished Educator Award*, da *International Federation for Psychoanalytic Education*.
crismagalhaes1@uol.com.br



Orientações aos autores

Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise é a publicação oficial da Federação Psicanalítica da América Latina (Fepal), organização vinculada à Associação Psicanalítica Internacional (API), editada regularmente, sob o título de *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, desde 1994.

Sua proposta editorial tem por finalidade favorecer a difusão e o desenvolvimento do pensamento psicanalítico latino-americano em sua especificidade e promover o diálogo com a psicanálise de outras latitudes. Busca estimular a reflexão e o debate, inserindo as questões pertinentes à psicanálise nos contextos científico, cultural, social e político contemporâneos. Sua periodicidade é quadrimestral.

Cada número incluirá em seu conteúdo artigos em formato de ensaio, artigo científico, entrevista, resenha ou outros que os editores considerarem pertinentes. Os trabalhos a publicar serão inéditos e redigidos em espanhol ou português. No entanto, se na avaliação dos editores forem considerados de especial interesse, poderão ser editados trabalhos que tenham sido publicados ou apresentados em congressos, mesas-redondas etc., sendo informados data e lugar onde foram expostos originalmente. Poderão ser publicados trabalhos originais em outros idiomas que não contem com versões em espanhol ou português.

No caso de que seja incluído material clínico, o autor tomará as mais estritas medidas para preservar absolutamente a identidade dos pacientes, sendo de sua exclusiva responsabilidade o cumprimento dos procedimentos para alcançar tal finalidade ou obter seu consentimento.

As opiniões dos autores dos trabalhos ou das pessoas entrevistadas são de sua exclusiva responsabilidade. Sua publicação em *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise* não implica de nenhum modo que seus editores compartilhem os conceitos apresentados.

A publicação de trabalhos implica para o/os autor/es a cessão legal dos direitos, razão pela qual se proíbe sua reprodução escrita, impressa ou eletrônica sem a autorização expressa e por escrito por parte dos editores.

Os trabalhos apresentados serão objeto de uma avaliação independente com características de “duplo-cego”, por pelo menos dois integrantes do Comitê Revisor da Revista, que poderão fazer recomendações para sua eventual publicação. A avaliação será feita com critérios parametrizados e a eventual aceitação, negativa ou solicitação de mudanças ou ampliações nos textos constituem tarefa do Comitê Revisor da Revista, que remeterá suas sugestões ao Comitê Editor. Os editores definirão, em razão da pertinência temática e das possibilidades da revista, a oportunidade da publicação.

Os trabalhos devem ser enviados por correio eletrônico para **revista@fepal.org** e **editorescaliban@gmail.com**.

A extensão dos textos não deverá exceder as 8.000 palavras em formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, com entrelinhamento duplo. A bibliografia, que não será considerada para contabilidade da extensão máxima permitida, deverá ser imprescindível e ajustar-se às referências explícitas no texto. Trabalhos para seções específicas da Revista poderão ter especificações adicionais. Os trabalhos poderão ser redigidos em espanhol ou em português, de acordo com o idioma de seu autor, e deverão ser enviadas duas cópias do texto, com o mesmo título. Uma delas deve informar o nome do autor (que será acompanhado de uma breve descrição curricular e de dados de contato), e a outra, apenas um pseudônimo. Recomenda-se extrair do corpo do trabalho toda menção ou inclusão bibliográfica que permita eventualmente identificar o autor.

Será acrescentado também um resumo em espanhol ou em português das principais ideias do trabalho, bem como um resumo em inglês (obrigatório para qualquer um dos dois casos), redigido em terceira pessoa e de aproximadamente 150 palavras. Serão incluídos todos os dados de referência das publicações citadas, com especial cuidado em esclarecer casos de citações de outros autores, e onde as mesmas forem fiéis ao texto original.

A bibliografia e as citações bibliográficas serão ajustadas às normas internacionais da *American Psychological Association*, indicadas em

http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/instructivo_citas.pdf.

Os descritores serão obtidos no Tesouro de Psicanálise da Asociación Psicoanalítica Argentina. Ver Tesouro na página web da Biblioteca Virtual de Psicanálise da América Latina: **<http://www.bivipsil.org>**, seção “Tesouro” e depois “Listado alfabético simple”. Ou também é possível ver/baixar a lista, em ordem alfabética, em **<http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/tesauro.pdf>**.



Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise



Argumentos:

Ungar/De Andrade/Campalans/

Dukes/Rodríguez/Spivacow

Cidades Invisíveis: Porto Alegre

Textual: Siri Hustvedt

Vórtice: A tradução da psicanálise

(com textos da América Latina, Ásia,

América do Norte e Europa)

O Estrangeiro: O amanhã e suas vicissitudes

Dossiê: Pensando a América Latina

Clássica & Moderna: Ignacio Matte-Blanco

De Memória: Emilio Rodríguez

Bitácula